

ANGELINA

Um caso de Colonização Nacional

tese apresentada por

WALFRIDO FERREIRA DIAZZA

na Universidade Federal de Santa
Catarina.

1973

I N T R O D U Ç Ã O
=====

INTRODUÇÃO

Basicamente este estudo pretende dentro da problemática da / história do povoamento e da colonização do Brasil responder à algumas questões.

Dentre estas, dada a originalidade do tema, a validade da colonização por "nacionais" (luso-brasileiros), quando se tem estudado , primordialmente, a colonização estrangeira. E, em segundo lugar, dentro do contexto catarinense, até que ponto respondeu, como atitude governamental, ao problema de ocupação do território, face à restrições de paí ses europeus à emigração para o Brasil, a partir do Rescrito de Von der Heydt, em 1859.

Ainda, dentro do contexto catarinense, se correspondeu ou / não ao propósito de integração regional, pois, geograficamente, colocada, a Colônia Nacional Angelina, em ponto intermediário de duas regiões fi siográficas distintas, litoral e planalto, além de demonstrar a vitali do seu potencial demográfico na estrutura social de uma região da então Província, hoje Estado de Santa Catarina.

Objetivamente não se pode dizer que está esgotada a matéria. Há documentação esparsa que não foi compulsada, mas sepretendeu, tecni camente, fazer uma conscienciosa avaliação das fontes disponíveis.

Empregou-se, na estruturação do trabalho, fontes primárias , quer analisando a correspondência dos Diretores da Colônia com a Presi dência da Prôvíncia de Santa Catarina, além do levantamento de dados / dos arquivos paroquiais, existentes no Arquivo Histórico-Eclesiástico / da Arquidiocese de Florianópolis, para a elaboração dos Estudos de dinâ mica demográfica.

Subsidiariamente utilizou-se as "Falas" e "Relatórios" dos / Presidentes da Prôvíncia de Santa Catarina, no que se referia à vida e à administração da Colônia, complementada com o noticiário da imprensa da Capital da então Província.

Este trabalho, assim responde à necessidade de se estudar o outro lado de uma questão muito controvertida: seria ou não o luso-brasi leiro, o "nacional" , tão bom colonizador quanto o alienígena?

Outras questões de história social e econômica do Povo Bra sileiro estão entrelaçadas com esta e deverão ser debatidas no decorrer deste estudo, especialmente a da "modernização" na agricultura, nas á reas de colonização.

Este, pois, o objetivo que se pretende alcançar!

1. CONCEITOS DE POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO
=====

1.- CONCEITOS DE POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO

Num estudo sobre colonização e, sobretudo, sobre colonização nacional, isto é, com elementos de nacionalidade brasileira não se poderia deixar de ver até que ponto o termo "colonização" é adequado.

Na expressão dicionarizada é:

" Forma de povoamento de população caracterizada especificamente pelo estabelecimento, pelo Estado, de um domínio político sobre um território estrangeiro, acompanhada de uma pronunciada corrente de colonos da metrópole ao aludido / território."¹

Ora, esta definição não se enquadra no uso que lhe é dado, comumente, em outras ciências sociais e mesmo em sociologia.

O termo, no dizer de geógrafo brasileiro²:

"... tem um significado muito amplo, podendo abranger toda / e qualquer iniciativa visando o povoamento e a utilização / de uma região".

Mas, eminente sociólogo³, que dedicou exaustivo estudo à realidade brasileira, procura dar uma melhor e mais profunda explicação da terminologia:

"Tornam-se necessárias algumas palavras sobre o sentido específico das expressões "colonização" e "povoamento" empregadas neste capítulo. Não têm o mesmo sentido que se lhes / atribui em obras de língua inglesa, mas exprimem conceitos específicos que predominam na América Portuguesa e Espanhola. Assim "colonização", tal como é usada aqui, não se refere à introdução dos povoadores originais no Brasil, mas aos programas ou projetos de subdivisão de grandes propriedades por organizações públicas e particulares visando colocar / famílias de agricultores nos lotes assim criados, e a desenvolver atividades de ajuda, assistência e supervisão, a fim de implantar nessas áreas comunidades de pequenos proprietários rurais. O "povoamento" tem sentido idêntico, porém mais amplo. Inclui os programas independentes ou espontâneos pelos quais o pequeno agricultor adquire o domínio da terra, aumenta a densidade da população, fazendo ao mesmo tempo / que inúmeras glebas improdutivas ou pouco usadas - os latifúndios no sentido brasileiro se tornem sede de numerosas /

comunidades e povoados solidamente constituídos. Essas / expressões "colonização" e "povoamento", juntas, quando empregadas em relação ao Brasil do século XX, abrangem to dos os processos pelos quais se facilita o acesso de uma classe de pequenos proprietários à propriedade da terra".

Já, outro eminente sociólogo brasileiro, ligado aos estu- dos demográficos, afirmava⁴:

"Povoar é encher de habitantes. Ora, tal / só pode ocorrer de duas maneiras: pelo nas cimento de crianças no território, a "nata lidade", ou pela entrada, no país, de gente vinda de outras regiões - a "migração". Esses dois fenômenos são os fatores positi vos do povoamento".

E, adiante complementa:

" Colonizar é promover a fixação do elemen to humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível / de vida, saúde, instrução e preparo técnico dos habitantes das zonas rurais".

Ora, esta explicitação, entretanto, não coloca o problema dentro da semântica da palavra: "povoamento", o ato de povoar, de ocupação, pura e simples do território, enquanto que "colonização", é mais que povoar, é usufruir da terra, retirando-lhe, ao mesmo tempo, que a/povoa, benefícios de ordem econômico-social.

É desta forma que pensamos. É deste modo que se deve encarar a problemática.

Com a nossa opinião estão outros, pois "significa uma forma de ocupação e valorização de novas áreas". 5

Num país de imensas possibilidades territoriais, quando as populações viviam cingidas ao litoral, a abertura de "frentes pioneiras" deve ser sentida como uma necessidade inadiável.

Isto é, pois, a aceitação do termo "colonização", por nacio nais, e não um simples ato de ocupação, porquanto modificou não só a estrutura demográfico-social de uma área até então inabitada, mas, deu - lhe substância econômica, quer produzindo, quer comerciando, interna e externamente.

¹ FAIRCHILD (ed). Dicionário de Sociologia. p.48.

² BERNARDES. A Colonização européia no sul do Brasil. p 89.

- 3 SMITH ;Brasil, povo e instituições.p. 431-432.
- 4 NEIVA. A imigração na política brasileira de povoamento.p.151.
- 5 NOVAIS.Colonização e sistema colonial.p.245.

2. COLONIZAÇÃO NO IMPERIO BRASILEIRO:

=====

A SITUAÇÃO EM SANTA CATARINA ATÉ 1860

=====

2. A COLONIZAÇÃO NO IMPÉRIO BRASILEIRO: A SITUAÇÃO EM SANTA CATARINA ATÉ

1860

2.1 - POLÍTICA COLONIAL

O crescimento populacional brasileiro, no período colonial foi insuficiente porquanto meramente vegetativo, junto das atitudes políticas e dos preconceitos (ou reservas políticas, também?) do sistema colonial português, impeditivo, na maioria das seus atos, da entrada / de estrangeiros.

Sabe-se, por outro lado, que a forma de ocupação do solo, no regime colonial português, e , portanto, atingindo o Brasil, parte / da "Lei das Sesmarias", de 1375, firmada por D.Fernando I. ¹

Ora, o termo sesmaria tem uma origem:

" A origem deste nome parece que se deve procurar em sesma que era a sexta parte de qualquer coisa. Como estas terras se costumavam dar em fôro e pensão de sexto ou seis em um , daqui se disse sesmaria e sesmeiro. É também sesma , sítio, terreno, ou limite em que se acham estas terras, assim dadas de sesmarias." ²

Daí porque se complementa a explicitação: ³

" Sesmarias são propriamente as datas de terras, casais, ou pardieiros que já em oytro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora não o são".

O sistema transplantou-se para o Brasil, quando da criação das capitania^s hereditárias, tendo sido assegurado aos donatários, "nas cartas de doação, capacidade para livremente dar terras de sesmarias, exceto à própria mulher ou ao filho herdeiro". ⁴

Esse regime perdura no território brasileiro, modificado / por uma sequência de cartas-régias, decretos e provisões, incluindo-se aquela Carta-Régia de 23 de fevereiro de 1711, que impedia passagem as sesmarias ao "domínio das religiões"(ordens religiosas), mas que foi permitida a exceção por Resolução de 26 de julho do mesmo ano, desde que / pagassem dizimos, como se seculares fossem. ⁵

Mas, a aversão aos estrangeiros é quebrada pela Resolução do Conselho Ultramarino de 22 de junho de 1729, que aconselhava a introdução de casais ilhéus e quando estes não forem suficientes "sendo alemães ou italianos, e de nutras nações que não sejam castelhanos, ingleses, holandeses e franceses".

E, essa aversão permanece, pois, a Provisão Régia de 9 de / agosto de 1747, em outras palavras, na sua tentativa de reativar a o - cupação e exploração do solo brasileiro, permite a entrada de estrangeiros "que não fossem vasalos de soberanos que tenham domínio na América a que possam passar-se". ⁶

Mas, a regulamentação das formalidades e exigências do processo de concessão de sesmarias só se estabelece com o Alvará de 3 de março de 1770.

¹RAU .Sesmarias medievais portyguesas

²VITERBO. Elucidário.

³CAVALCANTI. Tratado deDireito Administrativo,v3,p.481/483

⁴VIANNA - As sesmarias no Brasil. p. 249

⁵VIANNA - idem, p.256

⁶CARNEIRO . Interpretação da política imigratória brasileira.
p.90.

2.2 - A POLÍTICA SOB D. JOÃO VI

Eminente estudioso ressalta:

" A história da imigração no Brasil começa com o Príncipe D. João. É ele quem, em 1808, baixa decreto criando condições propícias para atrair imigrantes não lusitanos para o Brasil".¹

São, evidentemente, de D. João VI, dois atos básicos na política de povoamento e colonização: o Decreto de 22 de junho de 1808 regulando as sesmarias no Brasil e o Decreto de 26 de novembro de 1808 do qual se dá a parte fundamental.

"Sendo conveniente ao Meu Real Serviço e ao bem público aumentar a lavoura e a população, que se acha muito diminuída neste Estado, e por outros motivos que me foram presentes: hei por bem que aos estrangeiros residentes no Brasil se possam conceder datas de terras por sesmarias pela mesma forma com que, segundo as minhas reais ordens, se concedem aos meus vassallos, sem embargo de quaisquer leis, ou disposições em contrário. A Mesa do Desembargo do Paço o tenha assim entendido e o faça executar".²

E para boa consecução dos seus objetivos, pelo Alvará de 25 de janeiro de 1809 disciplinou a concessão de sesmarias no Brasil, determinando-lhe os grâmites, juizes e oficiais que exerciam as funções, as condições e forma de passar as cartas aos sesmeiros.

E o desejo do Rei de Portugal, Brasil e Algarves, de colonizar o Brasil não ficou, somente, no seu pensamento. Os seus aulicos e ministros procuraram, na medida das suas forças e do seu entendimento, darem vida ao pensamento real;

"Empenharam-se Linhares, Barca e Tomás Vilanova em fomentar levadas imigratórias para a lavoura. Tudo no papel fora previsto, regação, clima, subsídios, amparo material e escolha do elemento humano. Em primeiro lugar considerou se o reino desejoso de fixar-se no Brasil na qualidade de agricultor. Decretos de 1811 estatuíam distribuição de terras, auxílio econômico, instrumentos de trabalho, gado e todo mais apoio possível."³

Desta forma iam abrir-se novas perspectivas não só à colonização, como processo econômico-social, mas, ao povoamento, como medi

da político-administrativa.

Isto por que, então, o vasto território que servia de sede à monarquia portuguesa tinha uma população aproximada de quatro milhões de almas, cuja metade era composta de escravos negros, os brancos não passavam da cifra de um milhão e o restante era constituído de 300.000 mestiços e cerca de 500 mil indígenas⁴, por força da pressão inglesa, que, por seu lado, pretendia liquidar com a escravidão negra, que era o fundamento econômico nas terras portuguesas da América, a fim de ampliar os mercados consumidores de suas manufaturas, liquidar com a concorrência dos produtos brasileiros nas Antilhas, e reafirmar a expansão imperialista inglesa⁵.

Entretanto, não descurada a contribuição numérica de portugueses, notadamente das Ilhas dos Açores, a quem se dava e se prometia, muito mais; em termos de auxílio, para a fixação em solo brasileiro, no dispor do Decreto de 16 de fevereiro de 1813.⁶

E o desenvolvimento do processo econômico-social, com a atitude favorável à imigração, é reafirmado pela lei, de 1820, que concedia terras a imigrantes católicos, "com o objetivo de atrair a colonização alemã."⁷

1. CARNEIRO. Interpretação da política imigratória brasileira.
p.90
2. VIANNA. As sesmarias no Brasil. p.259.
Carneiro p.59
3. PRADO.D JOÃO VI E O Início da Classe dirigente do Brasil
1815/1889 - p.129/130.
4. AVILA. L'immigration au Brésil.p.59
5. LIMA. História político-econômica e industrial do Brasil
p. 237.
6. SIPONSEN. História economica do Brasil,v.2,p.280.
7. BATHANA; MACHADO E WESTPHALEN. Alguns aspectos relativos ao estudos de imigração e colonização. p.357.

2.3 - A POLÍTICA REGENCIAL DE D. PEDRO

No interregno que medeia entre o retorno de D. João, com a família real, para Portugal, e a Independência, em 1822, não se tem uma / definição de política imigratória pelo Príncipe D. Pedro.

Assim, nesse período regencial não se tem uma atitude governamental que imprima sua característica à ação colonizadora.

2.4 A POLÍTICA NO 1º IMPÉRIO

Com a Independência pode-se dizer que, bem ou mal, vai ser definida uma política de colonização.

Tal política tem início com a Carta Imperial de 23 de maio de 1824, dirigida a Pedro Machado de Miranda Malheiro, Desembargador do Paço e Chanceler-Mor do Império, nomeando-o Inspetor da Colonização Estrangeira na Província do Rio de Janeiro e fixando-lhe as atribuições, ocasião em que se delineiam as primeiras orientações e o Governo Imperial dá início à sua política de colonização do sul do Brasil com imigrantes europeus. ¹

Já, pela Decisão de 7 de outubro de 1825, mandando passar, desde então para a Secretaria dos Negócios do Império, "por ser a competente, tudo o expediente relativo à colonização estrangeira, ficando, unicamente, pertencendo à dos Negócios Estrangeiros a correspondência externa e a direção de tais negócios até o momento de chegarem os colonos à Corte, visto ser cada vez mais crescente o expediente da Repartição dos Negócios Estrangeiros", demonstra o Governo Imperial o seu interesse em dar um tratamento adequado ao problema de colonização e conseqüente povoamento do território nacional.

Mas, o desiderato inicial não se concretizou.

"A entrada indiscriminada de imigrantes e, sobretudo, os repetidos fracassos em muitos dos empreendimentos / colonizadores, provocaram críticas violentas que tiveram ressonância nos meios parlamentares". ²

O assunto torna-se momentoso e, na "Fala do Trono", de 3 de maio de 1829, é abordado por D. Pedro I. ³

E, as condições do país fazem com que não se chegue a uma política definitiva.

Assim, desde 1830, estancara-se a imigração no Brasil e "em consequência da lei de 15 de dezembro deste ano que extinguiu a verba de despesas com a colonização", pois "os imigrantes até então localizados eram aliciados na Alemanha por um agente que percebia certa quantia por cabeça: tinham eles direito a um lote de terras e animais, e ainda a auxílios financeiros para a viagem e estada nos dois primeiros anos". A lei de 15-12-1830, portanto, não permitia mais a continuação desta imigração dirigida. ⁴

Deste modo tem-se um freio num processo desenvolvimentis

ta, de plena ocupação do solo e de aumento expressivo da produtividade / agrícola.

A interdição de despesas com imigração se manterá até / 1836. 5

1 BERNARDES , A colonização européia no sul do Brasil p.89

2 BALHANA , MACHADO E WESTHALEN , Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização p.357

3 RODRIGUES . O Parlamento e a Evolução Nacional. Introdução Histórica 1826-1840 . p.65

4 BERNARDES. A colonização européia no sul do Brasil , p.91

5 AVILA . L'immigration au Brésil , p.60

2.5 - A POLÍTICA NAS REGÊNCIAS

A atitude das Regências com relação à ocupação do território nacional, nas suas várias formas de colonização, vai diferir da atitude do 1º Reinado.

A sua atitude inicial está na Lei Geral de 13 de setembro / de 1831.

Com o Ato Adicional, promulgado em 1834, foi entregue aos / Governos provinciais a competência para "promover e estimular, em colaboração com o poder central, o estabelecimento de colônias".¹

Mas, dadas as condições internas do país, não se tem uma política bem definida e não se percebe um incremento na imigração.

¹ BALHANA , MACHADO E WESTPHALEN . Alguns aspectos.p.357.

2.6 - A POLÍTICA SOB D. PEDRO II

Esta é a época do Grande impulso à colonização do espaço brasileiro, sob as mais diferentes formas e procedimentos.

Com a maioridade de D. Pedro II, em 1840, dá-se nova e vital arrancada ao processo colonizador.

De um lado é a necessidade de braços para a lavoura de café, criando o sistema de colônias de parceria, especialmente em São Paulo.

Por seu turno o Governo Imperial visando a mais rápida incorporação, à sociedade nacional, do imigrante baixa o Decreto de 30 de agosto de 1843, que reduz para dois anos o tempo de residência, para efeito de naturalização, exigido pela Lei de 23 de outubro de 1832.¹

Dentro, pois do esquema governamental visando facilitar o ingresso de braços para povoamento e colonização do país expede-se o Decreto nº 401, de 1º de fevereiro de 1845, que fixa o desconto no imposto de ancoragem que, pelo Decreto de 26 de abril de 1844, se mandava fazer por colono que fosse transportado para o Império, na quantia de Rs 10\$000.

Mas, alarga-se a perspectiva.

A lei orçamentária nº 514, de 28 de outubro de 1848, reafirma a competência dos governos provinciais em promover a colonização, bem como concede terras devolutas para a criação de núcleos coloniais.²

Entretantes, as reclamações dos colonos de parceria e a "febre amarela", além de outras epidemias e endemias, agiam negativamente.

Mas, a grande medida legal, apesar do negativismo de algumas indicações, é a lei nº 601, de 18 de setembro de 1850 - a chamada / Lei de Terras - que, sanciona Resolução Legislativa, dispendo sobre as terras devolutas no Império e acerca das que eram possuídas por título de sesmaria, sem preenchimento das condições legais, bem como por simples títulos de posse, mansa e pacífica, e determinando que, medidas e demarcadas as primeiras delas, fossem cedidas, a título oneroso, assim para as empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros. As medidas definidores da política colonizadora do 2º Reinado, pode-se dizer, têm início, com esta Lei, que, / também, cria a Repartição Geral de Terras Públicas.

Estava definido o campo de atuação e o roteiro da administração colonizadora, mas, também, sentia-se que havia certo radicalismo na posição adotada, e face

"...As condições de abastecimento da província de São Paulo,

a alta do preços verificada nos gêneros de primeira necessidade, levariam à adoção de posições menos radicais quando da regulamentação da lei".³

E, assim o foi.

Neste meio tempo, a Lei nº 729, de 9 de novembro de 1850, baixava-se o Regulamento das Colônias Militares.

É, então, também, regulada a situação dos acatólicos, pela Lei nº 712, de 16 de agosto de 1853, seguida pela Lei nº 1.915, de 28 de março de 1857, e, ainda, pela Lei nº 3.069, de 17 de abril de 1863.

A expedição do Decreto nº 1.318, de 30 de janeiro de 1854, é uma abertura no processo colonizador, são normas para a posse da terra, a qualquer indivíduo, independente de nacionalidade, e dá vantagens, visando a sua fixação.

Complementam-na e são deveras importantes, como procedimento para enraizar o imigrante, o Decreto Legislativo nº 808 A, de 23 de junho de 1855, quanto à naturalização e a Lei de setembro do mesmo ano, impeditiva da entrada de imigrantes anormais (loucos, idiotas, surdos-mudos, cegos e entevados) que diminuíam a produtividade das áreas em que se fixassem, além dos problemas médico-sociais que adviriam da sua entrada.

Por sua vez o Decreto nº 1.915, de 28 de março de 1857, abre uma perspectiva de imigração em grande escala, ao aprovar o contrato / celebrado, a 26 do mesmo mês, entre o governo Imperial e a Associação / Central de Colonização, para importação e recebimento de 50.000 colonos mediante as cláusulas do contrato então aprovado. E, o Decreto nº 1.986, de 7 de outubro de 1857, completa a medida.

E a política colonizadora é ampliada.

Nova arrancada governamental é dada com o Decreto nº 2.168, de 1º de maio de 1858, que aprova o Regulamento baixado com o mesmo Decreto, para o transporte de emigrantes que, mais tarde, é modificado / (o Regulamento), pelo Decreto nº 3.254, de 30 de abril de 1864.

O interesse em fixar o estrangeiro à nova Pátria é demonstrado mais vezes.

Primeiramente, o Decreto de 10 de setembro de 1860, manda executar a resolução legislativa que regulou os direitos civis e políticos dos filhos de estrangeiros, nascidos no Brasil, cujo país não estivessem a serviço de sua nação e dos estrangeiros que casassem com brasileiros e destes (brasileiros) que casassem com estrangeiros.

Aprimorando o sistema, ressavando as necessidades da política colonizadora, é baixado o Decreto de 30 de abril de 1864, aprovando as alterações feitas no regulamento para transporte de imigrantes, que baixou com o de nº2.168, de 19 de maio de 1858.

Seguem-se novas medidas.

E, pelo Decreto nº3.628, de março de 1866. o Governo Imperial concede autorização para funcionamento e aprova os estatutos da Sociedade Internacional de Imigração.

Mas, neste meio tempo, um fato importante eclodiu:

Como resultante das condições existentes nas colônias de parceria, com imigrantes alemães, nas fazendas de café de São Paulo,

"representou um rude golpe para a colonização alemã no sul do Brasil. O sistema deu origem a tantas queixas que a 3 de novembro de 1859 promulgava-se o famoso Rescrito Von der Heydt, decreto ministerial da Prússia, posteriormente adotado por outros Estados alemães, que proibia a emigração para o Brasil. Mais tarde, em 1866, o decreto foi revogado para o Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. Embora o número de alemães que entraram no Brasil em 1860 fosse tão grande como o anterior, teria sido fundado maior número de colônias, sem dúvida, nessa época, não fora o decreto, e principalmente a publicação desfavorável que a acompanhou".⁴

¹ ELEIUSS - História administrativa do Brasil . Esta e todas as demais citações legais foram originariamente coletadas, nesta obra.

² BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN . Alguns aspectos...p.358

³ BALHANA, MACHADO e WESTPPEALEN . Alguns aspectos...p.358

⁴ SMITH . Brasil, povo e instituições. p:448-449

2.7. - A SITUAÇÃO EM SANTA CATARINA

A ocupação pura e simples do solo do atual Estado de Santa Catarina tem raízes nos anos primeiros do século XVI pelo europeu. Mas, o crescimento meramente vegetativo cede lugar à dinâmica veloz do super povoamento açoreano, intensamente efetuado, de 1748 a 1756. ¹

E, nas vésperas da Independência o Intendente de Marinha, Miguel de Souza Mello e Alvim, foi incumbido de instalar pelo ministro Thomaz Antônio de Vilanova Portugal, com pescadores, na Enseada das Garoupas a colônia "Nova Ericeira", em 1818, dispendendo o Governo com a aquisição de terrenos e construção de casas Rs 5:383\$458 ² e eram 101 pessoas de ambos os sexos.

O processamento da ocupação do solo, num sentido colonizador, se dá a partir de 1829.

Neste ano tem início a colônia "São Pedro de Alcantara", com elementos germanicos, num total de 635 pessoas, às quais, no mesmo ano, acresceram outras 59, e, do total, nela instalado, 162 eram ex-soldados dos batalhões alemães dissolvidos no Rio de Janeiro, e, também, entre eles, haviam aquelas que eram artesãos e não agricultores. É bom que se saiba sobre as condições geo-climáticas da colônia é bom salientar a sua acentuada tropicalidade. As condições acima fizeram com que, em 1837, os colonizadores de São Pedro de Alcantara, saíssem em procura de novas terras e no vale do Cubatão fixassem a Colônia "Vargem Grande", como irão, mais tarde, migrar para outras áreas da então Província, seja ao longo do vale do Itajaí, seja na Colônia Dona Francisca ou, ainda, vão fornecer porável parcela da população da Colônia Nacional Angelina, ou, ainda vão alcançar os formadores do rio Tubarão, no vale do Capivari, ou do rio Araranguá, no vale do Mãe Luzia. E formada a Colônia "Leopoldina", com 55 colonos alemães, localizados no alto do rio Biguaçu com estes se entrosam os colonos de São Pedro de Alcantara. ³

Neste meio tempo no alto vale do rio Tijucas, a firma Demaria F. Schutel, constituída por Carlos Demaria e Dr. Henrique Ambaner Schutel, teve início a Colônia "Nova Itália", em 1836, ano em que vieram do Reino da Sardenha 186 pessoas, das quais 116 ali se localizaram. ⁴

É importante e necessário o conhecimento da concessão do Dr. Schutel e a localização da sua colônia porquanto vai ser íntima ligação com o estudo que se realiza, a seguir.

Daí por diante o território da então Província de Santa / Catarina passa a ser um constante laboratório de experiência colonizadoras.

Quase, simultaneamente, com a colonia "Nova Itália", por / força da Lei Provincial nº 11, de 5 de maio de 1835, fundam-se duas colonias, cada uma com dois arraiaias, no baixo curso do rio Itajaí -açu e Itajaí-mirim, em sua planície aluvial, em 1836, com 141 pessoas, na sua maioria, nacionais. Esta colonia arrastou-se até 1852, sem apresentar / desenvolvimento mensurável e, em parte, devido às administrações que teve.⁵

Por esse tempo a Lei Provincial nº49, de 15 de junho de / 1836, permitia a colonização por firmas comerciais ou companhias particulares, tanto nacionais, como estrangeiras apesar de caber tal iniciativa ao Governo Imperial. E a Lei Provincial nº79, de 2 de maio de 1837, estabelece disposição sobre colonização.

Mas, a grande novidade vai se dar em 1842. Surge em terras brasileiras um novo tipo de colonização. São discípulos do "socialista utópico" Charles Fourier, que sob a égide de D. Pedro II e sob o comando e orientação do médico Homeopata Dr. Bento José Mûre, vão fundar na península do Saí, no litoral norte-catarinense, a Colonia Industrial do Saí, inicialmente com 100 franceses, das mais variadas profissões.

Sendo uma colonia de artesãos e operários especializados faltou-lhe a necessaria base agrícola para a subsistência diária, apesar do apôio do Governo Brasileiro e de tal ordem se processam os fatos que o representante do Governo da França, no Rio de Janeiro, em / 1844, solicitava ao seu país que obstasse o embarque daqueles que se apresentassem na França, para se reunir àquela Colonia.⁶

E, pouco a pouco, se espalharam por Santa Catarina e outras partes do Brasil estes elementos.

Em 1843, novamente no vale do rio Tijucas, mas, desta vez, no ribeirão do Moura, o cidadão brasileiro Manuel Floriano da Silva, obteve uma concessão de terras e ali instalou uma colonia inicialmente com seus filhos e um genro. Sem auxílio governamental ela se desenvolveu, pouco a pouco, e se incorporou à comuñidãde catarinense.

E, após percorrer Santa Catarina e descrevê-la para a Sociedade Belgo- Brasileira, Charles Van Lede⁸ estruturou uma colonia belga nas margens do Rio Itajaí-açu. Nela se instalaram, inicialmente, 90/

vindos pelo brigue "Jean Van Euck"^{8A} e depois mais 60 indivíduos. Mas, as dificuldades advindas da morte do idealizador e a má administração levaram à falência o empreendimento, incorporando-se pouco a pouco, a população ao contexto nacional.

O Governo Imperial, em 1847, fez iniciar onde, nos tempos coloniais se localizara a "Armação" de baleias de Nossa Sra. da Piedade, fronteira à ponta norte da Ilha de Santa Catarina, uma colônia com elementos alemães, num total de 150 pessoas. Tal local era impróprio para agricultura e falta de melhores condições de comunicação. No fim de seis anos não restava no local um único dos colonos; todos haviam se mudado para outras áreas da Província.¹⁰

Em decorrência de decreto do Governo Imperial, de 1846, instalou-se a Colônia "Santa Isabel", inicialmente na confluência do rio dos Bugres com o rio Cubatão, em julho de 1847, com 265 imigrantes alemães, chegados, respectivamente em dezembro de 1846 no bergantim "Venus", com 120 pessoas, em março de 1847 na Sumaca "14 de novembro" com 81 pessoas, e em fins de 1847 na Galeota belga "Jean de Locquenghien" com 64 pessoas¹¹. A agricultura praticada, sem adoção de melhores técnicas agrícolas, aliada ao depauperamento do solo, degenerou na perda de substância econômico-social da colônia e muitos migraram para outras áreas da Província.¹²

Esta colônia ficará, também, intimamente ligada à Colônia Angelina.

Em 31 de janeiro de 1850 o governo Imperial faz extensivo à colônia "São de Alcântara" o disposto no decreto legislativo nº. 397, de 3 de setembro de 1846, no tocante à naturalização de estrangeiros.

A província põe em execução a sua Lei nº484, de maio daquele ano de 1850.

E, comissionado pela "Sociedade de Proteção aos Emigrantes", de Hamburgo, o Dr. Hermann Otto Blumenau, entrará, em 1848, em contato com a realidade brasileira, percorrendo o Rio Grande do Sul, e posteriormente, Santa Catarina.¹³

Daí surgiram os entendimentos para a fundação de uma colônia com imigrantes alemães em Santa Catarina.

E, assim, em 1850, na confluência do Ribeirão da Velha com o rio Itajaí-açu plantou a sua colônia com 17 pioneiros, todos luteranos, dos quais, somente dois lavradores e contando-se, entre eles,

agrimensor, carpinteiros, marceneiros, charuteiro, funileiro e ferreiro. Nascia, desta forma, a Colônia "Blumenau". ¹⁴

Par a par, por força da lei nº166, de 29 de setembro de 1846, que estabelecia os dotes das Princesas Imperiais, e determinava em seu artigo 4º que teriam "um patrimônio em terras pertencentes à Nação", e, por força do casamento da Princesa Francisca Carolina com François-Ferdinand Phillipe, Príncipe de Joinville, no seu contrato de casamento explicitou-se que teria 25 léguas quadradas, em um ou mais lugares da Província de Santa Catarina. E Léonce Aubé, como procurador do Príncipe de Joinville é quem escolheu o local para a fixação das "terras dotais", que seriam medidas, em 1845. ¹⁵ E, face ao contrato dos Príncipes de Joinville com a Sociedade Colonizadora de Hamburgo, aprovado pelo Governo Imperial em Decreto de 15 de maio de 1850, para a fundação de uma colônia agrícola fundase a colônia "Dona Francisca", cuja sede seria, desde logo, denominada Joinville. ¹⁶

E, instituída a Lei de Terras de 1850, regulamentada pelo Decreto nº1318, de 30 de janeiro de 1854, é nomeado para executor dessa lei em Santa Catarina, como juiz Comissário para os trabalhos de legitimação e revalidação das posses e sesmarias o 1º tenente do Corpo de Engenheiros, Dom Eugênio Frederico de Lossio e Seibnitz.

O processo colonizador está então intenso na Província de Santa Catarina. Em 1852 estão em plena atividade as Colônias Dona Francisca, Blumenau, Itajaí, Dom Afonso, Piedade, Leopoldina e Santa Isabel. ¹⁷ No ano de 1853 eram as mesmas ¹⁸, em 1854 acrescenta-se a Colônia Militar de Santa Tereza ¹⁹, e, em 1855 são, ainda, as mesmas colônias ²⁰.

Mas, no ano de 1856 mereceu menção do Presidente da Província a Colônia Comercial do Saí, do "comerciante Flores do Rio de Janeiro", ²¹ que, até hoje, não mereceu uma linha sequer dos estudiosos do passado catarinense.

Já, ano de 1857, são referidas as Colônias Militar de Santa Tereza, Blumenau e Dona Francisca ²². No ano seguinte de 1858 trata das mesmas e mais da Colônia Leopoldina ²³.

O Presidente João José Coutinho, dadas as suas qualidades de administrador e o tempo que governou a província de Santa Catarina-nove anos, oito meses e quatro dias - durante o Regime monárquico ²⁴, não se ocupou devidamente com a colonização e o povoamento do território catarinense. Esteve voltado para outros aspectos da administração pública.

Entretanto, ao assumir a Presidência da então província ela-

borom uma "resumida história", que pelo Ofício nº4, de 27 de janeiro de 1854, dirigiu ao Ministro do Império, tratando das colônias da Província, até aquela data²⁵.

E, na Europa:

"...Interesses de ordem econômica, pendores filosóficas, predileções exóticas, a insatisfação com a realidade social e a ânsia de fuga para algo melhor, tudo reflete-se na imagem européia da América e, portanto, do Brasil.²⁶"

Mas, as raízes são bem profundas e o retrato bem marcante é aquele encontrado na Alemanha:

"As condições políticas e sócio-econômicas do país favoreciam. O próprio Goethe, aliás, com o "Lied das Answanderers", ou com o "Wanderlied" reflete à interesse pela busca da sorte em outras terras. O Brasil mesmo não lhe foi indiferente.²⁷"

E qual tinha sido, até então, o processo emigratório alemão: "De 1818 a 1830, o algarismo dos colonos alemães aportados / ao Brasil foi de 6.856. Esse movimento paralizou-se por completo de 1830 a 1837. Recomeçou, no ano seguinte, lentamente, a princípio, e até 1874 foi de 71.247. Entre 1843 a / 1859, entraram no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mais ou menos 20.000 colonos alemães²⁸"

Estes dados não coincidem, entretanto, com os oficiais, que fixam em 59.974, no período de 1820-1883 os alemães entrados no Brasil.

Vejamos como se exprime, numericamente, tal imigração:

"Em 1850, com a população total de 74.927, encontraram-se 1.342 estrangeiros, ou 1,79%(excluem-se da rubrica "estrangeiros", aqui como nos cálculos a seguir, os negros africanos).

"Em 1858, contam-se então, ~~ent~~ os 127.786 habitantes da província, 6.444 estrangeiros, ou 5,04%"²⁹

E, com o Rescrito de Vonder Heydt, de 1859, paralisa tal movimento, ou, pelo menos, diminui de intensidade. O Brasil terá, então, / que procurar outras soluções e Santa Catarina vai ter que encontrar outros contingentes e outras para ocupar o seu território ainda grandemente vazio.

Tal atitude da Prussia foi acompanhada pelos governos de Baden e de Württemberg, e, em 1871, extensiva a todo o Imperio alemão.³⁰

Deve-se, entretanto, considerar que, em 7 de maio 1853, já a Prússia promulgara uma lei regulamentadora do processo emigratório, e o Decreto de 3 de novembro de 1859, conhecido como Rescrito Vonder Heydt por ser assinado pelo ministro prussiano August Von der Heydt, do Comércio Industria e Obras Públicas, designando, nominalmente, os empresários que tinham suspensas as suas concessões para encaminhar emigrantes para o Brasil. Outrossim, vamos notar sim, que diminuem as entradas de alemães, mas, as próprias estatísticas, comprovam que não o é em números tão alarmantes. ³¹

Esta vai ser uma das causas da atitude do governo provincial de Santa Catarina criando a Colônia Nacional Angekina, objeto desta análise

Mas, nem por isso, diminuiu a atividade colonizadora no 2º período, como se verá, adiante.

O Decreto nº3.784, de 19 de janeiro de 1867, aprova o regulamento das colônias do Estado.

Segue-se depois uma época de crise no processo colonizador e deles se disse:

" Os Anos Críticos, o decênio de 1870 a 1880. Nesse período situam-se os anos críticos da colonização no Brasil. Foi a época em que se sentiu a necessidade de uma justificativa para a maneira dispersiva em que se tinham desenrolado as atividades colonizadoras. Ainda nesse decênio realizaram-se investigações nas colônias para responder as críticas que / choviam no país e combater a propaganda estrangeira". ³²

Mas, ainda assim, com tãda a crise se pretendeu fortalecer os laços do estrangeiro com a terra que o recebera: o Decreto de 12 de julho de 1871 autoriza o Governo a conceder carta de naturalização a todo estrangeiro que o requeresse, sendo maior de 21 anos e tendo residido no país ou fora dele, a seu serviço, por mais de seis anos.

E, a entrada de imigrantes não cessa. No âmbito da área cafeicultora o Decreto nº5.128, de 30 de outubro de 1872, autoriza a novação do contrato com John Beaton, de que era concessionaria a "Brazilian Coffee States", de acordo com as clausulas anexas ao mesmo, e pelo Decreto nº5.373, de 6 de agosto de 1873, autoriza, também, a novação do contrato celebrado e aprovado pelo Decreto de 27 de novembro de 1872, com Savino Tripoti, para a introdução e estabelecimento de 500 famílias

de imigrantes ou 2.500 imigrantes, da Alemanha e Itália, para a fundação de uma ou mais colônias agrícolas e industriais. E, no ano seguinte, por Decreto de 7 de janeiro de 1874 autoriza a novação do contrato celebrado com o bacharel Bento José da Costa, para a introdução e estabelecimento de colonos (até 15.000 imigrantes). Mas, o grande passo é dado pelo Decreto de 17 de junho de 1874 autorizando a celebração de contrato com Joaquim Caetano Pinto Júnior para importar 100.000 imigrantes europeus.

O ingresso desordenado e avassalador de imigrantes mostrava / que a estrutura administrativa era inócua e inoperante. E, novos rumos são dados ao processo colonizador com o Decreto nº 6.129, de 23 de fevereiro de 1876, que organiza a Inspetoria Geral de Terras e Colonização, nos termos do Regulamento anexo ao mesmo Decreto, subordinada ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, serviço esse que vai ser reorganizado, posteriormente, no Período Republicano. ³³

- 1 BOITEUX, Lucas A. Açorianos e madeirenses em Santa Catarina.
PIAZZA. Atlas Histórico de Santa Catarina. p.17.
- 2 MATTOS. Colonização do Estado de Santa Catarina. p.24
- 3 PIAZZA. Atlas histórico. p.24
- 4 BOITEUX, L.A. Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina.
- 5 PIAZZA. Atlas histórico. p.24
- 6 BOITEUX, H. O Falansterio do Saí.
PIAZZA. "Fourierismo" em Santa Catarina.
- 7 MATTOS. Colonização do Estado de Santa Catarina. p.76-77
- 8 LEDE. De la colonisation au Brésil.
- 8^A GEVAERD. O pioneiro... p.53
- 9 MATTOS. Colonização do Estado de Santa Catarina. p.62
- 10 MATTOS. Colonização do Estado de Santa Catarina. p.63-64
- 11 MATTOS. Colonização do Estado de Santa Catarina. p.105
- 12 SCHADEN. Notas sobre a localidade de São Bonifácio e Notas para a História da Localidade de Löffelscheidt.
- 13 JAMUNDÁ. Um alemão brasileiroíssimo. p.15 e ss.
- 14 SILVA. História de Blumenau.
- 15 AUBÉ. La Province de Sainte-Catherine.
- 16 FICKER. História de Joinville.
- 17 COUTINHO. Fala, 1853. p.7-10.
- 18 COUTINHO. Fala, 1854. p.9-11.

- ¹⁹COUTINHO. Fala, 1855.p.7-11.
- ²⁰COUTINHO. Fala, 1856.p.9-12.
- ²¹COUTINHO. Fala, 1857.p.30-33.
- ²²COUTINHO. Fala, 1858.p.12-14.
- ²³COUTINHO. Fala, 1859.p.15-16.
- ²⁴PIAZZA. O PRESIDENTE JOÃO JOSÉ COUTINHO.
- ²⁵COUTINHO. Relatório, 1859.p.17.
- ²⁶CAMPOS . Imagens do Brasil no velho mundo.p.40.
- ²⁷CAMPOS . Imagens do Brasil no velho mundo.p.57.
- ²⁸FLEIUSS. História administrativa do Brasil.p.205
- ²⁹CÂMARA. Estrangeiros em Santa Catarina.p.20
- ³⁰BALHANA, MACHADO e WESTPHALEN. Alguns aspectos...p.361.
- ³¹FOUQHET. Der Von der Heydt'sce Erlass....p.74-75.
- ³²SMITH. Brasil, povo e instituições .p.449

³³Básicamente o Período Republicano reafirmou algumas teses, como a da integração pela naturalização: Decreto nº58A, de 14-12- / 1889, cujo prazo é prorrogado pelo Decreto nº479, de 13-6-90. Pelo Decreto nº603, de 28 de julho de 1890, é aprovado um Regulamento para a Inspeção Geral de Terras e colonização. Complementa-se, em seguida, a política colonizadora, com o Decreto nº964, de 7 de novembro de 1890, que altera e amplia as disposições do Decreto nº 528, de 28 de junho do mesmo ano, sobre os preços e divisões dos lotes de terras. Já, o Decreto nº1.187, de 20 de dezembro de 1890, determina que os contratos para a introdução de imigrantes assim / como para a fundação de núcleos agrícolas, sómente fossem feitos, de então em diante, à vista de autorização legislativa. Nova sistemática administrativa resulta do Decreto nº927, de 5 de julho de 1892, que estabelece nova organização ao serviço, de que se achavam incubidas, as Delegacias da Inspeção Geral de Terras e Colonização. E o Decreto nº9.081, de 3 de novembro de 1911, dá novo regulamento ao Serviço de Povoamento.

3. AS COLÔNIAS "NACIONAIS":

a colônia angelina

=====

3. As colônias "nacionais". A Colônia Angelina

3.1. - A SUA CRIAÇÃO

As razões da criação da Colonia Nacional Angelina estão explicitadas, assim, pelo seu idealizador, o Presidente Francisco Carlos de Araújo Brusquê¹:

"Sempre pensei, senhores, que a deficiência dos braços no / nosso país não reclamava somente a emigração estrangeira , mas também saber melhor aproveitar os que já temos. Com - prendendo também no nosso sistema de colonização a popula - ção nacional podemos em meu conceito ir marchando para a - quele fim. A venda de terras a longo prazo, em lugares aza - dos, a numerosas famílias que vivem em ermas paragens ,ou de favor alheio, era o meio que antolhei sempre como o mais propício para realizar o melhor emprego destas forças dis - persas.

Concentrando a população, o que é muito vantajoso à sua / própria educação, provocamos a nobre emulação do trabalho, que é o berço de todo o progresso, e aumentamos as forças produtivas do país.

"Chegando ao meu conhecimento que vagavam algumas famílias nesta província em busca de terras de lavoura, mas que não possuíam os recursos para obtê-las por meio de compra, solicitei do governo imperial a faculdade de vender a esco - lhidas pessoas nestas condições lotes de terras.

Em consequência houve por bem sua Magestade o Imperador / autorizar-me, como me foi comunicado em aviso de 30 de no - vembro do ano findo(1859), a vender nas imediações da co - lonia alemã Leopoldina, ou sobre a estrada que da Província de São Pedro se dirige ao Paraná lotes de terras de 62.500 braças quadradas ao preço de meio real a braça, pagavéis / em prestações iguais, a contar do fim do 2º ano do estabe - lecimento, ficando, porém, os ditos lotes e benfeitorias / que neles se fizer hipotecadas ao pagamento.

"Pretendo, pois, fundar uma colonia de nacionais, esco - lhendo pessoas laborisadas que, por não possuírem terras , trabalham muitas vezes em terreno alheio, repartindo com o senhorio a metade dos produtos que colhem.

"Aguardo o resultado de exames que mandei fazer em terras situadas nas localidades indicadas, mas desde já inclino-me à preferência da situação que demora na direção do rio do Engano até a estrada de Lages, pouco acima da colonia Leopoldina.

"Esta paragem está deserta e, segundo eu mesmo observei, tem boas terras e ficará colocado este núcleo entre a colonia Teresópolis e aquela outra.

"Muitos indivíduos me têm já procurado, pretendendo terras nestas condições. Penso com proveito levar a efeito aquele meu pensamento:

"Desejo, porém, o vosso concurso, facultando-me alguns recursos com os quais possa a presidência ocorrer despesas necessárias com a medição dos lotes, que não poderá ser feita pelos próprios colonos, que são pobres, e compra de alguns instrumentos aratórios, cujo uso é muito conveniente procurar / introduzir na lavoura desta província."

"O governo imperial dando aquela concessão fez um grande benefício a esta província: a vós, senhores, cabe, também acompanhá-lo no nobre empenho de promover a sua prosperidade.

"Conto, pois, que me auxiliareis nesta empresa com a quantia de 5:000\$."²

Assim, através de autorização do Ministério do Império e com só recursos expressos na Lei^o 482, da Província de Santa Catarina, de 5 de maio de 1860, combinado com o § 6^o do art 2^o, Cap V, da Lei n^o503, de 29 de junho de 1860, foi possível criar a Colonia.

Efetivamente realizou-se aquele Presidente o seu desiderato e é explícito o seu desejo de testar a colonização com brasileiros, inclusive procedendo, com estes mesmos elementos, a introdução de técnicas / "modernizadoras" na agricultura.

É pois, de fundamental importância na análise desta experiência medir-se até que ponto foi válida.

E, por ato de 10 de dezembro de 1860 foi a Colonia Nacional Angelina em homenagem ao Senador Angelo Moniz da Silva Ferraz, então / Presidente do Conselho de Ministros - criada nas Terras devolutas situadas à margem do ribeirão do Mundeu e próxima à antiga estrada de São / José a Lages, abrangendo, inicialmente 9.000.000 de braças quadradas, ampliada a sua superficie ao dobro, por ato de 27 de janeiro de 1866.³

Entretanto, outros objetivos precisavam ser colimados na criação da Colônia:

"Usando da autorização que me conferiu o governo Imperial em aviso de 30 de novembro de 1859, mandei proceder a diversas / explorações com o fim de encontrar uma porção de terreno que reunisse à Fertilidade do solo a proximidade de um mercado regular, para estabelecer o núcleo de colonos nacionais. (o grifo é nosso!).⁴

Assim se manifesta o interesse pelo desenvolvimento econômico da Colônia, através da proximidade de um mercado consumidor "regular", / que absorvesse a sua produção, sendo, pois, um condicionante do progresso do empreendimento.

Mas, as dificuldades são, também, ponderáveis e são objeto de criteriosa análise por outro administrador provincial:

"Com efeito vegetão na ociosidade e miséria muitos braços nacionais, que encaminhados ao trabalho com os necessários auxílios serão úteis a si e ao paiz; todavia, para aproveitá-los no roteamento das terras com o sistema de colonização, é / preciso modificar hábitos arreigados, inspirando a constância do trabalho e a ambição de bem estar, e lutar de alguma forma contra a repugnância natural à locomoção e separação do lugar do nascimento e das relações contraídas.

"Não será difícil formar uma Colonia Nacional agrícola com homens habituados aos rudes trabalhos da lavoura, que urgidos / pela forma ou outra igual calamidade são forçados a abandonar os seus lares; mas as dificuldades sobem de ponto, quando os colonos procedem de diferentes condições, como os que tem de povoar aquela Colônia Nacional, os quais, em geral, atingem a sociedade de seus desejos e aspirações, logo que podem ir satisfazendo as necessidades imperiosas da vida, como mais ou / menos dificilmente conseguem, preferindo os gozos não experimentados e independência de obrigações e a livre disposição / de seu tempo, conforme seus caprichos.

"Sí é difícil, não é contudo impossível; a perseverança e providência adaptadas poderão leva-la ao cabo".⁵

E, tem-se, assim, os dois lados da questão. Um de aproveitar a mão-de-obra disponível e a pletora demográfica das comunidades litoraneas. O outro demonstrando a problemática da tradição cultural difi -

cil de ser suplantada, face à afetividade.

A consumação da criação da Colonia é fruto da Lei Provincial nº 482, de 5 de maio de 1860, combinado com o § 6º do art.2º, capítulo III da Lei nº 503, de 29 de junho do mesmo ano(1860).⁶

Mas, no proprio ambiente catarinense, alguém teceu algumas / "considerações sobre a colonização nacional".⁷

"...um dos maiores inconvenientes que se opõe ao progresso da colonização nacional é sem dúvida a pouca ou nenhuma vocação que tem uma boa parte dos indivíduos que habitão as localidades proximas ao mar a vida agrícola; criando eles desde tenra idade na vida do mar, acompanhando os pais à pescaria, embarcados em pequenas canoas, consideram outra qualquer ocupação penosissima e por demais improductiva; não se resolvem por maiores que sejam as vantagens prometidas a abandonar os habitos já tão arraigados, para abraçarem a vida laboriosa / do lavrador. Eis a razão, a nosso ver, porque, tendo-se fundado essa colonia denominada - Angelina - em janeiro deste ano e em terras fertilissimas, próxima ao rio dos Mundess na estrada que conduz do município de São José a Lages, não tem progredido como era de esperar. Uma multidão de individuos existem por todo esse litoral, desde o municipio de Laguna até o de São Francisco, onerados de famílias, privadas de todas as comodidades da vida, sem o necessário alimento, e até faltos de um terreno onde possam fazer um rancho de palha para se abrigarem das intemperies das estações, contudo não há persuasão por mais eloquentes que sejam, nem promessas vantajosas que o fação comprehender quaes os bens que os poderes provinciais lhes proporcionarão, offerecendo terras para cultivarem, por muito insignificante quantia, paga em pequenas porções dentro de um espaço de tempo razoavel. Tal é a inação, tão arraigado está neles o habito de viverem à beira-mar, embora suportem o rigor das privações! Para conseguir que a colonização nacional, mais tarde, dê algumas esperanças lisongeiras, convem adoptar medidas adequadas pelas quaes se possa atingir aos fins que esses poderes da Provincia tiverão / em vista decretando a fundação dessa, é se ben nos recordamos, que muitas vezes é necessário usar de meios energicos para obrigar a receber-se o bem, quando o individuo a quem se pre-

tende beneficiar recusa-o obstinadamente. Enfim, isto é obra que só com o tempo chegará a concluir-se, já que falamos na Colonia Angelina daremos uma mas ligeira ideia / d'ela no estado presente, segundo informações que temos."

Como se vê o cronista contemporâneo não estava muito esperançoso com o futuro da Colonia e mostrava que a cultura do litorâneo era impeditiva à sua atuação na agricultura.

¹ FRANCISCO CARLOS DE ARAUJO BRUSQUE -Nascido em Porto Alegre, em 24 de maio de 1822, Francisco Carlos de Araujo Brusque era filho do Coronel de Milicias Francisco Vicente Brusque e de D. Delfina Carlota de Araujo Ribeiro.

Seus antepassados, os Bruschi, de Florença, eram de origem nobre e se estabeleceram em Portugal no século XVIII. Seu pai, Francisco Vicente Bruschi(depois brasileiro o nome para a forma de Brusque) veio para o Brasil com a Família Real, em 1808.

Francisco Carlos bacharelou-se, pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1845. Durante o curso participou de movimentos estudantis na capital paulista, sendo preso em certa oportunidade. Formado, regressou a sua Provincia, ingressando na vida política. Foi deputado provincial pelo Rio Grande do Sul nos anos de 1848, 1854, e 1856. Também exerceu mandatos de deputado à Assembléia Geral, como representante de sua Provincia natal e do Amazonas, em sucessivos mandatos até 1875.

Nomeado, pelo Imperador Pedro II, para governar a província de Santa Catarina veio substituir, na Presidência, o Dr. João José Coutinho. No dia 21 de outubro de 1859 Araujo Brusque recebeu a presidência do Dr. Esperidião Eloi de Barros Pimentel, vice-presidente, em exercicio e o exerceu até 17 de abril de 1861.

Os dezoitos meses da administração de Brusque, em Santa Catarina ficaram assinalados pela ação em favor da colonização com imigrantes europeus e algumas providências no setor ensino, Nesta época Lages foi elevada a categoria de cidade. O breve periodo de governo e as divergências reinantes entre os chefes políticos locais

impediram uma maior desenvoltura deste Presidente. Acrescente-se o fato de que pelo espaço de um ano ele permaneceu governando, apesar de sua exoneração. É que, em abril de 1860, o Governo Imperial tomara a iniciativa de exonerar todos os Presidentes de Província que fossem deputados e senadores. Brusque ocupava uma cadeira no Parlamento. Apesar do Ato Imperial o Presidente não transmitiu o cargo ao Vice. Somente, em abril de 1861, quando o Imperador Pedro II oferece-lhe a presidência da Província do Pará, é que Francisco Carlos de Araujo Brusque decide / deixar Santa Catarina.

No dia 17 de abril passou o governo ao vice-presidente João José de Andrada Pinto. A 22 deste mês, acompanhado da família, embarcou para Porto Alegre.

No entanto, apesar do pouco tempo e das implicações enumeradas, Araujo Brusque se fez respeitar pelas correntes políticas da época. Teve como colaborador o irmão José de Araujo Brusque que foi chefe de Polícia. Na administração coube a ele instalar em 1860, três núcleos de colonização: Teresópolis, Angelina e Itajaí, depois Brusque.

Após deixar Santa Catarina, Araujo Brusque, foi / presidir a Província do Pará, onde permaneceu até o ano de 1864. Neste ano passou a fazer parte do gabinete de Zacarias de Goes, como Ministro da Marinha, em substituição a João Pedro Dias Vieira. Acumulou esta pasta com o Ministério da Guerra, cujo titular José Mariano de Matos, adoeceu. Foi nesta gestão que se organizou a composição do Exército Brasileiro, pelo voluntariado e pelo recrutamento, conforme a Lei de 20 de julho de 1864.

Sua participação na vida política do Império, foi até o ano de 1875, quando retirou-se do Parlamento, para dedicar-se a advocacia.

Dentre as condecorações que lhe foram conferidas / inclui-se o Hábito de Cristo, a Gran-Cruz do Leão Neerlandês e o Oficialato da Ordem da Rosa.

Araujo Brusque faleceu na cidade de Pelotas, no / Rio Grande do Sul, no dia 23 de setembro de 1886. Foi

casado com D. Cecília Amalia de Azevedo Brusque. O casal teve sete filhos.

- ² BRUSQUE. Relatório, 1860, p.18-19 (publicado sob o título "Colônia Nacional Angelina", no Jornal "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, nº 576, p.3).
- ³ BOITEUX, J. Dicionário, 1 v . p.18
- ⁴ BRUSQUE. Relatório, 1861 a.p. 11 (publicado, também, no jornal "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, nº 672, edição de 23 de março de 1861, p.1).
- ⁵ PINTO. Relatório, 1861, p.8.
- ⁶ CUNHA. Relatório, 1863, p.27.
- ⁷ " Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, nº 847, edição de 28 de novembro de 1861, p.1.

3.2 - A SUA INSTALAÇÃO

A sua instalação se deu aos poucos, removidos os óbices.

A primeira informação é dos trabalhos preliminares necessários à instalação:

"Existem já algumas famílias a estabelecer e conto outras , que procurão possuir ali terrenos.

"Da colocação dos primeiros habitantes desta Colonia depende em grande parte o exito desta idéia. Não poupei esforços na escolha do pessoal, com que foi fundada".¹

E, para sua instalação, foram na data sua criação, 10 de dezembro de 1860 baixadas "Instruções" regulando as atividades do "Encarregado da Direção" e o seu relacionamento, não só com a administração superior da Província de Santa Catarina, mas, também, com os colonos.

Assin estão redigidas estas "Instruções":²

"O Presidente da Província de conformidade com o Aviso do Ministério do Império de 30 de Novembro de 1859, tendo resolvido mandar / crair nas terras devolutas situadas nas margens do ribeirão dos Mundeos, e próximas à antiga estrada de Lages, uma colonia composta de famílias / nacionaes, que se denominará Angelina, encarrega o agrimensor Otto Sch - lappal da medição, demarcação e distribuição dos prazos coloniaes sobre as seguintes instruções:

Art.1º

A colonia será composta de famílias nacionaes, que se propozerem a possuir terras com o fim de effectivamente cultivar-as, e n'ellas residirem com morada habitual.

Art.2º

Serão admitidos como colonos, os nacionaes que forem casados, ou viuvos com filhos, laboriosos, e de boa conducta civil e moral, que não possuirem terras de cultura, nem os meios de adquiril-as a dinheiro de contado.

Art.3º

A colônia deverá abranger uma área de nove milhões de braças quadradas, medidas em terras devolutas, de ambas as margens do ribeirão dos Mundeos e de um outro lado da antiga estrada de Lages.

Art.4º

Os prazos coloniaes serão de 62,500 braças quadradas e demarcadas pela maneira seguinte

1º - A linha da frente será traçada paralelamente ao rio deixando-se de permeio o espaço suficiente para abertura de uma estrada de 10 braças de largura e com o resguardo suficiente contra as inundações / do rio.

2º - Serão abertas as linhas lateraes n'uma extensão somente de 20 braças, indicando-se, porém, na planta, qual a sua direção e extensão total que devem ter, até encontrar a linha dos fundos, que será também indicada, ficando reservada a demarcação completa destas linhas para quando se tiver concluido os trabalhos mais urgentes, que são prescritos e assim resolver o presidente da província.

3º - Os prazos coloniaes terão cem braças de frente e os fundos correspondentes.

Art.5º

Em lugar proprio e com as condições necessárias de aguadas, madeiras, e terreno suficiente, e o mais próximo que for possível à estrada geral, se reservará o espaço suficiente para uma povoação, cujos terrenos serão distribuidos por aforamento de conformidade com o artigo 17 do regulamento de 3 de junho de 1855.

Art.6º -

Sobre estas bases se prosseguirá na demarcação do terreno destinado à colonia, que se poderá estender até a margem direita do rio Garcia, designando-se desde logo numericamente os prazos coloniaes que forem traçados em cada linha.

Art.7º

No terreno escolhido para sede da colonia se fará construir desde já um barracão de 70 palmos de comprimento sobre 24 de largura, o qual será destinado para pouso dos colonos à sua primeira chegada, e para depósito das bagagens enquanto não aprontarem os seus alojamentos na respectiva colonia.

Art.8º

Em cada uma das margens do ribeirão dos Mundeos, e seguindo as linhas da demarcação das frentes dos prazos coloniaes, se abrirá uma picada larga com trilho de 30 palmos, que servirá de comunicação com a sede da colonia.

Art.9º

Os colonos serão empossados das lotes de terras em vista de um título provisório, que será passado pela delegacia de terras em virtude de despacho ou ordem do presidente da província. N'este título se es-

pecificarão as condições seguintes:

§ 1º - A venda das terras a preço de 1/2 real à braça quadrada, e a prazo de quatro anos.

§ 2º - Pagamento em prestações iguaes, a contar do fim do segundo ano do estabelecimento do colono.

§ 3º - Hipoteca das terras e benfeitorias que n'ellas feren / construidas, até colectivo embolso da Fazenda Nacional.

Art. 10

Os pagamentos vencidos serão feitos na Thesouraria geral, à vista de umaguia passada pela delegacia das terras, na qual se fará / menção do nome do colono, numero do prazo, e importância do pagamento a fazer.

Realizada a entrada da importância relativa ao pagamento vencido, se dará ao colono un conhecimento em forma, o qual será presente ao delegado das terras, para n'ella a nota - "Visto" -, e fazer-se os / assentamentos necessários, de modo que com facilidade se conhecer quanto tem pago, e quando resta pagar cada colono,

Art. 11

Se findo os primeiros seis mezes, contados da data da entrega das terras, não tiver o colono dado principio à cultura, e levantado sua casa, ainda que provisoria, julgar-se-ha ter abandonado o seu,prazo colonial, e poderá ser entregue a outro que o requerer.

Assim também se antes de realizar o pagamento integral do lote de terras, o abandonar completamente, perderá o colono todo o direito às terras e às benfeitorias que existirem, restituindo-se-lhes somente a parte do preço que tiver pago effectivamente.

Exceptuão-se os casos de molestia e de força maior; tanto nesta hypothese como na do parágrafo anterior.

Art.12

Logo que o colono tiver realizado integralmente o pagamento do prazo colonial, se lhe passará o título definitivo de propriedade, e ficará levantada a hipoteca que se reserva à Fazenda Pública, para segurança de seu embolso, sobre o referido prazo e benfeitorias n'elle construidas.

Art. 13

Os colonos são obrigados a conservar as estradas e caminhos / nas testadas de suas terras, em estado de darem franco e seguro transito.

Quando esses serviços forem gravosos a um só, serão feitos em comum pelos moradores mais visinhos que residirem dentro de 1/4 de legoa, a contar do logar do serviço. Os que se recusarem a este trabalho sem motivo justificado, ficão sujeitos às penas do crime de desobediência.

À direção e administração da colonia, enquanto não for de outro modo determinado, será exercida pelo agrimensor de conformidade com as / instruções, e ordens que receber do presidente da província.

Incumbe à Direção:

1º - Receber os imigrantes, e dar-lhes agasalho no barracão para esse fim detinado. a-

2º - Fazer a entrega dos lotes de terras, em vista dos titulos provisórios, que apresentarem os colonos, devendo lavrar em livro próprio, um termo que comprove esse acto, e fazer a competente nota referêdo título.

3º - Organizar a estatistica da Colonia, quer em relação ao movimento da população, quer a respeito da cultura, sua produção, indústria e artes,

4º - Velar na conservação dos caminhos, e estradas da colonia, e dirigir os trabalhos que deven fazer os colonos, nas testadas de suas terras, em conformidade do artigo 13.

5º - Aconselhar os colonos em seus trabalhos, a introdução de melhoramentos na cultura que praticarem, ensinadno-lhes a maheira de obter o maior proveito possível de suas terras.

6º - Dar parte à autoridade policial que estiver mais próxima dos factos criminosos, que ocorrerem no distrito da Colonia, fornecendo-lhes todos os esclarecimentos e informações que se possa conseguir.

7º - Visitar os estabelecimentos coloniaes amiudadas vezes, procurando informar-se do estado do colono, seus serviços de lavoura, e dificuldades que tenham encontrado, afim de dar conta de tudo ao presidente da província.

8º - Enviar no princípio de cada mez um relatório sucinto, descrevendo o estado dos diversos serviços em andamento na colonia, a despesa com ella feita por conta dos cofres publicos, e o mais que fôr necessário para conhecer-se o progresso que tiverão e os embaraços que convenha remover-se a bem dos interesses coloniaes.

Art.1º

As despesas com a fundação desta colonia, demarcação de prazos, abertura de caminhos e estabelecimentos de colonos, correção de conta do

cofre provincial, e serão pagos na Direttoria Geral da Fazenda segundo as ordêns que lhe forem expedidas.

(ass.) Francisco Carlos de Araujo Brusque

E, em outro local, se tem:

"...a distribuição de lotes feita a oito famílias, que começam a estabelecer-se, mas que dependem do assenço da Presidencia para que obtenham o título provisório de ocupação.

"Eu não negaria o meu consentimento, remetendo os respectivos títulos ao proprio Agrimensor, para entregal-os aos colonos, à proporção que se foren estabelecendo".³

A instalação vai se completando paulatinamente:

"Acompanhando o pensamento generoso do meu antecessor sobre a colonização nacional não esmoreci em promover estabelecimento de colonos na colonia Angelina para o que muito concorreram os esforços do Agrimensor Carlos Othon Schlappal, incumbido do seu estabelecimento, que, com o maior zelo e dedicação auxiliou as vistas da administração.

"Achan-se hoje estabelecidas com princípios de lavoura 24 famílias e presumo que sem grandes dificuldades se poderá entreter essa corrente de emigração, que principia a aparecer".⁴

Desta forma se vai, pouco a pouco, cpmpletando o processo de instalação.

E, assin, em março de 1862, poder-se-ia dizer:

"A Colonia Angelina que ainda agora se está estabelecendo, / acha-se situada nas proximidades da estrada velha de Lages, banhada pelo rio Mundeos.

"Com uma população de pouco mais de 100 pessoas, possui já 2^o lotes de terras cultivadas, na extensão de 100,000 braças / quadradas".⁵

Estava, desta forma, instalada e principiava a viver a Colonia Nacional Angelina.

Daí em diante, vamos sentir os seus problemas, no dia a dia.

¹ BRUSQUE. Relatório, 1861 a.p.11-12. (v. também "O Argos da Província de Santa Catarina", Desterro, nº672, edição de 23 de / março de 1861, p.1).

² GALVÃO. Relatório sobre as colonias....p.57-60.

³ BRUSQUE. Relatório, 1861 b.p.9.

⁴GALVÃO. Relatório. 1861.p.4.

⁵MOTA. Relatório. 1862.p.26 .

3.3 - A SUA ÁREA TERRITORIAL

A primeira caracterização do seu quadro geográfico está assim sumariada pelo idealizador da Colonia:

" Com efeito uma bela situação foi encontrada entre o ribeirão dos Mundeos, e o rio Garcia proxima da antiga estrada de Lages, e pouco acima da Colonia de S. Pedro d'Alcantara".¹

Mas, pode-se situá-la melhor, definindo-lhe os contornos:

" Fica situada a colonia no triangulo formado pelo rio Garcia com o ribeirão dos Mundeos, águas do rio Tijucas e / fundos da colonia S. Pedro de Alcantara. A altitude da sede é de 400 m sobre o mar havendo ponto de 600 e 800m.²

Por outro lado um contemporâneo assim descrevia as suas condições.³

"...daremos uma idéia della no estado presente, segundo informações que temos. Ella está situada, como dissemos, próxima do rio Mundeos, distante do litoral cerca de 8 leguas, distância esta que pode ser percorrida, sem cansar o animal em menos de 12(doze)horas. As terras em sua máxima parte são varginosas, e estão divididas em lotes de 62.000 / braças quadradas, fazendo frente ao dito rio dos Mundeos. Há uma estrada em sofrível estado de transito que comunica com o centro da mesma colonia. Este centro destinado à povoação está medido e demarcado; tem 225 braças em quadrado, em terreno plano e secco. Já tem uma espaçosa casa para residência temporária dos colonos, até que construão suas habitações."

E deveras importante a informação sobre o temporal de 29 a 31 de janeiro de 1866, ocasião em que:

" A enchente subiu trinta e dois palmos acima do nível ordinário, quase todos os colonos sofrerão mais ou menos prejuizos nas suas lavouras."⁴

Mas, uma descrição minuciosa é feita pelo primeiro Diretor da Colonia ao dar informações à Presidência da Provincia, acerca do pedido do Dr. Henrique Schutel:⁵

"...que nas Instruções de 10 de dezembro de 1860, que regem esta Colonia, foi marcada a área de nove milhões de braças

quadradas, a demarcar em ambas as margens do ribeirão dos/Mundeos, e de um e outro lado da antiga estrada para Lages, conforme o Artigo 3º das ditas Instruções, e mais na margem direita do rio Garcia=Tijucas Grande= conforme o artigo 6º das mesmas Instruções.

"Em 30 de dezembro de 1864, fui autorizado pela Presidência desta Província, de poder distribuir lotes de terras também na margem esquerda do dito rio Garcia.

"Na elevação ao duplo a área desta colonia por Acto desta / Presidência em 27 de Janeiro de 1866, forão marcados novamente os estabelecimentos dos colonos em duas da estrada velha para Lages, e nas da estrada para o Município de Tijucas Grande, que beira o rio Tijucas Grande na maggem direita.

"Venhão a ser os limites desta Colonia, ou de sua área, desde o último morador de nome Pedro Waltrich, no Distrito de/São Pedro de Alcantara, pela estrada velha de Lages, até encontrar os estabelecimentos dos colonos de Santa Isabel no lugar chamado as Taquaras que fazem os limites de Este e / Oeste.

"Ao sul pelo Ribeirão dos Mondeos, até encontrar os colonos de Santa Isabel.

"Ao norte nas margens do rio Garcia = Tijucas Grande = até o lugar denominado o Major."

E daí o Dr. Henrique Schutel achou que tinham sido invadidas as suas terras, tendo-se até elaborado uma lei, que tomou o nº18, de 27 de maio de 1869, mandando-lhe pagar "as terras de sua propriedade, tomadas para a Colonia Nacional Angelina", e tornada sem efeito pela / Lei nº7, de 12 de maio de 1870.⁶

E a questão não ficou nisto.

Outras ações foram desenvolvidas e houve necessidade de novas informações do Diretor da Colonia e assim o fez:⁷

"...que dos terrenos de propriedade do peticionário(Dr.Henrique Schutel), compreendidos na área da Colonia, sob ninha direção, achão-se tão somente ocupados por novos colonos d'esta Colonia 58 lotes de terras que correspondem a/ uma área de 3.625.000 braças quadradas, sendo d'estes distribuidos 34, pela margem do rio Garcia, onde fazem frentes,

e 24 nos fundos d'estes terrenos por onde continua o estabelecimento de novos colonos."

E esta pendência tem desfecho assim:⁸

"Tendo sido revogado pelo artigo 6º da Lei nº696 da 6 de / Agosto do corrente ano, o art.20 da de nº642 de 1871 que / sustava a indenização que reclama o Dr. Henrique Schutel , pelos terrenos de sua propriedade ocupados pela Colonia Angelina, e havendo o mesmo Dr. requerindo-me ultimamente essa indenização, autorizei a Diretoria Geral da Fazenda Provincial a efetual-a de conformidade com o art.1º da Lei nº 618 de 27 de maio de 1869, e pelo modo fosse mais conveniente aos cofres provinciais..."

E, pelo Aviso do Ministério da Agricultura de 12 de fevereiro de 1875 foi mandado pagar ao Dr. Henrique Schutel, em cujas terras, para mais de 3 para 4 anos, existem mais de 20 colonos",⁹mas que / taes terrenos "é todo péssimo, que não dá para se poder n'elle estabelecer um só colono, por que tendo forma de grandes morros e muito pedregulho é quasi todo de avencaes e faxinaes", e, além disso era difícil de delimitar, pois os mais velhos habitantes "só sim sabem dos marcos, que principiou a mesma demarcação no baixo Tijucas no lugar primeiro da fundação dos Italianos, que o mesmo Dor. Schutel os havia estabelecido e / tendo estes se retirado do mesmo lugar, bem se pode verificar daquelle marco para cima, quaes devem ser as terras que hoje devem pertencer ao Governo e a esta Colonia..."

E, complementa, "da parte Norte do mesmo Rio(Tijucas) existem vários particulares que já havião comprado terras a um filho do Dor. Schutel de nome João Schutel e ultimamente acaba de comprar duzentas / braças de terras de frente com 3:000 braças de fundos pela quantia de / Rs. 700\$000 ao mesmo João Schutel Joaquim Silveira Albarnaes e estas as melhores terras, que existem na margem do Major" e por esta razão a Direção da Colonia não saberia localizar as terras compradas pelo Governo Imperial ao Dr. Henrique Schutel para acrescer o patrimônio territorial da Colonia Nacional Angelina.

E os problemas de demarcação da sua área, com a definição de seus limites, não para aí. Um edital do Juiz Comissário de São José alerta a direção da colonia para o problema e ele define:¹⁰

"Além disso, a preevalecer a medição como se pretende fazer, teria o Governo de pagar ao peticionário os terrenos ocupados

dos por colonos d'esta Colonia, estabelecidos nas linhas / das "Perdidas" e "Congonhas", porque feita a medição ficarão incluídos na posse 30 lotes, quasi todos ocupados."

Mas, a não definição desses limites se estendem e se discutem até depois de sua emancipação:¹¹

"Os herdeiros de Manuel Marques Guimarães reclamam pagamento das terras onde foi situada a colonia Angelina, allegando serem suas e não do Estado. Entendi-me a esse respeito com a Inspectoria das terras, e vai ser encarregado de ir estudar essa questão o engenheiro Reginaldo Candido da Silva."

- ¹ BRUSQUE. Relatório, 1861 a.p. 11 (V. também "O Argos da Província de Santa Catarina", Desterro, nº672, edição de 23 de março de 1861, p.1).
- ² MATTOS. Colonização do Estado de Santa Catarina, p.80.
- ³ "O Argos da Província de Santa Catharina", Desterro, nº847, edição de 28 de novembro de 1861, p.1.
- ⁴ Ofício nº242, de 6 de fevereiro de 1866, do Diretor da Colonia do Presidente da Província Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- ⁵ Ofício nº 67, de 29 de janeiro de 1868, idem, idem.
- ⁶ TOSTA. Relatório, 1870, p.4.
- ⁷ Ofício s/nº, datado do Desterro, de 7 de dezembro de 1872, do Diretor da Colonia, Joaquim José de Souza Corcoroca ao Presidente da Província, Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão.
- ⁸ FERREIRA. Relatório, 1874, p.13-14.
- ⁹ Ofício s/nº, de 27 de fevereiro de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva.
- ¹⁰ Ofício nº 41, de 12 de fevereiro de 1879, do Diretor da Colonia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.
- ¹¹ ROCHA. Relatório, 1886, p.241.

3.4. - AS SUAS ADMINISTRAÇÕES

3.4.1 - OS ADMINISTRADORES

O implantador da Colonia desde o seu primeiro momento, o foi Carlos Othon Schlappal, pois:

"Ao Agrimensor Carlos Otto(?) Schlappal incumbi o serviço de medição e demarcação dos prazos coloniais, a qual tem continuado com regularidade." ¹

A administração da Colonia, desde o seu primeiro instante / foi norteada pelas "Instruções" de 10 de dezembro de 1860 que, já, se re-produziu atrás.

O Vice-Presidente João Francisco de Souza Coutinho disse da administração Schlappal:

"Não me foi possível visitá-la, como tencionava, mas tenho / notícia que vai marchando regularmente, com quanto escasso / sejam os meios para seu desenvolvimento que é possível dis-por-se. É porém de esperar que, logo que se ponhão em prática as medidas indicadas pelo meu Exm. antecessor, ella prospere e concorra com seu contingente ao augmento da riqueza / provincial na razão da optima qualidade do seu solo." ²

E a sua administração se estende, pois, de 10 de dezembro de 1860, quando o Presidente Francisco Carlos de Araújo Brusque expede as / "Instruções" normativas para a administração da Colonia, vai até a sua exoneração, em 1869. ³

A sua administração é retratada nos seus Relatórios, nas suas correspondências com a Presidência da Província, no que dela falam os "Relatórios" e "Falas" da Presidência da Província de Santa Catarina.

Um dos primeiros que se tem presente, pela minúcia e pela / quantidade e qualidade de dados é o referente ao ano de 1864, que acompanha, também, uma relação dos habitantes da Colonia. Neste Relatório se tem a descrição dos trabalhos da estrada da colonia para São Pedro de Alcântara e para o "litoral da capital", da estrada velha para Lages, dos caminhos coloniais, comunicação com o Alto Tijucas, consertos nas estradas e caminhos, auxílios aos colonos para instalação, construção de engenho de farinha de mandioca, "a casa do dito engenho falta ainda barrear", "e" além deste engenho ha outro particular de um colono também construído em 1864, motor animal", movimento da população, atendimento espiri -

tual, superfície cultivada, população animal, produção, exportação e importação, mão-de-obra especializada, condições e auxílios a estabelecimento de colonos, aumento da área da colonia em 12.000,000 de braças quadradas - eram 9.000.000 originalmente - a pleitear a construção da "Casa da Direção", "não só para infundir respeito aos colonos, e para se poder receber as autoridades, que se dignão visitar esta Colonia, como também para eu poder, com as devidas precisões cumprir os meus trabalhos de gabinete, e realizar os mapas topográficos desta Colonia, achando-se o meu gabinete numa parte do barracão que ameaça ruina, e onde constantemente luto contra a intemperança dos tempos, achando-me a dizer, exposto as chuvas, pelo que em maior parte do tempo estou empedido de realizar os meus trabalhos", além de pleitear a construção de uma capela, bem como "pleitear a criação de uma escola, regida por um professor habil e de bons / costumes."

E, a 11 de janeiro de 1865, é Carlos Othon Schlappal, até então "Encarregado da Direção" da Colonia Nacional Angelina, nomeado seu / Diretor efetivo.⁵

E, desse ano, enviou à Presidência da Província o seu "Relatório"⁶, bem como "a relação nominal de todos os colonos, estabelecidos n^a esta Colonia, com indicação do mesmo número de pessoas de suas famílias."⁷

E como havia gastos com a cavalgadura e o expediente da Colonia, despesas estas que eram por conta do Diretor, solicitou este uma / gratificação mensal.⁸

É bastante elogiado o trabalho do Diretor da Colonia e os termos de exaltação são encomiásticos:

"À uma direcção inteligente, zelosa e conscienciosamente dedicada, como é felizmente a que possui o estabelecimento, é justo atribuir em grande parte o bom exito que vai alcançando esta primeira e creio que unica tentativa bem sucedida de colonização nacional".⁹

Os trabalhos do Diretor, também, em 1867, são elogiados:

"Não passarei adiante, sem lembrar-vos a conveniencia, senão justiça, de concederdes algum augmento ao pequeno ordenado ou gratificação do director, o qual sendo o único empregado da colonia, desempenha cumulativamente as funções próprias de direcção, as de engenheiro e agrimensor, e as de / escripturario.

"Esse melhoramento de ordenado é tanto mais justo, quanto

devese essencialmente à dedicação e zelo comprovados de sobre dito director, Carlos Otto Schlappal, o bom exito da colonia e a sua relativa prosperidade persente".¹⁰

E o seu Director e instalador, Carlos Othân Schâappal, foi a 3 de novembro de 1868,¹¹ exonerado da Direção da Colonia e nomeado o Doutor Manoel Antonio Marques de Faria.¹²

Este médico, por motivo de saúde, pediu exoneração, em documento deste teor:

"Não permitindo o meu estado de saúde que durante o mez próximo passado eu pudesse assistir os trabalhos da Colonia Nacional Angelina, como me cumpria, na qualidade de Director da / mesma, mandei suspender todos os trabalhos a cargo da Directoria, continuando aquelles que de nem um podiam ser interrompidos".

E, adiante, conclue:

"Não podendo por alteração de ma. saúde continuar no exercicio do meu cargo, rogo a V; Exa. se digne exonerar-me. Ao / Professor da Colonia Franco. Bernardino de Faria, que presentemente mora na Casa da Directoria entreguei tudo quanto estava a meu cargo pertencente à mesma Colonia".¹³

E foi-lhe nomeado substituto, Joaquim José de Souza Corcoroca,¹⁴ a quem, já por portaria de 21 de agosto de 1869, era concedida uma licença de um mês.¹⁵

Pelos informes que contem, depois reproduzidos em Relatório / do Presidente da Província, é o seu primeiro Relatório como Director da Colonia, é de grande valia,¹⁶ onde, além dos dados sobre a população e o movimento demográfico, abertura de caminhos e picadas, estabelecimento de novos colonos, além de reconhecimento de novas áreas, problemas / de assistência espiritual e de regularização da vida escolar, da situação da sede da Colonia, bem como resultados da vida econômica e da produtividade da mesma.

Infelizmente, o Presidente da Província, Dr. Francisco Ferreira Corrêa, após ter visitado outras colonias, não o pode fazer com relação a esta, do que depõe:

"Tencionava também visitar a Colonia Provincial Angelina, mas, agravando-se os meus incomodos de saúde, não me foi possível levar a efeito este propósito. Entretanto, consta-me que vai prosperando gradualmente, sob a direção do cidadão Joaquin /

José de Souza Corcoroca".¹⁷

E, na sua fala de 1871, relativa ao ano de 1870, o Presidente da Província estabelece normas administrativas para a Colonia:¹⁸

"Em vista das informações que me tem dado o director geral / da fazenda provincial, acerca do estado dos cofres públicos, resolvi mandar suspender as obras da mesma colonia, até ulterior deliberação, e ordenei que, de 1º de abril próximo / futuro em diante, toda e qualquer obra, que se houver d'alli fazer, seja em vista de plano e orçamento, convidando-se / concorrentes que queirão encarregar-se das ditas obras, os quaes apresentarão as propostas em cartas fechadas e remetidas à presidencia; os concertos e obras urgentes serão unicamente determinados pela mesma presidencia, ficando a cargo do director comunicar a necessidade de qualquer obra nova e igualmente dos reparos, e do que se deve fazer em caso urgente".

Relativamente ao ano de 1871 o Director, Joaquim José de Souza Corcoroca, apresenta à Presidencia da Província substancioso relatório,¹⁹ contendo dados sobre a população, movimento demográfico, caminhos coloniais, a capela, a casa da Direção, a escola pública; as terras da / Colonia, a sua situação jurídica, os problemas de produtividade, bem como aqueles referentes à gestão financeira.

E tais dados foram aproveitados, integralmente, pela Presidencia, no seu relato anual.²⁰

O Director, Joaquim José de Souza Corcoroca, foi, no ano de / 1873 substituído. As razões são dadas em documento da Presidencia da Província.²¹

"Por Acto de 22 de Novembro do ano passado, à vista da impossibilidade, por impedimento físico, em que achava o Director Joaquim José de Souza Corcoroca, de exercer este cargo, e / considerando que não lhe era dado obter aposentadoria, em / vista da Lei reguladora das aposentadorias dos empregados / provinciais, pois que tendo sido nomeado para ocupar aquele cargo em 19 de junho de 1869, contava menos de 4 anos de serviço, resolvi exonerar-o do referido cargo, nomeando ultimamente para occupal-o, o Comendador Gaspar Xavier Neves, a / quem assistem todos os predicados para bem exercer as respectivas funções".

Entretanto, pelo manuseio da correspondencia sabe-se que nos primeiros dias de dezembro exerceu a Direção da Colonia, interinamente, Firmino José Corrêa.²²

E, nomeado a 13 de dezembro, assumiu a 17 daquele mês de dezembro, Gaspar Xavier Neves.²³

Sobre esta administração é afirmado:

"Confiada a direção do ativo e honrado Coronel Gaspar Xavier Neves, vai ela apresentando consideravel desenvolvimento".²⁴

E, no ano de 1874, passa a administração da Colonia a ser subordinada ao Governo Imperial, como se denota em todos os atos.

É do Director, Gaspar Xavier Neves, este depoimento:²⁵

"Aproveito a ocasião para de novo pedir a V.Exa. a nomeação de um agrimensor, para bem poder proceder não só a medição dos lotes já ocupados pelos colonos existentes, visto que o ex Director Joaquim José de Souza Corcoroca tendo distribuído a maior parte dos lotes aos Colonos, sem que lhes desse Direção alguma, nem ao menos forão medidas suas frentes, estando por conseguinte tudo na maior confusão possível; acredite V.Exa. que a única medição e distribuição dos lotes, que existe n'esta Colonia foi feita pelo ex Director Carlos Othân Schlappal, cuja ex Direcção não só se encontra os lotes numerados como também a exatidão das suas frentes, a Direcção, o que não se encontra nos lotes distribuídos por aquelle ex Director, que nem ao menos em sua escripturação / no competente livro de registro se encontra o nº do lote / por elle distribuído".

E, na administração da Colonia, passou a existir um Secretário da Direção, "que cumpre bem seus deveres".²⁶

Estão, já, em vigor, novas instruções para a administração / da Colonia, com base no Regulamento de 19 de janeiro de 1869.

No tocante ao ano de 1875 a opinião expendida a respeito do administrador da Colonia é deste teor:²⁷

"É seu Director o Activo e honrado Coronel Gaspar Xavier Neves, que muito solícito tem sido em promover os melhoramentos necessários à prosperidade e engrandecimento da Colonia. Mantida hoje pelo Estado, quando até pouco tempo o era pelos cofres provinciales, vão-se desenvolvendo com mais vigor a / sua lavoura, vias de comunicação, e obras publicas, si bem

que seja diminuta a quantia marcada para satisfazer de promp
to as suas mais importantes necessidades".

Pelo Decreto nº 5.604, de 25 de abril de 1874, foi instituído o registro civil e na forma do seu artigo 4º, incumbida a Direção da Co
lonia de fazê-los, mas, a Câmara Municipal de São José devia providenciar os livros próprios, o que não faz em tempo hábil.²⁸

Entrementes a Colonia foi visitada pelo Presidente da Provín
cia, João Capistrano Bandeira de Mello Filho, que, pessoalmente, deu al
gumas diretrizes à administração.

O Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, apresentou ao Pre
sidente da Província, acima mencionado, um substancioso relatório, que
lhe serviu de base à "Fala" à Assembléia Legislativa Provincial.²⁹

Mas, no início da administração do Dr. Alfredo d'Escragnolle
Taunay, na Presidencia da Província de Santa Catarina, solicitou do En
genheiro Antonio Florencio Pereira do Lago que realizasse um estudo acer
ca das colonias existentes na Província, e é, dessa época, importante/
análise.³⁰

E, neste documento, se enumeram as causas dos erros na coloni
zação do Brasil:

"Pouco escrupulo e exatidão no cumprimento dos contratos (de /
colonização):

"A inobservância quasi total do artigo da Constituição que ga-
rante a liberdade de consciencia;

"A falta de lei que regule o casamento civil;

"A má escolha das localidades para a fundação das Colonias;

"A incompetência, em muitos cazos, do pessoal empregado na ge
rencia de estabelecimentos de semelhante ordem;

"A falta de via de comunicação;

"A má escolha dos professores que teem de dirigir e educar os
filhos dos colonos;

"A inexistência de comodos, esparsos, com as necessárias con-
dições higiênicas, onde sejam recolhidos e agasalhados os i-
migrantes enquanto se não estabelecem;

"A ignorância e desconhecimento das condições climáticas das
localidades;

"O nenhum preparo das terras que devem ser distribuídas;

E, segue-se uma análise do aproveitamento do elemento "nacio-
nal" com a afirmativa de que "A Colonia Angelina prova-o exuberantemen-

te"(o valor do Nacional").

Prega, adiante, a miscegenação dos colonos pela intercalação dos lotes dados a estrangeiros com lotes ocupados por "nacionais", obrigando-os a competir, além de forçar os estrangeiros ao uso da língua nacional e tece outras considerações sibre a administração colonial.

E o seu fêcho é digno de reprodução:

"Percorri o estabelecimento e digo-o em honra de nossos compatriotas, vi-os entregues ao trabalho com interesse e dedicação, e cousa notável! Não vi um só indivíduo esmolando o pão da caridade pública, o que, como me consta, é comum nas Colonias do Estado. Esse amor ao trabalho, que notei em Angelina, e que vai muito d'encontro aos nossos hábitos de preguiça só pode ser explicado pela associação em que vivem os colonos e que lhes desperta o desejo de se distinguirem.

"O estabelecimento, porém, necessita de elementos de vida, que o fação prosperar e engrandecer".

E, conclue:

"É porém, fora de toda dúvida que se não deve deixar em abandono, entregue a si mesma, a única tentativa, creio, que até hoje tem havido no Imperio para colonias de nossos concidadãos."

E, a 17 de novembro de 1876, o Ajudante do Diretor, José / Candido Duarte Silva³¹ comunicava à Presidência da Província a morte do Diretor da Colonia, Coronel Gaspar Xavier Neves, e, consequentemente, ter assumido a sua direção, e para cujo cargo fora nomeado em 18 de setenbro e disse que "se ha muito tempo não apresentei-me na mesma Colonia / como me cumpria foi porque o fallecido me ordenou que esperasse para seguir par. alli com elle."³²

A opinião presidencial sobre a colonia e o seu falecido Diretor é, desta maneira, expressa:³³

"A colocação da Colonia Angelina foi melhor. O vale é muito mais largo, e apresenta certa extensão plana de terrenos / fertteis. Creada para localização de colonos lavradores nacionaes, teve várias phazes de deaadencia e prosperidade , passando do domínio provincial para o geral. Ultimamente, graças à direção energica e cuidadosa do Coronel Gaspar Xavier Neves, mostrara algum desenvolvimento, e começava a abastecer de generos de consumo ordinário não só o mercado da Ca-

pital como o da Brusque, sua vizinha, e com a qual deve ser ligada por uma boa comunicação.

"Falecendo infelizmente aquele Coronel, a 23 de novembro, foi nomeado Diretor o Ajudante da Colonia José Candido Duarte Silva, Autorizei até a quantia de 500\$000rs, a construção na sede de duas casas, para botica, enfermaria e escola, Requisitei ao Sr. Ministro d'Agricultura a fundação de 2 escolas, no ponto denominado "Garcia", onde existe um nucleo do perto de / 600 almas, e tive ordem para satisfazer aquela urgente necessidade.

As linhas de colonos já se estendem n'un desenvolvimento de mais de 3 lagoas, encontrando terras em geral de boa qualidade, sobretudo no Valle do rio das Perdidas."

O novo Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, elabora um substancioso relatório da situação da Colonia e o apresenta à Presidência da Provincia³⁴, onde retrata aspectos populacionais, das vias de comunicação, das obras públicas, dos edifícios públicos, da lavoura, das fabricas, do comércio e indústria, da instrução pública, do médico, dos empregados da Direção, e anexa um mapa estatístico.

Para ajudante da Direção foi submetido o nome de Francisco / de Paula Seára.³⁵

No ano de 1878, apresentou, também, o Diretor José Candido / Duarte Silva um relatório bem minucioso do Dr. José Bento de Araujo, / Presidente da Provincia, relativo ao exercicio de 1877, contendo dados populacionais, elementos sobre caninhos coloniais, obras públicas, edificios públicos, lavouras, fabricas, criação, comércio e industria, terras devolutas, indigenas, instrução pública, médico e empregados da Direção.³⁶

No ano 1879, já, a correspondência da Colonia traz a chance-la de novo diretor. É, então, Alberto d'Aquino Fonseca.³⁷

E o novo diretor não foi servido pelo Secretário e Guarda-livros Fernando Zimmermann, que se negou a entregar o "mapa estatístico / dos nascimentos, casamentos e obitos do ano passado," (1878) e assim, sente-se prejudicada a análise demografica da Colonia, e os livros de "Registro Civil" estavam, desde 1876, sem serem escriturados.³⁸

Foi, pois, nomeado um novo Secretario para a Colonia: o Alferes honorario do Exercito Alcebiades José da Costa Bastos, que tomou posse a 19 de março de 1879.³⁹

Mas, o desenvolvimento da Colonia, situada dentro do município de São José vai criar conflitos de jurisdição, com a nomeação de Julio Probst, para fiscal da municipalidade na Colonia, onde era comerciante.⁴⁰

Em 1880, traçou o Governo Imperial diretriz no sentido de extinguir as colonias, incorporando-as ao sistema de legislação comum, estruturando comissões que analisassem sua situação e tomessem as medidas cabíveis à sua emancipação.⁴¹

Para tanto, emancipado a Colonia Nacional Angelina foi baixado o Decreto nº 8.333, de 3 de dezembro de 1881.⁴²

É, por isto, a fim de que se avalie o custo do processo colonizador verificar as despesas efetuadas com esta rubrica na então Província de Santa Catarina:⁴³

"Tem-se dispendido com os estabelecimentos colonias da Província, desde a sua fundação até 31 de dezembro do ano passado (1880) 7.789:391\$625 reis, sendo com a Angelina 253:306\$/938, Itajahy e Principe D. Pedro 3:920.089\$843, Blumenau 2:338.435\$557, Azambuja 542,090\$252, Luiz Alves 263,465\$760, Santa Izabel 229.501\$730, Theresopolis 242.501\$545rs."

A proposito desta despesa deve-se salientar que a Colonia Nacional Angelina da mesma idade que a Colonia Itajahy (denominada, também Brusque) gastou menos que ela e só é igualada no tratamento econômico - financeiro às colonias Santa Isabel e Teresópolis, aquela anterior e esta da mesma época de sua fundação.

Não houve, pois, um tratamento financeiro equânime para as / colonias.

E, cumprindo as determinações do Governo Imperial de emancipar as colonias o Diretor da Colonia Nacional Angelina, Alberto d'Aquino Fonseca, procedeu as medidas necessárias ao termino da sua ação administrativa.

A peça que retrata a finalização da sua atividade como Diretor é o ofício que pede pagamento a Manoel Duarte Silva, "na importância de 35\$00rs. pela condução de 13 caixões e mais objetos avulsos, d'aquela ex-Colonia a esta Capital, " devendo, pois, "esta despesa correr por conta do credito distribuido para a emancipação das colonias."⁴⁴

Por outro lado, encerradas as atividades da Colonia Nacional Angelina a situação da dívida dos seus colonos com a Fazenda Provincial era, assim, discriminada:

de adiantamento	1:613\$404
de terras.....	<u>8:282\$134</u>
Rs	9:895\$538

E, sobre a sua cobrança dizia o mesmo documento:⁴⁵

"Sendo os núcleos distantes da sede da arrecadação, e não havendo nas estações fiscaes pessoal para ir cuidar de tal cobrança, é quase certo que ella nunca se realizará."

Tem-se, desta forma, um rápido bosquejo do que foram as administrações da Colonia Nacional Angelina, até a sua emancipação.

¹ BRUSQUE. Relatório, 1861 a.p.12.

² COUTINHO. Relatório, 1863, p.17.

³ CARLOS OTHON SCHLAPPAL - Bulgaro de nascimento, educou-se / em Viena(Austria), passando-se para a Alemanha, de onde "veio para o Brasil com alguns sabios belgas cujo objetivo era realizarem expedições científicas"(LUZ, 1973,p.08).Religiosamente nascera maometano, convertera-se ao protestantismo,e, por fim, ao catolicismo. Em 1850 exercia o magistério no Desterro, onde casou-se. A 8/6/1854, como professor de lãs letras, chegava a Joinville(FICKER,1965,p,154), com vencimentos de 400\$ 000 rs, por ano, que mais tarde passou a ser de 600\$000rs, por saber "exprimir-se em duas linguas".(FICKER,id.,p,156).E,"porque não lhe aumentaram os vencimentos passou a ensinar só em português, em consequencia caiu extraordinariamente a frequencia a sua escola, em benefício da escola alemã que viu aumentada a sua2(LUZ, id. p.10). A verdade é que exerce o cargo de / professor de lãs letras, em Joinville, até 1856(FICKER,id.p./ 156). FOI primeiramente, encarregado da escolha do local para a colonia a ser funddda, depois demarcou os lotes, em seguida, "Encarregado da Direção", e, por fim , Diretor da Colonia Nacional Angelina, efetivo, a partir de 11 de janeiro de 1865 , com 1:200\$000 rs. anuais. Exerceu a direção até 3 de novembro de 1868. Como Diretor da Colonia apresentou à 2ª Exposição Nacional(1866) e foi premiado pelo Juri Geral, com menção honrosa, pela erva-mate e por curso de bezerro envernizado , além de ter apresentado inumeros outros produtos à exposição. Juntamente com Antonio Florencio do Lago levantou, em 1873,uma / planta topográfica da Cidade do Desterro. Por ato de 5/5/1877

a Presidencia da Provincia de Santa Catarina encarregou-o, juntamente com Carlos Moreira de Abreu, engenheiro, para examinar os estudos de uma estrada de rodagem entre São José e Lages, para a qual haviam tres orçamentos. Por portaria de 13/08/1877 foi nomeado para verificar a medição dos lotes existentes nos vales do Braço do Norte e Capivari, a fim de discriminar as terras públicas das particulares e localizar colonos. Por ato de 5/7/1879 a Presidencia da Provincia autorizou-o a fazer a reabertura " da estrada que segue para os campos de Lages pela serra do Maruhy". Foi autorizado, em 1881 a fazer a planta e orçamento do Matadouro do Estreito, pela Presidencia da Provincia, orçando-o em 24:069\$522 rs. Faleceu a 22 de setembro de 1883.

⁴ Ofício nº 173, de 10 de janeiro de 1865, ao Encarregado da Direção da Colonia ao Presidente da Provincia, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

⁵ Ofício nº 175, de 4 de fevereiro de 1865, do Diretor da Colonia ao Presidente da Provincia, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

⁶ Ofício nº 238, de 12 de janeiro de 1866, do Diretor da Colonia ao Presidente da Provincia, Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

⁷ Ofício s/nº, de 12 de janeiro de 1866, idem, idem.

⁸ Ofício nº 260, datado do Desterro, a 8 de junho de 1866, idem, idem.

⁹ LACERDA. Relatório, 1867, p.13

¹⁰ LACERDA. Relatório, 1868, p.24

¹¹ PINTO, Carlos de Cerqueira. Relatório, 1869, p.9

¹² MANOEL ANTONIO MARQUES DE FARIA - Médico das Colonias Santa Isabel e Teresópolis, com o ordenado anual de Rs 3:600\$000.

Nomeado a 3 de novembro de 1868 diretor da Colonia Nacional Angelina, e, a 9 de junho de 1869, era exonerado, a pedido, por motivos de saúde, "que residia na Colonia Santa Isabel, e somente aqui (Colonia Angelina) passava a visitar esta Colonia, seis a sete horas em cada mez, e conservando-se por isto no espaço de 9 a 12 mezes em completo abandono este estabelecimento".

¹³ Ofício s/nº e s/d de Dr. Manuel Antonio Marques de Faria /

ao Presidente, Carlos Augusto Ferraz de Abreu.

¹⁴ JOAQUIM JOSÉ DE SOUZA CORCOROCA - Nascido em 17 de maio de 1827. Capitão de navio. 2º Tenente honorário da Armada quando, por Aviso nº17, de 30/06/1859, foi nomeado "medidor de terras" nesta provincia de Santa Catarina. Em 1861 era Diretor da Colonia Santa Isabel. Incorporou seu apelido "Corcoroca" ao nome. Faleceu, aos 71 anos de idade, a 30 de maio de 1898. Pai de Joaquim Feliciano (telegrafista), João (telegrafista), Angelica c.c. Antonio Freyesleben, e Maria Caroli (Semiramis) c.c. o Prof. José Brasilicio de Souza (notas de Abelardo Souza, Professor).

¹⁵ NEVES. Relatório, 1870 p.10

¹⁶ Ofício s/nº, de 5 de março de 1870, do diretor da Colonia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Provincia, Dr. André Cordeiro de Araujo Lima.

¹⁷ CORREA. Relatório, 1871. p.14.

¹⁸ GOUVÊA. Relatório, 1871. p.15.

¹⁹ "Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Vice-Presidente da / Provincia de Santa Catarina o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra pelo Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca, 1871", em 15 de fevereiro de 1872, 9 fls., ms.

²⁰ CINTRA. Relatório, 1872. p.38-39.

²¹ SILVA. Falla, 1874. p.49.

²² FIRMINO JOSÉ CORRÊA

Capitão reformado.

Foi Diretor da Colonia Provincial "Principe D. Pedro", de 12 de outubro de 1869, e com a sua anexação, pelo Aviso / do Ministério da Agricultura, de 6 de dezembro de 1869, à Colonia Brusque, passou a Diretor desta, que exerceu até julho de 1870. Foi, mais tarde, ajudante de ordens do Presidente / Joaquim Bandeira de Gouvêa, em 1871.

Esteve à testa da Colonia Nacional Angelina, em 1873.

²³ GASPAR XAVIER NEVES - Nasceu em São José, SC, a 7/9/1815 e ali batizado a 17/9/1815 (L bat. 1803/1806 - Apêndice), filho de Cel. Joaquim Xavier Neves e de D. Felicidade Firmina Neves, Exerceu vários e importantes cargos públicos, de nomeação e de eleição. Sua vida política tem início em 1838, quando da Revolução Farroupilha. Foi eleitor de Paróquia (1856),

pelo partido judeu(liberal), vereador à Camara de São José , em vários períodos, Coletor de Rendas gerais, Tenente Coronel Comandante do 2º Corpo de Cavalaria da Guarda Nacional da / Provincia. Nomeado a 10 de outubro de 1868 diretor das colonias Santa Isabel e Teresópolis. E a 17 de dezembro de 1873 diretor da Colonia Nacional Angelina, cargo que exerceu até a sua morte, em sua fazenda, em Palhoça, SC a 17 de novembro de 1876. Foi casado com d. Maria Luiza das Dores, filha do // Tenente Francisco da Costa Porto e de D. Caetana Lina das Dores.

²⁴SILVA. Fala, 1875.p.101.

²⁵Ofício s/nº, de 13 de fevereiro de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Provincia, Dr. João Thomé da Silva.

²⁶Ofício s/nº, de 13 de fevereiro de 1875, idem, idem.

²⁷MELLO FILHO. Fala, 1876 a.p. 91-92.

²⁸Ofício s/nº, de 7 de janeiro de 1876, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Provincia, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

²⁹Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1876, idem, idem.

³⁰"Relatório da Inspeção e exame da Colonia Nacional Angelina", 1876, 40. p., ms.

³¹JOSÉ CANDIDO DUARTE SILVA - Natural da cidade do Desterro (hoje Florianópolis), filho de Eduardo Duarte Silva e de D. Custódia Bernardina da Luz. Casou-se, na mesma cidade, a 16 de junho de 1849, com D. Francisca Leopoldina Garcez, filha de Manoel Teixeira de Araujo Gonçalves e de D. Rita Luiza do Nascimento.

Como Ajudante da Direção da Colonia Nacional Angelina, nomeado a 18 de setembro de 1876, só tomou posse a 18 de novembro daquele ano, por morte do Diretor da mesma, Gaspar Xavier Neves. Foi nomeado Diretor da Colonia a 23 de novembro de 1876, confirmado por Aviso do Ministério da Agricultura, de 1º de dezembro daquele ano. Faleceu a 26 de agosto de 1888.

³²Ofício s/nº, de 18 de novembro de 1876, do Ajudante do Diretor, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Provincia, Dr. Alfredo d'Escragnotte Taunay.

- ³³TAUNAY. Relatório, 1877.p.74-75.
- ³⁴Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Provincia, Dr. José Bento de Araujo.
- ³⁵Ofício s/nº, de 3 de abril de 1877, idem, idem.
- ³⁶Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878, idem, idem.
- ³⁷ALBERTO D'AQUINO FONSECA. Engenheiro Civil. Foi o elaborador, em 1874, dos estudos e orçamentos para a ponte de desembarque junto ao Mercado Municipal, na cidade do Desterro, bem como, do mesmo ano, do orçamento dos melhoramentos das estradas das Colonias Teresópolis e Santa Isabel à Capital. Elaborou outros trabalhos de sua especialidade no Estado. Faleceu na cidade de Laguna, SC., em dezembro de 1899.
- ³⁸Ofício nº34, de 11 de janeiro de 1879, do Diretor, Alberto / d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Provincia, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.
- ³⁹Ofício nº52, de 3 de março de 1879, idem, idem.
- ⁴⁰Ofício nº49, de 3 de março de 1879, idem, idem.
- ⁴¹CHAVES. Falla, 1881.p.39
- ⁴²MATTOS. p.85.
- ⁴³CHAVES. Fala. 1881.p.39
- ⁴⁴Ofício s/nº, datado do Desterro, em 24 de março de 1882, do ex-Diretor da Colonia Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Provincia, Dr. Joaquim Augusto do Livramento.
- ⁴⁵ROCHA. Relatório, 1886.p.201.

3.4.2. PROBLEMAS DAS ADMINISTRAÇÕES

3.4.2.a. - INSTALAÇÃO DOS COLONOS E DISTRIBUIÇÃO DOS LOTES

Os seus princípios são modestos.

Eis o seu panorama em 1861:

" A Colonia Angelina que ainda agora se está estabelacendo.

" Com uma população de pouco mais de 100 pessoas, possui / já 28 lotes de terra cultivadas na extensão de 100.000 / braças quadradas"¹

Mas, qual a situação destes lotes, a sua dimensão ?

" Cada colono ocupa um lote de terras que mede 100 braças de frente com 650 de fundo; os lotes estendem-se pelas margens do ribeirão dos Mundeos e à rio Garcia. Os terrenos são extremamente férteis e com mais ou menos trabalho produzem os generos de climas temperados e frios; é assim que junto a cana de açúcar cresce o trigo"²

E, em 1863, crescia, evidentemente, a superfície ocupada:

" A superfície é aproximadamente de 350.000 braças quadradas, 115.000 / mais que em 1862."³

E logo adiante:

" Achão-se demarcados 69 lotes coloniais e destes foram distribuidos 51."⁴

E, em janeiro de 1864;

" Auxiliou-se na condução da bagagem do colono Anacleto Miranda para esta Colonia, com que dispendi a quantia de / doze mil réis(Rs.12\$000)"⁵

Paralelamente à instalação dos colonos processava-se um movimento destes durante a visita do Presidente da Provincia, Pedro Leitão da Cunha, à colonia, em outubro de 1863, face serem os lotes pequenos-aduziam os colonos-terem muitos filhos, que fossem aumentados e o assunto não teve solução até 15 de janeiro de 1864.⁶

E, tão logo o colono se instalava o Encarregado da Direção da Colonia, encaminhava ao Presidente da Provincia o pedido de Título / provisório de propriedades. Assim o fez com Anacleto Miranda,⁷ e com Constantino Dutra da Silva.⁸

Por outro lado, o mecanismo de ocupação do solo não era / tão pronto. Isto se denota nesta informação, face ao pedido de Manoel Lourenço de Souza e Silva, de terras na Colonia Nacional Angelina:

" O supte. é morador do Distrito da Cidade de São José no / local denominado Picadas do Norte, aonde vive de lavoura, casado e com quatro filhos sendo duas meninas e dois meninos, do qual o maior é de nove anos de idade, pretende o supte, o lote de terras nº 11 da Linha do Norte e Filaira Este, com 100 braças de frente, que lhe pode ser concedido, conforme e com as mesmas condições que se cede aos / outros colonos. (O Supte. quer em o mez de Agosto fucturo vir começar o trabalho, e dali a um ano, mudar-se com a / sua família para tomar posse effectiva)".⁹

Sendo o título provisório é pedido no momento da posse efectiva.

E título provisório foi pedido também para os colonos Eduardo José de Moraes,¹⁰ João Schuëtz¹¹ e José Floriano da Silva Júnior¹².

Mas, havia um problema de suma importância. Era necessário aproveitar as terras da várzea do rio Garcia. E este assunto vai ser objecto de consideração.

"Tendo várias famílias me pedido lote de terras na margem / esquerda do Rio Garcia, e não o podendo fazer sem o consentimento de V. Excia., porque as Instruções regem, a distribuição de lotes de terras na margem direita do dito Rio, e achando-se ali todo o terreno de voluta, assim venho respectosamente pedir a V. Excia. a authorização, ali poder demarcar lotes de terra para distribuir aos ditos colonos que se querem estabelecer, e por ser de interesse da prosperidade desta Colonia".¹³

Mais tarde, são pedidos títulos provisórios para João Francisco de Souza¹⁴, Fructuoso Ribeiro e Pedro Lopes da Silva¹⁵ e Manoel / Gomes de Souza¹⁶.

Mas há também o caso de solteiro que requer lote de terras à Presidencia da Provincia, contrariando as "Instruções" que regem a vida da Colonia e o Encarregado da Direcção deve esclarecer o requerimento,¹⁷ mas, logo em seguida, para um filho de colono já instalado José Aurelio Garcia, "de idade 20 anos", que pretende-se casar-se com a filha Maria, de 16 anos de idade, de João Francisco de Souza, o próprio Encarregado da Direcção consulta à Presidencia sobre a possibilidade de conceder-lhe um lote.¹⁸

E mais lotes são concedidos, pleiteando-se, em seguida, a /

concessão dos títulos provisórios.¹⁹

Mas, quanto valiam esses lotes? Quais as condições?

É de um contemporâneo o depoimento:²⁰

"Cada un lote de terra está estipulado em 31\$250 reis, na razão de meio real a braça quadrada, pagavel ao termo de (4) / quatro anos, a contar do segundo ano do estabelecimento do colono, em porções iguais, isto é, 7\$800 por ano. Só colonos nacionais são admitidos e a proporção que se foren estabelecendo, lhes serão fornecidos pelos cofres provinciais as ferramentas aratorias, precisas, além disso será auxiliado em / sua primeira derrubada, e na construção da casa. Dizemos que atualmente contem uns 20 individuos, que cultivão cerca de / 100.000 braças quadradas de terra, estão satisfeitos por terem esperança de boas colheitas visto serem as terras qui fer_{te}is".

A propósito da instalação dos colonos assim se expressa o Presidente da Província, face aos dados de 1864:²¹

"Os colonos que tratam de seu primeiro estabelecimento habitam em ranchos provisórios, cuidando de construir suas casas para então conduzir suas famílias.

"Achan-se demarcados 96 lotes de terras dos quaes já foram / distribuídos 72, sendo 50 com estabelecimento definitivo e 22 em principio.

"Existem 23 colonos no caso de entrarem para os cofres publicos com alguma quantia por conta das terras, venda que lhes fez o estado de conformidade com os artigos 9 e 10 das Instruções de 10 de Dezembro de 1860 porque se rege esta Colonia."

E mais adiante, ainda se tratou da sua localização e instalação:²²

"Auxiliou-se a 20 homens nas suas primeiras derrubadas, 2 colonos na construção de suas casas, e a 7 outros na condução de suas bagagens para a colonia.

"Além disso receberam todos os colonos que se estabeleceram / effectivamente ferramentas aratorias".

E o fluxo colonizador continua.

Cada vez, vai se ocupando a área da Colonia, mais intensamente.

Vicente Alves da Silva, morador no Distrito de Santa Amaro do

rio Cubatão", solicitou terras na Colonia, o Presidente da Província mandou que o Diretor da Colonia informasse e ao peticionario foi distribuido o lote "nº 8, da Linha do Norte e Fileira A Oeste", mas o Presidente não aceitou pacificamente, as informações do Diretor da Colonia e à margem da informação, à lapis, escreveu: "Officiar ao Diretor pa.q. informando-se bem sobre o merecimento. de "X" e sobre o número de pessoas de / sua família, a ter como diz 15 pessoas, e se merecedor, e pode dar um outro lote, em lugar que houver terras devolutas, e que o supte. desejar".²³

Noutra oportunidade solicita o Diretor autorização para comprar "ferramentas aratorias", ou seja, "doze machados, doze foças, doze enxadas e doze cavadeiras."²⁴

Logo, solicita os títulos provisórios de novos colonos: José Antonio Vmeira, Nicolau Schuetz, José Marcelino Leite, Manoel Francisco da Silva, Mathias José Soares, Frederico José da Silva, Joaquim Antonio de Souza e José Francisco Xavier.²⁵

Comunicação da troca de lotes, de maneira "a assim conservar a regularidade na decisão dos lotes de terras",²⁶ o, também, objeto / de consulta à Presidencia da Província.

Volta, ainda, a solicitar título provisório para o colono / Marcos Antonio da Silva²⁷, e, depois, aos colonos João Claudino Soares e Jacob Ventura²⁸, e, em seguida, aos colonos João Chaves de Souza, Antonio Lopes da Silva, Manoel Francisco da Silva^{1º}, Antonio José da Silva, Francisco Machado Lourenço e José Martins da Rosa.²⁹

E, também, há interesse em aceitar João Francisco Bitancourt e João Antonio da Silva como colonos "sendo elles solteiros e de bom comportamento, tendo elles contractados cazamentos com filhas de colonos d' esta, a concluir no espaço de trez mezes".³⁰

Segue-se p pedido de título provisório para Albino Agostinho da Silva³¹ e, ainda para Custodio Cardoso da Silva, Rufino Ferreira, da Silva, Joaquim Francisto da Silveira, Manoel Ferreira do Evangelio, / Florencio de Souza Chaves, Manoel de Souza Avila e Manoel Albino Pereira.³²

Como se vê era constante o ingresso de colonos.

E surge outro solteiro, Jacinto Duarte da Silva, que tinha contratado casamento com filha de colono e desejava um lote de terras. O Diretor faz a consulta de praxe, dando parecer favorável, à Presidencia / da Província.³³

Desta forma era preciso mais "ferramentas aratorias" para atender " os colonos que se vão estabelecendo", e, portanto, era necessá -

rio comprar "doze machados, doze foixas, doze enchadas e doze cavadeiras".³⁴

E mais lotes são distribuídos. Desta vez se solicitava títulos/provisórios para Manoel Antonio d'Andrade, Francisco Lopes da Silva pai, Viuva Maria Joaquina da Conceição, José Joaquin de Souza, e José Ventura dos Santos.³⁵

Deste modo a superfície original da Colonia de 9.000.000 de braças quadradas (43.560.000m²) já estava quasi totalmente ocupada e há afluência de pessoas que querem terras e o Diretor alvitra à Presidencia da Provincia para medir novos lotes nas terras devolutas adjacentes³⁶, e o assunto, por despacho do Presidente foi submetido ao Ministério da Agricultura.

Novos pedidos de lotes são feitos e novos pedidos de títulos/provisórios são encaminhados à Presidencia da Provincia. Desta vez o são para Francisco Silveira Albarnaes, Delphino Antonio Marcos, Francisco/Pereira de Souza, João Pereira dos Santos, Trangott Ferdinand Philipbusch, Manoel Pereira de Souza, Antonio Rodrigues da Silva, Jacinto Duarte da/Silva e Bernardino Cardoso Pinheiro.³⁷

E novo casamente se avizinhande e o noivo, solteiro, filho de/colono, faz pedido de lote de terras à Presidencia da Provincia: é o caso de Francisco Pereira da Silva.³⁸

No ano de 1866 vão se fixar novos colonos. Agora é a vez de solicitar títulos provisórios para João Machado Pereira, João Antonio da Silva, Faustino Bernardo Machado, José Severino de Souza, José Aurelio/Garcia e José Silverio Pereira.³⁹

E uma troca de lotes para Nicolau Schuetz é alvitrada, pois que o "lote de terras que distribui ao suplicante, tendo elle o escolhido a sua vontade, he com efeito montanhoso na toda a extensão da sua frente, que he banhada pelo ribeirão dos Mundecos, não se presta para pastos e/estabelecimento agricola, ainda que as terras não são estereis".⁴⁰

Mas, também, a retirada do colono Trangott Ferdinand Philipbusch, que se retirou da colonia, a 4 de maio, foi informada à Presidencia da/Provincia que ele liquidara o seu débito com a Fazenda Provincial.⁴¹

E os colonos Sebastião Corrêa da Silva e Bernardo Venero dos/Santos, completados quatro anos de permanência na colonia e satisfeitos os demais requisitos passaram a ter direito ao título definitivo de propriedade, que foi solicitado à Presidencia da Provincia.⁴²

E continuava-se a dar aos colonos "ferramentas aratorias".⁴³

Novos colonos se instalam. Desta vez são: Amancio Francisco de / Souza e Candido Antonio Francisco.⁴⁴

E mais um colono solicita título definitivo: é Manoel José Fer - reira.⁴⁵

Outro ex-colono, Bernardino Cardoso Pinheiro requer readmissão na Colonia.⁴⁶

Outros novos se instalam e para eles são solicitados títulos / provisórios. Tais são: Manoel Antonio da Silva, João Francisco de Bitan - court, Manoel Martinho de Andrada, Joaquim Albino Ramos, Polinario Anto - nio Machado e Manoel Caetano Tavares,⁴⁷ bem como de Manoel Francisco da Cunha e Marcos Pereira dos Santos.⁴⁸

Entrementes, outros queriam lotes de terras nas margens da es - trada "que vem do rio Maruhy para esta Colonia" e o Diretor fez pondera - ções acerca de terras incultas além dos limites e de propriedade indefi - nida.⁴⁹

Segue-se a entrada na Colonia de Albino José de Souza⁵⁰ e, nova - mente, Bernardino Cardoso Pinheiro, Francisco Pereira da Silva e Manoel Vieira da Rosa.⁵¹, e, ainda, José Antonio da Cunha, José Machado Lourenço, Athanasio Floriano da Silva, Thomas Lopes da Silva, João Antonio de Sou - za, Joaquim Claudio Ferreira e Vicente Pereira dos Santos.⁵²

Mas, o problema agravava-se. Novos colonos, novas frentes de o - cupação. É bem ilustrativa desta situação a informação que se segue:

"Venho muito respeitosamente representar a V.Excia. que muitos / colonos da Colonia de Santa Isabel, tem vindo n'esta Colonia, ao fin de quererem-se aqui estabelecer na estrada que se está abrindo para as Tejuças Grande, e no número de mais de trinta famílias achando-se os ditos colonos naturalizados cidadãos / Brasileiros, querem elles abandonar os seus estabelecimentos na dita Colônia de Santa Isabel, por serem ahi as terras este - reis, de maneira que elles não podem sustentar suas famílias ;" e solicitava a decisão de saber se os podia admitir como colo - nos nacionais.⁵³

E, à margem, o Presidente da Província exarou um despacho: "Não / pode ser permitida a mudança, sem que os colonos que a pretendem, este - jam quites com a Fazenda Provincial."

E, ao findar o ano de 1866" existem na Colonia 105 casas com / 129 fogos; mais 19 casas e 17 fogos do que em 1865."⁵⁴

E complementa-se o quadro:

" Dos 156 lotes de terra atualmente demarcados, 139 já se acham distribuídas sendo com estabelecimento definitivo 105, e em princípio 34.

" Postos estes Algarismos em confrontação com os correspondentes no ano de 1865, vê-se que em 1866 demarcarão-se 26 lotes e distribuirão-se 25."⁵⁵

Mas, os problemas de troca de lotes continuam, bem como o de ocupação de várias espécies, e se repetem, quase continuamente.

Entretanto, novos colonos se localizam. Desta vez o são: Manoel Francisco Pereira, Francisco Theodoro José, Manoel José da Cruz, / João Theodoro da Silva, Felipe José de Souza, Serafim Pereira de Souza e Marcelino José dos Santos⁵⁶, e, da mesma forma, Albino Laurentino de Souza / e Bernardo Martinho de Andrade.⁵⁷

Feita a abertura do caminho para as Tijucas Grande, " até o lugar chamado ribeirão Major" o Diretor da Colonia assim se expressou sobre o território que até ali encontrou:

" As terras nas margens do rio Tijucas Grande, e que percorre o caminho hoje aberto, são de superior qualidade e prestão-se / para estabelecimento de muitos colonos, como também assim os confluentes os rios Adolpho e dos Perdidos, o primeiro que vem do Oeste, e o segundo de Leste, são de muita água e a distancia entre os dois he de 550 braças, nos quais pelos seus cursos para o centro pode-se fazer novas linhas."⁵⁸

E prossegue a instalação de novos colonos. Desta feita são: / João Manoel d'Andrade, Candido Antonio d'Andrade, Francisco Laurentino / de Souza, João Paulo Heck, José Valério Ântunes, João Cezário da Cunha e João Ventura dos Santos⁵⁹, e a eles se acrescentam: Francisco Lopes da Silva sob^o, Nicolau Goergens, Felisberto Ferreira de Aquinã, Martinho Antonio de Andrade, José Joaquim Soares de Abreu, Nicolau Marthenthal, Joaquim / José d'Espindola, Viuva Clara Elisia de Medeiros, e José Felipe de Souza.⁶⁰

E com a abertura de setrada do Alto Tijucas Grande até o "Major" novos pedidos de instalação foram feitos por "mais de 50 famílias", e o Diretor da Colonia no afã da ampliá-la propõe à Presidencia da Provincia para 2 poder estabelecer colonos na margem esquerda do rio Tijucas Grande até ao ribeirão Boa Esperança e fazer ali limite da Colonia, visto que este ribeirão fica bem a dizer em frente ao ribeirão Major" e ele estava autorizado" a fazer estabelecimento pelo curso da estrada até o lugar chamado "Major".⁶¹

Os problemas de trocas de lotes se repetem. E o Diretor da Colonia, pede, para facilidade da Presidencia da Província, da Delegacia / das Terras Públicas e sua, autorização para apostilar os respectivos títulos provisórios e é autorizado,⁶² e, continuamente, se sucedem petições de trocas de lotes, para outros mais férteis.

E, de quando em vez, novos colonos nela se estabelecem, como/ Caetano Tavares Freire e Manoel Caetano Tavares,⁶³ Frederico Hardt⁶⁴, Miguel José Ferreira, Valentin Guickel, Maria Victorina da Conceição e Antonio Machado de Souza⁶⁵, e ainda, de Manoel Antonio Fraga, Maria Caetana de Jesus, José de Souza d'Ávila e Felipe Wagner.⁶⁶

Mas, os problemas de instalação de colonos se agrava com o da medição e demarcação dos lotes ("prazos coloniais"), para o que a Direção da Colonia conseguiu a colaboração grátis dos colonos.⁶⁷

E, novos colonos se apresentam à Direção, solicitando lotes. Agora é a vez de Herit Goegen, Pedro Crinc, Mathias Haas, Bernardino Antonio de Mello e Antonio José de Amorim,⁶⁸ e, ainda, de Henrique Schelsting e José Claudino Soares,⁶⁹ ou, então, de Miguel Baches, Henrique Wasspoega, José Marcelino Vieira, Manoel Luiz Martins e João Vicente d'Assumpção.⁷⁰

Para solucionar a instalação de novos colonos o Diretor informa a situação de áreas adjacentes e expõe assim:

"Achando-se esta Direção em grandes embaraços a fim de continuar estabelecer novos colonos dentro de seus limites, em / 1.500 braças de terrenos entre o ribeirão denominado "Boa Esperança" e "Três Barras" do rio Tijuca, por me ter antes / constado que pertencem os ditos terrenos ao Dr. Henrique Schutel, e como sou hoje mais bem informado que o mesmo Sr. Dr. / Schutel, somente ali tem comprado a diversos indivíduos que / não ignoro o nome, 400 braças do indicado ribeirão da Boa Esperança para acima e 300 braças do Três Barras para abaixo, e como julgo restar na extensão dos ditos terrenos 800 braças, onde se poderá ainda acomodar 8 famílias de novos colonos, por bras; espero V.Excia. dar as necessárias providências a fim de que sejam exigidos os documentos dos indicados terrenos do Dr. Henrique Schutel a bem de ver-se com efeito é de sua propriedade toda extensão dos terrenos indicados a fim do preciso conhecimento d'esta Direção"⁷¹.

E, novos pedidos de terras se sucedem. Agora é a vez de Jacob

Silveira de Souza, Carlos Ehrhardt, Cristiano Schelsting e José Luiz de Moraes.⁷²

E o ano de 1872 se iniciou com a instalação dos colonos Cornelio Hoegem e João Haskel.⁷³

Ao finalizar o ano de 1871 era esta a situação efetiva dos pagamentos dos lotes coloniais:

" Pelo artigo 9º do § 1º e 2º das instruções de 10 de dezembro de 1860, que rege este estabelecimento, observa-se que um número de colonos antigos apossados de seus terrenos de 4 a 9 anos, acham-se com o tempo já vencido para o pagamento dos / ditos terrenos, apesar dos grandes esforços por esta Direcção empregado, não tem sido possível obter d'elles, realizar o dito pagamento, não por falta de meios mas sim por negligência attendendo que alguns d'estes possuem Engenho movido / por água e escravos, a vista do que, rogo a V.Excia. se dig- ne fornecer-me ordens que os obrigue satisfazer tais impor- tes, marcando um prazo que não exceda do principio de julho do corrente ano, sob pena de multa a os contraventores."⁷⁴

Como se vê havia um problema importante a ser resolvido, o pagamento das terras adquiridas.

Novos colonos vão se instalando. Desta vez o são: Pedro Wal - dreshh, Albino José de Souza e Estevão Martinho d'Andrade,⁷⁵ seguidos por Manoel Luiz Martins Novaes, João Martins de Souza, Carlos Weirich, Felipe Weirich, Felipe Schuvambach, Manoel Joaquim de Andrade e Belmiro Francisco da Rosa Quadros,⁷⁶ e, a estes, uniram-se, em seguida, Pedro Til e Agostinho de Souza Fagundes.⁷⁷

Mas, de quando em vez, alguns se retiram .

Entretanto, novos colonos aumentam a população local. Desta vez se integraram à colonia Ana Rita dos Passos, Joaquim Pereira de Souza, Severino Antonio Pereira, José Minime Schütetz e João Ventura dos Santos,⁷⁸ e outros os seguem, como Luiz Coelho Borges e João Cláudio Ferreira,⁷⁹ ou, então, Jacob Schnaidt⁸⁰, e, da mesma forma, os colonos Henrique Pashig,⁸¹ Alberto Ern e João Pashig.

No ano subsequente de 1873 continua o afluxo de colonos.

Desta vez o são os colonos Manoel de Souza Pereira, Gaspar Caetano da Silva, Felipe José de Souza e Serafin Phelipe de Souza,⁸² e a / eles se seguem: Joaquim Jeremias da Silva, Manoel Elenterio da Silva o / Jacob Burg.⁸³

E a instalação de novos colonos não cessa. Desta vez o foram: Gandido Felipe de Souza, Manoel Vieira da Rosa, Francisco Figueiredo Lima e José Vieira da Rosa.⁸⁴

Em fins de 1873 há uma nova diretriz com relação à Colonia e tal se depreende desta explicação.⁸⁵

"Tendo sido esta Presidência autorizada, por aviso de 22 de / Agosto do ano passado(1873), a mandar preparar n'esta Colonia, à custa do Estado, prazos para o estabelecimento de colonos Europeus incumbi igualmente deste serviço ao Engenheiro Pinto Braga(Martinho Dumense), dando-lhe, a respeito, a Instruções que, entre os anexos, achareis".

Como se vê iam retirar da Colonia a sua condição de "nacional" oficialmente, pois, de certa forma já i tinham de fato!

E, novos colonos são remetidos para a Colonia, mas não "nacionais". São, de uma vez, oito famílias com 48 pessoas, gastando-se com / transporte de Praia Comprida à Colonia 240\$000 rs., "comendorias nos primeiros dias de chegada" 240\$000 rs., "auxílio gratuito a 27 colonos adultos"Rs.546\$000, "mantimentos para 10 dias a 48 pessoas 288\$000rs., / "casas provisórias, derrubadas e sementes pa. 8 famílias" 400\$000rs., "ferramentas agrárias para cada família "120\$000 rs., "transporte para os / lotes "160\$000 rs., e "construção de caminhos para os lotes dos recém-chegados "800\$000rs., tudo totalizado 2:788\$000 rs.,⁸⁶ e foram localizados na linha do Rio Engano "as famílias alemãs entradas nos dias 10 e / 14 do corrente mez" e que vieram" da Eupopa em direitura a esta Província",⁸⁷

Para a instalação desses colonos que, não eram 48 e sim 45,⁸⁸ foi contratado, inicialmente, o agrimensor Arnaldo Stahely, que, adoe - cendo, foi substituído pelo agrimensor Frederico Von Schöler.⁸⁹

E estava o Diretor da Colonia interessado em intráduzir novos colonos, além daqueles "inigrantes alemães, e franceses", estabelecidos no Rio Engano pois, mandou o agrimensor Frederico Von Schöler para o baixo Rio Garcia, para ali medir lotes, em "excelentes terras, para colocar-se um número de 150 a 200 cazaes."^{89a}

Mas, os colonos do Rio Engano representam à Presidencia da Província contra a Direção da Colonia e da reclamação se eximiu a Diretor, convenientemente.⁹⁰

Nossos pedidos são feitos, de lotes, mas, o Diretor se exime, pois, não está definida a área adquirida pelo Governo Imperial ao Dr. /

Henrique Schutel, e o Presidente da Província faz ouvir o Procurador Fiscal das Terras Públicas da Província, e os peticionários eram todos "nacionais", em número de 34! ⁹¹

Por outro lado, Claudino Antonio da Silva, solicitava o título definitivo pagando de direitos Rs.,46\$250., ⁹² e o mesmo e requereu David Antonio Coelho. ⁹³

Concomitantemente, o agrimensor Frederico Von Schüller, que trabalhava a Rs.5\$500 diários solicitou fosse fixado um ordenado mensal e havia necessidade dos serviços permanentes, pelo número de trabalhos que requeriam quem entendesse de topografia e afins. ⁹⁴

E, o problema de instalação de novos colonos parece crescer.

Em fevereiro de 1876 a Presidência da Província comunica à Direção da Colonia que estão para chegar "oitenta e seis famílias de imigrantes com 446 indivíduos," e a Colonia tem medidos 48 lotes e até o fim do mês poderá ter 60 a 70. ⁹⁵

Já havia na Colonia, então, "nacionais", alemães e franceses. Estes estavam na linha do rio Engano e eram "Gustave Ansel, solteiro, entrado na Colonia em 30 de Agosto de 1875", "Joseph Renaudin, solteiro, entrado na Colonia em 30 de agosto de 1875", "Erneste Chaigne, cazado, entrou na Colonia para vel-a em Fevereiro de 1876, deixando na Capital / sua mulher e dois filhos menores" e " Joseph Cazes, solteiro, entrou na Colonia em 6 de fevereiro de 1875 e está esperando ainda ordem superior. ⁹⁶"

E, para os trabalhos de topografia, loteamento e levantamento das áreas destinadas à localização de colonos foi removido da Colonia / Blumenau para Angelina Júlio Cesar dos Reis Pereira Cardoso, agrimensor, que se apresentou ao Diretor em 30 de junho de 1877. ⁹⁷ Este agrimensor, logo, apresentou a relação das suas necessidades ven executar as tarefas e faltava desde a bússola até régua e esquadros. ⁹⁸ Tal agrimensor, entretanto, pouco se demorou na Colonia Angelina, e, já, a 15 de setembro, era novamente, removido para Colonia Blumenau. ⁹⁹ Em sua substituição foi / nomeado, por Aviso do Ministério da Agricultura, de 31 de agosto daquele ano, portanto para compensar a saída do seu antecessor, o agrimensor Virgílio de Souza Conceição, ¹⁰⁰ que no final do ano ainda se achava em serviço na Colonia. ¹⁰¹

Os objetivos reclamados pelo agrimensor, demoraram... e no ano de 1878, em março, ainda não haviam chegado à Colonia. ¹⁰²

Outro problema vai se colocar diante da Direção da Colonia: chegan colonos franceses e a distribuição de lotes não pode ser feita por /

faltar "abrir-se uma picada tendo uma légua de extensão", e era necessário contratar a sua abertura por 450\$000 reis e, também a autorização da Presidência da Província.¹⁰³ E, um mês depois, o assunto ainda era tratado, por alguém, na administração superior da Província solicitava uma planta da "picada" de "15 palmos(3,3n)" de largura e seu custo, normalmente, seria de 540\$000 reis, superior, portanto, ao pleiteado pelo Diretor da Colonia.¹⁰⁴

Face às dificuldades existentes e o afluxo de colonos era necessário continuar "com o serviço de medições que foi interrompido em virtude da suspensão de todos os trabalhos," pois não tinha a Colonia", senão poucos lotes medidos, dos quais alguns não prestão por ser muito montanhosos."¹⁰⁵

E, assim, chega à Colonia à sua emancipação.

¹ MOTA. Relatório, 1862. p.26.

² CUNHA. Relatório, 1863. p.28

³ OLIVEIRA. Relatório, 1864. p.22.

⁴ OLIVEIRA. Relatório, 1864. p. 23

⁵ Ofício nº 123, de 8 de fevereiro de 1864, capeando relatório mensal da Colonia, dirigido ao 1º Vice-Presidente da Província, Comendador Francisco José d'Oliveira.

⁶ Ofício nº 117, datado da Cidade do Desterro, em 15 de janeiro de 1864, do Encarregado da Direção da Colonia ao 1º Vice-Presidente da Província, Comendador Francisco José d' Oliveira

⁷ Ofício nº 124, de 9 de fevereiro de 1864, idem, idem.

⁸ Ofício nº 128, de 29 de março de 1864, idem, idem.

⁹ Ofício nº 129, de 3 de abril de 1864, idem, idem.

¹⁰ Ofício nº 134, de 6 de maio de 1864, do Encarregado ao Direção ao Presidente Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

¹¹ Ofício nº 140, de 27 de junho de 1864, idem, idem.

¹² Ofício nº 144, de 1º de agosto de 1864, idem, idem.

¹³ Ofício nº 146, de 8 de agosto de 1864, idem, idem.

¹⁴ Ofício nº 155, de 3 de setembro de 1864, idem, idem.

¹⁵ Ofício nº 156, de 17 de setembro de 1864, idem, idem.

¹⁶ Ofício nº 157, de 21 de setembro de 1864, idem, idem.

¹⁷ Ofício nº 160, de 15 de outubro de 1864, idem, idem.

¹⁸ Ofício nº 161, de 17 de outubro de 1864, idem, idem.

- 19 Ofício nº 169, de 20 de dezembro de 1864, idem, idem.
- 20 "O Argos da Província de Santa Catarina", Desterro, nº 847, edição de 28 de novembro de 1861, p.1
- 21 CHAVES. Relatório, 1865, p. 33-34.
- 22 CHAVES. idem, p. 35.
- 23 Ofício nº 179, de 22 de fevereiro de 1865, do Diretor ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.
- 24 Ofício nº 180, de 24 de fevereiro de 1865, idem, idem.
- 25 Ofício nº 187, de 20 de abril de 1865, idem, idem.
- 26 Ofício nº 188, de 21 de abril de 1865, idem, idem.
- 27 Ofício nº 192, de 22 de maio de 1865, idem, idem.
- 28 Ofício nº 198, de 23 de junho de 1865, do Diretor da Colonia ao 1º Vice-Presidente, Comendador Francisco José D'Oliveira.
- 29 Ofício nº 204, de 27 de julho de 1865, idem, idem.
- 30 Ofício nº 205, de 28 de julho de 1865, idem, idem.
- 31 Ofício nº 208, de 14 de agosto de 1865, idem, idem.
- 32 Ofício nº 212, de 21 de setembro de 1865, do Diretor da Colonia ao Presidente, Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- 33 Ofício nº 216, de 26 de setembro de 1865, idem, idem.
- 34 Ofício nº 221, de 20 de outubro de 1865, idem, idem.
- 35 Ofício nº 223, de 27 de outubro de 1865, idem, idem.
- 36 Ofício nº 230, de 25 de novembro de 1865, idem, idem.
- 37 Ofício nº 232, de 7 de dezembro de 1865, idem, idem.
- 38 Ofício nº 234, de 16 de dezembro de 1865, idem, idem.
- 39 Ofício nº 250, de 3 de maio de 1866, idem, idem.
- 40 Ofício nº 251, de 12 de maio de 1866, idem, idem.
- 41 Ofício nº 254, de 22 de maio de 1866, idem, idem.
- 42 Ofício nº 258, datado do Desterro, a 8 de junho de 1866, idem, idem.
- 43 Ofício nº 259, datado do Desterro, a 8 de junho de 1866, idem, idem.
- 44 Ofício nº 265, de 18 de julho de 1866, idem, idem.
- 45 Ofício nº 266, de 25 de julho de 1866, idem, idem.
- 46 Ofício nº 267, de 4 de agosto de 1866, idem, idem.
- 47 Ofício nº 269, de 11 de agosto de 1866, idem, idem.
- 48 Ofício nº 273, de 6 de setembro de 1866, idem, idem.
- 49 Ofício nº 273, de 6 de setembro de 1866, idem, idem.

- 50 Ofício nº 275, de 27 de setembro de 1866, idem, idem.
- 51 Ofício nº 276, de 29 de setembro de 1866, idem, idem.
- 52 Ofício nº 284, de 14 de novembro de 1866, idem, idem.
- 53 Ofício nº 290, de 7 de dezembro de 1866, idem, idem.
- 54 LACERDA. Relatório, 1867.p. 13.
- 55 LACERDA. Relatório, 1867.p, 13.
- 56 Ofício nº 13, de 18 de fevereiro de 1867, do Diretor da Colonia ao Presidente, Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- 57 Ofício nº 16, de 11 de março de 1867, idem, idem.
- 58 Ofício nº 22, de 1º de maio de 1867, idem, idem.
- 59 Ofício nº 38, de 23 de julho de 1867, do Diretor da Colonia ao Presidente, Comendador Francisco José de Oliveira.
- 60 Ofício nº 45, de 12 de outubro de 1867, idem, idem.
- 61 Ofício nº 56, de 24 de dezembro de 1867, idem, idem.
- 62 Ofício nº 92, de 12 de outubro de 1868, do Diretor da Colonia ao 1º Vice-Presidente, Dr. Carlos de Cerqueira Pinto.
- 63 Ofício s/nº, de 1º de fevereiro de 1871, do Diretor da Colonia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvea.
- 64 Ofício s/nº, de 24 de março de 1871, idem, idem.
- 65 Ofício s/nº, de 31 de maio de 1871, idem, idem.
- 66 Ofício s/nº, de 1º de julho de 1871, idem, idem.
- 67 Ofício s/nº, de 24 de julho de 1871, idem, idem.
- 68 Ofício s/nº, de 31 de julho de 1871, idem, idem.
- 69 Ofício s/nº, de 9 de setembro de 1871, idem, idem.
- 70 Ofício s/nº, de 27 de setembro de 1871, idem, idem.
- 71 Ofício s/nº, de 28 de outubro de 1871, idem, idem.
- 72 Ofício s/nº, de 14 de dezembro de 1871, idem, idem.
- 73 Ofício s/nº, de 19 de janeiro de 1872, idem, idem.
- 74 "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra" pelo Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca, 1871, em 15 de fevereiro de 1872.p.5-6,ms.
- 75 Ofício s/nº, de 16 de abril de 1872, do Diretor Joaquim de Souza Corcoroca ao Presidente da Província, Dr. Guilherme Cordeiro Cintra.
- 76 Ofício s/nº, de 4 de maio de 1872, idem, idem.

- 77 Ofício s/nº, de 6 de maio de 1872, idem, idem.
- 78 Ofício s/nº, de 13 de julho de 1872, idem, ao Presidente, Dr./
Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Junior.
- 79 Ofício s/nº, de 20 de julho de 1872, idem, idem.
- 80 Ofício s/nº, de 21 de agosto de 1872, idem, idem.
- 81 Ofício s/nº, de 30 de novembro de 1872, do Diretor de Colonia
ao Presidente da Província, Dr. Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão.
- 82 Ofício s/nº, de 8 de fevereiro de 1873, do Diretor da Colonia
ao Presidente da Província, Dr. Ignácio Accioli D'Almeida.
- 83 Ofício s/nº, de 26 de maio de 1873, do Diretor da Colonia, Joa-
quim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Pe-
dro Afonso Ferreira.
- 84 Ofício s/nº, de 30 de agosto de 1873, idem, idem.
- 85 SILVA. Fala, 1874. p. 47.
- 86 Ofício s/nº, de 4 de agosto de 1875, do Diretor da Colonia, Gas-
par Xavier Neves, ao Presidente Tte. Cel. Luiz Ferreira do Nas-
cimento e Mello. (orçamento de despesa anexo).
- 87 Ofício s/nº, de 23 de agosto de 1875, do Diretor da Colonia, /
Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Ca-
pistrano Bandeira de Mello Filho.
- 88 Ofício s/nº, de 19 de setembro de 1875, idem, idem.
- 89 Ofício s/nº, de 19 de setembro de 1875, idem, idem.
- 89^a Ofício s/nº, de 28 de outubro de 1875, idem, idem.
- 90 Ofício s/nº, de 19 de dezembro de 1875, idem, idem.
- 91 Ofício s/nº, de 3 de dezembro de 1875, idem, idem.
- 92 Ofício s/nº, de 12 de dezembro de 1875, idem, idem.
- 93 Ofício s/nº, de 7 de janeiro de 1876, idem, idem.
- 94 Ofício s/nº, de 7 de janeiro de 1875, idem, idem.
- 95 Ofício s/nº, de 4 de fevereiro de 1875, idem, idem.
- 96 Ofício s/nº, de 18 de fevereiro de 1875, idem, idem.
- 97 Ofício s/nº, de 2 de julho de 1877, do Diretor da Colonia, José
Candido Duarte Silva ao Presidente da Província, Dr. José Bento
de Araújo.
- 98 Ofício s/nº, de 9 de julho de 1877, idem, idem.
- 99 Ofício s/nº, de 17 de setembro de 1877, idem, idem.
- 100 Ofício s/nº, de 26 de setembro de 1877, idem, idem.
- 101 ARAÚJO. Relatório, 1878. p. 24.

- ¹⁰²Ofício s/nº, de 27 de março de 1878, do Diretor da Colonia, Jo
sé Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. Joa -
quin da Silva Ranalho.
- ¹⁰³Ofício s/nº, de 17 de novembro de 1879, do Diretor da Colonia,
Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Anto-
nio de Almeida Oliveira.
- ¹⁰⁴Ofício nº 147, de 13 de dezembro de 1879, idem, idem.
- ¹⁰⁵Ofício nº 151, de 29 de dezembro de 1879, idem, idem.

3.4.2. b. - PROBLEMAS BUROCRÁTICOS E FINANCEIROS

Todo empreendimento deve ter a sua vida administrativa e financeira bem dirigidas, sob pena de agravarem os demais problemas e, desta forma, por a perder todo o esforço que se desenvolva.

A carência de recursos financeiros na administração da Colônia Nacional Angelina é apontada, desde logo:

"A província vota anualmente 4:000\$000réis para as despesas do estabelecimento, compreendendo-se nessa quantia / 1:200\$000 réis de ordenado ao Diretor; com o restante pouco ou nada se pode fazer".¹

O crescimento das obrigações, entretanto, não melhoraram a situação financeira, e disto há testemunho insuspeito:

"Durante o ano findo despendeu-se com esta Colônia o seguinte:

Jornal aos trabalhadores pelos serviços feitos durante o ano	1:835\$520
Importância da condução de nove famílias de colonos	116\$000
Duas pedras de moer.....	30\$000
Um pé de cabra	5\$280
Medicamentos.....	10\$840
Rs.	<u>1.997\$640"</u> ²

Assim a carência de numerário está presente sempre. Ora, são as pedras de moer para a tafona que precisam ser pagas³, ou para enfrentar as despesas dos trabalhos "para o mês de janeiro corrente, a quantia de cento e cinquenta mil réis (Rs.150\$000)⁴, mas, para o mês de março o pedido foi de duzentos mil réis (Rs.200\$000)⁵, e para abril ascendeu a duzentos e cinquenta mil réis (Rs.250\$000)⁶, "sendo 200\$000 reis conforme de costume, e 50\$000 réis conforme a autorização de V.Excia. em ofício de 8 de fevereiro passado."⁷ Já para as despesas de maio foi estimada em duzentos e setenta e cinco mil réis (Rs.275\$000), acrescentando-se em vista da necessidade de compra de ferramentas.⁸

Mas, o Encarregado da Direção da Colônia Angelina também solicitou aumento face

"...as minhas circunstâncias críticas, em visto do meu vencimento que recebo, como Diretor desta Colônia, o qual é de cem mil réis mensais, quantia muito diminuta, em relação / das despesas as quais sou sujeito em qualidade de meu empre

go."⁹

E, a margem, a lápis, o Presidente da Província despachou:

"Não pode ~~por~~ ora este Governo conceder argumento algum por isso que não votada quantia alguma além das strictamente mínimas para as despesas da Colônia."

No mês de junho foi solicitada a quantia de Rs. 275\$000, tendo em vista a "compra do forno, chapa e ferragens para o engenho de farinha de mandioca"¹⁰. Mas em julho decresceu para duzentos mil réis (Rs. 200\$000)¹¹, e, em agosto foram, somente, cem mil réis (Rs. 100\$000).¹²

E o de setembro - "constando-me ter o dito ofício se extraviado, talvez por desleixo do portador", e assim achar-se por esse motivo atrasado o pagamento das despesas feitas naquella mez" - solicitava Rs 200\$000¹³. Já, para as de outubro o foram da ordem de Rs. 50\$000¹⁴. E, para novembro a quantia solicitada o foi de Rs. 150\$000, para ocorrer / as despesas do mês, além das quantias de Rs. 11\$685, saldo credor do Encarregado da Direção da Colônia, no mês de junho, e Rs. 31\$250, saldo / credor das despesas efetuadas com a abertura da estrada velha de Lages,¹⁵ assunto este que se prolonga no exercício seguinte.¹⁶

E, terminando o ano de 1864, em dezembro, as despesas orçavam em Rs. 200\$000.¹⁷

Mas, no seu Relatório Anual à Assembléia Provincial, o Presidente da Província não se esquece dos vencimentos do Diretor da Colônia.¹⁸

"O ordenado do actual Diretor é muito diminuto e elle mesmo / já tem reclamado algum augmento, o que me parece de toda a / justiça".

A Colônia vai tendo uma luta diuturna para a solução dos seus problemas que são resolvidos pela Presidência da Província.

Para o mês de janeiro de 1865 foi solicitada a quantia de cem mil réis (Rs. 100\$000)¹⁹, já para fevereiro o foi em duzentos mil réis / (Rs. 200\$000)²⁰, e, em março o são trezentos mil réis (Rs. 300\$000), incluindo a compra de medicamentos e ferramentas aratorias²¹, já, em abril, era solicitada a importância de duzentos mil réis (Rs. 200\$000) para as despesas da Colônia²² e em maio ascendia a duzentos e cinquenta mil réis (Rs. 250\$000)²³.

Mas, lá pelas tantas, ao fazer o "caixa" notou o Diretor da Colônia que lhe faltava Rs. 57\$600" para lançar nas despesas", pela "compra que fez de doze machados, doze foixas e doze enchadas."²⁴

Em junho, além das despesas normais, necessitava comprar "fer

ramentas aratômias", pelo que solicitava dos cofres provinciais duzentos e cinquenta mil réis (Rs. 250\$000)²⁵ e, em julho, duzentos mil réis (Rs. / 200\$000)²⁶, em agosto outros duzentos mil réis (Rs. 200\$000)²⁷, em setembro cento e cinquenta mil réis (Rs. 150\$000)²⁸, em outubro cento e cinquenta mil réis (Rs. 150\$000)²⁹, em novembro ainda outros cento e cinquenta mil réis (Rs. 150\$000)³⁰, e, em dezembro, ainda, cento e cinquenta mil réis (Rs. 150\$000)³¹.

Face ao temporal de 29 a 31 de janeiro de 1866, o Diretor da Colônia para ocorrer as despesas daquele avento e do mês de fevereiro solicitou Rs 400\$000, o Presidente da Província mandou "por à disposição" Rs. 200\$000³². E para março, pediu Rs. 200\$000³³, e para abril Rs. 250\$000³⁴ mas o dinheiro de março demorou ... e bastante³⁵.

A situação ficou crítica. Não era fácil administrar a Colônia! Veja-se, pois, a atitude tomada pelo Diretor:

"Sendo-me permitido pelo § 8 artigo 14 das Instruções de 10 de dezembro de 1860, que regem esta Colônia, expor a V. Excia. tudo o que convém remover-se a bem dos interesses coloniais; do que venho respeitosamente pedir a V. Excia. que a bem dos serviços e trabalhos em andamento, e dos que se tem de emprender n'esta Colônia, ordenar que me seja entregue a verba consignada no exercício de 1866 a 1867 para esta Colônia, em prestações adiantadas, podendo assim com mais economia emprehender e contractar qualquer trabalho preciso e realizar os aumentos desta Colônia que V. Excia. tem em vista."³⁶

E, o Presidente da Província autorizou a entrega, em parcelas, adiantadamente.

Mas, a colonização apresentava também seus pequenos problemas relativos às "dívidas coloniais". Assim, a 13 de fevereiro de 1867³⁷, a dívida dos colonos pela compra de lotes era de 2:906\$250 reis," sendo 22 colonos que já completarão o prazo de quatro anos, em que deve ser realizado o pagamento do valor das terras, 22 colonos que vencerão o prazo de dois anos, depois do estabelecimento, e 49 colonos estabelecidos que / ainda não vencerão os dois anos. Além destes há ainda 44 colonos no princípio dos seus estabelecimentos, e que ainda não tomarão posse efectiva, do que ainda não lhes foi passado títulos provisórios, com que principiarao as obrigações relativas ao pagamento das terras."

E, até aquela data, os auxílios aos colonos eram, de acordo com o mesmo, documento, da seguinte orden:

"Auxílios nas suas primeiras derrubadas, e construção de /
suas cazas, aproximada Reis 806\$000.

Importância despendida com a condução das bagagens dos colo-
nos..... 949\$000

Importância de ferramentas aratorias distribuídas aos colonos
.....708\$720

Total Reis 2.553\$720

E, uma crise financeira desponta na administração da Colônia, em abril de 1868, já não há mais que um saldo de 18\$380 reis para ao corree as despesas do trimestre abril-junho e é pedido e é concedido um crédito de trezentos mil réis³⁸. Mas, em junho, o dinheiro ainda não chegara à Colônia.³⁹

Deixando o Diretor da Colônia, sucessor de Carlos Othon Schlappal, Dr. Manoel Antônio Marques de Faria, contas a pagar no valor de 241\$500 reis, solicitou o sucessor desse, Joaquim José de Souza Corcoraca o respectivo pagamento.⁴⁰

E o Diretor, Joaquim José de Souza Corcoraca, solicita a / quantia de 1:500\$000 rs. para ocorrer as despesas da Colônia, sendo 1:000\$000 para as despesas de caminhos coloniais e 500\$000 para obra da Capela "que se está erigindo".⁴¹

A situação financeira é tão ruim que o Presidente da Província assim se manifesta:

"Na verdade, srs. (Deputados), é por demais exigua a consignação decretada para esta Colônia, pois que apenas conserva-la no estado em que se acha, não dando lugar a obras de todo o ponto indispensáveis, como são a abertura e conservação de caminhos vicinais e a medição e demarcação de lotes, não só para estabelecimentos de futuros colonos, como mesmo dos actuaes colonos, que segundo afirma o actual Director, não sabem ainda quaes são os seus limites; de sorte que, frequentemente, deixam de fazer derrubadas e plantações com receio de ultrapassá-los e assim perderem o seu trabalho.

"Julgo, pois, ser de conveniência a decretação de fundos para acudir-se a estes momentosos reclamos."⁴²

Nos, meses de janeiro, fevereiro e março de 1870 foram gastos na administração da Colônia Rs. 1:724\$280.⁴³

No primeiro trimestre de 1871 foram solicitados Rs. 1:275 \$ 000, sendo 750\$000 para o estabelecimento de colonos, 500\$000 para a obra

da capela e 25\$000 para expediente.⁴⁴ Mas, além disso, gastou mais Rs.... 129\$000, do que pediu ressarcimento.⁴⁵ E, em abril daquele ano, eram necessários Rs.1.229\$000 para ocorrer às despesas com a administração da / colônia.⁴⁶

E, em princípios de 1874, poderia ser dito a seu respeito:⁴⁷

"Actualmente, se não tanto quanto fora ainda para desejar, em relação aos seus recursos, acha-se em mais felizes condições, pois que, a meu pedido acaba o Governo Imperial de conceder-lhe a subvenção mensal de 300\$000 reis, além da de ... 800\$000 anual, para estabelecimentos de uma escola de primeiras letras.

"Esta subvenção, na conformidade de ordens que expedi, é aplicada ao pagamento dos ordenados do Director, de um auxiliar que autorizei-o a chamar, ao expediente, e outros serviços / indispensáveis."

E tendo em vista a notícia de introdução de novos colonos, / foi efetuada a construção de um barracão de hospedagem.⁴⁸

"Na sede da colônia acha-se construído este barracão, com capacidade para acomodar 30 famílias, tendo 26,4 m de frechte / por 9,9 m de profundidade, custando sua construção a quantia de 799\$250 reis? logo depois de concluído, conforme as ordens de V.Excia. fiz entrega ao Director d'aquelle estabelecimento!"

Mas tendo passado a Colônia a ser subvencionada pela Governo Imperial foi exigida a feitura de um orçamento de despesas, o qual importou em Rs. 12:520\$000, quantia essa que acho necessário para bem poder / acudir as maiores necessidades d'esta Colônia, principalmente com as / vias de comunicação, medição de lotes e edifícios como a Igreja e cazas para residência do Médico e Capellão".⁴⁹

Os problemas financeiros vão se repetir continuada e indefinidamente, ora mais agudos, ora menos, mas com a mesma persistência crônica!

O quadro administrativo que regia a Colônia, em 1876, era retratado desta forma:⁵⁰

"Tendo falecido em 17 de novembro último(1876) o director Coronel Gaspar Xavier Neves, o abaixo assignado tomou a Direcção no dia 18 na qualidade de Ajudante da mesma Colônia, sendo nomeado Director por Avizo do Ministério da Agricultura / de 19 de Dezembro findo. Existe um secretário e guarda livros,

que serve tãobem d'interprete e tradutor d'esta Direcção e o qual he tãobem encarregado com a escripturação dos Registros Civis é da Subdelegacia, que bem cumpre com os seus deveres, sendo porém mal remunerado o seu serviço, visto que vence somente a quantia de Rs 70\$000 por mez."

Como se vê sempre foram minguadas as despesas com esta Colônia e, tal ordem, que, desde a sua fundação até a sua emancipação com elle foram dispensados apenas 253:306\$938 rs.⁵¹

Evidentemente, houve, face ao intenso movimento colonizador, ali processado, uma parcimoniosa distribuição de recursos, o que, de certo modo, vai prejudicar o seu desenvolvimento econômico-social.

¹ CUNHA. Relatório. 1863.p. 28.

² OLIVEIRA. Relatório, 1864. p. 23

³ Ofício nº 115, de 12 de janeiro de 1864, do Encarregado da / Direcção da Colônia ao 1º Vice Presidente, Comendador Francisco José de Oliveira.

⁴ Ofício nº 118, de 27 de janeiro de 1864, idem, idem.

⁵ Ofício nº 125, de 26 de fevereiro de 1864, idem, idem.

⁶ Ofício nº 127, de 28 de março de 1864, idem, idem.

⁷ Ofício nº 133, de 26 de abril de 1864, idem, idem.

⁸ Ofício nº 136, de 27 de maio de 1864, idem, idem.

⁹ Ofício de 25 de junho de 1864, do Encarregado da Direcção da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

¹⁰ Ofício nº 139, de 27 de junho de 1864, idem, idem.

¹¹ Ofício nº 142, de 27 de julho de 1864, idem, idem.

¹² Ofício nº 153, de 27 de agosto de 1864, idem, idem.

¹³ Ofício s/nº de 4 de novembro de 1864, idem, idem.

¹⁴ Ofício nº 164, de 24 de outubro de 1864, idem, idem.

¹⁵ Ofício nº 167, de 26 de novembro de 1864, idem, idem.

¹⁶ Ofício nº 172, de 5 de janeiro de 1865, idem, idem.

¹⁷ Ofício nº 170, de 23 de dezembro de 1864, idem, idem.

¹⁸ CHAVES. Relatório, 1865.p. 35

¹⁹ Ofício nº 177, de 7 de fevereiro de 1865, do Inspector da Colônia ao Presidente, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

²⁰ Ofício nº 182, de 25 de fevereiro de 1865, idem, idem.

²¹ Ofício nº 185, de 27 de março de 1865, idem, idem.

- ²²Ofício nº 190, de 26 de abril de 1865, idem, idem.
- ²³Ofício nº 193, de 27 de maio de 1865, idem, idem.
- ²⁴Ofício nº 199, de 23 de junho de 1865, do Diretor da Colônia ao 1º Vice-Presidente, Comendador Francisco José d'Oliveira.
- ²⁵Ofício nº 200, de 26 de junho de 1865, idem, idem.
- ²⁶Ofício nº 203, de 27 de julho de 1865, idem, idem.
- ²⁷Ofício nº 209, de 26 de agosto de 1865, idem, idem.
- ²⁸Ofício nº 213, de 25 de setembro de 1865, do Diretor da Colônia ao Presidente, Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- ²⁹Ofício nº 224, de 27 de outubro de 1865, idem, idem.
- ³⁰Ofício nº 231, de 27 de novembro de 1865, idem, idem.
- ³¹Ofício nº 236, de 27 de dezembro de 1865, idem, idem.
- ³²Ofício nº 243, de 6 de fevereiro de 1866, idem, idem.
- ³³Ofício nº 247, de 6 de março de 1866, idem, idem.
- ³⁴Ofício nº 249, de 27 de abril de 1866, idem, idem.
- ³⁵Ofício nº 252, de 12 de maio de 1866, idem, idem.
- ³⁶Ofício nº 253, de 13 de maio de 1866, idem, idem.
- ³⁷Ofício nº 7, de 13 de fevereiro de 1867, idem, idem.
- ³⁸Ofício nº 78, de 8 de maio de 1868, idem, idem.
- ³⁹Ofício nº 80, de 14 de junho de 1868, do Diretor da Colônia ao Presidente, Comendador Francisco José d'Oliveira.
- ⁴⁰Ofício s/nº, de 30 de junho de 1869, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca ao Presidente da Província, Dr. Carlos Ferraz de Abreu.
- ⁴¹Ofício s/nº, de 1º de julho de 1869, idem, idem.
- ⁴²LIMA. Relatório, 1870.p. 17.
- ⁴³Ofício s/nº, de 2 de abril de 1870, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca ao Presidente da Província, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima.
- ⁴⁴Ofício s/nº, de 14 de fevereiro de 1871, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa.
- ⁴⁵Ofício s/nº, de 30 de março de 1871, idem, idem.
- ⁴⁶Ofício s/nº, de 24 de abril de 1871, idem, idem.
- ⁴⁷SILVA. Fala, 1874.p. 47
- ⁴⁸Ofício s/nº, datado do Desterro, a 10 de fevereiro de 1875, do Engenheiro Carlos Moreira de Abreu ao Presidente da Pro -

víncia, Dr. João Thomé da Silva.

⁴⁹Ofício s/nº, de 24 de agosto de 1875, do Diretor da Colô -
nia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João
Capistrano Bandeira de Mello Filho.

⁵⁰Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, do Diretor da Colônia,
José Cândido Duarte Silva ao Presidente da Província, Dr. José/
Bento de Araújo.

⁵¹CHAVES. Falla, 1881.p. 39.

3.4.2.c - "CASA DA DIREÇÃO"

É em documento da Presidência da Província de Santa Catarina que se trata, pela primeira vez, deste assunto:¹

"Expõe o Director da colônia a urgente necessidade de ser /
construída uma casa de direção".

E o assunto passa a tomar corpo, com este ofício do Diretor da Colônia:²

"Respeitosamente venho expor a V.Exciã. a urgente necessidade da construção de uma casa de direção na Colônia Nacional Angelina da qual sou Director. Tendo-me até a data presente servida de uma parte do barracão que servia de hospedagem / para os colonos, e que também serve presentemente de capela provisória, e achando-se o dito barracão edificado a mais / de quatro anos, do que ameaça ruína, e assim insuficiente / para os trabalhos de escrituração e desenho dos mapas relativos a dita Colônia, havendo ainda um saldo do crédito marcado para as despesas da Colônia Nacional Angelina, no exercício corrente de Rs. 2:426\$000 para os mezes de março até junho, do que peço respeitosamente a V. Excia determinar / uma parte deste saldo para construção da dita casa de Direção."

E o Presidente despachou, a lápis, no alto "Informe o Director da Fazenda Provincial."

E a 30 de março era encaminhado "o projeto junto de uma casa de Direção na Colônia Nacional Angelina, acompanhado de um orçamento e descrição para a edificação da dita casa."³

Mas, o Director Carlos Othon Schlappal não esmorece, está acompanhando atentamente o desenrolar do caminhar do seu projeto, sabe-o aprovado e incluído no orçamento provincial e apela para a Presidência da Província.⁴

"Fazendo-se mister a construção a casa para a Direcção da / Colônia Nacional Angelina de que trata o Capítulo 2º Artigo 3º § 7º da Lei do Orçamento Provincial nº 563, venho respeitosamente pedir a V. Excia. authorização para dar principio a mencionada construção, na conformidade do projeto e orçamento apresentados pela Presidência a Assembléia Legislativa desta Província."

E para realizar os trabalhos de construção da Casa da Direção / era preciso uma serra "para mandar serrar táboas, praxões e outras madeiras para a dita obra" e foi pedida à Presidência da Província autorização para comprá-la.⁵ Já, para instalar "o depósito de materiais, como o cal, taboadas e serviços, ao mesmo tempo para moradia dos operários / da casa de Direção desta Colônia" solicitou alugar a casa de Pedro Waltrich, na sede da Colônia "hoje morador em São Pedro de Alcântara",⁶ e a Presidência negou, mandando que ocupasse o barracão de hospedagem dos colonos, a vista do que o Diretor expõe novamente, as suas razões à Presidência da Província.⁷

Mas, enfim, a palavra oficial foi dada:

"Autorizei ao Director da Colônia Nacional "Angelina" para construir a casa da direção, conforme o orçamento e a planta levantada para ella, não devendo porém exceder a verba consignada no orçamento provincial para o custeio dos diversos serviços na / mesma colônia no exercício corrente de 1865 a 1866".⁸

E o Presidente, acerca do assunto, assim se expressava:

"Sendo indispensável construir quanto antes a casa que há de servir de morada ao director, mandei aplicar todo o esforço na conclusão dessa obra, que deverá ficar acabada antes do fim do exercício."⁹

A casa da direção voltava à baila, de quando em vez.

Novamente pedia o Diretor autorização para pagar a Pedro Waltrich, "pelo preço de dois mil reis mensais", desde maio de 1866, aluguel de sua casa, por ali depositar os materiais destinados à "Casa da Directoria desta Colônia, como cal, taboas."¹⁰

Nos meses de abril, maio e junho de 1867 "continuou-se com a obra para a casa da Direção desta Colônia" e, "acha-se a casa levantada junto à casa lateral com cimalha e corniça de madeira feitas de pranchões e taboas de cedro, pregadas as ripas do tecto e prompto para cobrir, não tem adiantada a dita obra por falta de pedreiro."¹¹

Quanto a este item, em 1867, assim se exprimiu o Presidente da Província:

"Acha-se quase prompta a casa que tem de servir de residência / ao director. É uma obra solidamente construída e elegante"¹²

Quando deixou a Direção da Colônia o Engenheiro Carlos Othon Schlapal já estavam bem adiantados os serviços. E o presidente da Província assim o declarou:

"A casa da residência do Director, bem construída e elegante ca rece ainda de forro em uma sala e de pintura em toda ela".¹³

Mas, a sua situação, em 1871, assim era descrita pelo Director/ Joaquim José de Souza Corcoroca:¹⁴

"A Caza da Direção precisa de pequenos reparos no assoalho, reboque externo e alguma pintura."

O seu mobiliário era todo de propriedade dos Directores, tanto / assim, que foi reclamada a não existência de "uma única cadeira para o uso da repartição" "e solicitada autorização para "comprar uma dúzia de cadeiras americanas, que postas na referida Colônia importarão em 42\$000 reis,¹⁵ mas, a demora na autorização, fez com que as encontrasse, já "sendo 72\$000 reis o preço da dúzia em casa do negociante Frederico Heucke - roth e 6\$000 reis de condução".¹⁶

Como se vê a sede da Colônia - o órgão vital das decisões - ficava à mercê de ingentes sacrifícios e desconfortos dos seus administradores!

¹ CHAVES. Relatório, 1865.p. 34

² Ofício s/nº, datado, da cidade do Desterro, a 7 de março de 1865, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

³ Ofício s/nº, datado, da cidade do Desterro, a 30 de março de 1865, idem, idem.

⁴ Ofício nº 201, datado, da cidade do Desterro, a 4 de julho / de 1865, do Diretor da Colônia ao 1º Vice-Presidente, Comendador Francisco José de Oliveira.

⁵ Ofício nº 215, de 25 de setembro de 1865, do diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

⁶ Ofício nº 220, de 19 de outubro de 1865, idem, idem.

⁷ Ofício nº 228, de 18 de novembro de 1865, idem, idem.

⁸ OLIVEIRA. Relatório, 1865.p. 7.

⁹ LACERDA. Relatório, 1867.p. 12.

¹⁰ Ofício nº 2, de 2 de janeiro de 1867, do Diretor da Colônia ao Presidente, Dr. Adolfo de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

¹¹ Ofício s/nº, de 16 de julho de 1867, do diretor da Colônia / ao Presidente da Província, Comendador Francisco José de Oli-

veira.

¹²LACERDA. Relatório, 1868.p. 23

¹³ABREU. Relatório, 1869.p. 23

¹⁴"Relatório apresentado ao Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Exmo.Sr. Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra" pelo Diretor Jaaquin José de Souza Corcoroca", em 1871, em / 15 de fevereiro de 1872,p. 4,ms.

¹⁵Ofício nº 62, datado do Desterro, de 9 de abril de 1879, Diretor da Colônia, Alberto d' Aquino Fonseca ao Presidente da Província, Dr. Joaquim de Silva Ramalho.

¹⁶Ofício nº 73, de 14 de maio de 1879, do Diretor da Colônia, Alberto d'Aquino Fonseca ao Presidente da Província, Dr. Antonio de Almeida Oliveira.

3.4.2.d - PROBLEMAS MÉDICO-SANITÁRIOS

Já, em 1863, eram dispensados 10\$840 rs, com medicamentos e se dizia:

"Nesta colônia tudo falta ainda: sem igreja, padre, hospital, botica e &"¹

Eles estão frequentemente, na problemática da Colônia.

A primeira relação de medicamentos, em 1864, orça em Rs.14\$400 e é "para administrar aos colonos doentes da Colônia Nacional Angelina" e foi autorizada pela Presidência da Província.²

E chegaram em setembro "três caixas de medicamentos", cuja / condução foi paga pelo Encarregado da Direção da Colônia.³

Em 1865, pede o Diretor da Colônia autorização para comprar / "no valor aproximado de vinte mil reis(Rs. 20\$000)", para administrar aos colonos doentes n'esta Colônia",⁴ e mais pedido é feito, neste sentido, novamente no valor de Rs. 20\$000.⁵

E, no ano de 1866, começou o fornecimento aos colonos de medicamentos no valor de Rs. 33\$520, para aquelas que " foram atacados de bexigas e outras moléstias."⁶

O problema médico-sanitário passa a ter importância quando o Diretor da Colônia passa a ser o Dr. Manoel Antônio Marques de Faria, que, assim, se expressa:

"Outrossim levo a alta apreciação de V.Excia, a necessidade que há de ser designada uma certa quantia para compra de medicamentos, tendo-me em vista o estado de pobreza dos colonos, e a circunstância de haver um médico na Colônia que desejando ser-lhes útil vê-se na impossibilidade de fazer por não ser autorizada a despeza."⁷

A Presidência da Província autoriza a compra de medicamentos, e, então, o Diretor da Colônia propôs que fosse contratado "quem dispondo de algumas habilitações inherentes a Pharmácia e forneça os medicamentos por mim receitados, na minha qualidade de médico, mediante a quantia de 30\$000 mensaes."⁸

Mas, nada disso era resolvido.

O problema se agravava e era preciso dar uma solução.

No ano de 1875 é feita uma nova solicitação⁹:

"Lutando a Direção d'esta Colônia com falta de recursos médicos, para socorrer aos colonos, que são acometidos de molés-

tias, e não havendo nem sequer uma botica, que possa fornecer medicamentos, venho lembrar a V. Excia. para que se digresse requizitar do Governo Imperial uma botica completa homeopathica, com os respectivos formulários, para ao menos serem os Colonos socorridos com alguns medicamentos, afim de não / morrerem ao desamparo, como por vezes tem acontecido".

E, por portaria de 26 de maio de 1875 foi o Dr. Martinho Leocádio Cordeiro nomeado médico da Colônia, tendo entrado em exercício a / 24 de junho.¹⁰

A nomeação e sua chegada à Colônia significava, entretanto, / novos problemas para a administração, porquanto trazia uma série de ques / tões que não tinham sido previamente analisadas:¹¹

"...ter sido nomeado o Dor. Martin Leocádio Cordeiro médico para esta Colônia e apresentando-se o mesmo Doutor n'esta co / lônia no dia 24 de corrente mez, julgo do meu dever comuni - car a V. Excia e expor o quanto o mesmo Dor, Leocádio Cordeiro declarou-me verbalmente 1º que tenho trazido da Corte huma botica completa na importância de 900\$ e tantos mil réis, dada pelo Governo Geral, para ser posta n'esta Colônia, e que para sua condução tornava-se necessário, que eu desse as pro / vidências necessárias para a vinda dos mesmos volumes, 2º que tornava-se necessário que eu mandasse arranjar um lugar ou á / promptar huma pequena caza, para colocar-se a mesma botica ; 3º que precisava de huma caza para sua residência e sua famí / lia e como V.Exa. não ignora, que n'esta Colônia não existe caza alguma destinada para médico e mesmo que se possa colo - car a mesma botica, visto que existe uma caza da Direção, hum barracão e huma caza de engenho de fazer farinha, pertencente ao Governo, esta em muito mau estado e huma pequena caza, contígua à caza de Direção, que se acha occupada pelo Pro / fe / sor Público d'esta Colônia, que serve de aula para os meni - nos, que a frequentão. No entanto, que existindo uma caza do cidadão Miguel José Ferreira, e uma outra de Carlos Loch, a - quella pude obter do mesmo Snr. Ferreira o aluguer pelo tempo de seis mezes a Rs.6\$000 por mez, para provisoriamente ser - vir de residência do mesmo médico com sua família; na 2ª ca - za pude também obter o aluguer-se hum lado da mesma caza para colocar-se a botica por 6\$000 mensais, sendo necessário fa -

zer-se para acomodação e resguardo dos mesmos medicamentos, prateleiras e alguns gavetões e como se torna necessário que V. Excia. me autorize para poder fazer todas despesas não só de alugueis, como também de condução da referida botica e as prateleiras, que acima declaro".

E, o médico precisava, também, de cavalgadura, "para visitas clínicas aos domicílios dos colonos enfermos, moradores a longa distância da sede" da Colônia, bem como a administração da botica e aviamentos dos remédios, para o que solicitava a contratação ou designação de um "boticário" e o Diretor da Colônia, no mesmo sentido, apelava para/ Presidência da Província.¹²

E sem resultado nas suas prestações o médico entregou a botica à guarda do Diretor da Colônia, "âncumbindo-me apenas do aviamento/dos medicamentos homeopathicos, nos casos em que sejam indicados."¹³

O Diretor da Colônia fez as despesas da condução da botica / da Praia Comprida até a Colônia, mandou reparar a casa de residência e os alugueis no mês de julho, atingindo a importância de Rs.75\$300.¹⁴

E as suspeitas e intrigas entre o Diretor e o Médico paracem já estarem definidas:¹⁵

"Não posso deixar de declarar a V. Excia reservadamente, que tendo observado bem de perto as continuadas exigências do / mesmo médico, infiro, que na parte que diz obrigar-se a ter sempre sortida a botica e ter um ajudante de sua confiança / trará para o futuro embaraços a esta Direção, com bastantes reclamações, dos colonos, por que já o mesmo me preveniu que tinha ordem de S. Exa. o Snr. Ministro da Agricultura para levar dinheiro aquelles que estivessem nas circunstâncias de / pagar, o que na verdade concordo; mas V. Exa. sabe que n'esta Colônia, com excepção de 4 a 6 colonos os mais são sumamente pobres, e esndo-lhe concedido, o que o mesmo reclama / do governo para o futura pode o mesmo médico exigir pagamento daquelles que não estão no cazo de pagar! V. Exa. não ignora que já em tempos, que estive como Director das Ex Colônias Therezópolis e Santa Isabel foi para as mesmas Colônias um médico o Dor. Manoel fe Faria, que abrange as duas Colônias contratado apenas por 3:600\$000 sem cavalgadura alguma e este tendo de ordenado 3:600\$000 Rs. e mais 360\$000rs. de cavalgadura, ainda acha que o Governo deve-lhe dar mais uma

gratificação."

A guerra entre o Diretor da Colônia e o médico recrudesceu, quando o Diretor consultou a Presidência da Província sobre a licitude de cobrar remuneração pelo atendimento aos colonos.¹⁶ À margem, o Presidente da Província informou que ia consultar o Ministro da Agricultura..., tudo por que o médico mandara esta carta a um cliente:

"A contribuição pecuniária pelos serviços médicos que houver de prestar quer a simples moradores desta Colônia e / de suas circunvizinhanças, que estiverem como V.Mcê. no / caso de poder pagá-los, he propriedade.Minha, q. me foi / garantida pelo Governo Imperial, por ocasião de ser eu no meado para o lugar de médico d'esta colônia, e de q. não posso ser esbúlhado pelo snr. Director d'esta mna.Colônia, ou outra qlqr. autoridade civila não ser por acto de prepotência contra q. devo protestar".¹⁷

Outro problema que agravava a situação era a falta de local para a "botica".

Mas, ela se achava na casa de "Carlos Loch, na qual reside seu cunhado Fernando Westphal, que alugou a sala pela parte do Norte, onde se acha colocada a mesma botica" "e tendo esta saiete 16 1/2 palmos de largura, com fundos iguais e sendo assoalhada de madeira."¹⁸

E a questão se prendia ao não terem pagos aqueles dois citados, contas apresentadas pelo médico, que, assim rejeitada a localização da botica e o Diretor se põe contra o médico de "gênio maligno", no seu dizer."¹⁹

Vai, pouco a pouco, caindo o nível das discussões e do tratamento, entre o Diretor e o Médico. Vai aumentando, no arquivo da Colônia, a documentação que o Diretor reuniu para incriminar o médico, até que este fez uma representação ao Presidente da Província, que resultou numa longa e arrazoada defesa daquele Diretor, eximindo-se das imputações e acusando o médico, Dr. Martin Leocádio Cordeiro.²⁰

A questão envolve, de lado a lado, todo tipo de argumentos e de atitudes.

O Diretor contestava dados do Mapa Estatístico dos enfermos da Colônia, apresentado pelo Médico à Presidência da Província, não tanto pela análise clínica das 114 pacientes que atendera, mas pelas observações que fizera sobre a validade da colônia como instrumento político-social e econômico e as suas administrações nestes termos:²¹

"O estabelecimento., a subsistência e o destino dos colonos se ressentem da inépcia, indiferença, desprezo, inércia e inaptidão dos diretores que tem tido esta Colônia, os quais (com vantajosos ordenados, e outros proventos, regalias, e privilégios d'este cargo), dominando-os e humilhando-os / com ameaças e pelo terror, sem atender às suas queixas e reclamações só tem visado o interesse pecuniário, a supremacia e a arrogância que lhes proporciona a administração de serviços materiais de estradas, caminhos, picadas e outros fantasiados melhoramentos e o fornecimento de condução, comestíveis e ferramentas aos recém-chegados, para / depois abandonal-os em suas situações, muitas vezes mal / escolhidas, o que os obriga a justas reclamações futuras; sem cuidarem em ensinar-lhes o meio de proverem honestamente., ao seu bem estar e as suas necessidades domésticas e sociaes, e de precaverem e curarem suas enfermidades e nem de instruí-los e mostrar-lhes theorica e praticante. no / melhor systema e o modo de amanhar a terra de plantação , pa. colherem o correspondente producto, de criarem aves , domésticas e outros animaes pa. sua alimentação", e assim vai tecendo considerações, sobre os benefícios do trabalho organizado, e conclue:

"Entretanto q. com os variados elementos de q. he natural te dotado o território d'esta colônia com um merecido director o Governo teria conseguido pa. o Estado e para os colonos brasileiros o resultado e as vantagens q. esperava onter qdo. pa. elles fundou esta Colônia em 1860, sem ter sido preciso recorrer à importação de colonos europeus, com o fim e intenção de servirem elles de modelo e estímulo aos brasileiros, quando pa. trabalharem com proveito, só carecem e esperão q. se os auxilie nos meios".

E, a 23 de outubro de 1875, no momento "que serse 8 horas de manham" se retirou da Colônia Nacional Angelina o médico Dr. Martim / Leocádio Cordeiro, "sem a menor comunicação a esta Direcção".²² E, somente, da "Varzea Grande distrito da Freguesia de Santa Amaro do Cubatão o médico enviou ao Diretor, material em seu poder menos a chave da casa em que residia.²³

O substituto do Dr. Martim Leocádio Cordeiro, exonerado /

por portaria do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 21 de outubro de 1875 (dois dias antes de deixar a Colônia!!!) e foi o Dr. Antonio José Sarmiento e Mello, contratado a 5 de janeiro de 1876, com os vencimentos anuais de Rs. 3:600\$000, aprovada essa contratação por Aviso de 21 de janeiro de 1876, do Governo Imperial e foi, também, contratado/ um farmacêutico.²⁴

O Dr. Antonio José Sarmiento e Mello se apresentou "pelas 6 horas de manhã, de 18 de janeiro, à Direção da Colônia."²⁵

E o Dr. Sarmiento e Mello logo iniciou as suas atividades, solicitou remédios para a farmácia, tais como "mostarda em grão, raiz de althéa, óleo de rícino, manná, ether sulphurico, senna, pomada de saturno, unguento de basilicão", e afirmou serem desnecessários outros como / existentes na velha "botica", mas precisou de um armário envidraçado para preservá-los, convenientemente.²⁶

Havendo necessidade de uma residência para o médico e instalção da "botica" foi mandada levantar pelo Diretor, Gaspar Xavier Neves, "uma pequena casa de 7 metros de frente, com 5,28 metros de fundos, a qual já se acha barreada, portalada e coberta de palhas com os comodoss necessários para a residência do mesmo médico e lugar próprio para a Botica".²⁷

Como se vê a pobreza levava a cobrir-se a casa do médico de palha...

Cumulativamente, como farmacêutico e professor público, foi contratado Francisco José Correia Reinhardt, empassando-se nas funções a 9 de março de 1876.²⁸

Cumprindo determinação do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas o médico, por intermédio da Direção da Colônia remetia a órgão superior o "mapa estatístico patológico das doenças tratadas."²⁹

E, o médico insistia em mais medicamentos,³⁰ e o médico, / também determinava e especificava os tratamentos que fazia.³¹

O médico, também estava, atento às possibilidades de uma epidemia de varióla, pelo que requisitava "algum fluido vacínico, que deverá vir em tubos capilares, sendo preciso também, que venhão algumas laminas, e tubos vasios".³²

Com vistas ao bom êxito da sua missão reitera, continuamente, pedidos de remédios para a farmácia.³³

E surge uma epidemia de "Camaras de sangue" na colônia, pa

ra o que o médico requisita " polpa de tamarindos " , "maná comum", "serpentina da Virgínia", "óleo de rícino purificado" , e óleo d'amendoas / doces" , "tinctura thebaica (concentrada)", tinctura de catto", "laudano líquido de Iydenham", "tinctura de camomila", "sementes de marmellos(mto. novas)", "marcell: gallega (nova)", "mostarda", "magnésia fluída de Murray's, Massucar refinado de 1ªqualidade (em lata)", e "vinho de porto".³⁴

Os remédios chegaram à colônia, mas eram necessários outros, porquanto a epidemia grassava.³⁵

E, de tudo o médico dava contas trimestralmente, através do "mapa estatístico patalógico".³⁶

Finalmente, a epidemia de "camaras de sangue" foi ~~extinta~~³⁷.

Dessa epidemia assim se manifestou a Presidência da Província:³⁸

"O mesmo mal manifesta-se na colônia Angelina município de S. José, para onde mandei dietas e a necessária ambulância, à requisição do respectivo médico, doutor Antônio José Sarmiento e Mello."

E, o médico da colônia continuamente faz chegar à Direção da Colônia os mapas "estatísticos patalógicos", resultantes do seu atendimento aos colonos.³⁹

E, a 18 de fevereiro de 1879, o médico Dr. Antônio José Sarmiento e Mello deixou Colônia Nacional Angelina, por haver o Governo Imperial " reduzido a duzentos mil réis a gratificação de trezentos mil réis mensaes", que recebia.⁴⁰

Foi, logo depois, contratado um novo farmacêutico para a Colônia, exercendo função, cumulativamente com a de Professor público: era Joaquim Caetano da Silva.⁴¹ E o novo farmacêutico logo sente as necessidades da farmácia, relaciona-as e solicita os suprimentos.⁴²

Mas, as coisas se agravaram e o farmacêutico teve que fazer visitas médicas aos colonos, "o que lhe traz não somente augumento considerável de trabalho, como de despesas com sustento de animaes" e pede equiparação de vencimentos aos demais farmacêuticos das Colônias do Estado na Província.⁴³

Assim, vê-se que, desde então, ficaram os colonos sem a devida atenção médico-sanitária.

¹ OLIVEIRA. Relatório, 1864.p. 23.

² Ofício nº 137, datado, da cidade de Desterro, a 6 de junho

- de 1864, do Encarregado da Direção ao Presidente, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.
- ³Ofício nº 158, de 26 de setembro de 1864, idem, idem.
- ⁴Ofício nº 181, de 24 de fevereiro de 1865, idem, idem.
- ⁵Ofício nº 214, de 25 de setembro de 1865, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- ⁶Ofício nº 240, de 19 de janeiro de 1866, idem, idem.
- ⁷Ofício s/nº, de 21 de janeiro de 1869, do Diretor da Colônia, Dr. Manoel Antonio Marques de Faria ao Presidente da Província, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu.
- ⁸Ofício s/nº, de 2 de março de 1869, idem, idem.
- ⁹Ofício s/nº, de 18 de março de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva.
- ¹⁰MELLO. Ofício, 1875.p. 7.
- ¹¹Ofício s/nº, de 26 de junho de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Tte. Cel. Luiz Ferreira do Nascimento e Mello.
- ¹²Ofício s/nº, de 25 de julho de 1875, idem, idem.
- ¹³Ofício s/nº, de 1º de agosto de 1875, do Médico da Colônia, Dr. Martin Leocádio Cordeiro ao Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves.
- ¹⁴Ofício s/nº, de 2 de agosto de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente, Tte. Cel. Luiz Ferreira do Nascimento e Mello.
- ¹⁵Ofício s/nº, de 2 de agosto de 1875, idem, idem.
- ¹⁶Ofício s/nº, de 3 de setembro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.
- ¹⁷Carta de 1º de setembro de 1875, do Médico, Dr. Martin / Leocádio Cordeiro ao Sr. Julio Probst.
- ¹⁸Ofício s/nº, de 11 de outubro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves ao Presidente, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.
- ¹⁹Ibid., idem.
- ²⁰Ofício s/nº, de 12 de outubro de 1875, idem, idem (22p.e docs. anexos).

- 21 Ofício s/nº, de 22 de outubro de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.
- 22 Ofício s/nº, de 23 de outubro de 1875, idem, idem.
- 23 Ofício s/nº, de 28 de outubro de 1875, idem, idem.
- 24 MELLO FILHO. Fala, 1876a, p. 92
- 25 Ofício s/nº, de 18 de janeiro, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.
- 26 Ofício s/nº, de 21 de janeiro de 1876, idem, idem.
- 27 Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1876, idem, idem. (Relatório de 1875, 11p.)
- 28 Ofício s/nº, de 9 de março de 1876, idem, idem.
- 29 Ofício s/nº, de 27 de abril de 1876, idem, idem.
- 30 Ofício s/nº, de 17 de junho de 1876, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay.
- 31 Ofício s/nº, de 27 de julho de 1876, idem, idem.
- 32 Ofício s/nº, de 12 de agosto de 1876, idem, idem.
- 33 Ofício s/nº, de 17 de fevereiro de 1878, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.
- 34 Ofício s/nº, de 27 de março de 1878, idem, idem.
- 35 Ofício s/nº, de 12 de abril de 1878, idem, idem.
- 36 Ofício s/nº, de 13 de abril de 1878, idem, idem.
- 37 Ofício s/nº, de 2 de maio de 1878, idem, idem.
- 38 RAMALHO. Relatório, 1878. p. 9
- 39 Ofício nº 33, de 11 de janeiro de 1879, do Diretor da Colonia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.
- 40 Ofício nº 48, de 18 de fevereiro de 1879, idem, idem.
- 41 Ofício nº 53, de 3 de março de 1879, idem, idem.
- 42 Ofício nº 57, de 14 de março de 1879, idem, idem.
- 43 Ofício nº 79, de 3 de junho de 1879, do Diretor da Colonia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Antonio de Almeida Oliveira.

3.4.2.e. - COM VISTAS À PRODUTIVIDADE E A ECONOMIA

A problemática da produtividade já estava expressa nos desejos do idealizador da Colonia:

"Conven aproveitar as muitas forças que existem dispersas , dando proveitoso emprego a imensos braços, que pouco ou nada produzem."¹

Este desejo vai se procurar transformar em realidade, de várias formas. Ou procurando introduzir técnicas novas, como o emprego do arado de ferro,² ou de novos cultivos.

Isto se torna claro em depoimento dos primeiros tempos (1861):

"O terreno de superior qualidade, tem produzido algum milho, feijão e batatas e parece muito próprio para a plantação do trigo e fumo. Alguns colonos se tem empregado na fabricação da erva-mate em que abundam as matas."³

Como se vê, o sentido do progresso economico era, naturalmente, o desejado. Algumas das plantações, talvez, não seriam as indicadas para a região.

Mas, outras situações se apresentam:

"Os terrenos são extremamente férteis e com mais ou menos / trabalho produzem os generos dos climas temperados e frios; é assim que junto da cana de assucar cresce o trigo.

"A produção porém, é ainda limitada, e consiste principalmente em batatas, milho, feijão e mandioca, em pequena quantidade.

"Houve não obstante um colono que plantou e colheu ottimo fumo.

"Nas matas da área colonial cresce em abundancia a erva-mate, que convenientemente preparada, pode constituir um lucrativo ramo de exportação."⁴

Mas, a situação, face às péssimas vias de escoamento da produção, alarmava o mais elevado poder da Província:

"Custa a crer que determinado o vale dos Mundeos para assento dessa colonia, lugar realmente pitoresco, e que se pode jatar de uma luxuriante vegetação, onde a cada passo encontram-se frondosas herbaes de mate, sem falar nas preciosissimas madeiras de construção, estejam seus habitantes até / hoje na horrível dijunção de ver perecerem à mingua ou per

correrem de continuo esses caminhos escabrosos em busca dos meios de subsistência.

"É tal o estado de penuria em que vivem os colonos, que tive, ao voltar a capital, que enviar-lhes algumas peças de algodão com que enroupassem seus filhos!

"A Colonia Angelina deve, a meu ver, merecer dos poderes publicos mais desvelos que qualquer outra, para que fique bem patente que não é impossível a colonisação nacional."⁵

São, pois, considerações bastante apropriadas, tendo em vista que as comparações se dariam, pois, lado a lado, se ocupavam as terras / da Província com experimentos colonizadores de nacionais e alienígenas.

Apesar desses tropeços tem-se, adiante, um quadro da sua atividade, quer no plantio, em função da área cultivada, quer em razão da / comercialização.

Este é o quadro da Colonia, em fins de 1863.⁶

Qualidade De Cultura	Em 1862 (braças quadr.)	Em 1863 (braças quadr.)	Diferença	
			P/Mais	P/Menos
Milho	130.000	180.000	50.000	
Feijão	84.000	109.300	25.300	
Mandioca	10.000	18.000	8.000	
Arroz	100	3.600	3.500	
Batatas	5.000	9.150	4.150	
Trigo	100	1.710	1.610	
Fumo	5.000	3.520		1.480
Linho	100	610	510	
Algodão	300	1.610	1.310	
Cana	200	400	200	
Amendoim	400	400		
Pastos		21.700	21.700	
Café	200			200
TOTAL	235.000	360.000	116.680	1.680

E continua a descrição:

"A criação de gado ainda é diminuta pela falta de pastagem, e indigencia dos colonos para os obter.

Existem na Colonia ds seguintes:

Vaccum.....	11
Cavalar.....	47
Muar.....	13
Suínos.....	66
Aves domésticas.....	959 ⁷

E, da produção foi efetuada uma comparação com a do ano anterior:⁸

Qualidade dos Produtos	Em 1862	Em 1863	Diferença	
			P/ Mais	P/ Menos
Milho (mãos)	2.406	5.604	3.198	
Feijão(alqueires)	236	353	117	
Batatas(alqueires)	163	252	89	
Arroz(alqueires)		6	6	
Fumo em rolo(arroba)	3	127 3/4	24 3/4	
Erva - Mate	56	46		10

Concluindo sobre o decréscimo da produção da erva-mate:

"Não se entregarão os colonos à fabricação da erva-mate durante o ano de 1863, por não lhes convir o diminuto preço porque lhes foi paga no mercado".⁹

E, logo depois expõe a comercialização:

"A exportação dos produtos da Colônia é calculada em 975\$000 / reis pouco mais ou menos, sendo a sua importação elevada a mais do duplo desta quantia, em razão das grandes dificuldades de condução dos generos de que ela se compõe".¹⁰

Neste tocante há, a partir de 11 de janeiro de 1864,¹¹ necessidade de "ferramentas aratorias, para distribuir aos colonos que, se vão estabelecendo", e consertar as "ferramentas servidas nos trabalhos desta Colônia e arruinadas".

O desenvolvimento econômico exigia outras medidas: autorizado o Encarregado da Direção, a 2 de setembro de 1863, "de mandar construir um engenho para farinha de mandioca e uma atafona para farinha de milho", adquiriu as pedras de moer de José Veltes, de São Pedro de Alcantara, por Rs. 30\$000.¹²

O engenho de farinha de mandioca, contudo, não foi facilmente construído.

O Presidente da Província, Pedro Leitão da Cunha autorizara o Encarregado da Direção da Colônia a gastar com um engenho de farinha movido a motor de água até a quantia de quatrocentos mil reis (Rs. 400\$000), mais não conseguiu o Encarregamento da Direção quem o fizesse por aquele preço. Pretendeu, pois fazê-lo a "motor de animal, com um colono desta Colônia, Aurelio José Gencia, que pela quantia de cento e sessenta mil reis (Rs. 160\$000) quer fazer o dito engenho, dando-lhe as ferragens, chapa / para o cevador, o forno e a casa do engenho pronto, obriga-se o dito colono por pronto em tempo de dois meses o engenho a trabalhar, além disso pede o dito colono a quantia de quarenta mil reis adiantada, prestando / fiança de tudo". E mais: "Alguns colonos prometerão fazer a casa do engenho gratuitamente em comum acordo, porém não concordando todos os colonos em geral, a prestar-se neste serviço, e não sendo eles para esse fim obrigados, assim me he difícil com os poucos que ajudam a fazer a casa do engenho".¹³

O engenho prosseguiu, pois, em junho foi pedido o numerario para a compra do forno, chapa e ferragens,¹⁴ e, em julho, foi efetuada a prestação - de - contas do forno de cobre, da condução do forno, da chapa de latão para a cevadeira, e outras ferragens, do serviço de ferreiro, tudo para instalação do referido engenho de farinha de mandioca.¹⁵

Entrementes, entram novos colonos e para atender as suas necessidades de produtividade há necessidade de comprar "ferramentas aratorias" e "doze machados, nove fouças e 6 enchadas".¹⁶

E, finalmente se anuncia a boa nova da conclusão do engenho de farinha, a 13 de agosto, tendo sido examinado pelos colonos Antonio / de Souza Fagundes, Anacleto Miranda, Jacinto José de Souza e outros, e, nesse ocasião, ao anunciar a boa nova, era pedido o pagamento a Aurelio José Garcia do importe do seu trabalho de feitura do engenho,¹⁷ cujo pagamento foi efetuado em dezembro, por atraso do numerario de setembro.¹⁸

E, finalmente, em novembro, foram pagas ao carpinteiro a obra "de fazer portas e janelas na casa do engenho de farinha de mandioca".¹⁹

E a Presidencia da Província, a 11 de agosto de 1864, interpelava o Encarregado da Direção da Colonia sobre as obras do referido / engenho, o que demonstra que as correspondencias se cruzaram no "longo" / caminho entre a Capital e a Colonia Nacional Angelina...

Mas, na introdução de novas culturas na colonia, desde o ini

cio não se furtaram as autoridades de o fazer, Desta forma são bastante esclarecedoras as informações que se prestaram a propósito da cultura do algodão e do tabaco na Colônia Nacional Angelina.

A propósito da cultura do algodão foi esta a informação:

"A qualidade do terreno desta Colonia é superior para a cultura do Algodão por ser de argila vermelha e siliciosa. A espécie de semente mais proveitosa é o algodão herbáceo "Gossypium herbaceum", e seu produto é mais abundante em relação da superfície do terreno plantado, produz bem com a temperatura menos calida, e, no espaço de seis meses, pode-se fazer a sua colheita, e como as geadas são frequentes nesta Colonia, assim pode-se anualmente plantar-o de sementes, o que são todas as vantagens que tem esta especie sobre as outras. As primeiras geadas nesta Colonia tem sido sempre no princípio do mez de Maio, logo deve-se enfim de Abril já ter acabado com a colheita do algodão, e como as geadas são frequentes até os mezes de Setembro e Outubro e às vezes até Novembro como no ano proximo passado, do que julgo para obter uma colheita segura, que no meado do mez de Agosto se deve plantar as sementes de algodão em umas camadas de terras ferteis para este fim preparadas, guarnecidas de taboas em forma de caixão, para de noite cobri-las com esteiras, e assim guardar as plantas das geadas, e para d'ali transplantar-se as mudas, de meado do mez d'Outubro em diante, meio seguro de prolongar o espaço de tempo, e obter a colheita / mais cedo, sem incomodo das geadas, A cultura de algodão / nesta Colonia não tem prosperado por motivo das geadas que tem destruido totalmente estas plantas e desanimado os colonos para empregarem-se com assiduidade naquela cultura; contudo é de esperar que as geadas diminuiram no futuro com o aumento da população e maiores derrubadas, como já neste ano corrente elas forão poucas, contudo no princípio do mez / de Maio, elas natarão os algodoeiros, no começo que as capsulas começarão a amadurecer e abrir-se, do que não houve / colheita alguma; a colheita que chegou a fazer um colono foi de trez libras de algodão líquido.

"Sendo tambem presentemente ainda as terras todas de mata virgem, e portanto o sub-solo ainda pouco trabalhado, do que

a muita fertilidade do terreno faz apodrecer e cair as capsulas antes de amadurecerem, como tambem se conservão nestas terras ainda selvagens muitos insectos inimigos dos algodoeiros, e principalmente a formiga, por serem as terras ainda cheias de muitos cepos e páos; só do quarto ano em diante o terreno é optimo para este ramo d'industria. A futura colheita do algodão deve ser diminuta, visto que os colonos pouco plantarão, e não se entregão a esta altura para o comércio, porque não lhes dá uma certeza do seu producto, por terem experimentado nos anos consecutivos que as geadas matão os algodoeiros antes de poderem colher o fructo do seu trabalho".²⁰

Mas, a problemática da experimentação de várias espécies de cultivo pode ser retratada melhor, com outra informação bastante ilustrativa:

"...diversos colonos tem cultivado o tabaco para o seu uzo e comercio, porem a qualidade das sementes há muito degenerada, e será preciso para melhorar este ramo de industria, que o Governo se dignasse favorecer a esta Colonia com sementes de tabaco de boa qualidade. Com data de 21 de junho de 1862/ recebi sementes de algodão: forão distribuidas aos colonos, / não progredirão, porque forão destruidas pelas geadas. Com / data de 24 d'Outubro de 1862 recebi algodão (sementes de) dos Estados Unidos; forão distribuidas aos colonos, não chegarão a colher algodão por motivo das geadas. Com data de 28 de Novembro de 1862 recebi sementes de trigo da Inglaterra: estas sementes não nascerão. Com data de 29 de abril de 1863 recebi sementes de algodão herbaceo; esta é a qualidade melhor; porém logo que as capsulas principiarão a amadurecer, as / geadas destruirão inteiramente e pouco se pode colher: será de necessidade sementes desta especie, e em maior porção.

"Com data de 11 de julho de 1863 recebi sementes de trigo sarraceno e linho canhamo; ambas produzirão bem, e os colonos tornarão a plantar no ano corrente: alguns colonos uzarão o trigo sarraceno como surrogate(?) de café, enquanto as sementes de linho os ratos destruirão muito, do que ha falta d'esta semente. Com data de 29 de Dezembro de 1863 recebi sementes de algodão da Georgia; estas sementes forão distri -

buidas n'este ano e achão-se plantadas. Com data de 1º de Julho de 1864 recebi sementes de cédvada e aveia; a cevada/nasceo porem muito pouca e a avêa não nasceo; os colonos o-
 beservarão que estas sementes devem ser plantadas no mez de Maio. Do Ministerio dos Negocios d'Agricultura, Commercio e Obras Publicas recebi em data de 22 de março do ano corren-
 te sementes de trigo do Baixo Danubio; forão distribuidas / aos colonos e achão-se plantadas: produzirão bem; poren as
 continuadas chuvas dos mezes d'Agosto, Setembro e Outubro / fizerão muito mal a esta plantã, e talvez não produzirá tão
 bem como se esperava, enquanto o terreno e o clima d'esta / Colonia é muito proprio para a cultura do trigo; os colonos
 observão que a semente do trigo deve ser plantada no mez de Maio".

E, adiante, no mesmo documento,²¹, concluiu:

"Os colonos d'esta Colonia presentemente procurão entregarem-se na culturã dos generos de primeira necessidade, como fei-
 jão, milho, mandioca, batatas, fumms com que procurão reme-
 diar a sua pobreza, e é d'esperar, que com o tempo se conven-
 ção do proveito que podem tirar de omtros productos mais /
 vantajosos, logo que eles achem em uma posição mais indepen-
 dente e não tão pobres como agora no principio do seu esta-
 belecimento".

Na verdade os dados que resumem esta situação no ano de 1864 são estes:²²

"A superfície cultivada é aproximadamente de 463.067 braças quadradas 113.067 mais que em 1863, e aproveitada da manei-
 ra seguinte

Mandioca	62.600
Milho	156.500
Feijão	75.800
Batatas	14.843
Algodão	1.471
Trigo	1.572
Canna	610
Café	200
Linho	564
Arroz	966

Fumo	2.441
Amendoim	600
Pastos	63.300
Terrenos preparados	<u>81.600</u>
	463.067

"A continuação das chuvas durante os mezes de Agosto até Novembro atrazou os colonos nas suas plantações, o tempo não admitio as queimas das roças novas em tempo competente, nem as capinações das velhas, motivo porque se acha menos plantada do que no ano anterior: com tudo houve augmento na cultura, principalmente de mandioca; alimento de primeira necessidade, outros deixaram roças do ano de 1863 plantadas de grama para pastos de 41.600 braças quadradas, e terras para plantar em Janeiro do corrente ano, feijão, mandioca, canna, batatas, & de 81.600 braças quadradas; estas duas parcelas perfazem uma diferença de 123.200b.q. para menos.

"Quanto à cultura do algodão, não tem progredido pelas frequentes geadas que há na colonia; com tudo é de esperar que se descubra um meio seguro para alcançar proveito d'esta industria.

"Da mesma maneira sofre o café e a cana quanto ao fumo produz bem; mas por falta de industria dos colonos para sua fabricação não augmenta.

"Os terrenos são ferteis e de boa qualidade para todos os productos do paiz.

"Existem na colonia os seguintes animaes:

Vacum	24
Cavalar	73
Muar	29
Suinos	108
Cabrum	9
Aves domesticas	1.352

"A diferença dos colonos tem sido causa de não ter havido grande augmento na criação de gado.

"A produção colhida no ano findo (1864) foi a seguinte:

Farinha de mandioca, alqueires.....	354
Milho, mãos	1.935
Feijão, alqueires	382 1/2

Batatas,alqueires	320
Arroz,alqueires	49
Fumo em rolo,arrobas	16
Erva mate	23 1/2
Trigo,alqueires	2 1/2
Alho,resteas	18
Anendain,alqueires	5
Algodão,libras	12

"O ramo de industria de Erva-mate não foi em progresso, pelo diminuto preço que por ela recebiam os colonos no mercado , talvez seja esta circumstancia de não estar ela fabricada / com todos os preceitos.

"As matas da Colonia abundam de Erva mate a qual ben fabricada, pode ser um ramo de comercio interessante.

"Não foi grande a colheita de trigo, porque os passaros estragarão muito esta cultura ao principiar a amadurecer.

"A exportação da Colonia em 1864 foi a seguinte:

Milho,alqueires	835 1/2
Feijão,alqueires	91 1/2
Batatas,alqueires	79
Erva mate,arrobas	6 1/2
Fumo em rolo,arrobas	2 1/2
Manteiga,libras	20
Galinhas	356
Ovos	5.500
Palha de milho para cigarros no valor de 156\$000	
Arroz,alqueires	14
Toucinho e graxa,arrobas	14
Ganelas de cegro	33
Cordas de embira	156
Um capado por 25\$000	

"O valor das exportações acima calcula-se aproximadamente/ em 1:625\$8000.

"O resto dos productos e o importa foi consumido na colonia; entra na exportação o milho que os colonos conduzem para / fora da colonia, e trocam por farinha de milho,fubá, por / falta de uma atafona para moer.

"Importou a colônia em 1864 os gêneros seguintes:

Farinha de mandioca,alqueiras	671
Carne seca,arroba	184 1/2
Rezes	59
Assucar,arrobas	281
Café	100 1/2
Sal,alqueires	37 3/4
Sabão,arrobas	23 1/2
Fumo,arrobas	14,25
Velas,caixas	1
Aguardente,medidas	16
Azeite para luz	56

Fazendas e mudezas no valor de 1:174\$000

"Além disso matou-se para o consumo 64 suínos, e a criação / de aves contribue também muito para a nutrição dos colonos".

E o ano de 1865 tem início com a remessa pela Presidência / da Província de "dois volumes contendo sementes de algodão."²³

A sua superfície cultivada em 1866, era, assim, apreciada:²⁴

"Ha actualmente na colônia 4.863.915,2 de metros quadrados de superfície cultivada, o que dá um excesso de 1.056.916,4 metros quadrados sobre o ano de 1865.

"Os colonos dedicão-se em geral à cultura de cereaes. Apenas alguns ensaios pequenos se tem feito da plantação do fumo e do linho. Todavia a colheita não deixou de ser animadora para os que tentarão a experiência."

E, em anexo, se encontram os dados dos produtos colhidos , da exportação e da importação da colônia no ano de 1866, "com as diferenças entre esse ano e o precedente" e "o resultado desses dados comparativos é assaz lisongeiro para a colônia", e complementa, no mesmo sentido: "O valor da exportação foi calculado pelo director em 3:889\$740 e o da / importação em 6:934\$400", do que resulta que "a diferença é aproximada - mente igual à soma dos salários dispendidos com as obras publicas, nas / quaes se empregarão os próprios colonos".

Eis os quadros anexos: 25

MAPA COMPARATIVO DOS PRODUTOS COLHIDOS

Qualidade dos produtos	1865	1866	DIFERENÇA	
			Para Mais	Para Menos
Farinha de mandioca, alq.	807 1/2	1.832 1/2	945	
Milho, mãos	11.288	23.690	12.402	
Feijão, alqueires	422 1/2	549 1/2	127	
Batatas, alqueires	456 1/2	346		110 1/2
Arroz, alqueires	4	123/4	8 3/4	
Fumo em rolo, arrobas	7	125/8	5 5/8	
Herva-mate, arrobas	43	47	4	
Trigo, alqueires	8 1/2	6		2 1/2
Alhos, restecas	22	72	50	
Cebolas, restecas	-	26	26	
Amendoim, alqueires	-	6	6	
Algodão, arrobas	1 1/2	1/16	4 9/16	
Linho, arrobas	1 1/4	5	3 3/4	

No tocante aos produtos importados esta foi a situação, comparativamente:

Qualidade dos produtos	1865	1866	DIFERENÇA	
			Para Mais	Para Menos
Farinha de mandioca, alq.	1.025 3/4	859		166 3/4
Carne seca, arrobas	483	532 1/2	49 1/4	
Rezes de corte, peças	78	63		15
Assucar, arrobas	308 1/2	378 1/4	69 3/4	
Café, arrobas	181	177 3/4		3 1/4
Sal, alqueires	43	76 1/4	33 1/4	
Sabão, arrobas	28 11/16	27 1/8		1 3/16
Fumo em rolo, arrobas	9 1/2	13 19/32	4 3/32	
Velas, caixas	2	2		
Azeite para luz, med.	18	25	7	
Aguardente, medidas	37	42	5	
Peixe seco, peças	550			550
Fazendas e outras miudezas	1:510\$000	1:997\$000	586\$500	

E, quanto à exportação:

Qualidade dos produtos	1865	1866	DIFERENÇA	
			Para Mais	Para Menos
Milho, alqueires	992	1.510	518	
Feijão, alqueires	97 1/2	161	63 1/2	
Batatas, alqueires	135	71 1/2		63 1/2
Herva-mate, arrobas	18	39	21	
Fumo em rolo, arrobas				
Manteiga, arrobas	1 7/16	2 3/8	15/16	
Toucinho e graxa, arrobas	14 1/2	24	9 1/2	
Galinhas, peças	902	1.053	151	
Ovos, peças	2.790	8.162	5.372	

Como se vê, pois, há um substancial aumento de produção e / também acresce, de maneira ponderável a exportação, e tem, conseqüentemente, a Colônia condições de importar mais e, neste particular, note-se o consumo de "fazendas e miudezas", que acentua bastante o desenvolvimento dos colonos, considerando aqueles tempos em que pouco ou nada tinham para enroupar-se.

Outro fato auspicioso é a participação da Colônia na 2ª Exposição Nacional, daquele ano de 1866, através das amostras enviadas pelo seu Diretor, e, onde já se notava uma definição de trabalhos produtivos.

É de veras importante anotar que, na 2ª Exposição Nacional, o Diretor da Colônia Nacional "Angelina", Carlos Othon Schlappal apresentou e foi agraciado, com menções honrosas, pela apresentação de coleção / de cipós com emprego na medicina e na indústria e diferentes substâncias textéis, bem como couros de bezerros envernizados.²⁶

É de ressaltar que, o aludido Diretor apresentou àquela Exposição, doze (12) amostras de barro, amostras de milho alho, milho vermelho e milho debulhado, feijão preto e feijão amendoim, batatas doces, cariman e farinha de cariman, farinha de mandioca, goma de mandioca pura, mate em surrões, mel de abelhas, amostras de fumo preparado, corda de embira, cordas de cipó, 59 amostras de diferentes cipós, balaio de taquara e até "pele de leão".^{26a}

E o resumo da sua atividade produtiva, naquele ano de 1866, está assim sintetizado:²⁷

"Dos 156 lotes de terras actualmente demarcados, 139 já se achão distribuídos sendo com estabelecimento definitivo 105, e em princípio 34.

"Postos estes algarismos em confrontação com os correspondentes no ano de 1865, vê-se que em 1866 demarcarão-se 26 lotes e distribuirão-se 25.

"Os terrenos da Colonia, em geral muito planos, são extremamente férteis, e possuem soberbas madeiras de todas as qualidades. Infelizmente a parte mais povoada é sujeita às geadas, que costumam aparecer de maio a outubro ou novembro. Isto / tem prejudicado as plantações, tentadas por alguns colonos, de café, de algodão, e de cana. Porém ultimamente a abertura / da estrada para o vale do rio Tijucas Grande, que não é outro senão o Garcia, conhecido também pelo rio Bonito, descobriu terras de grandes varzeas essencialmente próprias para

a cultura de todas os produtos tropicais.

"O fumo e o trigo tem sido também objeto de colonos de alguns ensaios mui felizes; mas faltão sementes em quantidade suficiente para serem distribuidas pelos colonos, a fim de generalisar, como convém, as esperiencias.

"Requisei ao Sr. Ministro da Agricultura a remessa de sementes dessas e de outras plantas, e brevemente poderei prover a semelhante necessidade.

"A relação entre plantadas e as colheitas, nos anos regulares, é a seguinte:

Milho, 1 alqueire de semente produz 120 a 130 alq.

Batatas, 1 alq. de semente produz 8 a 10 alq.

Feijão, 1 1/4 alq. de semente produz 12 a 14 alq.

Arroz 1/2 alq. de semente produz 30 a 35 alq.

"A mandioca, em 100 braças quadradas com 625 pés de plantas, produz 32 a 40 alqueires de farinha. A respeito dos outros / gêneros de cultura que não se pode ainda estabelecer a relação exacta entre as sementes plantadas e as colhêitas.

"Existem na colonia cinco engenhos, todos de motor animal e para o fabrico da farinha. Achão-se em construção outros cinco, sendo um para motor d'agua e destinado para preparar também o fubá.

"O valor dos estabelecimentos dos colonos, com todos os benefícios feitos no solo, pode ser estimado em 46:620\$000. tendo sido comprados ao Governo pela importância total de 4:281\$250, a prazo de quatro anos, 137 lotes de terras que formão o primeiro território da colonia.

"Do exposto claramente se conclue que a colonia prospera, apesar da exiguidade do auxilio que lhe prestão os cofres da provincia, o qual nem sempre tem sido integrakmente despendido. À uma direção inteligente, zelosa e conscienciosamente dedicada, como é felizmente a que possui o estabelecimento, é justo atribuir em grande parte o bom êxito que vai alcançando / essa primeira, e creio que unica tentativa bem sucedida de / colonização nacional.

"Convém por mais de um título animar com todas as forças um estabelecimento de tanto prestimo e de tanto futuro.

"Se outras fossem as circunstâncias da provincia, eu não dei

xaria de propor que se aproveitassem desde já tão belos elementos para uma escola pratica de agricultura. Lembro-vos todavia a idéia; e ousou recomendar-a à vossa solicitude, a fim de que não deixeis de a realizar quando o permitirem as finanças provinciais."

Estas considerações merecem reflexão, porquanto se acentua / em termos elogiosos o trabalho do nacional, quando se estava, somente, ab sorvido em ver as vantagens da colonização com imigrantes europeus.

No ano de 1867 o panorama na Colonia poderia, assim, ser resumido: ²⁸

"Existem 142 casas feitas, e 12 em construção, com 159 fogos, tendo havido um augmento em relação a 1866, de 37 casas e 23 fogos.

"Há também 178 lotes demarcados dos quaes estão distribuidos 152 com estabelecimentos definitivos 40, e principiando 12."

E continua:

"Recebeu da mesma forma sensível acréscimo a superfície cultivada.

"A cultura mais generalizada é a de cereais; entretanto alguns colonos estabelecidos na margem do rio Tijucas Grande começaram a dedicar-se à plantação de productos tropicaes, como algodão, fumo, cana de assucar e café.

"Os productos colhidos durante o ano de 1867, comparados com os da colheita de 1866, constão do seguinte quadro:

Qualidade dos productos	1866	1867	DIFERENÇAS	
			Para Mais	Para Menos
Farinha de mandioca, alq	1.832 1/2	2.769 1/2	937	
Milho, em mão	23.690	36.005	12.315	
Feijão, alqueire	549 1/2	748 1/2	199	
Batata inglesa, alqueire	346	313 1/2		32 1/2
Arroz, alqueire	12 3/4	19 1/2	6 3/4	
Fumo em rolo, arrobas	15 5/8	17	4 3/8	
Erva-mate, arroba	47	59	12	
Trigo, alqueire	6	1 3/4		4 1/4
Algodão, arroba	6 1/16	3 A 6 1/2		2 A 27 1/2
Linho, arroba	5	10 1/2	5 1/2	
Azeite de mamona, med.	117	214	97	
Manteiga, arroba	5 3/8	9 3/4	4 3/8	
Amendoim, alqueire	6	8 1/2	2 1/2	
Cebolas, resteas	26	47	21	
Alhos, resteas	72	81	9	
Sabão, arroba	4 1/2	13 3/4	9 1/2	

" A exportação do ano, com as diferenças para o de 1866, foi:

Qualidade dos productos	1866	1867	DIFERENÇA	
			Para Mais	P/Menos
Milho,alqueire	1.510	5.180	3.670	
Feijão,alqueire	161	296	135	
Batata inglesa,alq.	71 1/2	195	123 1/2	
Herva mate,arroba	39	54 1/2	15 1/2	
Fumo em rolo,arroba		2	2	
Manteiga,arroba	2 3/8	6 5/8	4 1/4	
Toucinho e graxa,arroba	24	18 3/4		5 1/4
Galinhas,peças	1.053	1.635	582	
Ovos,peças	8.162	11.360	3.198	

"Alem desses productos, exportarão-sê alguns objêtos de industria.

"O valor aproximado da exportação foi: Em 1867, de 8:618\$500
Em 1866 de 3:889\$740, o que dá uma diferença para mais, no /
ano de 1867, de 4:728\$760,

"A maior parte dos colonos vende os seus productos no interior mesmo da colonia aquelles que possuem animais cargueiros, suficientes para o transporte até o mercado da capital, e por este modo poupão tempo e despesa.

"Consta do quadro seguinte a importação de 1867 com as diferenças relativas a de 1866:

Qualidade de Gêneros	1866	1867	Diferença para mais
Farinha de mandioca,alq	859	1.349	904
Carne seca,arroba	532 1/4	779	246 3/4
Rezes de corte,cabeça	63	85	22
Assucar,arroba	378 1/4	472 1/2	94 1/2
Café,arroba	177 3/4	209 1/16	31 5/16
Sal,alqueire	76 1/4	38	10 1/2
Fumo,arroba	13 19/32	16 1/2	2 29/32
Velas,caixa	2	7	5
Azeite para luz,medida	25	26 1/2	1 1/2
Aguardente,medida	42	69 1/2	27 1/2
Fazendas e miudezas	1:997\$000	3:309\$000	1:312\$000

"A importação foi aproximadamente: Em 1867, de 12:458\$640 ;
em 1866, de 6:934\$000; havendo também a respeito da primeira,
uma diferença, para mais, de 5:524\$240.

"Esta importação, unida ao resto não exportado dos productos, constitui o consumo da Colonia."

"Vê-se da seguinte confrontação, o desenvolvimento que teve

a criação de gado de um ano para o outro:

ESPÉCIES	1866	1867	DIFERENÇA para mais
Bovino e vacun, cabeças	121	197	76
Cavalar "	143	157	14
Muar "	61	116	55
Cabrun "	21	34	13
Suino "	226	319	93
Aves domésticas "	2.863	3.754	891

Deve-se, entretanto, não analisar, considerar a entrada efetiva de novos colonos e o aumento da área de cultivo, e, portanto, condições normais de aumento da produtividade.

Mas, a operosidade da Direção da Colonia fez reunir uma coleção de amostras das madeiras existentes na área da mesma e as remeteu à Presidência da Província.²⁹

Era, assim, uma forma de mostrar o potencial economico desta / área da Província.

No ano de 1868 a situação da Colonia assim se resumia:

"Todos os lotes demarcados achão-se ocupados, convindo mandar medir e demarcar novos lotes nos quaes se fundem estabelecimentos de lavoura, e regularisar as linhas dos já cultivados - como reclamão os possuidores.

"A falta de uma estrada que comunique a sede da Colonia com o lugar denominado Tijucas Grande, onde estão situados os melhores e mais férteis terrenos e a de lotes divididos e demarcados são obstáculos ao estabelecimento de muitas famílias que procurarão a Colonia.

"A picada aberta em 1867 em direção ao referido lugar acha-se completamente inutilizada. Ora os colonos moradores da margem / do rio Garcia e que ficão em caminho de Tijucas são os que possuem melhor e mais extensas plantações incluindo a da cana que vaivai tendo notável incremento, esperando um colono fazer 700 a 800 arrobas de assucar."³⁰

É do Diretor, Joaquim José de Souza Corcoroca, esta informação, relativa ao final de 1869³¹:

"A lavoura da Colonia cõnsiste, por enquanto, em milho, feijão, batatas, mandioca, cana, café e algodão, sendo os dois últimos em pequena quantidade, por ser sua plantação ainda em pequena

escala.

O lavrador mais abastado da colonia fabrica 150 arrobas de asucar e 300 alqueires de farinha. O plantio da cana, café e algodão produz somente de meia colonia para o lado das Tijucas-Grande, pela margem do Garcia, dando a isso motivo as fortes e continuadas geadas que grassão nos limites desta colonia / com Santa Isabel, no ribeirão dos Mundeos e Parte do rio Garcia."

Mas, a totalização do seu movimento de produtividade, está assim resumida:³²

"Os productos desta colonia foram, no decurso do ano findo / (1869) os seguintes:

4.135	alqueires	de farinha
3.840	"	de milho
930	"	de feijão
86	"	de batatas
20	"	de goma
15	"	de arroz
182	arrobas	de assucar
24	arrobas	de toucinho
22	arrobas	de banha
120	libras	de manteiga
400	medidas	de aguardente
420	galinhas	
300	dúzias	de ovos, importante tudo aproximadamente na <u>quan</u> tia de 19:475\$360.

"Desses produtos foi exportada quantidade equivalente a Rs. 13:728\$620.

"A importância dos generos importados montou a reis 23:879\$480."

E o panorama da Colônia não difere muito, no final de 1871, dos anos anteriores, mas, vale a pena, conhecer a expressão dos fatos apontados pelo seu Diretor³³.

"Existem ainda n'esta Colonia grande extensão de terrenos devolutos com fertilidade, prestáveis a todo ramo de cultura, por onde se pode ainda estabelecer o numero de 340 famílias / pobres que em poucos anos contarão mais felizes."E adiante:

"Fizerão os colonos no decurso do ano grandes plantações, po-

rém o aparecimento dos ratos e chuvas de pedras que aqui ca hio em 25 de novembro, motivou grandes prejuízos, é para la mentar que vivendo elles d'esse ramo de profissão e do ser viço publico que lhes fornece esta Direcção, estejam actual mente privados de ambos.

"A lavoura da Colônia consiste da plantaçao de milho, fei jão, batata, (semente ingleza), mandioca, cana de açucar, al godão, arroz, erva-mate, cebola, alho, café, este último ge nero de pouca vantagem, por serem plantados em pequena esca la.

"A plantaçao da cana, café e algodão produz somente de meia Colônia, para o lado das Tijucas Grandes, pela margem do / Garcia, dando a isso motivo as fortes e continuadas geadas/ que grassão nos limites d'esta Colonia com a de Santa Iza - bel, ribeirão dos Mundeos, confluyente do Garcia.

"A produçao da Colônia tem experimentado regular augmento / em sua lavoura, o algodão não é ainda como desejamos, o aug mento de sua cultura, mas sim por em quanto em pequena esca la, devido a falta de sementes, que requisitei e ultimamen te chegarão da Corte e acaba de serem distribuidas aos colo nos que animados agradecem.

" A Colonia produzio no decurso do ano (1871) 6:200 alquei res fe farinha de mandioca, 7:100, 2:040 de feijão, 220 de / batatas (semente ingleza), 100 de gomma, 60 de arroz, 200 / de farinha de milho, 1:30\$0 arrobas de assucar, 55 de touci nho, 40 de graxa de porco, 80 de café, 45 de algodão, 200 / de erva-mate, 260 libras de manteiga, 2:500 medidas de aguar dente, 700 resteadas de cebola, 4:000 de alhos; 3:400 aves , 2:800 duzias de ovos, tudo no valor aproximado de Rs.35:280\$ 000 forão destes productos expprtados da Colonia para diver sos pontos da provincia o valor de Rs.19:104\$370 a importa ção montou na quantia de Rs. 25:040\$420.

"Alem de 1 engenho aqui existente de fabricar farinha, per tencente à provincia, existem mais 26 fábricas deste genero, bem como 6 engenhos de cana, 3 fábricas de agoardente, 2 ola rias de fabricar telhas e tijolos, e um moinho de fubá.

"Conta esta Colonia 873 animaes, sendo 60 cavallar, 87 muar, 175 vaccum, 32 cabrun e 519 porcos.

"Area cultivada da Colonia contem 7.129.458 braças quadras, incluindo pasto 3.305.105 e plantações 3.824.353".

Tais dados foram utilizados pela Presidencia da Provincia/ no seu relatório anual.³⁴

No ano de 1873 era esta a situação econômica da Colonia:³⁵

Engenhos de milho 2

Engenhos de farinha 34

Engenhos de açúcar 16

Engenhos de cachaça 1

Quanto à "criação":

Cavalar 210

Vacum 361

"Porcum" 617

Aves 1.703

A produção agrícola era da seguinte ordem:

Milho 129.590,81 litros

Feijão 23.677,5 "

Batatas 6.999,01 "

Farinha de mandioca 218.932,92 litros

Arroz 3.808,35

Cachaça 266,2 litros

Açúcar 14.587,77 quilos

Algodão 745,73 "

E, no ano de 1874,9 quadro da sua produtividade pode ser as sin resumido:³⁶

"Consiste a sua lavoura, porém quanto em plantações de cana, mandioca, milho, feijão, e batatas de diferentes especies.

"São também cultivadas, mas apenas para consumo, o arroz e o algodão, continuando em maior escala a plantação do café, há pouco ali começada.

"Segundo informa o respectivo Director a área cultivada da Colonia consta de 2.904,111 metros quadrados, ocupando as / plantações de:

Mandioca 1.213,630 m²

Cana 336,927

Milho, feijão, batatas e outros 1.353,554

2.904,111

"Pelo que respeita a produção foi ela o ano passado:

Milho	135.845	litros
Farinha de mandioca	287,962	"
Feijões	34.762	"
Batatas	8.437	"
Arroz	5.619	"
Aguardente	2.534	"
Assucar	24.002	kilos
Algodão	905	"
Animaes, aves, etc.		

"A exportação foi de:

Farinha de mandioca	49.472	litros
Milho	34.600	"
Batatas	3.627	"
Feijões	7.254	"
Aguardente	1.938	"
Assucar	12.033	"
Galinhas	516	
Animaes suinos	7	
Graxa	403	kilos
Manteiga	279	"
Ovos	100	dúzias

"A indústria agrícola servirá:

Engenhos de fabricar farinha de mandioca	37
Ditos de moer cana	18
Alambiques	2
Moinhos para milho	2"

Mas, se for analisado o relatório da Direção da Colônia que serviu de base à informação da Presidência da Província tem-se algumas/ idéias mais específicas, como estas:³⁷

"Para que V.Exa. possa ver a extensão das terras plantadas/ n'esta Colonia mandei avaliar todas as roças e deo-se o resultado seguinte:

"A cultura do café augmentou-se bastante no ano findo e foram plantadas mais de 2 mil pés. Existem na colonia agora / já 286 pés de café com frutas e 2633 pés plantados de novo.

A colheita do algodão augmentou tão bem". E, conclue:

"Estes dois ramos de cultura estou e continuo no proposito/ de fazer que os colonos continuem fazer maior plantação".

No ano de 1875 a situação era assim descrita:³⁸

"A falta quasi absoluta de estradas regulares tem muito concorrido para o atrazo e pouco desenvolvimento da lavoura desta colonia, não obstante a fertilidade de suas terras.

"Felizmente, porém, com os auxílios prestados pelo Governo, já se nota hoje maior animação dos colonos no cultivo de seus lotes.

"Plantarão-se durante o último ano 48.620 (no Relatório do Diretor da Colonia está 84.620!) metros quadrados de algodão, 158.340 de batatas, 9.360 de café, 345.860 de cana, 1.625.100 de mandioca, 2.435.850 de milho e feijão, e 4.300 de fumo, o que perfaz uma área cultivada de 4.898.900 metros quadrados.

"Colheita - Constou de 291.760 litros de farinha de mandioca, 215.840 de milho, 67.680 de feijão, 9.280 de batatas, 8.960 de arroz, 1.035 de aguardente, 1.620 de polvilho, 31.125 kilos de assucar, 967 de algodão, 360 de fumo e 45 de café.

"A maior parte deste produtos foi consumida na colonia.

"Fábricas - Tem a colonia 7 teares de fabricar riscado de algodão e pano da terra, 21 engenhos de assucar, 38 de farinha, 2 de milho e 2 alambiques.

"Artistas - Existem alguns carpinteiros, alfaiates e sapateiros.

"Indústria e comércio: - Possui a colonia 4 casas de negocio, que, embora sejam de pequena importância, suprem todavia a população de suas necessidades.

"Há pouco mais de um ano, não havia ali uma só casa de negocio, e os colonos eram obrigados a abastecer-se em S. Pedro d'Alcantara, que fica a 5 léguas de distancia.

"Exportação - Seu valor foi de Rs. 11:341\$150, proveniente de manteiga, banha de porco, ovos, fumo em rolo e herva-mate."

Cotejando-se estes dados de exportação, eles significam "9 / capados gordos, 20 porcos regulares, 357 kilos de manteiga, 557 kilos de graxa de porco, algumas cem dúzias de ovos, 360 kilos de fumo em rolos, e mais 2.8k5 kilos de herva-matte".³⁹

E, entretentes, se faziam experiencias com o plantio de oliveiras e trigo, e desde foi remetido à Presidência da Província "um saquinho com trigo colhido no terreno do logrador público" e "humã lata / com amostra de farinha do mesmo trigo, que mandei moer em um moinho na

Freguesia de Santa Izabel, " e tece o Diretor considerações sobre a possibilidade desta cultura, na Colonia.⁴⁰

A opinião do Presidente da Província, Dr. João Capistrano / Bandeira de Mello Filho estava, entretanto, sobre as colonias existentes na Província, assim esboçada:⁴¹

"Convém muito desenvolver e estimular a agricultura nas colônias. É o meio de acabar com o pernicioso systema, em geral / adaptado pelos colonos de se entregarem quasi exclusivamente à construção de estradas e obras públicas.

"Contrahindo o habito de jornaleiros, aborrecem a lavoura e mostram-se desgostosos ou abandonam a colonia, desde que não contam mais com serviços de estradas e de outras quaisquer / construções. D'ahi resulta que as nossas colonias parecem mais nucleos de operários e artesões do que de agricultores.

"E para corroborar este meu conceito será bastante dizer a V. Exa que é quasi nula a exportação de productos dessas colonias, avultando porem consideravelmente a importação de cereaes, taes como milho, feijão, mandioca, arroz, etc.

"E lamentável em todas elas o atrazo da lavoura. Cumpre seriamente estudar os meios de fazel-a progredir!"

No que se refere à economia da Colonia, em 1876, no final, o seu quadro era este:⁴²

"A cultura augmentou visivelmente. Segundo as informações, que eu tenho achão-se em cultura para serem colhidos nos mezes / maio e junho vindouros:

Mandioca	3.200.000	metros	quadrados
Cana	486.500	"	"
Milho	3.390.000	"	"
Fumo	7.436	"	"
Café	14.000	"	"
Arroz	80.000	"	"
Batatas	340,000	"	"
Algodão	100.700	"	"
	<u>7.718.436</u>	"	"
Pastos	<u>4.200,000</u>	"	"
Total	11.918.436	"	"

E, no mesmo documento complementam-se as observações:

"Ver-se-ha por isso que as unicas especies que abundam em /

sua maior cultura são mandioca, milho, feijão, batatas e cana, os outros como também, alguns repoljos e mais legumes, aboboras, cebolas e alhos, cultivavam em muito pequena escala e somente para o uso domestico.

"A cultura do trigo promete de futuro se augmentar, mas ainda existe em pequena escala. A semente de Aldorá que o Governo mandou deo boa colheita, mas parece-me, que os Colonos / não querem empregar-se em maior escala. As estacas de Oliveiras também mandadas pelo Governo com as muitas chuvas de pedras estão bastante aniquiladas.

"Como consta colherão os colonos no ano de 1876 aproximadamente:

Farinha de mandioca	428.734	litros
Milho	342.750	"
Feijão	82.635	"
Batatas	27.896	"
Arroz	13.548	"
Assucar	44.377	kilos
Aguardente	2.875	litros
Algodão	3.027	kilos
Polvilho	4.870	litros
Fumo	586	kilos
Café	87	"

"Grande parte destes generos foi consumida na Colonia. Para a Colonia Principe Dom Pedro forão exportados, tudo em valor a proximado de 9.300\$000 sacos de farinha de milho, capados gordos, feijões, galinhas, batatas, toucinho, banha e em valor/egual para a Capital e São José os mesmos generos, e mais farinha de mandioca, manteiga &".

No ano de 1877 a produtividade na Colonia e as atividades dela decorrentes foram, assim, retratadas:⁴³

"Augmentou-se bastante a produção da colonia como verá V. Exa conferindo-a com a do ano de 1876.

"Colherão-se em:	1876	1877
Farinha de mandioca	428.734	551.320 l
Milho	342.750	397.520 l
Feijões	82.735	87.840 l
Batatas inglesas	27.896	88.120 l

Arroz	13.748	12.320 l
Assucar	44.377	32.505 k
Aguardente	2.875	6.978 l
Algodão	3.072	3.455 k
Polviinho	4.870	15.760 l
Café	87	470 k
Fumo	580	495 k
Amendoim	-	1.480 l

"A colheita teria sido ainda maior, se não tivessem aparecidos os ratos e insetos destruidores nos mezes de julho, agosto, setembro, outubro e novembro, principaes mezes de plantação, destruindo as plantas novas, assim que os lavradores foram forçados, de renovar a seneadura por mais de 8 ou 10 vezes, dando por isso colheita irregular; principalmente sofrerão os canaviaes e os mandiocaes, plantas estas que destruidas precizão sempre uns dois anos, para darem de novo.

"A plantação de café, antes já bastante progredida, diminue-se muito, porque os lavradores perderão a coragem vendo que, as plantas forão destruidas por uma praga ou doença nas raizes, chamadas pelos lavradores "sapurema". Em cultura achão-se para seren colhidos no corrente ano:

Mandioca	3.240.000 metros quadrados		
Cana	402.000	"	"
Mixto(milho, feijões, etc)	4.170.000		
Fumo	3.700 metros quadrados		
Café	10.600	"	"
Arroz	178.600	"	"
Batatas inglezas	675.000	"	"
Algodão	109.000	"	"
	<u>8.788.900</u>	"	"
Pastos approx.	<u>5.000.000</u>	"	"
	13.788.900	"	"

"Um tal progresso na lavoura nunca seria tão visivel, se / grande parte dos colonos, que antes por falta de vias de comunicação para os mercados, somente plantavão o necessário / para o seu sustento agora dedicão-se muito mais a cultura de suas terras, e grande parte delles que antes vivião em toda / a miséria, já procurão pagar os seus lotes, possuindo em es-

cala regular animais e gado, quando antes muitas vezes não / tinham um porco ou umas aves. Grande parte dos generos colhi dos foi consumido na Colonia; os outros forão exportados ou para a Capital, a cidade de São José e as vizinhanças. A exportação das linhas chamadas Major e Coqueiros e grande parte / dos moradores no Baixo Garcia foim para as colonias Itajahy e Principe Don Pedro, onde elles achavão sempre preços melhores do que nos outros mercados. Exportarão-se milho, farinha de / mandioca, assucar, aguardente, toucinho, banha, aves, porcos gordos, ovos, manteiga, farinha de milho, feijões, batatas in glezas, em valor aproximado de Rs. 20:000\$000". E acrescenta: "Possuem os Colonos: 197 cavallos, 213 muares, 752 vacum, 1476 porcos e 10.576 aves".

Como se viu, pouco a pouco, aumentou a prosperidade da Colonia, até a sua emancipação. Entretanto, desde logo, ficam evidentes problemas básicos, como o das técnicas de plantio - com a utilização da queimada, a utilização de métodos tradicionais, - cultivos novos - a sua aceitação ou rejeição - , além da comercialização, que são possíveis de discussões!

- 1 BRUSQUE. Relatório, 1861 a.p. 12
- 2 BRUSQUE. Relatório, 1860.p. 18-19
- 3 MOTA. Relatório, 1862. p. 26
- 4 CUNHA. Relatório, 1863. p. 28
- 5 CUNHA. Relatório, 1863. p. 28-29.
- 6 OLIVEIRA. Relatório, 1864.p. 22.
- 7 OLIVEIRA. Relatório, 1864.p. 22.
- 8 OLIVEIRA. Relatório, 1864.p. 22.
- 9 OLIVEIRA. Relatório, 1864.p. 23.
- 10 OLIVEIRA. Relatório, 1864.p, 23.
- 11 Ofício nº 114, de 11 de janeiro de 1864, do Encarregado da / Direção da Colônia ao 1º Vice-Presidente da Província, Comendador Francisco José d'Oliveira.
- 12 Ofício nº 115, de 12 de janeiro de 1864, idem, idem.
- 13 Ofício nº 120, de 3 de fevereiro de 1864, idem, idem.
- 14 Ofício nº 139, de 27 de junho de 1864, do Encarregado da Direção da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

- 1⁵ Ofício nº 143, de 30 de julho de 1864, idem, idem.
- 1⁶ Ofício nº 145, de 2 de agosto de 1864, idem, idem.
- 1⁷ Ofício nº 148, de 13 de agosto de 1864, idem, idem.
- 1⁸ Ofício nº 165, de 21 de novembro de 1864, idem, idem.
- 1⁹ Ofício nº 171, de 26 de dezembro de 1864, idem, idem.
- 2⁰ Ofício nº 162, de 20 de outubro de 1864, do Encarregado da Direção da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.
- 2¹ Ofício nº 163, de 20 de outubro de 1864, idem, idem.
- 2² CHAVES. Relatório, 1865.p. 31-33
- 2³ Ofício nº 174, de 4 de fevereiro de 1865, do Encarregado / da Direção da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Alexandre da Silva Chaves.
- 2⁴ LACERDA. Relatório, 1867.p. 11-12.
- 2⁵ LACERDA. Relatório, 1867.p. 12 a Anexo E.
- 2⁶ LACERDA. Relatório, 1867. anexo F.
- 2^{6a} GALVÃO. Relatório sobre as colônias... Tabela I, p. 7.
- 2⁷ LACERDA. Relatório, 1867.p. 13.
- 2⁸ LACERDA. Relatório, 1868. p. 21-23.
- 2⁹ Ofício nº 65, de 27 de janeiro de 1868, do Diretor da Colônia ao Presidente, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- 3⁰ ABREU. Relatório, 1869.p. 22-23
- 3¹ GALVÃO. Relatório, 1870. Anexo.
- 3² LIMA. Relatório, 1870.p. 17.
- 3³ "Relatório apresentado ao Exmo, Snr. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina, o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho / Cintra" pelo Diretor Joaquin de Souza Corcoraca, 1871", em 15 de fevereiro de 1872.p. 7-9, ns.
- 3⁴ CINTRA. Relatório, 1872.p. 38-39.
- 3⁵ SILVA. Fala, 1874. "Mapa estatístico," assinado por Gaspar / Xavier Neves, de 15 de fevereiro de 1874.
- 3⁶ SILVA. Fala, 1875.p. 101-103.
- 3⁷ Ofício s/nº, de 13 de fevereiro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva (Relatório de 1874)
- 3⁸ MELLO FILHO. Fala, 1876 a.p. 94-95.
- 3⁹ Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1876, do Diretor da Colo -

nia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província(Relatório anual de 1875, com 11 p e 1 quadro estatístico).

⁴⁰Ofício s/nº, de 18 de janeiro de 1876, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.

⁴¹MELLO FILHO. Relatório, 1876 b.p. 35.

⁴²Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, do Diretor da Colonia, José Cândido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araujo.

⁴³Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878, iden, iden.

3.4.2. f. - ESTRADAS E CAMINHOS VICINAIS

O problema crucial de desenvolvimento das áreas colonizadas sempre foi o escoamento da sua produção.

Assim, desde o primeiro instante, colocando a Colonia Nacional Angelina à margem da "estrada velha de Lages", dava-lhe um escoamento à produção.

E o interesse em fazer expandir as suas vias de comunicação está patenteada desde o início da localização dos colonos, em 1861:

" A abertura de uma estrada que vá ao lugar denominado "Taquaras" onde a estrada velha de Lages encontra a nova e/ de caminhos vicinais com a colonia de Santa Izabel de que pouco dista, e com Tijucas Grande, fará desta colonia no futuro um ponto importante de comércio." ¹

Mas, estes problemas são constantes:

" Comunica-se esta colonia com a de Santa Izabel por uma picada que se percorre em vinte minutos, apesar de achasse ainda em estado tal, que o viajante é obrigado a apearse, e muitas vezes apesar desta precaução resvalam avaleiro e cavalo em suas ingremes ladeiras.

" É desnecessário demonstrar a conveniência de substituir quanto antes essa ruim picada por um caminho vicinal regularmente feito, que aproveitará tanto a uma como a outra colonia.

" A comunicação com a capital é pela estrada de S. Pedro de Alcantara, que segue em quasi toda a sua extensão o vale do rio Maruhy.

" Os lugares em que mais se aproxima das margens deste rio são incontestavelmente a melhor porção de estrada.

" Antes porém de ali chegar há uma série de dificuldades e perigos que se torna mesmo difícil de descrever e só podem ser comparados aos que se encontram na sua substituta a nova Estrada de Lages.- Entre esses obstáculos são/ mais terríveis os da subida e descida do morro das quatorze voltas por uma tortuosa e ingreme picada, formada/ de barrancos e atoleiros de horrendo aspecto." ²

E, mais adiante, conclue:

" Procurando, como me foi possível até hoje, melhorar a

sua condição, autorizei a abertura de um outro caminho, que da sede da Colonia viesse encontrar a estrada geral no rincão denominado "Quebra Joelhos".

"Nesta nova direção já existem feitas 300 braças de estrada."³

No mês de janeiro de 1864 a administração da Colonia, assim / se expressava:

" Continuou-se neste mez trabalhos da estrada nova para esta Colonia, derrubando-se as árvores que beiravão e assombravão a estrada, de largura de 30 a 40 palmos, pela extensão da estrada, concertando-se alguns lugares na dita estrada, arruinados pelas grandes chuvas."⁴

E, continua, mais adiante, sobre a estrada velha para Lages:

"...mandei continuar na roçada derrubada da dita estrada, cujo trabalho parou na Fazenda do Sr. Dr. H. Schutel, dando / aos trabalhadores de comida, e pagando-lhes 500 réis por cada dia de serviço, e um mil réis diários a um capataz do / serviço, e abriu-se neste mez a extensão de 599 braças e 2 palmos de estrada roçada e derrubada com 60 palmos de largura e 60 braças de extensão da estrada ficou roçada e falta / de derrubada, despendeu-se com este trabalho e quantia de / Rs 26\$375."⁵

E os problemas das estradas e caminhos são diários.

Os problemas da estrada velha de Lages, isto é, pô-la em condições de tráfego é assunto cotidiano na administração da Colonia Nacional Angelina. Ali, foram entregues para uso dos trabalhadores, pelos moradores das margens da estrada, mantimentos, que se deterioraram, porquanto o pagamento oferecido pelo trabalho não interessava aos colonos, visto o "jornal" ser de Rs. \$500 (quinhentos reis) diários, e o Encarregado da / Direção da Colonia consultou a Presidência da Província se podia utilizar até Rs. 50\$000, mensalmente, e "empregar a quem convier, visto que a abertura da dita estrada, he de utilidade para esta Colonia e desta Província."⁶

E para efetuar os trabalhos da estrada há necessidade de ferramentas. Assim há solicitação para " compra de meia duzia de pás, e de / meia duzia de enchadas, proprias para cortar raizes e de cavar."⁷

A partir de 8 de fevereiro de 1864, passaram os gastos a ser mensalmente, na abertura da estrada velha de Lages, de Rs. 50\$000, conforme autorização da Presidência da Província, daquela data, e é solicitado

aumento para Rs 100\$000 nos gastos mensais de tal obra.⁸ E, efetivamente, em 1864, foram gastos nessa Estrada, Rs. 331\$250.⁹

Mas, outra via de comunicação era de interesse: a de "esta Colonia com a de Santa Isabel, cuja comunicação de transite por uma picada muito arruinada de 600 braças de extensão, a qual percorre o terreno desta Colonia, resultando com um bom caminho para cargueiro", o que foi pedido à Presidencia da Província.¹⁰

A súmula da situação das vias de comunicação, problema ruciano e constante, é feita pelo Presidente da Província, no que se refere / ao ano de 1864:¹¹

- " Durante o ano findo, fez-se na estrada nova da colonia para a de S. Pedro d'Alcantara, e ao litoral da capital 528 braças e 3 palmos de extensão, com 20 palmos de largura, toda/ de cava de 8 a 14 palmos, com tres pontilhões.
- " Achando-se a estrada que comunica esta colonia com a de Santa Isabel, aberta por meio de uma picada de 612 e meia braças de extensão e bastante arruinada que impedia o transito livre de cargueiros, foi o Diretor autorizado pela Presidencia a construir um novo caminho, o qual executou pela forma seguinte: Roçou e derrubou a nova direção de caminho feito/ na extensão de 370 braças e 7 palmos, com 15 palmos de largura, todo de cava de 8 a 14 palmos, cujo trabalho contava/ concluir em Fevereiro deste ano.
- " A estrada velha para Lages, acha-se hoje aberta para o transito dos tropeiros que diariamente passam por esta colonia, fazendo-se a extensão de 4884 braças, e 8 palmos, roçada e derrubada de 60 palmos de largura com trilho limpo de 10 a 15 palmos, as quais com 2901 e meia braças abertas em 1863, prefaz a extensão de 7786 braças e 3 palmos, contada da sede da colonia ao logar denominado "Taquaras" onde a estrada velha encontra a do Cubatão: precisa esta estrada alguns consertos, como estivas, cavas, e melhoramentos em alguns morros.
- " Caminhos coloniais.
- " Fez-se no mesmo ano a extensão de 2.684 braças e 3 palmos , com 252 braças de caminho de cava, e oito pontilhões.
- " Este serviço com o que havia feito em anos anteriores prefaz o total de 8.314 braças e 3 palmos linear de caminhos /

coloniais que comunicam com a sede da colonia e comprehendem as estradas "Galvão", "Leitão da Cunha", "Chaves", &.

"Comunicação com o Alto Tejuças.

- Esta comunicação explorada em 1862, assim se conserva ainda, sendo de muito interesse para a colonia se nela se construísse um caminho transitável, para augmento de seu commercio, condução de animais para aquele ponto.

"Concertos nas estradas e caminhos.

- Fizeram-se diversos concertos nas estradas e caminhos, como cavas, estivas, e pontes arruinadas pelas chuvas copiosas, entre estas duas mudas de caminhos coloniais sendo uma para evitar as enchentes do rio "Mundeos" que inundava uma parte deste caminho, de extensão de 30 palmos, e a outra de maior circumstancia, sendo um caminho de todo novo de extensão de 54 / braças e 6 palmos, todo de cava de 8 a 12 palmos".

E o ano de 1866, começou com um violento temporal, de 29 a 31 de janeiro, que causou muitos estragos.

"... nas estradas e caminhos que dizem respeito a esta Colonia, os quaes se podem avaliar em mais de um conto de reis. O maior estrago foi na estrada do morro de quatorze voltas, parte deste morro desmoromou, ficando entulhada a estrada; na estrada que segue para Santa Izabel, da mesma maneira ficarão partes da dita inutilisadas; como também na estrada que segue / daqui para Lages que ficou sem pontes e estivas, e partes inutilisadas pelo rasgão que abriu o morro de onze voltas".^{11a}

Outras estradas também mereceriam atenção, em prol do desenvolvimento da Colonia. Desta vez era "uma parte da estrada que segue para a Colonia Nacional Angelina a meu cargo, além dos moradores do vale / do rio Maruhy, entre o último morador, Pedro Waltrick, e o morro denominado das Congonhas, da extensão de 165 braças mais ou menos, se acha em estado quase intransitável".¹²

Do que se realizou, em 1866, no setor de estradas e caminhos, assim se expressa o Presidente da Província:¹³

"Melhorarão-se as estradas e caminhos existentes, e abrirão-se novos. A colonia possui hoje mais de 15 leguas metricas / de vias de comunicação.

"Mandei efetuar a abertura da estrada para o Alto Tejuças / Grandes, em atenção as conhecidas vantagens que semelhante /

melhoramento promete assim ao próprio estabelecimento como / ao transito pela estrada geral de Lages, conforme demonstrei no relatório do ano passado.

"Esta estrada acha-se adiantada; sendo os terrenos que ela atravessa, e em que os antigos e os novos colonos, e ainda os de Santa Izabel procurão com empenho estabelecer-se, admiravelmente ferteis, e tão apropriados à cultura do algodão, da cana e do café, como a do linho, da batata e do trigo.

"Mas o proveito principal desta comunicação consiste em crear mesmo na colonia um importante mercado de consumo para os / seus productos, facilitando além disto aos colonos a aquisição de animaes; visto como por alli ha de transitar d'ora em diante, como começa a succeder, todo o comércio de gado que / se faz entre as provincias vizinhas de S. Pedro do Sul e do Paraná.

"Atualmente os colonos são forçados a trazer os seus productos ao mercado desta cidade (Desterro), percorrendo a distancia de sete a oito leguas de maos caminhos, e empregando animaes que carregão cinco arrobas. Os fretes do transporte são geralmente de 500 reis por arroba até a Praia Comprida, e dali, em lanchas, para a capital, mais 20 reis, de sorte que o produtor paga 2\$900 reis de frete pela carga de cada um animal.

"Com a abertura da nova estrada o colono economizará semelhante despesa, e mais o tempo que hoje emprega em vir ao mercado da capital".

E conclue este Relatório com esta proposição:

"Não concluirei o que tinha dizer sobre a situação desta Colonia, sem indicar os melhoramentos essenciaes de que depende/ a prosperidade do estabelecimento.

"São elles: 1º conclusão e aperfeiçoamento do caminho que se está abrindo no vale do Tijucas Grande ou Garcia, até os primeiros moradores existentes no lugar denominado Major;

"2º Abertura da antiga estrada de Lages, desde a Colonia até o encontro com a nova, nas Taquaras; trabalho este que em parte se acha feito;

"3º Melhoramento da estrada entre a Colonia e a cidade de São José, passando por S. Pedro de Alcantara".¹⁴

E o caminho "até os primeiros moradores do Alto Tijucas Grande, que são Maria Joaquina da Silva, viuva do falecido Victorino Antonio Fernandes, Antonio Severino Cardoso e João Antonio dos Santos, no lugar/ chamado o ribeirão do Major", cujo trabalho foi feito por contrato com / José Joaquim Soares d'Abreu, numa extensão de "3.382 braças" e o Diretor da Colonia fazendo e recebimento da obra, constatou:

"... apresentando o dito contratante a extensão de 3.382 braças porem no examen que procedi do dito serviço achei somente a extensão de 3.202 1/2 braças, das quais refusei por não estarem conforme 122 1/2 braças, e alem disso não fez o contratado cavas em diversos lugares que são indispensaveis / para ser o caminho transitável para cargueiros importando / seu serviço na quantia de 500\$800 reis, de 2.880 braças a razão de 160 reis por braça e 200 braças a razão de 200 reis por braças", e concluia: "avalio o serviço somente em 400\$000 reis, visto que elle não quer fazer as cavas competentes".¹⁵

E, no mesmo documento, se completa uma informação sobre a praticabilidade do caminho:

"... pode-se percorrer esta distância entre a sede desta Colonia e os moradores do Alto Tijucas, em seis horas; outro / sim desde aquelles moradores, o rio das Tijucas hé navegavel por canoas até a barra.

"Em continuação do caminho aberto e dos primeiros moradores/ das Tijucas tem-se ahi de travessar o rio para a margem esquerda, e logo abaixo do ribeirão chamado da Esperança, para ahi encontrar uma picada até aos estabelecimentos dos Italianos(Nova Itália), hoje acha-se a dita picada totalmente fachada de nato porem presta-se para uma boa estrada, e sem morros? dos Italianos em diante encontra-se a estrada / franca dos moradores dos Tejuças Grande, que se liga a estrada principal para o Norte e Sul da Província".

E o Presidente da Província autorizou a fazer o caminho do / Major até os "Italianos", cujo traçado seria pela margem direita sem precisar atravessar o rio Tijucas Grande e estabelecendo as condições técnicas da mesma,¹⁶ e esta estrada teria a extensão, aproximada, de 3.500 / braças.¹⁷

Mas, outra via de comunicação reclamava atenção. Era o que ligava a Colonia Nacional Angelina com a Colonia Santa Izabel e dela se di

zia:

"... se acha no estado quasi intransitavel, e em total abandono, do que resulta prejuizos para ambas as Colonias, visto que os colonos desta se servem deste caminho para o lugar do Cubatão, e serem a maior parte dos colonos desta daquelle lugar, e outro sim os colonos de Santa Izabel transitem tambem por esta para hir a Capital, e em geral para o comercio que hoje há dos colonos daquelle com os colonos / desta".¹⁸

E, ainda, sobre a aludida estrada são dados mais informas: que a extensão arruinada no "distrito da Colonia da Santa Izabel" é de 1.660 braças e descrevem-se os reparos a serem feitos, minuciosamente.¹⁹

Ao final do ano estava terminada a estrada do Alto Tijucas / Grande, "desde o lugar do "Major" até aos estabelecimentos dos Italianos, cujo caminho finalisa em terras de Carlos Jacob Peixe, italiano" e que / fora contratado com José Joaquim Soares de Abreu, e

"tem esta estrada, entre os citados dois pontos a extensão / de 3.444 braças e 3 palmos abertos pelo contrahente".²⁰

E, novamente, propõe o Diretor da Colonia Angelina que se estenda os trabalhos de melhoria da estrada do Alto Tijucas Grande que "se acha intransitável para cavalheiros e cargueiros, e somente para cami - nhantes, cujo caminho interrompe a estrada hoje aberta até a foz do rio / Tijucas Grande, que aliás se acha em estado regular".²¹

No ano de 1867, a situação das estradas e caminhos foi, assim, resumida:

"A estrada que mandei abrir desde o ribeirão dos Mundeos até o estabelecimento dos Italianos no Alto Tijucas Grande, tem a extensão de 32.504,45 metros, e ficou concluido, depois de melhorada em alguns pontos.

"Acha-se, pois, aberta a comunicação com o Alto Tijucas Grande, e brevemente virá a ela ligar-se a estrada que mandei / também construir da colonia Principe D. Pedro para o mesmo / Tejuças; ficando assim Angelina em relações diretas com as colonias do Itajahy.

"Aquelle caminho é percorrido pelos tropeiros de Lages, e torna-se por isto de muita vantagem para o estabelecimento; porém precisa de ser aperfeiçoado, visto que a diminuta quantia despendida não permitio que a construção fosse confor-

me às regras da arte".

E, conclue:

"A extensão total das vias de comunicação da colonia é de / 20 1/2 leguas métricas. Todas mais ou menos, reclamão trabalhos de conservação e melhoramentos; e é palpável a necessidade de destinar para semelhantes fim meios menos escassos do que aquelles de que até o presente momento tem pedido dispor o director".²²

E do sempre presente problema de estradas e caminhos, no final de 1868, a situação era esta:²³

"Torna-se pois indispensável a abertura desta (da Colonia a Tijucas Grande), como de outras vias de comunicação que facilitem a exportação dos produtos, diminuindo o custo do transporte.

"O Director levado pelo desejo de atender a esta imperiosa/necessidade, contratou com o colono Joaquim José Soares de Abreu, pela quantia de 1.000\$000 reis. a abertura e construção de uma estrada que estabeleça comunicação da Colonia com a de Santa Izabel. O esboço do contrato relativo a/essa obra, vos será presente".

E assumindo o novo Director, Joaquim José de Souza Corcoroca, em minucioso relatório, descreveu a situação das estradas e caminhos, discriminando-os como "entransitaveis".²⁴

É desse mesmo Director, ao final de ano de 1869, esta informação:

"Os colonos desta Colonia mostrão-se, mais que antes, animados, a ponto de se prestarem, à convite do Director, gratuita e voluntariamente, com seis dias de serviço, cada um / chefe de família, à abertura da estrada, desde o lugar denominado Taquaras até a sede da dita colonia, em distancia de 2 1/2 a 3 leguas, achando-se sua metade bem construida. Esta estrada serve para os viandantes do centro que viajão para esta Capital pela colonia S. Pedro de Alcantara (senão do Maruhy).

"Julgo bastante conveniente a conservação desta estrada, por ser boa e menos extensa do que a que passa, do lugar denominado Taquaras, por Santa Izabel, Santo Amaro do Cubatão, e por ter aquella estrada em toda a extensão de S. José ao /

dito lugar - Taquaras - uma só ponte a construir-se, no rio denominado Garcia, além da sede da colonia, ao passo que a sobredita estrada do Cubatão necessita da construção de 12/ pontes".

E os problemas de caminhos e estradas estão sempre presentes no dia a dia da administração da Colonia. Em março de 1871 é prestada , pelo Diretor da Colonia, esta informação:

"A estrada pela margem direita do rio Garcia, desviando o intransitavel caminho do ingreme morro denominado Mineiro, no centro d'esta Colonia, pois forão n'esta estrada somente apenas concluidas 300 braças com 15 palmos de largura, admitindo grande cava e seu solo bastante pedregoso, restando / ainda para conclusão d'esta, a extensão de 500 braças com 15 palmos de largura, em terreno tambem bastante pedregoso, oferecendo igualmente alta cava.

"O caminho, partindo do ribeirão dos Coqueiros contornando o rio Tijucas até o ribeirão do Major, limites d'esta colonia, contem sua extensão 3.000 braças, este caminho com quanto / já facilita transito, não está concluido, por contar somente 10 palmos em sua largura e sem nenhuma derrubada que desassombre, faltando icã para sua conclusão 10 palmos mais , em sua largura, e 10 braças de derrubada, de um e outro lado do seu leito, em toda sua extensão.

"Está tambem em andamento a picada já aberta, contendo sua / extensão 3.800 braças com largura de 10 palmos, roçada e derrubada, parã a fuctura do urgente caminho, a construir-se , partindo do ribeirão dos Mundeos, pelo ribeirão denominado/ Chaves até a nova linha do rio perdidos, onde se achão grande numero de colonos novos, com extensas derrubadas e nelles abundantes plantações, que não poderão serem conduzidos sem grandes dificuldades, ou mesmo talvez impossível se não se/ der prompto andamento afactura deste caminho, para o que tinha eu destinada a verba de 750\$000 reis de Abril a junho , afim de aplicar a este urgente trabalho que julgo de primeira necessidade".²⁶

A preocupação maior numa área de intensa produção agrícola , ou mesmo onde esta é a base de sustentação economica tem-se que desenvolver intensa atividade para escoar a aludida produção. Tal assinalou-se

com a Direcção da Colonia e é uma constante em todos os documentos officiais. Assim o foi, também, no Relatório de 1871:²⁷

"Foi principiada a nova estrada pela margem direita do rio / Garcia, desviando o intransitável caminho do ingreme morro / denominado Mineiro, n'esta estrada forão somente apenas concluidas 300 braças com 15 palmos de largura e precisa derrubada, admittindo grande vava, e seu solo bastante pedregoso, restando ainda para conclusão d'esta extensão, 500 braças / com 15 palmos de largura, em terreno pedregoso, offerecendo igualmente alta cava.

"Foi também aberta a picada, contendo sua extensão de 3.800 / braças com largura de 10 palmos roçada e derrubada, para a factura do urgente caminho a construir-se partindo do ribei / rão dos Mundeos pelo denominado Chaves até a nova linha do / rio Perdidas, confluyente do Garcia, onde se achão estabelle / cidos com Direcção a Biguassu, Grande número de colonos no / vos com extensas derrubadas, e n'eklas abundantes plantações, que não poderão serem conduzidas para o povoado sem grandes difficuldades ou mesmo talvez impossivel se não se dêr pronpto andamento a factura d'este caninho".

E acrescente mais:

"O caminho desviando o Morro de Santo Amaro, partindo do ri / beirão dos coqueiros, contorneando o rio Tijucas, até o ri / beirão do Major, limites d'esta Colonia, contem sua exten / são 3.000 braças; este caminho conquanto já facilite transito não está também concluido por falta de meios, conta so / mente 10 palmos em sua largura e nenhuma derrubada que das / sembre, restando ainda para sua conclusão 10 palmos mais / em sua largura, e 10 braças de derrubada de um e outro lado de seu leito, por esta caminho se estão estabelecendo novos colonos, e pelas suas circunstancias devido a concorrência / acha-se bastante arruinado e pouco resta ficar de todo in / transitável".

E, arremata:,

"Forão também aqui roçada e reparados outros muitos pedaços dos antigos caminhos em diversos lugares. Estes trabalhos e os acima mencionados, tiverão lugar somente até o trimestre de Janeiro a Março do ano indicado, em virtude da ordem d'

essa Presidencia em officio de 6 de Março do mesmo ano, ordenando-me suspender as obras em andamento n'esta Colonia, até ulterior deliberação da mesma Presidência, attendendo V. Exa. que d'estes trabalhos ainda me é devedora a Fazenda Provincial da quantia de Rs. 762\$370 que avista do estado dos cofres da mesma Fazenda Provincial e atenção ademora do pagamento a os Colonos que já distrahião esta Direção, deliberei pedir a dita quantia por emprestimo a os Snrs. Nicolao Antonio Deschamps e Pedro Bohn, negociantes da freguesia de São Pedro d'Alcantara a os quaes estou pagando juros d'esta quantia".

Como se vê as coisas no setor de obras publicas não andavam boas e muito menos no que tange à situação financeira da Província...

Em abril de 1873 foram efetuadas despesas com a abertura da picada "pela margem direita do rio do Engano, até o lugar denominado "Quebra-dentes", na importancia de Rs. 500\$000."²⁸

E, constantemente, havia problema com os caminhos.

Desta vez, assim, o era:

"Tendo havido ultimamente, n'esta Colonia, fortes e constantes trovoadas seguidas de cêpiosas chuvas que derão motivo/ ao desbarrancamento de 26 braças de caminho construidos sobre lagêdo no morro denominado "Mineiro".²⁹

E, no final do ano, dadas as circunstancias, havia necessidade de de um estudo completo da situação dos caminhos da Colonia, razão por/ que a Presidencia da Província assim se expressou:³⁰

"Em atenção, ainda, ao quanto ponderei ao Governo Imperial, sobre as necessidades d'esta Colonia, e impossibilidade, por parte da Província, em satisfazer-as, atento ao meo estado/ de suas finanças, fui por Aviso de 16 de Janeiro ultimo, autorizado a mandar orçar o custo dos caminhos ali indispensáveis, afim de me ser dado o auxilio, que então solicitei, para abertura dos mesmos.

"Ao digno Engenheiro Dr. Pinto Braga (Martinho Dumense), incumbi este trabalho, que em breve deverá estar concluido, para ter o devido destino".

E, adiante, arremata:

"Em desempenho de sua comissão, este Engenheiro em data de 11 do corrente (Março de 1874), informa-me que, com a quantia/

de 3.618\$260 rs., despendida até 28 de fevereiro, havia feito os seguintes trabalhos: traço e nivelamento de 4 kilometros de estrada de rodagem, construção de 2 kilometros de / estrada de rodagem de 4,0m de largura, e declive maximo de / 6%, com as respectivas valetas, 6 pontilhões e 8 boeiros.

"Procedeu-se mais ao alargamento da picada, entre a Colonia / e o alto Biguassu, bem como a da linha denominada Chaves, que estabelece a comunicação entre o centro da colonia e a sede".

E, ainda:

"Procedeu-se a abertura da estrada que encetou, o que estabelecerá a comunicação entre o Centro da Colonia e o Rio Biguassu. Esta estrada é de rodagem e oferece não só os colonos actualmente estabelecidos uma boa via de comunicação com o mercado da Capital, pelo Biguassu".

Face aos trabalhos efetuados em 1874, da sua situação poder-se-ia dizer:³¹

"Acha-se quasi concluida a que parte da sede da Colonia com / direção à linha dos Chaves, a encontrar o caminho do Alto / Biguassu.

"Desde a sede da Colonia até a ponte que divide aquela linha fizeram-se 3.445,2 metros de estrada de 4,4 metros de largura, afora as valetas, além de 7 pontilhões triangulares e sete boeiros, sendo toda a estrada abaulada.

"Da ponte ao ribeirão das Perdidas achão-se já promptos / 5.634,2 metros, tendo sido feitos 3.236,2 em mata virgen.

"Toda ela é de rodagem, conservando a mesma largura, e achase em boas condições.

"Ao todo conta 16 pontilhões e 37 boeiros, faltando apenas para a sua conclusão, 352 metros, que o respectivo Diretor espera fazer construir por todo o corrente mez.

"Quanto à estrada, sob a direção do Engenheiro Carlos Moreira de Abreu, a partir da Colonia ao Alto Biguassu, que apresenta um desenvolvimento de 13 kilometros até o limite colonial, achão-se construidos 9 kilometros de estrada, cuja / largura é de 3,3 metros de leito livre, entre as valetas, apresentando cortes de 5 a 6 metros de altura nos taludes, devido aos grandes accidentes do terreno.

"Em não pequenas extensões foi necessário arrebentar-se o gra

nito encontrado".

E, o ano de 1874 finda e o de 1875 s izicia com fortes chuvas que prejudicam o sistema viário da colonia:

" Não posso deixar de comunicar a V.Exa., que os temporaes , que nos dias 26,30 e 31 do mez passado(dezembro) e no 1º do corrente mez se darão n'esta colonia muito destruirão / parte dos caminhos já feitos, principalmente nos lugares / de cavas e alguns pontálhões, que de necessádade acho de / urgencia serem rectificad^{os}, constando-me, que no caminho, que parte das Perdidas ao Alto Biguassu, sofrera muito mais estragos pelas muitas grandes águas, que na verdade foi de admirar."³²

No ano de 1874, entrementes, a Direção da Colonia executava os seguintes serviços:

- " Estrada da Colonia ao Alto Biguaçu. Nesta importante via/ de comunicação, que apresenta um desenvolvimento de treze kilometros até o limite colonial, achão-se construidos no ve kilometros de estrada, cuja largura é de 3,3 m. de lei to livre entre as valletas, apresentando **cortes** de 5 m. a 6 m. de altura nos taludes, em consequencia de grandes aci dentes do terren^o, tendo não pequenas extensões aonde foi necessário rebentar o granito que foi encontrado. Despendeo-se com este serviço a quantia de 21.005\$440 reis, sahindo / portanto cada metro de estrada construida por 2\$333 reis , inclusive a derrubada em mata virgen.
- " Ponte sobre o rio Mondéus - A antiga ponte que existia a- lém de arruinada foi levada pela enchente, foi construida em melhor local e mais alta uma nova ponte de madeira, des pendendo-se a quantia de 139\$500 reis com este trabalho.
- " Morro do Mineiro - Foi necessário fazer-se n'logar em / 1400 m. de extensão uma derrubada de 20 a 30 metros de lar go, a fim de penetrar o sol nos grandes atoleiros ahi exis tentes, importando esse trabalho na quantia de 207\$000reis.
- " Estrada da linha do Chaves. Construiu-se n'esta linha 214/ m. de estrada nova e despendeo- se a quantia de 325\$800 / reis."³³

E a estrada da sede da Colonia pela linha Chaves "até encon trar o caminho que parte para o Alto Biguaçu no rio das Perdidas," foi

concluído, e mostrou, então, a Direção da Colonia da necessidade de melhorar "a antiga estrada que desta Colonia vai ao logar denominado Taquaras, "pela vantagem e convêniencia que traz essa estrada à prosperidade d'esta Colonia."³⁴

No final do ano de 1875 a situação geral das estradas, caminhos e picadas era, assim; retratada:³⁵

"Concluiu-se o caminho da linha denominada Chaves, com uma/ extensão de 10 k. 223 metros, dispendendo-se a quantia de 8:590\$000. A largura util deste caminho é de 4,10 m.

"Afim de facilitar a comunicação entre os lotes situados no rio do Engano, ocupados pelos novos colonos alemães, com o centro da colônia, foi aberta à margem sul do mesmo rio / 5,544 metros de picada e na margem Norte 7.150 metros.

"Com este serviço que muito aproveitou a viação dos cargueiros, despendeu-se a quantia de 1:598\$700 Rs.

"Outra picada com 4.070 metros foi aberta à margem Norte do rio Garcia a encontrar a ribeirão Tres Barras, na qual empregou-se a quantia de 281\$900.

"No lugar denominado Congonhas praticou-se uma outra picada de 5.940 metros, para dar transito aos colonos estabelecidos no alto do Ribeirão das Perdidas e por onde elles encontrarão facil sahida para a estrada geral de S. Pedro d'/ Alcantara a S. José. Importou este melhoramento em 194\$400.

"Caminhos em construção - Na linha do Engano prosseguem os/ trabalhos de construção, que consistem em dar ao leito do caminho a largura de 2,64 m.

"Já estão concluídos 1.023 metros.

"Igualmente executarão-se na linha das Perdidas, 1.030 metros, faltando 3.780 para encontrar a estrada do alto Biguassu.

"Estradas - Forão feitos 939 metros de estrada pela margem do Ribeirão das Perdidas. Este serviço importou em..... 1:327\$850."

E face às diretrizes emanadas diretamente do Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, quando da sua / visita à Colonia, determinado que os colonos só se empregariam em obras, de caminhos e estradas, quando não fosse época de sementeira ou colheita e de acordo com essa determinação foram efetuados serviços nos cami-

nhos de na "linha das Perdidas até o Alto Biguassu", outra turma se encarregou de "razamento do Morro em frente da caza d'esta Direção", e no rio/ do Engano.³⁶

Pelo agrimensor Frederico Von Schöler foi estudado um novo/ traçado da estrada da Varzea dos Pinheiros à sede da Colonia, abandonando o Morro das 14 Voltas orçando-a em Rs. 5:820\$000.³⁷

No relatório do Diretor da Colonia, relativo a 1876,³⁸ encontram-se dados sobre os serviços efetuados naquele ano e que são da seguinte ordem:

"Concluiu-se o caminho, que da barra do Rio das Perdidas, segue para o Alto Biguassu e dá o mesmo em todas os lugares/ livre transito aos habitantes nas margens do mesmo Rio. A / extensão do dito Caminho entre os dois pontos he 12.560 metros. Preciza ainda concertar-se e alargar a picada que do alto Biguaçu segue para o lugar denominado "Congonhas" para encontrar a estrada geral, que desta Colonia segue para a Colonia antiga S. Pedro d'Alcantara e dahi para a cidade de São José e a Capital, é encurtar assim por mais tres ou quatro hōras a viagem dos Colonos quando os mesmos seguem com seus produtos ao mercado da dita Cidade de São José ou da Capital. Deo-se começo no mez de Maio ao caminho que da sede d'esta Colonia segue para a Vargem dos Pinheiros, para evitar o Morro denominado 14 Voltas, estrada esta que por ordem do Exmo. Snr. Doutor João Capistrano Bandeira de Mello Filho, Presidente da Província d'então, foi encetada e que agora quasi em conclusão. Actualmente está-se trabalhando em huma grande pedreira encontrada. Achão-se procupos/ 2.350 metros. Prezisa-se(!) tão bem de concertar e parte / fazer-se de novo alguns pōntos que pelas copiosas chuvas, que aqui cairam ficarão arruinados! Forão feitos tão bem / 3047 metros da estrada no Rio Engano, que da sahida aos colonos alemães ultimamente entradas n'esta Colonia e no mesmo Rio estabelecidos". E, adiante:

"Foi concertada e roçada a estrada velha de Lages que da sede da colonia segue para o lugar denominado Taquaras a encontrar com a estrada actual, como tão bem a picada que do Baixo rio Garcia segue para o Alto Tijucas."

Já, no ano de 1877, o panorama dos "caminhos coloniais" era

descrito desta forma.³⁹

" O caminho que da sede da Colonia segue a Vargem dos Pinheiros e d'ahi para a Freguezia de São Pedro de Alcantara e a Cidade de São José acha-se prompto n'uma distancia de 4.125 metros, e este caminho (que he a principal estrada da Colonia, por ser elles, que comunica a mesma com os mercados) vai em bom andamento. Do caminho nã Rio Engano a chã-se prompts 7.280 metros e espero de acabar em breve tempo com este caminho. Authorizado por officio da Residencia de 12 de Fevereiro de 1877 a continuar com os concertos de caminho, tem se concertado o caminho, que da sede da Colonia segue ao Baixo Garcia, apresentando o mesmo caminho um muito melhor aspecto, do que antes, visto que achava-se quasi impracticavel, dando agora livre transito / aos viajantes em qualquer tempo. Estão concertados e mudados pontos 4.170 metros. Forão reparadas tãoben a ponte / sobre o Rio Mundéos na estrada da linha de "Chaves" e mais a ponte sobre o mesmo rio na entrada do caminho para o rio Garcia e muitos pontilhões em várias lugares, que forão destruidos pelos temporaes.

Authorizado mais por officio da Prezidencia de 26 de Outubro de 1877 abriu-se um caminho para cargueiros na linha / de "Congonhas", para encontrar a estrada Geral e encurtar assim a viagem dos habitantes da mesma linha das "Perdidas" por mais de quatro leguas, quando os mesmos com os seus produtos vão procurar mercado. Mandei em primeiro lugar roçar bem larga a picada, já existente a achã-se prompts do mesmo caminho já 580 metros, Foi concertada tãoben em alguns lugares a estrada velha de Lages, que sede da / Colonia, segue ao lugar denominado Taquaras a encontrar / com a estrada actual."

A situação da Colonia, no tocante às suas vias de comunicação, no ano de 1879, foi retratada desta maneira:⁴⁰

"A colonia Angelina que é nacional e por isso como facto de ser criação da província deve merecer a esta especial amor, insta por um melhoramento que em mone d'ella vos peço. É / uma estrada que dê fácil sahida para Biguassú e Tijucas / visto como nem todos os colonos podem provurar o mercado /

de S. José aliás também no fim de pessimo caminho.

Levei essa necessidade ao conhecimento do Governo Geral a cargo de quem está hoje a colonia, mas sinto dizer-vos que não tenho esperança de que elle a mande satisfazer.

"Prestarieis relevante serviço à nascente fundação de Angelina, bem como aos mofadores de Biguassú e Tijucas, se votasseis fundos para melhorar-se a natural comunicação que as trez povoações mantem com tanta difficuldade. Central como é a Colonia Angelina, e prolongando-se muito para o norte através de ingremes montanhas, se os colonos situados n' este extremo de sahida para aquelles lugares tiveram de retroceder ao sul e procurar a estrada de São José, para vir a este mercado, a lavoura nunca poderá progredir e o estabelecimento forçosamente cahirá em despreso o que será para lamentar-se à vista da fertilidade do seu solo."

E, assim, se tem, na realidade um dos mais graves problemas às regiões agúcolas brasileiras, ou seja, a falta de razoável rêde de estradas e caminhos para escoamento da sua produção.

¹ MOTA. Relatório, 1862.p. 26.

² CUNHA. Relatório, 1863.p. 28.

³ CUNHA. Relatório, 1863.p. 29.

⁴ Ofício nº 123, de 8 de fevereiro de 1864 capeando relatório mensal da administração da Colonia, ao 1º Vice-Presidente da Província, Comendador Francisco José d'Oliveira

⁵ Ofício nº 123, de 8 de fevereiro de 1864, idem, idem.

⁶ Ofício nº 131, de 21 de abril de 1864, idem, idem.

⁷ Ofício nº 131, de 8 de fevereiro de 1864, idem, idem.

⁸ Ofício nº 138, de 6 de junho de 1864, do Encarregado da Direção da Colonia ao Presidente, Dr. Alexandre Rodrigues de Silva Chaves.

⁹ Ofício nº 172, de 5 de janeiro de 1865, idem, idem, (acompanhamento de uma conta-corrente da obra).

¹⁰ Ofício nº 147, de 11 de agosto de 1864, idem, idem.

¹¹ CUNHA. Relatório, 1865. p. 34-35.

^{11a} Ofício nº 242, de 6 de fevereiro de 1866, do Diretor da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros / Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

- ¹² Ofício nº 257, datado do Desterro, a 8 de junho de 1866, idem, idem.
- ¹³ LAVERDA. Relatório, 1867, p. 12.
- ¹⁴ LACERDA. Relatório, 1867, p. 13-14.
- ¹⁵ Ofício nº 22, de 1º de maio de 1867, do Diretor da Colonia / ao Presidente da Província Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- ¹⁶ Ofício nº 27, de 14 de junho de 1867, idem, idem.
- ¹⁷ Ofício nº 29, de 15 de julho de 1867, idem, idem.
- ¹⁸ Ofício nº 33, de 20 de julho de 1867, do Diretor da Colonia ao Presidente, Comendador Francisco Desé de Oliveira.
- ¹⁹ Ofício nº 42, de 31 de agosto de 1867, idem, idem.
- ²⁰ Ofício nº 54, de 24 de dezembro de 1867, do Diretor da Colonia ao Presidente, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- ²¹ Ofício nº 55, de 24 de dezembro de 1867, idem, idem.
- ²² LACERDA. Relatório, 1868, p. 23.
- ²³ ABREU. Relatório, 1869, p. 23.
- ²⁴ Ofício s/nº, de 6 de julho de 1869, do Diretor da Colonia ao Presidente Dr. Carlos Augusto Eerraz de Abreu.
- ²⁵ GALVÃO. Relatório, 1870. Anexo
- ²⁶ Ofício s/nº, de 24 de março de 1871, do Diretor da Colonia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa.
- ²⁷ "Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho / Cintra pelo Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca, 1871", em 15 de fevereiro de 1872. p. 2-3, ms.
- ²⁸ Ofício s/nº, de 8 de maio de 1873, do Diretor da Colonia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Pedro Afonso Ferreira.
- ²⁹ Ofício s/nº, de 9 de outubro de 1873, do Diretor da Colonia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, / Tte. Cel. Luiz Ferreira do Nascimento e Mello.
- ³⁰ SILVA. Fala, 1874. p. 47-48.
- ³¹ SILVA. Fala, 1875, p. 103-104.
- ³² Ofício s/nº, de 4 de janeiro de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves ao Presidente da Província, Dr. João Thomé

- da Silva.
- ³³ Ofício s/nº, datado do Desterro, em 10 de fevereiro de 1875, do Engenheiro Carlos Moreira de Abreu ao Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva.
- ³⁴ Ofício s/nº, de 19 de março de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva.
- ³⁵ MELLO FILHO. Fala, 1876 a.p. 93-94
- ³⁶ Ofício s/nº, de 7 de janeiro de 1876, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.
- ³⁷ Ofício s/nº, de 29 de janeiro de 1876, idem, idem.
- ³⁸ Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente Dr. José Bento de Araújo.
- ³⁹ Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araújo
- ⁴⁰ OLIVEIRA. Falla, 1880. p. 49.

3.4.2.g - QUESTÕES ENTRE A DIREÇÃO E OS COLONOS

Não se pode dizer que as vidas dos colonizadores são tranquilas. A compreensão mútua entre os seres humanos sempre há.

As pequenas questiúnculas crescem, os animos se exaltam e, lá peñas tantas, se espraíam e se avolumam. E a solidão da mata contribue para isto?!

Já, pelos idos de 1863, a imprensa desterreense, sem descrever, trata de problemas de ordem pública na Colonia.¹

Os colonos de Angelina também tiveram suas questiunculas e / se desavieram várias vezes com a Direção. Não atendidas em suas pretensões pelo "Encarregado da Direção" da Colonia foram às autoridades maiores e / o Presidente da Província arguiu o "Encarregado da Direção" sobre as queixas dos colonos. Pena que não se possuía o recriminatório dos colonos e, tão somente, os dados resultantes da resposta oficial.²

Na resposta, são apontados, um a um, todos os sipratários da queixa, sendo então, descrita a sua situação: "José Joaquim de Souza, desde outubro de 1862 abandonou a esta Colonia, aonde nunca mais voltou," "Adriano Machado da Luz" não he colono nem morador desta colonia", "os colonos Manoel Lopes da Silva, José Floriano da Silva, Manoel Alexandre Ferreira, José Severino de Souza, José Andrade da Silva, Ignacia Maria da Silva e outros "declaração em presença de testemunhas que os nomes deles forão postos na dita petição, sem seus consentimentos", e, dí-lo que os verdeiros questionadores são José Machado Raimundo, Florentino Soares da / Silva, Quintino José da Rosa e Laurindo José Ferreira, "que procurão desanimar os colonos, e com intrigas a indispol-os contra min, usando de / ameaças para me matar e espancar". E faz, veementemente, um libelo contra esses e outros colonos, num arrazoado de quatro páginas escritas com letra miuda.

Mas, o agravamento de relações entre o "Encarregado da Direção da Colonia" é de tal forma que, a 7 de fevereiro de 1864, teve que apelar para o Presidente da Província:³

"Chegando hoje ao barracão, a fazer o pagamento aos colonos / que trabalharão, no mez de janeiro, proximo passado, e tratar dos serviços, e mais arranjos desta colonia, como por / regra costume fazer aos domingos, fui sem motivo algum muito insultado publicamente pelos colonos José Bernardo Machado, Florentino Soares da Silva, Laurindo José Ferreira e Quinto.

tino José da Rosa, que gritarão e dizerão que a pao deveria sahir desta Colonia, e outros insultos semelhantes, animando os outros colonos, que tanto me via constrangido, de assim/ poder tratar devidamente dos meus trabalhos; declarando aos colonos que por estes motivos, me retirava para a casa, e / que com estas alterações não podia tratar nem do pagamento nem dos serviços, porem obrigarão me os ditos colonos, assim mesmo, a força fazer o pagamento, continuando com altera - ções e insultos, e animando os outros colonos, desta maneira, vejo me constrangido com os trabalhos que tenho de admi nistrar nesta Colonia, a vejo me a cada instante insultado/ por estes homens, respeitosa^mente comunico estas circunstân cias a V. Excia. e espero da Bondade e Justiça de V. Excia. dar as providências precidas."

E qual foi o resultado?

Pelo menos, temporariamente, não se teve maiores pormenores.

Mas, o Diretor não se dedicava somente à administração. Fisca lizava a moral comunitária. Denunciava a vida escandalosa de uma viúva e da sua alcovitice permitindo que sua filha tivesse relações sexuais com o mesmo homem e pedia ao Presidente da Pr^ovíncia o remédio legal.⁴

E a mulher de um dos desafetos do "Encarregado da Direção" , Florentino Soares da Silva, de nome Maria Caetana das Mercês, mais tarde denunciou-o por pagamento indevido a seu filho, e lá teve o r^eferido "Encarregado da Direção" explicar-se ao Presidente da Pr^ovíncia.⁵

E, no ano de 1865, também betoma de questiúnculas e de queixas, entre colonos contra a Direção da Colonia.⁶

Mas, não podia acabar o ano sem uma rixa bem importante entre colonos, do que resultou uma representação à Presidência da Pr^ovíncia / contra o colono José Ignacio de Souza.⁷

Outra questiúncula surge entre o diretor e o colono José Fran cisco Xavier, que atinge uma dimensão bem grande, pois, extravasa até a Presidência da Pr^ovíncia, após ter o dⁱretor da Colonia usado as vias / policiais normais.⁸ E, o aludido colono expulso da colonia, continuou lá voltando, "continuando a animar os colonos contra mim, e mesmo em rela ção ao meu emprego, e que assim continue a desmoralizar os meus colonos", queixava-se o Diretor da Colonia.⁹

E outros problemas se apresentam, mas, nada de anormal até / que o comportamento de Antonio Francisco da Costa levou-o Diretor da Co

lonia a pedir providências à Presidência da Província, a fim de solucionar os abusos do referido colono.¹⁰ E as coisas com este colono se agravam e o Presidente autoriza a sua expulsão da colonia.¹¹

E o Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca teve que enfrentar as resistências do colono José Joaquim Soares de Abreu, que lhe ocasionou boas dores de cabeça.¹²

As querelas miúdas continuam, até com representações à Presidência da Província, mas, a Colonia não sofre maiores atrasos em sua vida, devido à estas questiúnculas.

Isto não será motivo de prejuízos ao seu desenvolvimento, pois, outros problemas maiores são a causa!

- 1 "O Despertador", Desterro, nº 26, edição de 14 de abril de 1863, p. 1, c.1
- 2 Ofício nº 119, de 31 de janeiro de 1864, do Encarregado da Direção da Colonia ao 1º Vice Presidente, Comendador Francisco José d'Oliveira.
- 3 Ofício nº 122, de 7 de fevereiro de 1864, do Encarregado da Direção da Colonia ao 1º Vice Presidente, Comendador Francisco José d'Oliveira.
- 4 Ofício nº 132, de 26 de abril de 1864, idem, idem.
- 5 Ofício nº 151, de 18 de agosto de 1864, do Encarregado da Direção da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.
- 6 Ofício nº 183, de 15 de março de 1865, do Diretor da Colonia ao Presidente, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.
- 7 Ofício nº 235, de 21 de dezembro de 1865, do Diretor da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti da Albuquerque Lacerda (3 p)
- 8 Ofício nº 14, de 15 de março de 1867, idem, idem, e anexos.
- 9 Ofício nº 25, de 5 de junho de 1867, idem, idem.
- 10 Ofício nº 57, de 26 de dezembro de 1867, idem, idem.
- 11 Ofício nº 71, de 21 de fevereiro de 1868, idem, idem.
- 12 Ofício s/nº, de 19 de fevereiro de 1870, do Diretor da Colonia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima.

3.4.2.h - A SEDE DA COLONIA

Uma descrição sucinta, em 1862, da sede da Colonia Nacional Angelina é impressionante:

"A sede da colonia conta apenas duas ruins casas, das quais uma é um barracão coberto de palha que serve de capela."¹

Já, em 1863, a situação era um pouco diversa:

"Existem na Colonia 47 casas, com 41 fogos."²

Mas, o era em toda a extensão da colonia. Como estaria a sua sede?

Sabe-se que na sede da Colonia em 1864, no mês de Janeiro, "Consertou-se de novo o aterrado, junto a ponte do ribeirão Thereza, na rua Imperador, na sede desta Colonia, o qual desabou pelas grandes chuvas e enxentes que 'houverão este mez."³

Mas, na sede da Colonia, além da Casa da Direção se iam fixando habitantes e não somente na área periférica. Deste nodo tem-se uma informação:

"...sendo a suplicante Maria Joana das Dores, a qual pede a V. Excia. conceder-lhe um lote urbano na sede da Colonia / Nacional Angelina, para o fim de ahi edificar uma morada / de caza;

"Cumpre respeitosamente informar a V. Excia. o seguinte: A / suplicante he parda livre e de bom comportamento, e ella quer empregar as suas economias na edificação d'uma caza para o amparo de si e sua filha em todo o tempo, e julgo que a suplicante está no caso de merecer um lote urbano para o / fim requerido."⁴

Mas, já, Francisco Alexandre da Silva desejava um lote urbano para "estabelecer uma casa de negocio" e o Diretor informava favoravelmente.⁵

"...sendo de muita utilidade un estabelecimento desta ordem, para os habitantes d'aquella Colonia por lhe ficar mais proximo quando lhes sejá necessário comprar alguns generos para sua subsistencia, visto que para este fim tem muitas vezes de caminhar duas ou mais legoas."

E, também, para estabelecer uma casa de negócio, requereu / lote urbano João Silveira Albarnás, e o parecer foi favorável "visto a / não haver presentemente"⁶, e, ao que parece, o requerente anterior não ha

via montado a sua.

No ano de 1866, "nenhum aumento teve a sede da Colonia."⁷

Mas, em 1867, José Joaquim Soares d'Abreu pede um lote urbano "com o fim de construir ahi uma caza", o que foi deferido.⁸

No ano seguinte é Manoel Duarte da Silva quem pede um lote urbano "para ahi estabelecer uma casa de negócio", ao que o Diretor da Colonia, informa:

"Julgo de utilidade o estabelecimento de uma caza de negócio nesta Colonia, visto não haver presentemente caza para este fim, e será de proveito para os colonos, que alias tenham longe de procurar os generos que lhes são precisos, como também será um aumento para a sede desta Colonia."⁹

E, pelo visto os que, anteriormente teriam querido estabelecer casa de negócio, ou desistiram, ou não foram adiante com seu comércio.

Ao assumir direção da colonia, assim descreve a sua sede o seu Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca:

"A casa da Direção é bom edificio coberto de telha porem ainda não esta de todo concluido, resta apenas duas tabuas no forro e quatro janelas com sua ferragem, e bem assim a pintura necessária; existe mais na sede da colonia junto a mesma casa da Direção tres casas, sendo duas cobertas de tábmas e uma de palha, estas construidas sem nenhuma elegancia. Há também dentro do cercado desta Directoria um pequeno rancho coberto de telhas, em que trabalharão os operários empregados na obra da dita casa; e que deverá este actualmente servir para os mesmos fins, aos operarios que forem empregados na obra da capela, e agasalho dos materiais da mesma."¹⁰

E, de quando em vez, surgem petições de lotes urbanos na sede da Colonia, como foi o caso de Ana de Ornella Lino e João Antonio Cascaes.¹¹

Em 1874 o quadro da sede da Colonia era, assim, descrito:¹²

"Existem na sede d'esta Colonia 3 cazas de negócio, e 1 outra no baixo Rio Garcia, entre a barra do rio das Perdidas". E acrescenta:

"No lugar existem mais alguns officiais de carapina, um sapateiro e um alfaiate, e alguns Feares de fabricar riscado e pano branco de algodão da terra." E, depois, aduz:

"Existe uma caza da Direção ainda em bom estado, a qual a -

chando-se arruinada, em seu assoalho, mandei concertar, assim como a casa da escola pública e tão bem mandei rebocar e fazer uma pequena cozinha com duas portas e uma janela para poder o Professor Público João Maria de Mello da Luz morar com sua família.

"Existe mais um barracão com 26,4 metros de frente e 9,9 m / de fundos, construindo ultimamente para recepção dos imigrantes."

"Pertence mais a Província uma casa de Engenho de fazer farinha em muito mau estado."

"A obra da capela que se acha parada, só conta feito 2,8 metros de parede sobre seus alicerces."

A situação de edificações na sede da Colonia pode, em fins de 1875, ser assim retratada:¹³

"... na sede d'este Colonia só existem edificadas cinco casas de particularês: a 1ª do Cidadão Manuel Duarte da Silva, em que reside com sua família, uma outra muito pequena do mesmo Duarte, que tem alugada a Júlio Probst, a 3ª do Miguel José Ferreira em que reside o mesmo médico, a 4ª de Guilherme Seemann, em que também mora a sua família, a 5ª de Carlos Loch, naquela reside seu cunhado Fernando Westphal, que alugou a sala pela parte do Norte onde se acha colocada a mesma botica."

O retrato completo da sede da Colonia foi efetuado, em 1876:¹⁴

"Na sede da Colonia, que, como já disse em outra parte deste Relatório, está assentada n'uma varzea entre os morros "Quatorze Voltas" e "Onze Voltas" - há a casa da Diretoria regularmente construída d'alveneria, de tijolo, espaçosa, e até elegante, a qual precisa de algum reparo, e pintura, despesa que orço em Rs.250\$000; a Capella apenas com 3 metros acima dos alicerces e cujas obras estão paradas desde março de 1871, estando o que resta fazer avaliado em Rs.4:000\$000; uma casa de taipa, nos fundos da que serve para a Directoria, feita a custa d'alguns Colonos para servir de escola, e um engenho / de farinha que a Província mandou construir para emprestar / aos Colonos, menos favorecidos da fortuna.

"Eis a que se reduz uma povoação mandada fundar em 10 de Dezembro de 1860!

"Penso que a sua má colocação concorre grandemente para esse atrazo.

"Defeito, situada quasi no extremô-sul da colonia, justamente o menos povoado, os colonos moradores nas margens do "Garcia", alguns dos quaes já gozam d'uma abastança relativa, / não construirão, por certo, casas de morada, na distância de 20.000 metros e mais, sendo ainda essa mesma razão que dá / logar a não haver alli uma só casa de comercio.

"Alem disso, quando houvesse escholas de instrução primária / funcionando, não terião jamais a frequência esperada, por / que seri humanamente impossivel que antes debeis e fracos , credores de afagos e carinhos, percorressem duas vezes por / dia tão grande distância.

"Esta unica consideração ainda quando outras não influissem, em meu espirito, seria sufficiente para levar-me a propor a mudança da sede da colonia para um lugar mais central, para a varzea do Mineiro , por exemplo, aprazivelmente situada e com maior capacidade do que o ponto onde hoje se acha."

E, numa descrição dps "edificios públicos", em 1877, tem-se uma visão da sede da Colonia:¹⁵

"Existe huma Caza de Direcção em bom estado, que precisa somente alguns reparos, como sejam seu assoalho, e serem pintadas a óleo portas e janelas e branqueadas as paredes; junto a ella e pertencentes à mesma achão-se em estado regular algumas cazinhas. Existe mais a caza da residência do Medico, em bom estado, precisando porém cobri-la com telhas, e aforra-la. O barracão para a receção dos imigrantes ainda está em bom estado, he porem de necessidade cobri-lo / de novo com telhas, porque as palhas, com que o mesmo está coberto, já são podres, deixando assim passar as chuvas. Torna-se de necessidade a construção de huma pequena nas / segura caza para servir de cadêa para garantia da tranquillidade e socego público."

A situação urbana da sede da Colonia foi, durante largo tempo, relegada a segundo plano, tanto assim que:

"Não tendo sido até hoje arbitrado o preço dos lotes urbanos d'esta Colonia, e querendo proceder à cobrança dos / que já estão occupados", arbitrou os o Diretor em quaren-

ta reis a braça quadrada, no que teve autorização da Presidência da Província.¹⁶

Como se viu pequeno foi o crescimento da sede da colonia até a sua emancipação.

- ¹ CUNHA. Relatório, 1863, p. 28.
- ² OLIVEIRA. Relatório, 1864, p. 23.
- ³ Ofício nº 123, de 8 de fevereiro de 1864, capeando Relatório mensal da Direção da Colonia ao 1º Vice Presidente da / Província, Comendador Francisco José d'Oliveira.
- ⁴ Ofício nº 194, de 1º de junho de 1865, do Diretor da Colonia ao 1º Vice-Presidente da Província, Comendador Francisco José de Oliveira.
- ⁵ Ofício nº 195, datado da Cidade do Besterro, a 2 de junho / de 1865, idem, idem.
- ⁶ Ofício nº 217, de 5 de outubro de 1865, do Diretor da Colonia ao Presidente, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- ⁷ LACERDA. Relatório, 1867, p. 12.
- ⁸ Ofício nº 17, de 23 de março de 1867, do Diretor da Colonia ao Presidente, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- ⁹ Ofício nº 87, de 7 de agosto de 1868, do Diretor da Colonia ao 1º Vice-Presidente, Comendador Francisco José d'Oliveira.
- ¹⁰ Ofício s/nº, de 6 de julho de 1869, do Diretor da Colonia / ao Presidente, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu.
- ¹¹ Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1871, do Diretor da Colonia, Joaquim de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa.
- ¹² Ofício s/nº, de 13 de fevereiro de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva (Relatório de 1874)
- ¹³ Ofício s/nº, de 11 de outubro de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.
- ¹⁴ "Relatório da inspeção e exame da Colonia Nacional Angelina", 1876, 40p, ms.
- ¹⁵ Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878, do Diretor da Colonia,

José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. /
José Bento de Araujo.

¹⁶Ofício nº 113, de 3 de setembro de 1879, do Diretor da Colo
nia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr.
Antonio de Almeida Oliveira.

3.4.2.i - O ATENDIMENTO ESPIRITUAL

Já se viu que, em 1863, a capela era "um barracão coberto / de palha", e, nesse mesmo ano, o "Vigário de S. Pedro de Alcantara Rubert Buker, é o sacerdote que administra os sacramentos na colonia."¹

No ano seguinte, o Encarregado da Direção da Colonia assim / se expressava:²

"O Vigário da Freguesia da Colonia de São Pedro de Alcantara, tem parochiado esta Colonia, muito trabalhoso para este Padre, pela distancia que ha da sua Freguesia à esta, / sendo elle obrigado a trazer todos os paramentos para igreja, que se precisa nestas ocasiões, seria de interesse para esta Colonia que o dito Padre recebesse gratificação, pelo seu trabalho, e animado assim, poderia mais vezes visitar esta colonia, o que seria de muito proveito para moralidade deste povo; sem religião e sem instrução da mocidade, a moralidade deve hir em decadencia. Tambem julgo de precisão da compra de paramentos precisos, para Capella provisória desta Colonia, que presentemente nada possui, e da / pobreza dos Colonos não se pode esperar auxilio algum."

E, logo, adiante:

"O barracão que antes servia para hospedagem dos colonos, serve presentemente de Capella provisória desta Colonia, tem / paraochiado a esta, o Padre Roberto Buker, Vigário de São / Pedro de Alcantar, e achando-se o barracão bastante arruinado, seria de utilidade à esta Colonia, a construção de / uma Capella provisória, ainda que seja de construção ligeira, Houverão durante o ano de 1864 Casamentos 2 Baptizados 10."

A problemática espiritual é tão grave, que pela Lei nº575 , de 4 de maio de 1866, é criado o lugar de Capelão - Cura d'Almas na Colonia, como reza o seu inteiro teor:

"Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda, Presidente da Província de Santa Catarina, faço saber a todos / os seus habitantes que a Assembleia Legislativa Provincial decretou e eu sancionei a Resolução seguinte:

Artigo 1º - Fica desde já creado o lugar de Capelão - Cura d'Almas na Colonia Nacional Angelina, precedendo as licen-

ser pouco decente, acha-se em mau estado o barracão em que se celebrão presentemente os actos do culto divino. Faz-se / preciso, portanto, que voteis para isso os necessários fundos.

"Não sendo possível encontrar um sacerdote que se propuzesse a servir cumulativamente o lugar de capelão e o de professor de primeiras letras, "diz ele das medidas tomadas e conclue:

"Acho, porem, inconveniente que continue a interinidade de / semelhantes cargos."⁷

E acrescenta:

"Encomendei para a Europa, visto se poderem comprar ali por muito menor preço, os paramentos e alfaias, cuja aquisição foi autorizada pela citada Lei nº 575".⁸

O culto estava, em 1867, no "barracão que presentemente serve de capela", esta quasi arruinado". E concluiu o Presidente da Província:

"Convem, portanto, decretardes verba para a construção de / uma capela que, à par da precisa segurança, ofereça a decencia indispensavel à celebração dos actos do culto divino. / Já mandei organizar a planta desta obra, que foi orçada em 4:838\$000."⁹

E, em fevereiro, era remetida a "planta do projeto" para construção da Capela e respectivo orçamento,¹⁰ ao que, à margem e a lapis o Presidente da Província despachou: "ficam aprovados a planta e o orçamento, mas que a construção só poderá ser autorizada depois de a Assembléia Provincial decretar os necessários fundos."

Mas, nos meses de agosto, setembro e outubro de 1867 o Pe. Roberto Bucker não atendeu aos colonos de Angelina,¹¹ no que o Diretor faz economia não pagando-lhe a gratificação mensal de 25\$000 reis.

A Assembléia Provincial aprovou a construção da Capela pela Lei Provincial nº 605, de 30 de abril de 1868.¹²

E a construção foi iniciada e é, assim, descrita no tocante aos serviços feitos nos meses de julho, agosto e setembro daquele ano / de 1868:¹³

"Empreguei primeiramente cavoqueiros e broqueadores para pedras, e 25 dias de carro para as conduzir ao lugar da obra, os quaes durante aquelles dias conduzirão 500 carradas de /

pedras aproximadamente; e sendo preciso pedras grandes para os alicerces, assim mandei fazer um carretão para pedras de 125 palmos cubicos.

"Abriu-se os alicerces, cujo desaterro moveu-se proximo ao lugar da obra, aonde se tem de fazer diversas escavações e aterrados para nivelar o terreno.

"Achão-se os alicerces feitos com oito palmos de fundos, e / cinco de largura, perfazendo o total de 9640 palmos cubicos, sobre estes mesmos alicerces tem se de continuar com o paredão nas mesmas dimensões cinco palmos, ficando o soalho / da Capela 5 palmos elevado sobre o solo.

"Tem-se de continuar com os trabalhos de cavoqueiros e broqueadores para pedras.

"A despesa com os trabalhos, acima mencionados, montou na / quantia de 278\$600 reis." E, adiante:

"Despedi mais a quantia de 74\$000 reis, com o impor e de um moio de cal, e da condução do mesmo." E, conclue:

"Por motivo de mau tempo, e do estado arruinado em que se a chão as estradas, não foi possível de conduzir mais cal."

E, a obra da Capela era assim vista pelo Presidente da Provincia, no final de 1868:

"Está em construção a Capela, orçada em 4:838\$000 rs. em / vista da planta que marca 85 palmos de comprimento com 45 / de largura tendo as paredes tres palmos de espessura. Da ver ba consignada no § 11 da Lei nº 605 de 30 de abril foi ti- rada para esta obra a quantia de 2:000\$000 que se ha des - pendido na compra de materiais, restando apenas 500\$rs. Con vem pois continuar o auxilio devido a este importante e ne cessario edificio, não só para sua prompta conclusão, como / também para evitar-se a perda dos trabalhos já feitos.

"O Director tambem insta pela nomeação de um Capelão que no re na Colonia e que preste aos Colonos o pasto espiritual. Este sreviço é actualmente feito pelo vigário da freguesia de S. Pedro de Alcantara, uma vez por mez, mediante a grati ficção de 300\$000 reis."¹⁴

E, ao assumir a Direção da Colonia, Joaquim José de Souza / Corcoroca, assim descreve as obras da Capella:

"A capela aqui em construção acha-se apenas com seis palmos

de parede sobre seu alicerce, e alguns materiaes aqui existem para continuação dessa obra, como se são quinhentos tijolos, algumas carradas de pedras, e diversas madeiras, resta a cal que se torna mais difficil por sua condução, a qual é feita da ponta do Imaruhy por 55\$000rs. o moio, não entrando seu custo."¹⁵

E, a 21 de abril de 1870, o Pe Roberto Bucker pediu exoneração da capelania da Colonia, e o Diretor da Colonia solicitou à Presidência da Província que fosse nomeado outro, "a bem de prestar aqui aos colonos o pasto espiritual de que carecem todos os dias."¹⁶

O andamento das obras da Capela é a nova preocupação da Direção da Colonia. Assim são descritas as suas obras, em março de 1871:

"A Capela em construção que já se acha com 13 palmos de altura de grossa parede, sobre seu alicerce de cujo respaldo deverão ser principiadas 10 janelas com 12 palmos de alto / e 6 de largo, restando ainda para completo de sua precisa / altura 15 palmos para o respaldo em que deve receber seu / madeiramento e coberta, tendo sido sua construção autorizada pela lei Provincial nº 576 de 20 de junho de 1866 artigo 3º § 7º da mesma lei."¹⁷

E, a "despesa provável", dali em diante, naquela obra, estava orçada "na importância de Rs. 4:092\$880, bem como a conta do despendio já feito com a mesma obra, desde princípio de minha administração até a presente data da importância de Rs. 3:203\$650, restando apenas desta quantia a pagar-se Rs. 204\$000, que foi despendida de janeiro a março deste ano", pode ser assim discriminada a "despesa provável".¹⁸

10.000 tijolos de barro cozidos	300\$000
12 moios de cal, incluindo sua condução	1:080\$000
6.000 telhas de barro cozidas	480\$000
300 carradas de arêa	75\$000
36 barrotes para assoalho	46\$080
68 linhas para madeiramento	108\$800
300 pipas de madeira	48\$000
45 dúzias de taboado	360\$000
173 dias de mão - de - obra de pedreiro	
7\$000	1:211\$000
160 idem de mestre carpinteiro a 2\$4000	<u>384\$000</u>

E a discriminação das despesas por trimestre foi a seguinte:

1869 - julho a setembro	500\$000
- outubro a dezembro	499\$500
1870 - janeiro a março	499\$500
abril a junho	500\$700
julho a setembro	499\$950
outubro a dezembro	500\$000
1871 - janeiro a março	204\$100
RS.	<u>3.203\$650</u>

A respeito da construção da Capela, ao findar o ano de 1871, a sua situação era esta:¹⁹

"A Capella em construção acha-se com 13 palmos de altura de grossa parede sobre seu alicerce, de cujo respaldo deverão ser principiadas 10 janellas com 12 palmos de alto e 6 de largo, restando ainda para o respaldo de sua completa altura a receber seu madeiramento 15 palmos. Seu orçamento monta na quantia de Rs. 4:092\$880 para sua conclusão:

"Fui autorizado por essa Presidência em officio datado de/ 5 de abril do mesno ano despender a quantia de 2\$000 reis mensaes com o aluguel da caza onde se achão recolhidos os materiaes da capella aqui a erigir-se, os quaes constam de 2 1/2 moios de cal, 500 tijolos de barro cozidos e 800 telhas que servem de coberta as paredes da mesma Capella, notando mais existir 7.900 tijolos(iguaes os acima) para a mesma obra, encomendados por esta Direção ao fabricante Filipe José de Souza, que ~~rão~~ forão pagos e conduzidos para/ a dita caza de deposito, em virtude da falta de meios nos/ Cofres provinciaes para tal fim, como já fiz vêr a essa Presidencia em officio de 6 de outubro do indicado ano que acompanharão as ultimas contas da despeza com este estabelecimento."

Mas, no mesmo documento, é salientada a falta de um sacerdote residente na Colonia, nestes termos:²⁰

"É digno de lastima ~~ss~~ justos clamores dos Colonos d'esta / Colonia, pela effectiva residencia de um parochó quê preste aqui a os Colonos , os sacramentos da igreja de que elles necessitarem, pois é precisamente attende-se que são estes Colonos sobrecarregados de grandes embaraços sempre que se veem necessitados de baptizar, cazar bem como os socorros/

de outros sacramentos de que precisão, attendendo que a Freguesia menos distante d'esta Colonia são 5 leguas, por mãos e montanhosos caminhos, e que seu parocho Roberto Bucker / que aqui funcionava como Capellão vigário, 3 e 4 dias em cada mez, deixou de aqui passar desde fins de março do ano de 1870, por ter sido exonerado d'este cargo, e desde então / que se achão privados os colonos de taes recursos."

E, em 1874, era mandado fazer pelo Engenheiro Carlos Moreira de Abreu o orçamento da Igreja da sede da Colonia, que importou em Rs. 5:566\$708, ficando a Presidência da Província, aguardando ordem do Governo Imperial para fazer a sua construção.

Sobre esse serviço o aludido engenheiro havia pormenorizadamente prestado contas à Presidencia da Província.²²

No ano seguinte (1875) o Diretor da Colonia volta a solicitar da Presidencia da Província, junto ao Governo Imperial, através do/ Ministério da Agricultura, a necessária dotação para construir-se a Capela.²³

Mas, quase um ano depois, ainda era objeto de solicitação / da Direção da Colonia à Presidencia da Província.²⁴

E, no Relatório da Direção da Colonia já se encontram noticias alviçareiras sobre as obras da Matriz:²⁵

"A obra da Igreja Matriz acha-se bem adiantada e já em estado de receber o madeiramento, que por todo o mez de março/ vindouro deve ficar coberta."

Tal informação passou, integralmente, para a prestação-de-/ contas anual do Presidente da Província, sem maiores pormenores.²⁶

E das obras da Igreja, em 1877, teve-se este depoimento:²⁷

"A obra da Igreja Matriz acha-se muito adiantada; a mesma já está coberta, forrada, assoalhada e rebocadas todas as paredes de fora, trabalha-se actualmente na sua torre."

Mas, elas se arrastam, pelos anos afora...

Em 1879, o Diretor da Colonia pede autorização à Presidencia da Província, independente de coleta de preços, para comprar 2 a / 3.000 tijolos, "para não parar, n'estes oito dias, com a obra da Igreja d'esta Colonia..."²⁸ E, há, ainda, o problema da condução da cal, para a mesma obra, da "ponte do Imaruhy até esta Colonia."²⁹ E, o problema do fornecimento de cal não era resolvido, e afim de não parar as obras era necessário "comprar cinco mãos d'aquelle genero", para o que o Diretor

solicitava autorização.³⁰

Logo depois eram necessários tijolos e ladrilhos para a mesma obra e a proposta de fornecimento era de Júlio Probst.³¹

Mas as dificuldades na obra da Igreja se sucederam. A 18 de agosto de 1879 foi feita uma tabela de salários e encaminhada à Direção da Colonia. Imediatamente

"... os que se achão trabalhando na obra da Igreja, são com exceção de um, moradores da cidade de São José, a onde em qualquer serviço podem ganhar 2\$000 reis diários, dando o dono da obra comida. É pois muito natural que não queirão/se sujeitar a ganhar menos n'esta Colonia, onde os generos são mais caros."³²

No mesmo ano é apresentada uma proposta de Adalberto Gil Ribas " para pintura da Igreja d'esta Colonia."³³

E, ao emancipar-se a Colonia estava pronta a Igreja Matriz.

¹ CUNHA. Relatório, 1863, p. 28

² "Relatório do estado da Colonia Nacional Angelina em 1864", manuscrito, sem numeração de página.

³ Coleção das Leis da Província de Santa Catarina, formuladas na sessão do ano de 1866, p. 36-37.

⁴ Ofício nº 270, de 12 de agosto de 1866, do Diretor da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

⁵ Ofício nº 278, de 3 de outubro de 1866, idem, idem.

⁶ Ofício nº 279, de 3 de outubro de 1866, idem, idem.

⁷ LACERDA. Relatório, 1867, p. 12.

⁸ LACERDA. Relatório, 1867, p. 12.

⁹ LACERDA. Relatório, 1868, p. 23.

¹⁰ Ofício nº 69, de 5 de fevereiro de 1868, do Diretor da Colonia ao Presidente, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

¹¹ Ofício nº 74, de 23 de março de 1868, idem, idem.

¹² Ofício nº 81, de 25 de junho de 1868, idem, idem.

¹³ Ofício s/nº, de 1º de outubro de 1868, do Diretor da Colonia ao 1º Vice-Presidente, Dr. Carlos da Cerqueira Pinto.

¹⁴ ABREU. Relatório, 1869. p. 23.

¹⁵ Ofício s/nº, de 6 de julho de 1869, do Diretor da Colonia/

- ao Presidente, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu.
- ¹⁶ Ofício s/nº, de 30 de maio de 1870, do Diretor da Colonia , Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente Dr. Francisco Ferreira Corrêa. O Padre Roberto Bucker resigna ao cargo de Vigário de São Pedro de Alcantara em 26 de agosto de 1872.
- ¹⁷ Ofício s/nº, de 24 de março de 1871, do Diretor da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa.
- ¹⁸ Ofício s/nº, de 11 de abril de 1871, idem, idem.
- ¹⁹ "Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho / Cintra pelo Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca, 1871", em 15 de fevereiro de 1872, p. 4, ms.
- ²⁰ "Relatório", citado, p. 6-7, ms.
- ²¹ SILVA. Fala, 1875, p. 103.
- ²² Ofício s/nº, datado do Desterro, a 10 de fevereiro de 1875, do Engenheiro Carlos Moreira de Abreu, ao Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva.
- ²³ Ofício s/nº, de 18 de março de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente Dr. João Thomé da Silva.
- ²⁴ Ofício s/nº, de 7 de janeiro de 1876, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.
- ²⁵ Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente, Dr. José Bento de Araújo.
- ²⁶ ARAÚJO. Fala, 1877, p. 17.
- ²⁷ Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araújo.
- ²⁸ Ofício nº 35, de 17 de janeiro de 1879, do Diretor da Colonia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.
- ²⁹ Ofício nº 37, de 22 de janeiro de 1879, idem, idem.
- ³⁰ Ofício nº 61, de 9 de abril de 1879, idem, idem.
- ³¹ Ofício nº 66, de 23 de abril de 1879, do Diretor da Colonia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Antonio de Almeida Oliveira.
- ³² Ofício nº 112, de 30 de agosto de 1872, idem, idem.
- ³³ Ofício s/nº, de 28 de novembro de 1879, idem, idem.

3.4.2, j - A ESCOLARIZAÇÃO

Só, em 1865, vai ser lembrada a escolarização da população infantil da Colonia:¹

"... e bem assim a necessidade da criação de uma escola de umas letras, visto haver número suficiente de meninos para a frequentar."

O problema da escolarização dos filhos dos colonos toma / vulto. A Lei nº 574, de 4 de maio de 1866, pretendeu dar uma solução ao problema, autorizando a contratação de um padre, que seria, também, professor primário do "sexo masculino", percebendo 200\$000 reis anuais.²

Mas, como padre e professor não fossem fáceis foi pedida / autorização à Presidencia da Província para "propor um professor com as habilidades precisas para reger interinamente o ensino elementar n'esta Colonia."³

E o problema do professor também foi solucionado:

"...para professor público de primeiras letras d'esta Colonia o cidadão Manoel Severino Botelho, presentemente professor particular no logar denominado Morro das Piteixas, próximo a Cidade de São José, julgando o mesmo senhor habilitado para exercer o magistério de professor, e por / elle se querer sujeitar a reger a escola mediante a gratificação mensal de vinte e cinco mil reis."⁴

E o diretor da Colonia foi nomeado sub-diretor da escola / pública da referida colonia em 31 de outubro.⁵

E o professor entrou em exercício a 19 de dezembro.⁶

A situação, em 1867, era assim descrita:

"A escola de primeiras letras, que continua regida interinamente pelo cidadão Manoel Severino Botelho, foi frequentada por 31 alunos."⁷

O professor Manoel Severino Botelho, a 5 de junho de 1868, foi exonerado a seu pedido.⁸ As razões vão ser dados pelo Diretor da Colonia em informação à Presidencia da Província:

"O professor auzentou-se desta Colonia no dia 17 de maio / próximo passado, dizendo-me que hia a Capital requerer 15 dias de licença, e até hoje acha-se fechada a escola pública, e auzente o dito professor."

E logo adiante:

"...julgo de não poder continuar a exercer o suplicante o /

cargo de professor, por ter-se o suplicante tanto desmoralizado com os pais de seus alunos, que apenas a escola hoje, se acha alternativamente frequentada por 5 a 6 alunos, e muitos pais tiram seus filhos por motivo de rixas e questões que os mesmos tiverão com o dito professor."⁹

E a 10 de novembro de 1868, foi nomeado Francisco Bernardino de Faria professor público interino da Colonia Nacional Angelina.¹⁰

E, no fim do ano de 1868, a escola era "frequentada por 20 alunos."¹¹

O seu novo Diretor, Joaquim José de Souza Corcoroca, assim se expressou no tocante à escola.¹²

"A Escola pública aqui funcionava actualmente na casa da Directoria por ter se encontrado, algumas goteiras na casa de uma parda de Carlos Schlappal, ex Diretor desta Colonia, que havia sido alugada para o indicado fim."

Mas, parece que aluno não tinha..., pois o Presidente da Provincia, tratando de estado da Colonia, diz:¹³

"...e insiste(o Diretor da Colonia) pelo restabelecimento da escola, que sendo dirigida por um professor apto, será muito concorrida, não tendo-o sido anteriormente por causa do comportamento censuravel do professor, que a regia."

E foi efetuada a edificação da escola, conforme relata o Diretor:

"...relativamente a precisa edificação de uma casa adequada, própria para n'ella funcionar a escola pública do districto d'esta Colonia sob minha direcção.

"Têho a honra de fazer chegar ao alto conhecimento de V. / Excia. que tendo de prompto aqui empregado os necessários / meios, afin de conseguir tão vantajoso melhoramento, e mesmo obter mais uma economia aos cofres provinciaes, como consegui, coadjuvado por alguns habitantes d'esta Colonia, dar começo e concluir a dita casa, faltando a apenas o competente forro envidraçar 6 janellas, pintura, e reboque de cal / interior, e posteriormente, a vista do que não deixarei de continuar empregar os necessários esforços, afin de que se-jão de prompto remediadas semelhantes faltas, com tudo já / funciona n'esta nova casa a escola pública do districto d' / esta Colonia desde 7 do corrente mez, sendo que no mez de De

zembro do ano proximo findo já funcionou a dita escola em una das salas da casa d'esta Direção e antes em casa de aluguel!"

"A nova casa da escola que acima me refiro, é coberta de telha assoalhada, com 6 janellas, e 3 portas incluindo um interior contém 31 pés de frente, 21 de fundos, e 7 de altura, foi esta casa construida com solidez offerecendo por isto longa duração".¹⁴

No final do ano de 1871 a situação da escola pública, era, assim resumida:¹⁵

"A Escola Pública aqui funciona em um proprio provincial, construido a expensa d'alguns habitantes d'esta Colonia devido a seu habil professor interino João Luiz da Silva Leal, que muito influio para um tal melhoramento, n'esta Escola se achão matriculados 20 alunos com frequencia de 16 a 20, foi esta / escola creada pela lei provincial nº 575 de 4 de Maio de .. / 1866 e § 7º da Lei nº 586 de 28 de Junho de 1867",

O problema escolar está sempre a desejar uma solução. Face ao requerimento de Francisco da Circunzição de Farias, que desejava ser / professor na Colonia, além da negativa, foi dito pelo Diretor:¹⁶

"que n'esta Colonia conta-se mais de vinte alunos que circun-
tancia de pobreza", e adiante:

"que a necessidade de ter escola a Colonia é palpitante por / não haver nenhum de ensino na dita Colonia".

Mas, em 1874, a situação era regular:¹⁷

"Existe uma escola pública, em a qual frequentão 24 alunos , dos quaes muito tem aproveitado, principalmente aquelles que rezidem mais perto d'esta sede, e muito mais poderiam aproveitar os de mais longe, se não fosse a distancia de 2 1/2 / leguas, onde se achão estabelecidos o maior número da população d'esta Colonia no Baixo Garcia, Coqueiros, Perdidas e / Major.

"Esta escola é regida pelo professor interino João Maria Mello da Luz, que reside aqui com sua mulher e um filho .As maneiras delicadas deste professor e o metodo com que ensina a seus alunos, se tem tornado digno de elogio".

E este professor, se andou ou não envolvido com ad querelas / do médico Dr. Martin Leocadio Cordeiro com a Direção da Colonia, não nos

consta, mas juntamente com o aludido facultativo retirou-se da colonia a 23 de outubro de 1875, as "8 horas da manhã", "sem a menor comunicação a esta Direção" e "o professor, consta-me hir prestar exame no mes de Dezembro".¹⁸

"No dizer do Presidente da Província, em 1875, era este o quadro da Colonia:¹⁹

"É rarissimo o volono nacional que sabe ler e escrever.

"Contratei ultimamente um Professor, afim de substituir o que dali se retirara",

Mas, o Diretor da Colonia foi mais explicito, neste tópico:²⁰

"Existindo huma escola publica em que frequentavão 25 alunos, e que estes em pouco tempo tinhão aproveitado" ficaram sem o professor, e acresceta:

"...deixando em seu lugar como substituto a titulo de voltar a Julião Gomes do Amaral, que frequentou desde aquelle dia (23 de outubro) até 22 de Dezembro do mesmo ano",

Exercendo as funções de farmaceutico e professor publico, cumulativamente, empossou-se a 9 de março de 1876, Francisco José Correia / Rheinhardt.²¹

E, imediatamente, solicitou o material necessário à sua escola,²² qual seja: papel almaço pautado, almaço liso, "penas de pao", "lapis de pedra", "traslados de corsivo", "traslados de bastardinho", "traslados de bastardo", "campainha", "livros de Abilio", "taboadas", "cartilhas de Doutrina", "canetas de pao" e "boiões de tinta preta".

Mas a situação escolar não é das melhores e a análise é bastante eloquente:²³

"Outra necessidade que na minha opinião, carece de ser provida muito promptamente são escholas primarias para um e outro sexo; há na Colonia cerca de 120 menores de 6 a 12 anos reclamando o pão do espirito.

"A instrução dos colonos é quasi nenhuma: há 10 ou 12 que sabem ler e escrever, e pouco maior numero apenas assignão o nome!

"Conviria, talvez, mediante uma gratificação modica, logo que haja professor no estabelecimento, haver uma aula nocturna / para os adultos, que a quisssem frequentar".

E pleiteava a construção de casa, na sede da Colonia, que possa servir para "a escola de meninos".²⁴

O panorama da "instrução publica", em 1876, era resumido, desta forma:²⁵

"Existe na sede da Colonia huma Escola Publica de las. letras, para o sexo masculino, dirigida pelo professor contractado/ Francisco José Corrêa Rheinhardt. Esta escola é frequentada/ por 22 alunos matriculados. As maneiras delicadas do professor, e o metodo com que ensina os alunos se tem tornado digno de elogios".

Por seu lado o referido Professor não descansava e pedia material para bem aparelhar a sua escola. Desta vez era "penas de pão", papel almaço pautado, "Gramaticas portuguezas de Abilio C. Borges", "lapis de pao superiores", "dos. de pedra", "louzas", "tinteiro de vidro", "vaso para água grande", "caneco de ferro estanhado", "vassoura americana", "oleado para mesa".²⁶

Como se vê o professor pensava também, no conforto dos seus alunos, pedindo vaso para água e caneco de ferro estanhado, bem como no asseio de sua escola, pedindo "vassoura americana"(?) e oleado para a sua mesa.

E a casa da escola não teve a sua construção prosseguida.²⁷

No ano de 1877, na opinião do Diretor da Colonia, o quadro da "instrução publica" estava assim pintado:²⁸

"Existe na sede da Colonia huma escola pública de las. letras para o sexo masculino, dirigido pelo professor Francisco José Corrêa Rheinhardt; esta escola está frequentada por 22 alunos, e mais em algumas épocas do ano, porém no tempo de plantação diminue o seu numero, porque os paes não os dispensão do trabalho; por forma alguma se convencem, que a instrução dos meninos he a sua maior felicidade". E, conclue:

"He de grande necessidade a criação de mais duas escolas publicas, na Colonia, visto que a distancia das linhas do Garcia, Engano e Perdidas é de tres leguas mais ou menos, da sede da Colonia, de maneira que os meninos moradores nessas linhas não podem aproveitar o ensino".

O Professor entrou em licença a 7 de fevereiro de 1878, ficando, como seu substituto, Julião Gomes do Anaral. fic

Em 1879, foi contratado um novo Professor, exercendo cumulativamente as funções de farmacêutico. Era Joaquim Caetano da Silva.²⁹

- 1 CHAVES. Relatório, 1865, p. 34.
- 2 Coleção das Lais da Província de Santa Catarina, 1866, p. 36.
- 3 Ofício nº 270, de 12 de agosto de 1866, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- 4 Ofício n- 280, de 6 de outubro de 1866, idem, idem.
- 5 Ofício s/nº, datado de Desterro, a 24 de novembro de 1866, idem, idem.
- 6 Ofício nº 289, de 3 de dezembro de 1866, idem, idem.
- 7 LACERDA. Relatórios, 1868, p. 23.
- 8 OLIVEIRA. Relatório, 1869, p. 7.
- 9 Ofício nº 79, de 4 de junho de 1868, do Diretor da Colônia ao Presidente, Comendador Francisco José d'Oliveira.
- 10 PINTO, Carlos de Cerqueira. Relatório, 1869, p. 9.
- 11 ABREU. Relatório, 1869, p. 23.
- 12 Ofício s/nº, de 6 de julho de 1869, do Diretor da Colônia / ao Presidente, Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu.
- 13 LIMA. Relatório, 1870, p. 18.
- 14 Ofício s/nº, de 10 de janeiro de 1871, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Francisco Ferreira Corrêa.
- 15 "Relatório apresentado ao Exmo. Sr. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cintra, pelo Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca, 1871", em 15 de fevereiro de 1872, p. 6, ms.
- 16 Ofício s/nº, de 6 de junho de 1873, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Pedro Afonso Ferreira,
- 17 Ofício s/nº, de 13 de fevereiro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. / João Thomé da Silva (Relatório de 1874).
- 18 Ofício s/nº, de 23 de outubro de 1875, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho.
- 19 MELLO FILHO. Fala, 1876a, p. 95.
- 20 Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1876, do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho (Relatório de 1875, 11p.).

- ²¹Ofício s/nº, de 9 de março de 1876, idem, idem.
- ²²Ofício s/nº, de 8 de abril de 1876, idem, idem.
- ²³"Relatório de inspeção e exame da Colonia Nacional Angelina", 1876, 40 p.,ms.
- ²⁴Ofício s/nº, de 8 de agosto de 1876, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay.
- ²⁵Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, de Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araujo.
- ²⁶Ofício s/nº, de 25 de junho de 1877, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araujo.
- ²⁷Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878, idem, idem.
- ²⁸Ofício s/nº, de 15 de fevereiro de 1878, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.
- ²⁹Ofício nº 53, de 3 de março de 1879, do Diretor da Colonia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.

3.4.2. 1 - PROBLEMAS MILITARES DA COLÔNIA

A Colonia Nacional Angelina teve problema também com o serviço milit e seus integrantes, e em razão disto há esta solicitação:

"Tendo sido avisados os colonos desta Colonia José Severino de Souza e José Fructuoso Ribeiro, para se apresentarem nas revistas do Corpo de Guarda Nacional de São José, sendo / elles guardas do Batalhão de Infantaria, e como os ditos / colonos hoje se achão a tempo estabelecidos nesta Colonia, sendo elles laboriosos e de boa conduta, requerem os mesmos por entremedio da direção desta Colonia, à Bondade de V. / Excia, se digne mandal-os dispensar das revistas, e serviço activo da Guarda Nacional, como tem sido os outros colonos na mesma circumstancia, não só por serem aproximadamente nove leguas distante do lugar do Comando, como também / pelos "interesses coloniais"¹.

E, passando "desertores das praças aquarteladas na Capital / desta Província", não teve a Direção condições de os prender, por estar / desarmado e não ter na Colonia gente armada, razão por que solicitou as providencias.²

E, fica-se sabendo que a Presidencia da Província ordenara ao Comando superior do 2º Comando da Guarda Nacional "para que sejam des pensados do serviço da dita guarda, os individuos d'ella que forem ao / mesmo tempo colonos, e filhos destes aqui residentes."³

A 2 de novembro vai remetido para a Capital um desertor cap turado, de nome Franciscã Antonio, o Diretor da Colonia lembra às neces sidades de defesa dos colonos contra tais pessoas e um sistema de guarda Nacional, ao que, à margem, o Presidente da Província, diz que não podem ser aceitas as ideias.⁴

E a questão dos desertores crescia, logo depois, na Colo - nia Nacional Angelina, eram presos e mandados para a Capital "Manoel Car neiro de Almeida, Antonio da Costa Moreira, e Matheos Alves Dias, volun tários da Pátria do Contingente do Ceará, os quaes se une apresentarão / voluntariamente para se reunirem ao seu Batalhão".⁵ E, também, voluntaria mente, "achando-se muito doente", apresentou-se ao diretør da Colonia, Vi cehte Silverio da Costa, desertor "e pertencer a 4ª Companhia do Contingente de S. Paulo."⁶

E o Diretor intercede por João Silveira de Albarnaes, "mora

dor d'esta Colonia, "casado e sem filhos, que elle ainda se acha consideradô, em serviço activo, como 2º sargento da 4ª companhia de Cavalaria / da Guarda Nacional de Garopaba, Distrito de São José", e, à margem o Presidente da Província é taxativo: "Declare se é colono ou simplesmente morador da Colonia, pois que em tal caso não tem direito à dispensa do serviço da Guarda Nacional."⁷

E a condução do desertor Vicente Silverio da Costa, custou / Rs. 3\$400, e era cobrada em janeiro.⁸

Mas, as coisas não se processam, pura e simplesmente, com lógica. Feita uma diligência para capturar o Guarda Nacional do 1º Batalhão de Infantaria do Município de São José, Francisco Fructuoso da Silva, que diziam homiziado na Colonia, afirma o Diretor lá se achou Francisco Fructuoso Ribeiro, filho de colono. O Presidente da Província atirou no que/viu, matou o que não viu e à margem, a lápis, despachou: "Responda que o Guarda Francisco Fructuoso Ribeiro não está insento do serviço da Guarda nacional", "porquanto a insenção refere-se aos colonos, isto é, aos donos dos lotes de terras e neste caso não está o referido Fructuoso que é apenas filho de colono."⁹

E, mais uma vez, o Diretor solicita dispensa dos serviços de Guarda Nacional. Desta vez, é Manoel Francisco da Cunha, da 2ª Companhia / de Cavalaria da Cidade de São José "casado a mais de dois anos", com filha de colono, e a quem foi distribuido lote de terras na Colonia, "para onde trata a mudança com sua família."¹⁰

E, novamente, solicita dispensa de colono do serviço da Guarda Nacional, É desta vez, Vicente José de Spuza.¹¹ E, mais uma vez, o faz em favor dos filhos dos colonos Mathias Antonio de Freitas e Martinho Antonio d'Andrade.¹²

E, na manhã de 19 de abril de 1867, foi preso, na Colonia, José Martinho d'Andrade, "como designado para o serviço de guerra, "ao que ponderou o Diretor da Colonia, e da possibilidade da sua substituição pelo irmão Francisco, ao que acedeu o Presidente da Província.¹³

O Diretor, também, capturou o desrtor "que diz chamar-se Filipé da Cruz Santiago" e remeteu à Presidência da Província.¹⁴

Por outro lado, continua o pedido de dispensa de colonos do serviço militar.

Entretanto, fato mais grave vai se desenrolar. É quando se apresenta na Colonia uma escolta composta de 26 praças para "prender colonos como guardas nacionais que faltarão a revista do dito mez sem que pa

ra isso forão avisados", e o Diretor argumenta sobre a distancia da Colonia ao lugar de Comando da Guarda Nacional onde deveriam se apresentar e pondera à Presidencia da Província sobre a necessidade de disciplinar tal procedimento.¹⁵

O problema das revistas quinzenais da Guarda Nacional trazem, continuamente, problemas à Direção da Colonia. Agora, são move colonos que pedem em requerimento serem dispensados da revista quinzenal, pois conforme o lugar de residencia dentro da Colonia ao local de revista "faz uma distância de oito a nove leguas, "e "hir duas vezes por mez as revistas são 36 leguas de caminho alem do mais tempo que perda".¹⁶

Depois são colonos avisados para o serviço da destacamento e que pedem dispensa do mesmo.¹⁷

São, pois, cada dia mais intensos os reflexos da Guerra do Paraguai na Vida da Colonia.

Mas, nada de novo vai acontecer, principalmente não se tem uma palavra clara, sobre outros tipos de consequencias.

Somentem em 1875, vai o Ministério da Guerra mandar proceder ao alistamento militar e, então, vai surgir dificuldade na interpretação da Circular de 5 de julho daquele ano, sobre quem ficaria isento: colonos e estrangeiros naturalizados ?¹⁸

E a resposta da Presidencia da Província não se fez esperar: os colonos nacionais estavam isentos, como os estrangeiros naturalizados.¹⁹

¹ Ofício nº 186, de 12 de abril de 1865, do Diretor da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Alexandre Rodrigues da Silva Chaves.

² Ofício nº 206, de 2 de agosto de 1865, do Diretor da Colonia ao 1º Vice-Presidente, Comendador Francisco José de Oliveira.

³ Ofício nº 218, de 12 de outubro de 1865, do Diretor da Colonia ao Presidente, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque.

⁴ Ofício nº 225, de 2 de novembro de 1865, idem, idem.

⁵ Ofício nº 229, de 18 de novembro de 1865, idem, idem.

⁶ Ofício nº 237, de 30 de dezembro de 1865, idem, idem.

⁷ Ofício nº 239, de 13 de janeiro de 1866, do Diretor da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de A. Lacerda.

- ⁸ Ofício s/nº, de 19 de janeiro de 1866, idem, idem.
- ⁹ Ofício nº 244, de 8 de fevereiro de 1866, idem, idem.
- ¹⁰ Ofício nº 271, de 22 de agosto de 1866, idem, idem.
- ¹¹ Ofício nº 282, de 27 de outubro de 1866, idem, idem.
- ¹² Ofício s/nº, datado do Desterro, a 24 de novembro de 1866, idem, idem,
- ¹³ Ofício nº 20, de 19 de abril de 1867, idem, idem.
- ¹⁴ Ofício nº 24, de 15 de maio de 1867, idem, idem.
- ¹⁵ Ofício nº 52, de 23 de dezembro de 1867, idem, idem.
- ¹⁶ Ofício nº 59, de 15 de janeiro de 1868, idem, idem.
- ¹⁷ Ofício nº 77, de 8 de maio de 1868, idem, idem.
- ¹⁸ Ofício s/nº, de 20 de julho de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Tte Cel. Luiz Ferreira do Nascimento e Mello.
- ¹⁹ Ofício s/nº, de 1º de agosto de 1875, idem, idem.

hoje aos Inspectores de quarteiros, afim de reunir alguns Colonos, e baterem as matas proximas a mesma linha, afim / de que os afugente somente, recomendei o mais possivel toda a moderação para evitar qualquer represália, isto para tranquilizar os Colonos; que se achão assustados, espero / que V.Exa. aprovará este meu procedimento."

E, o relatório de 1877, vai complementar algumas informações⁴:

"Os indigenas, conhecidos aqui n'esta Provincia com o nome de "Bugres", têm este ano ~~est~~atantemente aparecido em varias linhas; o seu aparecimento sempre traz em continuo sobresalto os Colonos. Tenho feito o possivel, para que elles / se afugentem, mandando bater, quando se torna necessário, / as matas, porem sempre com toda a prudencia, de sorte, que felizmente, não tem havido n'esta Colonia acontecimento fatal algum."

Novamente, voltam em 1879:⁵

"Tendo aparecido gentios em dous diferentes pontos da linha do "Engano", segundo me foi comunicado pelo inspetor de / quarteiro, e estando assustada toda a população daquela / linha, entendi que era do meu dever mandar fazer uma batida por alguns homens escolhidos, recomendando-lhes toda a / prudencia e de não fazer uso de suas armas senão em caso / de defesa.

"Como não tivessees polvora e chumbo para distribuir tomei a / resolução de comprar estes mantimentos aqui mesmo, visto a urgencia."

E como resultado o Inspector de Quarteirão, Henrique Jönck, / que chefiou a "batida", assim se expressa:⁶

"...que no dia 4 do corrente mez de março entrei com dez companheiros no mato por fim de ver se ~~era~~ ou não exacto que / os Indios apparecerão em terras do Colono Augusto Schubert, como o mesmo comunicoy ao abaixo assignado, Seguimos rio acima de um confluente do mencionado rio Engano, encontrando vestigios de Indios, achando paós quebrados, seguindo rio / para acima um dia; no outro dia dirigimos nos em direção rio Engano, sem encontrar vestigio algum, passando porem no terceiro dia, rio para baixo encontramos uma arvore com todos os signaes, que a pouco dias os indios aberto a mesma para

tirar o mel de uma abelheira."

E sendo necessária a demarcação de lotes em terras do rio / d'Engano e "sendo este lugar muito frequentado pelos indios", o Diretor da Colonia solicitou o fornecimento de "4 carabinae com o necessário cartuchame."⁷

Como se vê há pequena fricção, entre os colonos e o indígena, na área da Colonia Nacional Angelina, até sua emancipação.

Os processos de combate ao indígena foram os mesmos que os utilizados em outras partes da então Província:⁷

"Afin de proteger os colonos, nas zonas que mais perigos corriam por parte dos indios, eram então enviados os "Pedestres", tropa creada em 1836."

E, adiante complementa:

"Recrudescem o "perigo indígena", exigindo serias providencias. Organizou então o Governo turnas de sertanejos experimentados, que deveriam procurar se aproximar dos indios, e caso não fosse possível tornal-os amigos, afugental-os, sem porem lhes fazer mal."

Não se tem, pois, neste ponto, novidade alguma nas relações inter-étnicas.

- ¹ Ofício s/nº, de 18 de julho de 1872, do Diretor da Colonia , Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província , Dr. Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Junior.
- ² Ofício s/nº, de 4 de setembro de 1872, idem, idem.
- ³ Ofício s/nº, de 26 de novembro de 1877, do Diretor da Colonia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província , Dr. José Bento de Araujo.
- ⁴ Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878, idem, idem.
- ⁵ Ofício nº 51, de 3 de março de 1879, do Diretor da Colonia, Alberto d'Aquino Fonseca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim da Silva Ramalho.
- ⁶ Ofício nº 55, de 14 de março de 1879, idem, idem (Anexa declaração de Henrique Jönck).
- ⁷ PAULA. Memoria sobre os botocudos....p. 117.

3.4.2. n - MÃO DE OBRA E TECNOLOGIA

Na vida da Colonia Nacional Angelina a aplicação de mão-de-obra especializada é necessária desde o primeiro momento, entretanto, poucos dados se obtém sobre a mesma.

Em 1863, "existem na colonia":¹

Carpinteiros	2
Marcineiro	.1
Oleiro	1

Em 1864, a situação pouco se modificara:²

"Tem a colonia 2 constructores de engenhos, 4 carpinteiros, 1 marcineiro, 1 oleiro."

É, entretanto, bastante válido o aparecimento de constructores de engenhos, porquanto um deles instalou o engenho de farinha de mandioca da colonia nesse ano.

Mas, é Jacob Christiano dos Santos que pretende instalar " / uma tenda de ferreiro" na sede da colonia para o que pedia um lote urbano.³

Em 1867, a situação de aumento da industria de transformação, estava relacionada:

"Fundarão-se mais 4 engenhos, sendo 1 movido por água e achão-se 5 em construção, um dos quaes destinado ao fabrico de asucar.

"Entre outras industrias, todas de pequena ordem, existem 9 / teares para tecer panos de linho e algodão."⁴

E, por essa época (1866), o preparo do linho era intenso, e / certa autoridade, assim o lembra⁵:

"...ali vi o linho fino (da semente de linhaça) já colhido em diversos grãos de preparo, inclusive pano de linho já tecido, fabricado por uma colona em tosco tear; assemelha-se ao pano para lenções que vem do Porto."

Na Colonia, em fim de 1867, existiam: 1 engenho de farinha de mandioca pertencente à Província "motor animal", e particulares: 1 engenho de farinha de mandioca, movido por água, como também destinado para moer fubá, 7 engenhos de farinha de mandioca, "motor animaes", 4 ditos / em construção, 1 dito para assucar, 3 monjolos para socar milho e arroz, 1 carro com juntas de bois, teares para tecer pano de algodão e linho 9, olaria 1, constructores de engenhos e carpinteiros 4. Alem destes profis

sões há muitos colonos que se empregam a fazer gamelas, peneiras, cordas, balaios, chapeos, "para o consumo e exportação da Colonia" e alguns colonos "fazem pão de milho, roscas e doces para venderem ao público." 6

E, em 1869, na expressão do Diretor, Joaquim José de Souza, Corcoroca, era esta a situação da Colonia: 7

"Além de tres engenhos de cana e 19 de farinha, que já conta esta Colonia, existe mais um pertencente à Província, que foi construido para os colonos que não possuem engenho."

No que tange a este topico é valioso um depoimento: 8

"O número de braços empregados são de 508.

"Os processos empregados na cultura são os usados de tempos imemoriais pelos nossos antepassados, sem que haja a mais / pequena alteração no espirito da rotina, que ainda muito se acha arraigado em todos os lavradores que no amanho dos terrenos quer no preparo dos productos, embora da parte da Direcção da Colonia haja o desejo de promover entre lavradores o conhecimento dos ultimos melhoramentos de cultura e dos / meios mechanicos que a sciencia actualmente concorre para a prosperidade e augmento da mesma, sendo porem tudo isto improficuo e sem resultado de qualquer especie, por falta de / instrucção d'estes Colonos.

"Existem funcionando pelo velho systema 26 engenhos de farinha, 9 de cana, 1 de farinha de fubá, 3 alambiques de fazer agoardente, devendo notar-se que dos engenhos acima mencionados, tres são movidos por água."

Atendendo exigencia da Presidencia da Província ao proposito do desenvolvimento da colonia assim se expressou sua Direcção: 9

"Quanto à industria fabril existem sete teares para fabricar riscados e pano branco de algodão da terra, mas somente para uzo domestico e só poucas vezes vende-se um e outro corte de calças.

"V.Exa. não deve ignorar que esta Colonia é somente um estabelecimento agricola tido até agora os meios mais necessários para que possa ser tão elevada a sua industria."

A situação, em 1876, se punha, pois, da seguinte forma: 10

"Existem n'esta Colonia 42 engenhos para fabricar farinha / de mandioca, entre os quaes cinco movidos por água e outros por animaes, 24 engenhos para moer cana, entre os quaes 2 /

movidos por água e os outros por animais, 2 alambiques / tres atafonas movidas por água."

Isto demonstra que o uso da água como força motriz é um adiantamento técnico, face à força animal, e esta informação é complementada:

"Existem mais alguns officiaes, de carapina, um sapateiro, um alfaiate e uns cavouqueiros que em tempo necessário traba - lhão tãobem na cultura de suas terras e mais alguns theares para fabricar pano branco e riscado de algodão da terra."

No ano de 1877 a situação na Colonia era, deste forma, retratada:¹¹

"Existe mais huma forja, uns carpinteiros e cavouqueiros, hum sapateiro e um alfaiate; exceptuando o mestre ferreiro todos os outros em tempo necessário ocupão-se tãobem na cultura / de suas terras. Existem tãobem alguns theares para fabricar riscados e pano branco de algodão da terra. Existe mais huma olaria."

Este quadro, esboçado com dados retirados, aqui e ali, de documentos officiais, descritivos da situação da Colonia, apontam alguns / problemas básicos: 1) foi, fundamentalmente, uma colonia agricola; 2) não existia nela e nen, tão pouco, se fez sentir um espirito inovador entre os seus colonos, 3) o tradicionalismo nos métodos de produção e de transformação pouco ou nada se alteram.

¹ OLIVEIRA. Relatório, 1864.p. 23.

² CHAVES. Relatório, 1865.p. 33.

³ Ofício nº 288, de 1º de dezembro de 1866, do Diretor da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

⁴ LACERDA. Relatórios, 1868. p. 23.

⁵ GALVÃO. Relatório sobre as colonias... p. 61.

⁶ LACERDA. Relatório. 1870. Anexo D

⁷ GALVÃO. Relatório, 1870. Anexo.

⁸ Ofício s/nº, de 5 de setembro de 1872, do Diretor da Colonia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Delfino Pinheiro de Ulhoa Cintra Junior.

⁹ Ofício s/nº, de 26 de fevereiro de 1875, do Diretor da Colonia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Thomé da Silva.

- ¹⁰ Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, do Diretor da Colônia, José Candido Duarte Silva, ao Presidente da Província, Dr. José Bento de Araujo (Relatório de 1876).
- ¹¹ Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1878, idem, idem.

3.5. - A SUA EMANCIPAÇÃO E INTEGRAÇÃO NO CONTEXTO CATARINENSE

A Colonia Nacional Angelina teve a sua integração, na vida / comum da então Província de Santa Catarina, de maneira paulatina.

Processa-se, inicialmente, com a criação de uma subdelegacia de policia, cujas razões são, aqui, expostas:¹

"Com summo respeito venho apresentar a V, Excia. a necessidade da criação da jurisdição da Subdelegacia de Polícia nesta Colonia, visto achar-se esta distante das autoridades policiaes para recorrer às mesmas em qualquer ocasião precisa, e sendo reconhecida e aprovada por V.Excia. a utilidade desta minha proposta, atrevo-me juntar os limites desta Colonia, que devem ser marcados para o districto de Subdelegacia de Polícia:

Pelo Este confina a colonia com o districto de São Pedro d'Alcantara extremando com os moradores Pedro Waltrich e Adriano Machado da Luz;

Pelo Oeste confina a Colonia com os colonos de Santa Isabel no lugar denominado as Taquaras;

Pelo Sul confina a Colonia com os de Santa Isabel, e pelo norte com os moradores do Alto Tejuca Grande, no lugar denominado o Major, são estes os limites do território desta Colonia.

E o Presidente da Província submeteu o assunto a estudo.

Foi criada a subdelegacia e nomeado seu titular, o colono / Joaquim Francisco Silveira, que, aliás, não agradou o Diretor da Colonia.²

O desenvolvimento das Colonias levou o Governo Imperial a traçar uma diretriz com relação às mesmas e que foi assim resumido:³

"Os seus importantes centros coloniaes, constituindo já povoações muito regulares, tem se animado e progredido tanto, que o Governo Imperial julgou em sua sabedoria e louvavel interesse pela economia das rendas dos Estados, dever emancipal-os, entregando-os às leis comuns do paiz.

"N'este sentido estão sendo tomadas as medidas necessárias, e um pessoal de empregados recentemente nomeado, occupa-se activamente nos ultimos trabalhos, que devem anteceder a emancipação."

Efetuada a emancipação da colonia ingressou ela no regime das leis comuns do país.

Somente, a 10 de janeiro de 1891, pelo Decreto nº 40, é criado o distrito de paz de Angelina.⁴

E um século depois da fundação da Colonia Nacional Angelina/ é criado o município, conforme a Lei estadual nº 781, de 7 de dezembro / de 1961, e instalado a 30 daquele mês e ano.

A lei de criação é do seguinte teor:

Art.1º:- Fica aprovada a Resolução nº 80, de 30 de novembro de 1961, da Câmara Municipal de São José, que cria o Município de ANGELINA.

Art.2º:- O Município de ANGELINA, criado por esta lei, terá os seguintes limites e confrontações:

a) Com o Município de Biguaçu- Começa na mais alta nascente do rio Coqueiros, segue pelo divisor das águas entre aos afluentes do / rio Biguaçu e das Congonhas ou Perdidas, conhecido pelos nomes de Serras das Congonhas e do Pai João, até defrontar a nascente do rio Maruim;

b) com o Município de São José- Começa na serra do Pai João, no ponto em que se defronta com a nascente do rio Maruim, segue pelo divisor das águas do rio Maruim e Congonhas e Forquilhas e Mundeos até / 1.000 metros antes de encontrar a linha da divisa do Município de São José com o Município de Santo Amaro da Imperatriz; daí segue por uma linha seca em direção a oeste, até a confluência dos rios das Antas e Scharf; desde pelo rio Scharf até encontrar a linha seca que limita os distritos de Angelina com o de Rancho Queimado; segue por esta linha seca até a confluência dos rios Bonito e Garcia; daí segue por outra linha seca até a / mais alta nascente do rio São Sebastião; continua por outra linha seca até a confluência do rio Quebra-Dente com o Arrôio do Coxo; sobe pelo Arrôio do Coxo até encontrar a serra dos Faxinais;

c) com o Município de Bom Retiro- começa no ponto em que o Arrôio do Coxo encontra a serra dos Faxinais; segue por esta até encontrar o divisor das águas dos rios Engano e Alto Braço;

d) com o Município de Nova Trento- começa no ponto em que o / divisor das águas dos rios Alto Braço e Engano encontram a Serra dos Faxinais; segue pelo dito divisor até alcançar os divisores das águas entre os afluentes dos rios Alto Braço e Esperança, e Esperança e Engano;

e) com o Município de Major Gercino- começa no ponto em que o divisor das águas entre os rios Alto Braço e Engano encontram os divisores das águas entre os afluentes dos rios Alto Braço e Esperança e Esperança e Engano; segue por este último até a nascente do rio Jacú, daí con-

tinua por uma linha sêca até a fôz do Arroio Fagundes, no rio Garcia, sobre pelo Arroio Fagundes, até a sua nascente no morro do Descanso; daí / continua por outra linha sêca até a mais alta nascente do rio Coqueiros.

Art.3º:- O Município ora criado fica integrado a Comarca de São José.

Art.4º:- A instalação de Novo Município será processada na conformidade da legislação em vigor.

Art.5º:- Esta lei entra em vigor na data as suas publicações, revogadas as disposições em contrário.

¹ Ofício nº 50, de 21 de novembro de 1867, do Diretor da Colônia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.

² Ofício s/nº, de 10 de março de 1871, do Diretor da Colônia, Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa.

³ CHAVES. Falla, 1881.p. 39.

⁴ BOITEUX, J.A. Dicionário.p. 19.

4. A P R O B L E M A T I C A D E M O G R A F I C A
=====

4.1. - OS PRIMEIROS MORADORES

A ocupação paulatina dos terrenos da Colonia se processa, a partir de 1861, como se depara neste depoimento:

"Será presente a V.Exa. com ofício de 23 de Março findo(1861), do Encarregado d'aquella Colonia a distribuição de lotes feita a oito famílias, que começam a estabelecer-se."¹

E, logo depois se fala:

"Com uma população de pouco mais de 100 pessoas."²

Logo, no ano seguinte, era outra a situação populacional:

"Consta atualmente (1862) de 39 fozos, com outras tantas famílias, que perfazem a população de 219 almas.

No periodo que decorreo do principio deste ano até o fim de / setembro houve 9 nascimentos e somente dois obitos."³

Mas, a verdadeira e fiel descrição dos primeiros moradores da Colonia vai ser, agora, utilizada.

Capado pelo Relatório da Colônia⁴, referente ao ano de 1864, encontra-se uma "Relação dos habitantes da Colônia Nacional Angelina no fim do ano de 1864", como se lê na capa, pois, na sua segunda capa está "Relatório dos colonos e mais habitantes da Colônia Nacional Angelina", e datado de 8 de janeiro de 1865, contendo dados como constituição da família, nomes dos habitantes, idades, religião, naturalidade, data em que / tomaram posse dos seus lotes de terra, designação dos lotes, culturas e / sua qualidade e industria e artes exercidas nesta Colônia, benefícios / que receberam dos Governos desta Província, comportamento do colono e "ob^oservações".

Com base, pois, neste documento, tentar-se-á descrever os primeiros moradores e daí, expor a situação quantitativa aos sexos, grupos / etários, religião e naturalidade.

Assim, a Relação, tem início com Carlos Othon Schlappal - o / Encarregado da Direção da Colonia-, com 39 anos, "brasileiro adoptivo", sua mulher Maria Vicência da Veiga, de 27 anos, natural da cidade do Destro(hoje Florianópolis), bem como seus filhos, Ana Elisa, de 12 anos, Rosalina, de 4, e Cecília, de 2. Além dos agregados Maria- parda livre-, de 31 anos, e seus filhos Infancia, de 8 anos, natural, como a mãe da Laguna, e Emiliano, de meio ano, natural de Angelina, onde nasceu a 30 de junho e faleceu a 9 de dezembro de 1864. Eran, ainda, agregados do "Encarregado da Direção": Nicolao Schmidt, de 15 anos, e Margabeta Hammers, de

21 anos, ambos naturais da Alemanha. Eram todos "catolico romano". O "Encarregado da Direção" era "possuidor de um lote de terras nesta Colonia, por compra ao Estado", "lote de terras nº2 da Linha do Norte e Fileira Oeste", e cultivava "milho, feijão, batatas, fumo, algodão, mandioca",

Segue-se Eduardo José da Rosa, de 28 anos, natural do "distrito" da Cidade de São José, como sua mulher, Candida Rosa de Jesus, de 29 anos, e sua filha, Maria, de 6 anos, e sua cunhada, Jacinta, de 15 anos, todos "catolicos romanos". Este "principiou o seu estabelecimento / em 8 de abril e "trouz" a sua família em 17 de Setembro de 1861", "primeiro possuidor do lote nº 1 da Linha do Sul e Fileira Oeste, obteve a troca pa. outro lote a seu pedido em 13 de Maio de 1864", ou seja "Lote / de terras nº 8 da Linha Sul e Fileira Oeste", onde cultivava "milho, feijão e mandioca, tem pouca cultura", "recebeu ferramentas aratórias, auxílio na sua primeira derrubada e construção de sua casa". Para o "Encarregado da Direção" era "pouco trabalhador" e "esteve 10 mezes ausente desta Colonia em Lages".

Outro foi Quintino José da Rosa, de 32 anos, natural do "distrito" da Cidade de São José, bem como sua mulher, Maria Tereza de Jesus, de 31 anos, seus filhos, José, de 13 e Candido, de 7, e sua filha, Maria, de 11, ao passo que sua filha, Mariana, de 11/12 ano, pois, "nasceu em / 16 de Janeiro de 1864", era natural de Angelina. Eram "catolicos Romanos". "Principiou o seu estabelecimento em 21 de Agosto e trouz a sua família em 17 de Setembro de 1861!" "Possuidor do lote de terras nº2 da Linha Sul / e Fileira Oeste", onde cultivava "milho, feijão e mandioca, tem pouca / cultura, também faz balaios pa. exportar". "Recebeo ferramentas aratórias e auxílio na sua primeira derrubada". Para o "Encarregado da Direção da Colonia" era "pouco trabalhador...", com a observação: "Acha-se occulto nesta Colonia, como réo pronunciado nos Art, 128 e 207 do Codigo Criminal".⁵

Outra família era a de João Schweizer, de 29 anos, natural de São Pedro de Alcantara, como sua mulher Luisa Bornhausen, de 29 anos, e seus filhos, Henrique, de 7, Jacob, de 5, Ana, de 3 1/2, já, Mathias e / Catarina, de 1 1/2 eram naturais de Angelina. Eram "catolicos romanos". Este colono "principiou o seu estabelecimento em 29 de Maio, e trouz sua família em 11 de Dezembro de 1861", situando-se no "Lote de terras nº6 / da Linha do Sul e Fileira Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, trigo, e tem gado". Para seu estabelecimento recebeu do Governo da Província "ferramentas aratórias e auxílio na sua primeira der-

rubada". Para o "Encarregado da Direção da Colonia " o seu comportamento era "regular".

Outro colono era Manoel Fructuoso Ribeiro, de 32 anos, natural do "distrito" da Cidade de São José, bem como sua mulher, Maria / Luiza da Conceição, de 33 anos, e seus filhos João Fructuoso, de 7, e / Bernardo, de 5, ao passo que Marcilio, de 1/3 de ano, era natural de Angelina, pois "nasceu em 10 de Setembro de 1864". Eram todos "catolicos / romanos". "Principiou o seu estabelecimento em 14 de Junho de 1861 e trouz a sua família em Outubro de 1862". Possuidor do "Lote de terras / nº5 da Linha do Sul e Fileira Este", onde cultivava "milho, feijão, trigo, batatas, algodão e arroz", e para sua instalação "recebeu ferramentas aratórias, condução, auxílio na sua 1ª derrubada e construção de sua casa", Para o "Encarregado da Direção da Colonia" era "bom colonô".

Outro era Pedro Adão Emmerich, de 36 anos, natural da Alemanha, casado com Maria Joaquina de Jesus, de 21 anos, natural de São Pedro de Alcantara, cujos filhos Pedro e Ana, nasceram em Angelina - não indentificadas as suas idades. Eram "catolicos romanos". "Principiou o seu estabelecimento em 19 de junho e trouz sua família em 28 de setembro de / 1861", para o "Lote de terras nº5 da Linha do Sul e Fileira Oeste", onde cultivava "milho, feijão, batatas, trigo & mandioca, pouca cultura", para o que "recebeu ferramentas aratorias, auxílio na sua 1ª derrubada, e construção de sua casa". Era, na opinião de Schlappal, "pouco trabalhador".

Outro foi José Floriano da Silva, de 48 anos, natural de São Pedro de Alcantara, como sua mulher, Ana Caetana Ramos, de 47 anos, e seus filhos, José, de 24, Manoel, de 13, Ana, de 18, Antonio, de 10, e João, de 5. Todos "catolicos romanos". Ele "principiou o seu estabelecimento em 13 de Junho de 1861, e trouz a sua família em 7 de Novembro de 1861", para o "Lote de terras nº4 da Linha do Sul e Fileira Oeste", a áli plantava "mandioca, milho, feijão, batatas, trigo, algodão, também / tem tear pa. tecer pannos de algodão. Tem gado". Para sua instalação "/ recebeu ferramentas aratórias, condução e auxílio na sua primeira derrubada". Para o "Encarregado da Direção da Colonia" era "bom colono". À margem, como observação, constava: "O filho José cazou com Anna Severina de Souza em 21 de Julho de 1864 nesta Colonia".

Outra família era a de Bernardo Venero dos Santos, de 32 anos, natural de Santo Amaro do Cubatão, bem como sua mulher, Bernardina Corrêa da Silva, de 20 anos, e sua filha, Maria, de 4, ao passo que outra,

de nome Gertrudes, de meio ano, era natural de Angelina, pois, "nasceu em 9 de Junho de 1864". Era "catolicos romanos". Fez o "estabelecimento em 15 de Novembro de 1861 e trouz a família em 24 de Janeiro de 1862", localizando-se no "Lote de terras nº1 da Linha Norte e Fileira Norte", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, tem gado, e trabalha de marceneiro e carpinteiro". E, para o seu estabelecimento "recebeo ferramentas aratorias". Na opinião de "Encarregado da Direção da Colonia" era "regular".

Um outro era Sebastião Corrêa da Silva, de 48 anos, natural como todos os seus familiares de Santo Amaro do Cubatão, e estes eram: sua mulher, Maria Ignacia, de 44 anos, seus filhos, João, de 15, José, de 13, Anna, de 11, e Rosa, de 7, e seu irmão, João Cora. da Silva, de 50 anos. Todos "catolicos romanos". "principiou o seu estabelecimento / em 15 de Novembro de 1861, e trouz a sua família em 24 de Janeiro de / 1862". Instalou-se no "Lote de terras nº2 da Linha do Norte e Fileira / Norte", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas", e, para seu estabelecimento "recebeu ferramentas aratorias". Na opinião do "Encarregado da Direção da Colonia" era colono "regular". À margem, como observação, está anotado: "João Corrêa veio effectivo pa. a companhia do seu irmão em Novembro de 1864".

Outro foi o José João Pereira Maciel, 31 anos, natural do "distrito" da Cidade de São José, de onde o eram sua mulher, Maria Rosa de Jesus, de 32 anos, e seu filho, Domingos, de 8, enquanto sua filha, Maria, 1/4 ano, era natural de Angelina, pois, ali "nasceu aos 23 de Setembro de 1864". Eram "catholicos romanos". "Principiou o seu estabelecimento em 15 de Agosto de 1861 e trouz a família em 19 de Novembro de / 1861". Instalou-se no "Lote de terras nº4 da Linha do Norte e Fileira / Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, algôdão, fumo, batata. Tem gado", e, para tal "recebeo ferramentas aratorias e auxilio na sua prina. derrubada". Na opinião do "Encarregado da Direção da Colonia" era "bon colono".

Um outro foi o José Bernardo Machado, de 49 anos, natural, como todos seus familiares, do "distrito" da Cidade de São José, e eram: sua mulher, Libânia Rosa de Jesus, de 43 anos, seus filhos, Faustino, de 17, Francisco, de 12, e Guilhermina, de 11. Eram "catolicos romanos". / "Principiou o seu estabelecimento em 16 de Agosto de 1861 e trouz a família em 20 de Novembro de 1861", instalando-se no "Lote de terras nº5 da Linha do Norte e Fileira Oeste", ali plantando "mandioca, milho, fei -

ão, trigo, algodão, batatas & fabrica cordas de embira e gameklas de / cedro para exportar". Para seu estabelecimento "recebeo ferramentas aratoriais e auxílio em sua primeira derrubada". Na opinião do "Encarregado da Direção da Colonia" "era trabalhador". À margem, constava esta observação: "Acha-se occulto nesta Colonia como réo pronunciado dos Artigos 128 e 207 do Codigo Criminal".

Outro o era Florentino Soares da Silva, de 43 anos, natural, / como os seus demais familiares do "distrito" da Cidade de São José, e / eram: sua mulher, Maria Caetana das Mercês, de 32 anos, seus filhos, Constancio, de 17, José, de 16, Manoel, de 14, e Caetana, de 8, bem como a / exposta Marcolina de 8. Eram "catholicos romanos". "Principiou o seu estabelecimento em 1º de Outubro de 1861 e trouz a sua família em 19 de Fevereiro de 1862", instalando-se no "Lote de terras nº6 da Linha do Norte e Fileira Oeste" e ali cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, trigo, algodão, fumo & pouca cultura" e, para tal, "recebeo ferramentas aratoriais, condução, auxílios na sua primeira derrubada, e construção da sua casa". Na opinião do "Encarregado da Direção da Colonia" era " / pouco trabalhador". À margem uma elucidação: "Acha-se preso na Cadeia / da Cidade de São José como réo pronunciado nos Artigos 128 e 207 do Codigo Criminal", e mais "Tem o filho de nome Constancio muito vadio, e / de mau comportamento".

Um outro o foi Laurindo José Ferreira, de 28 anos, natural, como todos os seus familiares do "distrito" da Cidade de São José, e eram: sua mulher, Maria Engraca do Nascimento, de 22 anos, e seu filho, João, de 5, pois Manoel de 1 2/3 anos, era natural de Angelina. Eram "catholicos romanos". Inicipu o seu "estabelecimento em 1º de Outubro de 1861 e trouz a sua família em 19 de fevereiro de 1862", para o "Lote de terras nº6 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, fumo & pouca cultura". Para tal "recebeo ferramentas aratorias, condução e auxílio na sua prima. derrubada". Na opinião do "Encarregado da Direção da Colonia" era "pouco trabalhador"; E à margem se tem informação: "Acha-se occulto nesta Colonia como réo pronunciado nos Artigos 128 e 207 do Codigo Criminal".

Segue-se a família de Julia Heck e filhos. Julia Heck tem 46 / anos, o marido Jean Paulo Heck, 58, os filhos: João, de 23, José, de 21, Theodor, de 16, Maria José, de 14, Frederico, de 11 - todos naturais da Prussia - e a exposta Maria Celestina, de meio ano, natural de Angelina, tendo sido exposta a 20 de Julho de 1862. Diz o documento que "principiou

o seu estabelecimento em 13 de Janeiro de 1862 e trouzeu sua família em / Abril do mesmo ano". E "obteve terras nesta Colonia, por ordem da Presidencia", e "também obteve traca de terras, do lote nº9, da Linha do Sul e Fileira Este para o lote nº10 da Linha do Sul e Fileira Oeste, em 1º de Maio de 1863 por Ordem da Presidencia". Ali cultivava "milho, feijão, batatas, trigo, linho, arroz, algodão e fumo". E, para seu estabelecimento "recebeo ferramentas aratorias, condução e auxílios em sua primeira derrubada e construção da sua caza". Na opinião do "Encarregado da Direção da Colonia" eram, como colonos, "regular".

Outra família o foi de Maria Bueno da Veiga, viúva, de 54 anos, natural, como todos seus filhos da Cidade do Desterro, e estes eram: suas filhas, Maria da Glória, de 25 anos e Maxina, de 19, bem como Agueda, escrava, de 21 anos. Todos "catholicos romanos". "principiou / seu estabelecimento em Outubro de 1861 e mudou-se com sua família em Outubro de 1862", localizando-se no "Lote de terras nº1 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde cultivava "milho, feijão, batatas, mandioca, algodão". E, para sua instalação, "recebeo ferramentas aratorias e auxilio na sua prima. derrubada". No conceito do "Encarregado da Direção / da Colonia" era "bom" colono.

Outra o foi Maria Ignacia de Jesus, de 52 anos, e como todos os seus familiares naturais da Ilha de Santa Catarina, que eram: seus filhos, João Pedro Barcellos, de 18 anos, e Henriqueta, de 15 anos, seu neto Domingos de Jesus, de 5 anos e o exposto Clemente, de 10 anos. Eram "catholicos romanos". Esta "principiou o seu estabelecimento em 15 de / Fev. de 1862 e mudou-se com sua família em Maio do mesmo ano", localizando-se no "Lote de terras nº3 da Linha do Norte e Fileira Norte", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, trigo, linho, algodão, fumo & tem gado". Para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução e auxilio na construção de sua casa". O conceito de produtividade / era "laboriosa". À margem, como observação, constava: "Em 9 de Junho de 1864 nasceu um filho(feto) da filha Henriqueta".

Outro foi Julião Gomes d'Amaral, de 26 anos, natural da Cidade de Lages, com sua mulher, Leonida Lopes da Silva, de 25 anos, natural de São Pedro de Alcantara, e um filho, Angelo, de 1 11/12 ano, nascido em Angelina. Eram "catholicos romanos". "Tomou posse effectiva com sua família, em Maio de 1862", do "Lote de terras nº3 da Linha do Sul e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, algodão, batatas", e, para tal, "recebeo ferramentas aratorias, condução e auxí-

lio na roça e casa". Como colono era "regular".

Um outro o foi Francisco Narciso da Silva, de 32 anos, natural da Ilha de Santa Catarina, casado com Clementina, de 31 anos, também da Ilha de Santa Catarina, da mesma forma que seu filho João, de 11 anos, ao passo que sua filha Maria, de 2 1/6 anos, o era de Angelina. "Principiou seu estabelecimento em Abril de 1862, e trouze a sua família em Maio do mesmo ano" para o "Lote de terras nº8 da Linha do Sul e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, trigo, algodão". E, para seu estabelecimento "recebeo ferramentas aratorias, condução, roça e casa", Era "bon colono". À margem se esclarecia: "Serve de capataz nos / trabalhos públicos desta Colônia".

Outro o foi José Ignacio de Souza, de 32 anos, natural, como todos os seus, do Campo do Massiambú, e o foram: sua mulher, Laurinda Rosa de Jesus, de 41 anos, e seus filhos: Bento, de 14, José, de 13, Manoel, de 12, João, de 11, Leopoldo, de 10, Amaro, de 9, Ignacio, de 3, Maria, de 8 e Domingas, de 4. Eran "catholicos romanos". "Tomou logo posse effectiva com sua família em Abril de 1862", do "Lote de terras nº12 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, fumo, arroz, pouca cana e café", e, para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução e auxílio na sua derrubada e construção da caza". Era "bon trabalhador".

Um outro foi Manuel Gomes Vieira, de 51 anos, como todos os / demais familiares natural da "Freguesia de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha de Santa Catarina", e eram: sua mulher, Maria Joanna, de 55 anos, sua filha Prudencia, de 13 anos e sua cunhada, Joaquina, viúva, / de 59 anos. "Tomou posse effectiva com sua família em Abril de 1862", do "Lote de terras nº7 da Linha do Sul e Fileira Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, batatas", e para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução, roça e caza"; Como colono, no conceito do "Encarregado da Direção da Colonia", era "regular".

Outro o foi Manoel José Ferreira, de 52 anos, natural da Cidade de São José, "catholico romano", que "tomou posse effectiva em 13 / de Abril de 1862", do "Lote de terras nº7 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas". "Recebeo ferramentas aratorias". Como colono era "regular", À margem um esclarecimento: "Vive separado de sua família, que se acha em São José, contra as Ins - truções desta Colonia".

Outro o foi Procino Rosa da Silva, de 47 anos, natural, como /

todos os seus, do "distrito" da Cidade de São José, como sua mulher, Maria Ignacia Guionar, de 41 anos, e seus filhos: Francisco, de 16 anos, Manoel, de 15, José, de 5, Caetano, de 4, Caetana, de 20, Francelina, de 18, Anna, de 14, Domingas, de 12, e Rosa, de 8; todos "catholicos romanos". "Principiou o seu estabelecimento em 4 de Novembro de 1861 e trouze a sua familia em junho de 1862", instalando-se no "Lote de terras n^o3 da Linha do Norte e Fileira Oeste"; onde cultivava "mandioca, milho, feijão, e batatas". Para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução e auxilio em sua derrubada e caza". Como colono era "regular". À margem estavam estas anotações: "Acha-se occulto nesta Colonia com réo pronunciado nos Artigos 128 e 207 do Codice Criminal" e "Casou a filha Caetana com Manoel Caetano Tavares em 14 de Dezembro em esta Colonia - 1864".

Um outro o foi Nicolao Reitz, de 31 anos, natural da Alemanha, com sua mulher, Catharina Schmitz, de 31 anos, natural de São Pedro d'Alcantara e seus filhos Catharina, de 7 e Anna, de 4, naturais de São Pedro d'Alcantara, e João, de 2, e Pedro, de 5/6, naturais de Angelina, (à margem está: "O filho Pedro nasceu em 13 de março de 1864"). Todos "catholicos romanos"; Este "principiou o seu estabelecimento em Novembro de 1861 e trouze a sua familia em 14 de Outubro de 1862", instalando-se no "Lote de terras n^o10 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, canna, batatas & tem gado". Para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias e condução, auxilio na derrubada e caza". Era "bon colono".

Outro o foi Manoel José d'Andrade, de 34 anos, natural do "distrito" da Cidade de São José, como sua mulher, Bernardina da Rosa, de 34 anos, e seus filhos José, de 4 e João, de 3, pois, Manoel, nascido em Angelina, o foi "em 11 de maio de 1864 e morreo 24 horas depois sendo baptizado em caza". Eram "catholicos romanos". "Tomou posse com sua familia em 24 de Outubro de 1862", do "Lote de terras n^o4 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, arroz". Para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução, auxilio na derrubada e caza". Como colono era "regular".

Outro o foi Antonio Franco da Costa, de 51 anos, natural, como os demais familiares, da Cidade de São José, casado com Florencia Rosa de Jesus, de 51 anos, e um filho, Manoel, de 25 anos. Eram "catholicos romanos". "Tomou posse effectiva com sua familia em 12 de março de 1863" do "Lote n^o6 da Linha do Norte e Fileira Norte", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, algodão, batatas, canna". Para sua ins-

talação "recebeo ferramentas aratorias, condução e auxílio em sua derrubada". Era colono "regular".

Outro era João Schuetz, de 23 anos, natural, como sua mulher, Margaretha Wilwerth, de 21 anos, de São Pedro de Alcantara, e sua filha Margaretha, de 2 anos, natural de Angelina. Eram "catholicos romanos". "Tomou posse effectiva em 18 de Junho de 1864" do "Lote nº4 da Linha do Norte e Fileira Norte", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, arroz, batatas, trigo, canna". E, para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução, roça e caza". Como colono era "regular". À margem estava anotado: "Em Agosto de 1863 abandonou a Colonia, entrou outra vez em 18 de Junho de 1864".

Antonio de Souza Fagundes, de 44 anos, natural do "Distrito" da Cidade de São José, foi outro colono. Estava com sua mulher, Maria / Luiza de Souza, de 40 anos, natural do mesmo "Distrito", bem como seus / filhos: Agostinho, de 16, Venancio, de 15, Antonio, de 10, Ilesteiro, de 9, Silvestro, de 8, Francisco, de 3 1/2, Caetana, de 11, Maria, de 12, An na, de 6 1/2, Francelina, de 5, bem como José, de 1/12 e Alexandrina, de 1 1/2 anos, ambos naturais de Angelina. Eram "catholicos romanos". "Principiou o seu estabelecimento em 21, de Outubro de 1861 e trouz a sua família em Outubro de 1862", localizando-se no "Lote de terras nº7 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, algodão, arroz & tem gado". Para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução, auxílios na sua primeira derrubada e na construção de sua caza". Era considerado "bon Colono". À margem estava anotado: "Jo sé nasceu em 7 de Dezenbro de 1864".

Outro o foi Aurelio José Garcia, de 53 anos, natural, como todos os seus familiares, de "Cambriú", município de "Itajahy", casado com Floriana Rosa de Jesus, de 47 anos, tendo os seguintes filhos: Manoel, de 22, José, de 19, Domingos, de 17, João, de 10, Idalina, de 14, e Jacinta, de 13, Eram "catholicos romanos". "Tomou posse effectiva com sua família" em 21 de março de 1863" do "Lote de terras nº13 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, trigo, algodão, linho, funo, arroz & carpinteiro e construtor de engenhos tem gado". Para sua instalação "recebeo condução pa. esta e ferramentas aratorias / e auxílio na derrubada". Para o "Encarregado da Direção da Colonia" era considerado "bon colono".

Outro era José Severino de Souza, de 28 anos, natural do "Distrito" da Cidade de São José, como seus irmãos Thomas, de 26, Manoel, de /

20 e Anna, de 33, todos "catholicos romanos". "Tomou logo posse effectiva com a família em Outubro de 1862", do "Lote de terras nº8 da Linha / do Norte e Fileira Oeste", onde cultivava "milho, feijão, trigo, algodão, fumo, batatas", e para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias". Era "bon colono".

Outro o foi Manoel Alexandre Ferreira, de 39 anos, natural , como todos os seus familiares, de Santo Amaro do Cubatão, que o eram: sua mulher, Maria Flor de Jesus, de 23 anos, e os filhos: Crispin, de 9, Antonio, de 4, João, de 1 1/2, Anna, de 12, Damiana, de 8, e Maria, de 6. "Tomou logo posse effectiva com sua família em 1º de Abril de 1863", do "Lote de terras nº7 da Linha do Norte e Fileira Norte", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas". E, para sua instalação "recebeo condução para esta, ferramentas aratorias, auxílio na sua derrubada". Como colono era "regular".

Um outro o foi Manoel Aurelio Garcia, de 22 anos, natural de "Cambriú", casado com Maria Ignacia Guionar, de 21 anos, natural de São José, e seu filho Leão, de 1/2 ano, natural de Angelina (ã margem: "Leão nasceu em 28 de junho de 1864"), todos "catholicos romanos". "Tomou posse effectiva em Maio de 1863" do "Lote nº 12 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, batatas". Para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, e roça e caza". Como colono era "regular".

Outro o foi Manoel Lopes da Silva, de 36 anos, casado com Rosa Caetana de Souza, de 22 anos, ambos naturais de São Pedro de Alcantara, "catholicos romanos". "Tomou posse effectiva em 5 de Outubro de / 1863" do "Lote nº3 da Linha N. e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, algodão, caffè" e para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução, caza e roça pronta cítio deixado pr. outro". Como colono era "regular".

Um outro o foi Jacinto José de Souza, de 54 anos, natural, como todos os seus familiares, de São Pedro de Alcantara, ou sejam: sua mulher, Anna Leopoldina de Souza, de 46 anos, e seus filhos: Manoel de / Souza, de 22, José, de 2 1/2, Domingas, de 23, Maria, de 15, Rosa, de / 10, Guilhermina, de 5 e Catarina, de 3 1/2, eram "catholicos romanos". "Principiou o seu estabelecimento em 29 de Outubro de 1861 e trouz a / sua família em 10 de Setembro de 1863", instalando-se no "Lote de terras nº2 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, canna, trigo, algodão, batatas, linho, café". Para sua instalação "re

cebeo ferramentas aratorias, e condução, auxílio na sua derrubada e caza". Era "bom colono". À margem está anotado: "Tem um engenho para farinha de mandioca construído em 1864, motor animal".

Outro era Serafin Franco de Oliveira, de 24 anos, natural de Santo Antonio da Patrulha, casado com Caetana Martins, de 21 anos, natural de São José, e o filho Honorato, de 3/4 de ano, nascido em Angelina/ (à margem: "nasceu em 6 de Abril de 1864", e eram "catholicos romanos". "Tomou posse effectiva com a família em 7 de Outubro de 1863" do "Lote / de terras nº9 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, algodão, batatas & fumo" e para sua instalação recebeu "ferramentas aratorias, condução, roça e caza promptas". Como colono era "regular".

Outro o foi Francisco José Dutra, de 41 anos, natural, como / todos os seus familiares, da Freguesia de São Pedro de Alcantara e eram: sua mulher, Constantina Jenuara d'Ande., de 49 anos, e seus filhos, João, de 18, José, de 13, Francisco, de 12, Maria, de 16, Domingas, de 14, e Ma thildes, de 10. Eram "catholicos romanos". "Principiou seu estabelecimento em 31 de março de 1862 e trouz a sua família em 9 de Novembro de 1863", instalando-se no "Lote de terras nº8 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, algodão, batatas". Para sua instalação "recebeo condução, ferramentas aratorias". Como colono era "Regular", na opinião do Encarregado da Direção da Colonia".

Outro o foi Francisco Lopes da Silva, de 45 anos, natural, como os seus demais familiares, da Freguesia de São Pedro de Alcantara, e ~~estes~~ eram: sua mulher, Maria Caetana de Souza, de 33 anos, e seus filhos: Francisco, de 11, Manoel, de 9, Pedro, de 7, Maria, de 5, Caetana, de 3, e Delinda, de 1 1/2. Eram "catholicos romanos". "Principiou seu es tabehecimento em 5 de Novembro de 1861 e trouz a sua família em 20 de No venbro de 1863", localizando-se no "Lote de terras nº2 da Linha do Sul e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, algodão, fumo, batatas, amendoim". E, para sua instalação "recebeo condução, ferrã mentas aratorias, auxílio na derrubada e caza". Como colono era "regular".

Outro era Fructuoso Ribeiro, de 61 anos, natural, de Portugal, casado com Leocadia Rosa de Jesus, de 51 anos, natural, como seus filhos, do "Distrito" da Cidade de São José, e eram: Antonio, de 27, João, de 25, / Francisco, de 21, José, de 15, Maria, de 31, Luiza, de 28, e Anna, de 14 e eram / "catholicos romanos". "Principiarão e seu estabelecimento em 1861, tomarão posse effectiva em 16 de Setembro de 1864", do "Lote de terras nº3 da Li-

nha do Sul e Fileira Oeste", onde cultivavam: "mandioca, milho, feijão, algodão, arroz, anendoim". Para sua instalação "recebeo condução, ferramentas aratorias". Como colono era "regular". À margem a anotação: "O / pai acha-se doente no Hospital da Caridade na Cidade do Desterro".

Um outro foi Anacleto Miranda, de 37 anos, natural, como todos os seus familiares, do "Distrito" da Cidade de São José, e o eram: sua mulher, Felizarda Bernarda de Jesus, de 24 anos, e suas filhas: Carolina, de 6, Jesuina, de 5, e Maria, de 4. "Principiou seu estabelecimento em fim de 1863, e tomou posse effectiva com sua família em 15 de Fevereiro de 1864" no "Lote de terras nº5 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, trigo, algodão, batatas, canna". Para sua instalação "recebeo condução, ferramentas aratorias, auxílio na derrubada e caza". Era considerado "bom colono".

Outro era Constantino Dutra da Silva, de 40 anos, natural de Santo Amaro do Cubatão, como sua mulher, Francisca Luisa, de 36 anos, e sua filha, Luisa, de 1 1/2 anos, que fez "estabelecimento no fim de 1863" e tomou posse effectiva em 12 de março de 1864", no "Lote nº13 da Linha do Norte e Fileira Este", onde plantava "mandioca, milho, feijão, batatas, trigo". E, para sua instalação recebeu "condução, caza, derrubada e ferramentas aratorias". Era considerado colono "regular".

Outro o foi Eduardo José de Souza, de 36 anos, natural de São José, que se instalou "em Maio de 1864", no "Lote nº1 da Linha do Sul e Fileira Oeste", onde "hãda fez". À margem foi anotado: "Abandonou a Colonia em 27 de Agosto de 1864".

Outro o era Jacob Ventura, solteiro, de 22 anos, natural de São Pedro d'Alcantara, que tomou posse "em Setembro de 1863", do "Lote / de terras nº4 da Linha do Sul e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, arroz, milho, feijão, e batatas", e, para sua instalação recebeu "ferramentas aratorias, roça e caza prompta". Considerado "bon" colono. À margem está anotada: "Acha-se contractado a cazar com a filha de un colono desta, o que ainda se effectuou por falta da dispensa, sendo elles primos irmãos".

Outro o era Pedro Waltrich, de 37 anos, natural da Alemanha, casado com Luiza Waltrich, de 33 anos, natural da "freguesia" de São Pedro de Alcantara, como seus filhos Nicolao, de 16, Pedro, de 12, Antonio, de 11, João, de 9, Maria, de 5, Carplina, de 3 1/2 e Anna, de 1/2 ano, esta natural de Angelina (à margem está: "Anna nasceu em Fevereiro de 1864"), além da agregada Maria Turners, de 22 anos, natural da Alemanha. Instalou-se /

"em fim de 1861" no "Lote urbano nº1 da quadra E na sede desta Colônia", onde tinha "pouca lavora, tem caza e primeiro negocio". Considerando colono "regular". À margem uma anotação: "Existem em parte nesta Colônia, e em tempos no seu sítio em São Pedro de Alcantara!"

Outro o foi João Francisco de Souza, viúvo, de 50 anos, natural, como todos os seus filhos, do "Distrito" da Cidade de São José, e / eram: Amancio, de 19, João, de 11, Luis, de 7, Florencio, de 5, e Maria, de 16. "Tomou posse effectiva com sua família em 28 de Agosto de 1864" / do "Lote de terras nº11 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas". Para sua instalação "recebeo ferramentas aratorias, condução, roça, derrubada, e auxílio na sua caza". Era considerado "bon colono".

Outro o era José Floriano da Silva Júnior, de 24 anos, natural de São Pedro de Alcantara, e sua mulher, Anna Severina de Souza, de 33, natural de São José, como sua enteada Maria, de 10 anos. "Principiou o seu estabelecimento em principio de Junho de 1864", tomando posse do / "Lote de terras nº 10 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, algodão, fumo, batatas". Para sua instalação / "recebeo ferramentas aratorias, e auxílio na sua derrubada". Considera do colono "regular". À margem está anotado: "Casou-se nesta Colônia em 21 de Julho de 1864".

Outro o foi Laurentino Franco. de Souza, de 23 anos, natural, como seus familiares, de Enseada de Brites (Brito), casado com Maria Rosa de Jesus, de 20 anos, tendo em sua companhia, seu cunhado, Domingos / Franco. dos Passos, de 18 anos, e sua cunhada, Rosa Senhorinha de Jesus, de 17 anos. "Tomou posse effectiva com sua família em 22 de Novembro de / 1864" do "Lote de terras nº5 da Linha do Norte e Fileira Norte", onde cultivava "milho, feijão". Para sua instalação "recebeo condução, ferramen-
tas aratorias, e auxílio na derrubada". Considerado "bon" colono.

Outro o foi Pedro Lopes da Silva, de 39 anos, natural, como / seus familiares, da Freguesia de São Pedro de Alcantara, casado com Mercenciana Rosa de Jesus, de 31, e seus filhos: José, de 9, Pedro, de 8, João, de 6, e Maria, de 10. Além de Maria das Dores, nascida em Angelina e que, à margem se esclarece: "Maria das Dores nasceu em 25 de Novembro e morreu logo depois de estar baptisada". "Tomou posse effectiva com sua família em 17 de Setembro de 1864", do "Lote de terras nº7 da Linha do Sul e Fileira Este", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, arroz, & tem gado". Para sua instalação "recebeo condução, ferramentas ara -

toriais, roça derrubada e caza prntos". Considerado colono "regular".

Outro o foi Manoel Gomes de Souza, natural da Cidade do Desterro, de 55 anos, casado com Angelica Gomes d'Amaral, de 42 anos, natural de Lages, e seus filhos: Wenceslao, de 22, Vitalina, de 16, e Maria, de 13, e estes naturais da Cidade do Desterro, e Belisaria, de 9, Maria Julia, de 6, e Candida, de 4, naturais de São Pedro de Alcantara, "Tomou posse efectiva com sua família em 21 de Setembro de 1864" do "Lote de terras nº1/ da Linha do Sul e Fileira Oeste", onde cultivava "mandioca, milho, feijão, batatas, algodão". Para sua instalação "recebeo condução, ferramentas aratoriais, derrubadas e caza, promptas". Considerado colono "regular".

Outro o era Joaquim Anto. de Souza, de 31 anos, natural, como todos os seus familiares, da Freguesia de Santo Amaro do Cubatão, casado com Maria Belina da Conceição, de 28, e seus filhos: Candido, de 12, Joaquim, de 3, Maria, de 5 1/2, e Anna, de 4. Estabeleceu-se "em Outubro de 1864" no "Lote de terras nº23 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "milho, feijão, batatas". Era considerado "bom colono".

Outro o foi José Antonio Vieira, de 24 anos, natural de "Cambriú", municipio de "Itajahy", bem como sua mulher, Maria Agostinha Garcia, de 22 anos, e sua filha, Maria, de 1 1/2 ano. "Tomou posse em principio de Novembro de 1864", do "Lote de terras nº16 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde cultivava "milho, feijão, mandioca". Para sua instalação "recebeo auxilio na sua derrubada". Considerado "regular".

Outro o foi Hosé Martins da Rosa, de 46 anos, natural, como seus familiares, da Cidade de São José, sua mulher, Alexandrina Rosa de Jesus, de 47 anos, e seu sobrinho, Francisco, de 6. "Tomou posse em Novembro de 1864", do "Lote de terras nº11 da Linha do Norte e Fileira Este", onde cultivava "milho, feijão, mandioca". Para sua instalação "recebeo auxilio na sua derrubada". Considerado colono "regular".

Outro o foi José Francisco Xavier, de 42 anos, natural de Minas Gerais, casado com Laurinda Maria Angelica, de 25 anos, natural, como seus filhos, do "Distrito" da Cidade de São José, e eram: João, de 8, Theodoro, de 3, Eugenio, de 1 1/6 anos, Maria, de 9 e Ignacia, de 4. "Principiou seu estabelecimento em Outubro de 1864, e trouxe a família em 29 de Dezembro de 1864", onde cultivava "milho, feijão, e mandioca & fabricante de Erva matte e em principio o estabelecimento de uma olaria". Considerado do "bom Trabalhador".

Segue-se José Marcelino Leite, de 34 anos, natural do Cubatão, que tomou posse "em Outubro de 1864", do "Lote de terras nº15 da Linha /

do Norte e Fileira Oeste" a quem "auxilio-se na sua derrubada" e tem / "roça pa. plantar em Janeiro". Considerado como colono "regular". À margem está anotado: "Em principio do seu estabelecimento".

Segue-se Manoel Franco. Garcia, de 26 anos, natural do Cuba-tão, tomou posse "em Outubro de 1864" do "Lote de terras nº14 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde prepara "roça pa. plantar em Janeiro". / Considerado colono "regular", pois, estava "em principio o seu estabeleci-mento".

Outro era José Aurelio Garcia, de 24 anos, natural de "Cambriú" tomou posse "em Novembro de 1864", do "Lote de terras nº17 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde preparou "roça pa. plantar em Janeiro", Era considerado colono "regular" por estar "em principio do seu estabelecimento".

Outro o foi Antonio Jorge Senior, de 48 anos, natural de São José, que tomou posse "em Outubro de 1864" do "Lote de terras nº2 da Linha do Norte e Fileira A Oeste", onde plantou "milho, feijão e mandioca" e auxiliou-se na sua derrubada". Era considerado colono "regular" por / estar "em principio do seu estabelecimento".

Outro o foi Antonio Jorge Junior, de 34 anos, natural de São José, que tomou posse "em Outubro de 1864" do "Lote de terras nº3 da Linha do Norte e Fileira A Oeste", onde plantou "milho, feijão e mandioca" / e "auxiliou-se na sua derrubada". Considerado colono "regular" por estar "em principio do seu estabelecimento".

Outro o foi, ainda, Candido Franco. da Costa, de 28 anos, natural de São José, que tomou posse "em Outubro de 1864", do "Lote de terras nº21 da Linha do Norte e Fileira Este", a quem auxiliou-se na sua / derrubada" e fez "roça pa. plantar em Janeiro". Considerado colono "regular" por estar "em principio do seu estabelecimento".

Outro o foi José Pereira da Silva, de 50 anos, natural, como seus familiares, do "Distrito" de São José, e que eram seus filhos: Francisco, de 28 e Joaquim, de 21 anos. Tomou posse "em Outubro de 1864" do "Lote de terras nº19 da Linha do Norte e Fileira Este", onde plantou " / milho, feijão, e mandioca" e a quem auxiliou-se na sua prima. derrubada". Considerado colono "regular" por estar "em principio do seu estabelecimento".

Outro o foi José Silveira Pereira, de 45 anos, natural do " / Distrito" de São José, como seu filho, Manoel, de 20 anos, ambos "catho-licos romanos". Tomou posse "em Setembro de 1864" do "Lote de terras nº /

18 da Linha do Norte e Fileira Este", onde plantou "milho, feijão e mandioca" e a quem auxiliou-se na sua derrubada". Considerado colono "regular" por estar "em principio do seu estabelecimento".

Outra o foi Bernardina Rosa de Jesus, viúva, de 60 anos, natural do "Distrito" de São José, como seu filho Francisco Silveira de / Albarnaes, de 27 anos, e ambos "catholicos romanos". Tomou posse "em Setembro de 1864" do "Lote de terras nº14 da Linha do Norte e Fileira Este", onde plantou "milho, feijão e mandioca" e a quem "auxiliou-se na sua derrubada". Considerado colono "regular" por estar "em principio do seu/ estabelecimento".

Outro o foi Joaquim Franco da Silveira, de 36 anos, "catholicos romanos", natural de São José, que tomou posse "em Setembro de 1864" do "Lote de terras nº15 da Linha do Norte e Fileira Este", onde plantou "milho, feijão, e mandioca", e a quem auxiliou-se na sua derrubada". Considerado "bom" colono, apesar de estar "em principio do seu estabelecimento". À margem anotou-se "constructor de engenhos".

Outro o foi Manoel Franco da Silva, de 34 anos, "catholico romano", natural de São José. Tomou posse "em Setembro de 1864" do "Lote de terras nº17 da Linha do Norte e Fileira Este", onde plantou "milho, feijão e mandioca" e a quem "auxiliou-se na sua derrubada". Considerado "bom" colono, apesar de estar "em principio do seu estabelecimento".

Outro o foi Manoel Antonio d'Andrade, de 49 anos, natural de São José, como seu filho, Francisco, de 15 anos, ambos "catholicos romanos". Tomou posse "em Setembro de 1864" do "Lote de terras nº16 da Linha do / Norte e Fileira Este", onde plantou "milho, feijão e mandioca" e a quem/ auxiliou-se na sua derrubada". Considerado colono "regular", por estar "em principio do seu estabelecimento".

Outro o foi Franco Machado Lourenço, de 36 anos, "catholico/ romano", natural de São José, que tomou posse "em Setembro de 1864" do "Lote de terras nº1 da Linha do Norte e Fileira A Oeste", onde plantou "milho, feijão, e mandioca" e a quem "auxiliou-se na sua derrubada". Considerado colono "bom" apesar de estar "em principio do seu estabelecimento".

Outro o foi Antonio Lopes da Silva, de 37 anos, "catholico / romano", natural de São Pedro (de Alcantara), instalou-se "em Agosto de / 1864" no "Lote de terras nº9 da Linha do Norte e Fileira Oeste", onde / plantou "milho, feijão e mandioca" e a quem "auxiliou-se na sua derrubada". Considerado "bom" colono, apesar de estar "em principio do seu esta

1864" no "Lote de terras nº25 da Linha do Norte e Fileira Este", onde / fez "derrubada" e para sua instalação recebeu "auxílio na sua prima, der rubada". Considerado colono "regular", apesar de estar "em principio do seu estabelecimento".

Estes foram, pois, ps primeiros habitantes da Colonia Nacional Angelina, no depoimento do seu primeiro diretor!

¹ BRUSQUE, Relatório, 1861b.p. 9.

² MOTA, Relatório, 1862.p. 26.

³ CUNHA, Relatório, 1863.p. 28.

⁴ Ofício de 10 de Janeiro de 1865, do "Encarregado da Direção" Carlos Othon Schlappal ao Presidente da Província, Dr, Alexan dre Rodrigues da Silva Chaves.

⁵ O Oódigo Criminal do Império Brasileiro estatuaia:

Art. 128 - Desobedecer ao empregado público em acto de exer cício de suas funções ou não cumprir as suas or dens legais.

Penas: de prisão por seis dias a dous meses; isto é, seis dias no gráo minimo, trinta e tres dias / no médio e dous meses no máximo.

Art.207 - Prometer ou protestar fazer mal a alguem por meio de ameaças, ou seja de palavra ou por escripto, ou por qualquer outro modo.

Penas: de prisão por um a seis mezes; isto é, por / um mez no gráo minino, por tres e meio no medio e por seis no maximo; e de multa correspondente a duas terças partes do tempo em cada um dos gráos.

Quando este crime for cometido contra corporações, as penas serão dobradas; que vêm a ser: prisão por dous mezes no gráo minino, por sete no médio e por 12 no maximo; e a multa correspondente a duas ter ças partes do tempo em cada um dos gráos.

4.2 - A DINÂMICA DEMOGRÁFICA

4.2.1. - FONTES E SUA CRÍTICA

O estudo da dinâmica demográfica tem por base três tendências metodológicas diferentes, a partir da coleta, mas unificadas na análise/quantitativa.

Primeiramente utilizou-se os dados constantes do capítulo anterior 4.1) sistematizando-os em tabelas estatísticas.

Depois, reuniu-se os dados contidos em documentos oficiais, como "Falas e Relatórios" dos Presidentes da Província de Santa Catarina, além daqueles despontados na correspondência oficial da Colônia.

Objetivou-se, a seguir, coletar os dados de natalidade, mortalidade e nupcialidade, em arquivos eclesiásticos, adotando-se as recomendações da moderna demografia histórica.

Finalmente, utilizou-se dados dos recenseamentos do país.

4.2.2 - EVOLUÇÃO GERAL DA POPULAÇÃO DA COLÔNIA

Considerando o período de vida como Colônia "Nacional" coletou-se, em documentos oficiais, elementos necessários para medir a sua / dinâmica demográfica.

Utilizou-se, basicamente, "Falas" e "Relatórios" dos Presidentes da Província de Santa Catarina, complementando-os com as informações dos Diretores da Colônia, com o que, dentro da moderna técnica demográfica, elaborou-se as tabelas e gráficos.¹

Entretanto, como se verá na tabela seguinte não há homogeneidade nestes dados:

TABELA - RESUMO DOS DADOS OBTIDOS

ANO	TOTAL	SEXO	ESTADO CIVIL	CONDIÇÃO ETÁRIA	RELIGIÃO	MOBILIDADE HORIZONTAL	NACIONALIDADE
1861	x	-	-	-	-	-	-
1862	x	-	-	-	-	-	-
1863	x	x	x	x	-	x	-
1864	x	x	x	x	-	x	x
1865	x	-	-	-	-	-	-
1866	x	x	x	x	x	x	x
1867	x	x	x	x	-	x	-
1868	x	-	-	-	-	-	-
1869	x	x	x	x	x	x	x
1870	x	x	x	x	x	-	-
1871	x	x	x	x	-	x	x
1872	x	x	x	x	x	x	x
1873	x	x	x	x	-	-	x
1874	x	x	x	x	x	x	x
1875	x	x	x	x	x	x	x
1876	x	x	x	x	x	x	-
1877	x	x	x	-	x	x	x

x dados obtidos

- dados não obtidos

A primeira discriminação de dados sobre o conteúdo populacional da Colônia Nacional Angelina, decorre, especificamente, assim:²

"... no fim de dezembro do ano passado(1863), contava ela / 218 habitantes sendo

	Homens	Mulheres	
Casados	37	34	
Solteiros	78	66	
Viúvos		3	
	<u>115</u>	<u>103</u>	218
Maiores de 14 anos	66	56	
Menores de 14 anos	49	47	

Entrarão para a colônia durante o ano de 1863 - 76 colonos

Nascerão - 9 colonos

Existião no fim de 1862 -187 colonos

272 colonos

Sahirão - 51 colonos

Falecerão - 3 colonos

Existem -218 colonos".

E, um ano depois(1864), esta era a situação:³

"No último de Dezembro do ano findo contava esta Colonia 308 habitantes e 71 fogões sendo:

	Homens	Mulheres
Solteiros	110	84
Casados	65	44
Viuvos	1	4
	<u>186</u>	<u>132</u>

E continuava:

"Os solteiros são:

	Homens	Mulheres
Maiores de 14 anos	42	25
Menores de 14 anos	68	59
Nasceram durante o ano	13	
Entraram para a Colonia	81	
Deixaram a colonia	1	
Faleceram	3	

Os três falecimentos foram de menores, sendo dous de um dia de idade, e um de cinco meses".

E, em 1865, habitavam no território da Colonia 506 e pelas informações do Director "n'esta Colonia pessoa alguma que não professe a Religião do Estado", existe.⁴

A mobilidade, neste ano, pode ser, assim, resumida:

Existentes em 1864	-	308
Entraram em 1865	-	<u>215</u>
		523
Saíram		7
Faleceram		<u>8</u>
		508 ⁵

Há, pois, uma ligeira discordância entre os totais de população apresentados pelos dois documentos.

Já, no ano de 1866, o quadro populacional era este;

"No decurso do ano passado (1866) recebeu a colonia um augmento de 204 habitantes,

Tendo, porém, se retirado 66 pessoas e falecido 9, ficou a sua população sendo de 635 almas; 129 mais do que no fim de 1865 e 327 mais, isto é, mais do duplo da que tinha em 1864, dois anos antes.

"Desses 635 habitantes pode-se contar com 217 trabalhadores /

maiores de 14 anos, sem falar nos menores desta idade, e nas mulheres, que muitas vezes empregão-se nos trabalhos do campo".⁶

E complementando as informações sobre a dinâmica demográfica: "Durante o ano passado(1866) fizeram-se 11 casamentos e 19 / baptizados, tendo havido, como já disse, 9 óbitos".⁷

Estes dados populacionais para o ano de 1866 podem, ainda, ser melhor estudados, em suas particularidades:⁸

Quanto à nacionalidade:

Nacionais	487
Estrangeiros	9

Quanto à religião:

Católicos	496
-----------	-----

Quanto à divisão etária:

Adultos	294
Menores	292

Quanto ao estado civil:

Solteiros	311
Casados	179
Viúvos	6

Quanto à ocupação:

Empregados públicos	1
Lavradores	97

Quanto à renda:

De 100\$ a 500\$	97
De 1.000\$ a 2.000\$	1

Quanto ao sexo:

Homens	277
Mulheres	219

Quanto à cor:

Branços	486
Pardos	6
Pretos	4

Quanto à condição:

Livres	494
Escravos	2

Total da freguesia 496

A mobilidade no ano de 1866 é, desta forma, sintetizada:

Existiam em 1865	-	508
Entraram em 1866	-	<u>204</u>
		712
Sairam em 1866	-	68
Faleceram	-	<u>9</u>
		635 ⁹

É importante assinalar, aqui, a disparidade dos dados populacionais apresentados, que se referem ao total mencionado no corpo de documento e os dados parciais existentes no anexo! São, no corpo do documento, 635 almas e, no anexo, pelos totais e sub-totais apurados, 496 habitantes!!!

Considerando-se, entretanto, a tabela da evolução populacional da Colonia tem-se que aceitar o dado apresentado no corpo do documento, porquanto estava essa Colonia em crescente acréscimo populacional e não apareceria, nesse ano de 1866, com população inferior a do ano anterior, que fôra 506!!!

E, no ano de 1867, o quadro populacional se apresentava promissor, pois

"Teve a Colonia o aumento de 149 habitantes. O total delles ficou sendo 784 ao encerrar-se o ano, e destes pode-se contar pouco mais ou menos com 260 maiores de 14 anos, e portanto aptos para o trabalho".¹⁰

E, no mesmo documento, é feita uma avaliação do crescimento populacional, a partir da fundação:

"No ano de 1861 existião 107 almas:

"	"	"	1862	"	186	"
"	"	"	1863	"	218	"
"	"	"	1864	"	308	"
"	"	"	1865	"	506	"
"	"	"	1866	"	635	"
"	"	"	1867	"	784	"

E o completa com a informação:

"Durante o ano passado derão-se 8 casamentos, 46 baptizados e 12 óbitos".¹¹

É bastante oportuno frisar que os dados dos dois primeiros anos corrigem, talvez, os dos documentos oficiais anteriores e são, pois, estes dados mais adequados a um estudo de desenvolvimento populacional.

E, complementando o quadro da situação, em 1868, tem-se:¹²

Homens		
Casados	143	
Viuvos	1	
Solteiros		
Maiores de 14 anos	116	
Menores de 14 anos	173	- 433
Mulheres		
Casadas	131	
Viúvas	8	
Solteiras		
Maiores de 14 anos	74	
Menores de 14 anos	138	- <u>351</u>
		784

A mobilidade processou-se assim:

No fim de 1866 existiam	-	635	almas
Nasceram em 1867	-	42	almas
Entraram em 1867	-	<u>157</u>	almas
		834	"
Faleceram em 1867	-	12	"
Deixaram a Colonia	-	<u>38</u>	"
Existiam em 1867	-	784	"

Ao final do ano de 1868, dizia o Presidente da Província, com base em informação do Diretor da Colonia "que sua população é de 900 almas".¹³

No final de 1869 a situação populacional da Colonia era esta: "...contém 142 famílias, perfazendo o número de 660 habitantes, mais ou menos.

"Entrarão para a colonia, de julho a setembro do ano próximo/ findo, 22 famílias de colonos, contendo 95 pessoas, que foram todas já estabelecidas em seus competentes terrenos".¹⁴

Entretanto tal dado é, posteriormente, corrigido, como se verá, adiante:

"Conta esta Colonia até o fim do ano próximo passado 141 famílias de colonos, perfazendo o total de 744 habitantes de/ ambos os sexos, todos catholicos, sendo 394 honens, 350 mulheres, 428 maiores, 316 menores, 282 casados, 450 solteiros, 12 viúvos, 711 Brasileiros incluindo 2 Escravos, 33 estrangeiros alemães, estes compostos de 6 famílias, contendo 33 /

pessoas de ambos os sexos, que já aqui se achavam estabelecidos quanto em Junho do ano próximo findo quando assumi a Direção d'esta Colônia, o que muito estranhei por ser todo/este estabelecimento Brasileiro;

"Houverão aqui no correr do ano próximo findo 31 nascimentos, 10 casamentos, 26 baptizados, fallecerão 13 pessoas;

"Entrarão para a Colonia de Julho a Dezembro do ano próximo findo, 22 famílias de Colonos, contendo 95 pessoas de ambos os sexos, que forão todos já estabelecidos em seus competentes terrenos".¹⁵

Estes dados vão, pois, se repetir na exposição da Presidencia da Província, acêrca da Colonia; naquele ano,¹⁶

Assim, em confronto com os dados do ano anterior, parecem estes, evidentemente, uma mera estimativa, sem maior validade, na análise da conjuntura demográfica local, apesar de, no ano imediatamente anterior de 1867, também se ter dados superiores aos de 1869, o que não corresponde, na realidade, ao incremento populacional que se sente os dados apontados nas fontes documentais compulsadas.

Já, no ano de 1870, segundo o depoimento presidencial, era esta a situação da Colonia, quanto ao desenvolvimento demográfico:¹⁷

"A Colonia Nacional Angelina conta 977 habitantes, de ambos os sexos, todos catholicos, sendo 517 homens e 460 mulheres, 555 maiores e 422 menores, 394 casados, 570 solteiros e 13/ viúvos".

Quanto à naturalidade e à condição social era de:

Brasileiros - 930, Estrangeiros - 41 e Escravos - 6, e ocorreram 33 nascimentos, 14 casamentos, 29 batisados e 6/ óbitos.¹⁸

E, no ano de 1871, maior desenvolvimento populacional é assinalado:¹⁹

"que conta já esta Colonia até o fim do ano (1871) 1.100 habitantes de ambos os sexos, todos Catholicos, sendo 587 homens e 513 mulheres, 631 maiores, 469 menores, 486 cazados, 616 solteiros, 16 viúvos, 1.042 brasileiros, incluindo 7 / escravos, e 12 famílias de allemães, compostas de 58 pessoas de ambos os sexos". E, adiante, assinala:

"Houverão aqui no correr do ano 21 nascimento, 14 cazamentos, 17 baptizados, 7 óbitos de 3 maiores e 4 maiores.

"Acreceu na população da Colonia no decurso do ano 37 famílias de Colonos composta de 123 pessoas de ambos os sexos , que vai acima englobado, sendo 70 homens, 53 mulheres, 76 / maiores, 47 menores, 74 cazados, 46 solteiros, 3 viúvos, 104 brasileiros incluindo 1 escravo e 19 estrangeiros".

Tais dados vão ser reproduzidos, integralmente, na prestação-de-contas do Presidente da Província.²⁰

Em novembro de 1872 dizia o Presidente da Província:²¹

"Sua população é orçada em 1.100 almas".

Mas, na realidade, para o Diretor da Colonia, não alcançava aquela cifra:²¹

Homens	533
Mulheres	<u>471</u>
	1.004
Sendo maiores -	534
Sendo menores -	<u>470</u>
	1.004
Solteiros -	672
Casados -	316
Viúvos -	16
Fogos -	166
Quanto à nacionalidade:	
Nacionaes -	950
Estrangeiros -	54
Quanto à religião:	
Catholicos -	983
Acatholicos -	21
Quanto à situação social:	
Livres -	998
Escravos -	6

A mobilidade populacional foi, da seguinte ordem, naquele ano:

Casamentos -	5
Nascimentos -	26
Baptizados -	22
Óbitos -	6

Entretanto, outro documento, bem posterior, indica 1.300 habitantes.²²

No fim do ano de 1873 a sua situação populacional era a se -

guinte, nos seus dois distritos - Mundéos e Garcia:²⁴

Homens	-	443
Mulheres	-	<u>392</u>
		835
Maiores	-	449
Menores	-	386
Casados	-	246
Solteiros	-	574
Viúvos	-	15
Brasileiros	-	808
Estrangeiros	-	27
Livres	-	830
Escravos	-	5

E, no ano de 1874 era o seguinte o quadro da população:²⁵

"... constava de 1.155 habitantes", dos quais:

Homens	624
Mulheres	531
Maiores	608
Menores	547
Casados	368
Solteiros	764
Viúvos	23
Catholicos	1083
Acatholicos	72
Brasileiros	1124
Alemães	31

"Tendo havido uma diferença para mais, contra o de 1873, de / 320 alemães.

"No correr do ano findo (1874) derão-se:

Nascimentos	28
Casamentos	27
Óbitos	15

"Estabelecerão-se ha colonia 45 famílias, que , juntas às 161 existentes, perfazem o número de 206."

Há entretanto, uma particularidade que deve ser observada, no cotejo dos dados acima, do relatório da Presidencia da Província, e aquelas que lhe serviram, evidentemente, de subsídio, fornecidos pela Direção da Colonia.²⁶

Neste, ao tratar da religião dos habitantes da Colônia, assim se expressa "todos catholicos, com excepção de 72 protestantes" ao que o Presidente da Província transformou "acatholicos". Outro ponto da dinâmica demográfica omitido pela Presidencia da Província e informado pela Direção é o número de batisados, no aludido ano de 1874: foram 22.

No ano seguinte ao findar-se o exercício era esta a situação populacional da Colônia.²⁷

"É de 1391 habitantes, sendo:

Homens	739
Mulheres	653
Livres	1372
Escravos	19
Católicos	1223
Acatólicos	168
Casados	428
Viúvos	25
Solteiros	938
Brasileiros	1282
Estrangeiros	109

"Comparando-a com a do ano de 1874, que era de 1155 habitantes houve uma diferença para mais de 236 alemães.

"No correr do ano findo houve:

Nascimentos	74
Casamentos	15
Óbitos	24

"Imigração - Entrarão durante o ano ultimo 233 colonos, sendo 167 brasileiros, e 66 estrangeiros.

"Retirarão-se 38, sendo 27 brasileiros e 11 estrangeiros."

Estes dados são encontrados no relatório do Diretor da Colônia, Gaspar Xavier Neves, à Presidencia da Província²⁸, e mais o número de "693 maiores de 15 anos, e 698 menores", e quanto aos 24 óbitos havidos, em 1875, "5 de adultos e os outros de crianças de menos de 3 anos", e acrescenta "toda a população é composta de 246 famílias".

Mas, a sua dinâmica demográfica, é analisada, com relação ao ano de 1876, desta maneira.²⁹

"Para a colônia nacional Angelina não tem afluído colonos.

"Até 31 de Dezembro ultimo(1876) a sua população era de 1503 almas, sendo homens 795 e mulheres 708."

Entretanto, o documento subsidiário para tal afirmativa é mais explícito:³⁰

"Conta esta colônia até o dia 31 de Dezembro último (1876) /

Almas: 1503 - Sendo Homens 795, Mulheres 708

995 Maiores

508 Menores de 10 anos.

456 Casados

1023 Solteiros

1309 Católicos

194 Acatólicos

1376 Brasileiros

127 Estrangeiros

1486 Livres

17 Escravos

Quanto à mobilidade populacional: 53 nascimentos, 15 óbitos e 6 casamentos.

E mais:

"Entrarão na Colônia em 10 de Maio, Imigrantes Europeus 19 e / no corrente do ano, 57 Brasileiros, que todos se acham estabelecidos em seus lotes respectivos. Retirarão-se 3 colonos Franceses. Toda a população é composta de 267 famílias".

No ano de 1877³¹ a situação populacional da Colônia era da seguinte ordem:

"Conta a Colônia até o dia 31 de Dezembro último 1475 almas, / sendo:

Brasileiros 1021

Estrangeiros 145

Catholicos 1301

Protestantes 174

Homens 779

Mulheres 696

Cazados 454

Solteiros e Viúvos 1021

Livres 1462

Escravos 13."

E, no tocante à dinâmica, esclarece o mesmo documento:

"Houverão casamentos 3, nascimentos 63, óbitos 10.

Retirarão-se algumas famílias Brasileiras, que tinham lotes no

Ribeirão denominado "Três Barras" que preferirão comprar terra no lugar denominado "Tijucas Grande" com receio dos gentios, que frequentemente lhes aparecião.

"Mas, em compensação também tem-se destruido lotes a muitas/ outras famílias, que ainda não se acham na Colonia, por lhes terem concedido um prazo, para se aprontarem, afim de sem / embaraço tomarem conta dos seus lotes."

Tem-se, desta forma, a evolução populacional da Colonia "Nacional" Angelina, até o ano de 1877. Infelizmente, não se pode obter dados até a sua emancipação em 1882.

- 1 WEISS. Demographic models por anthropology.
- 2 OLIVEIRA. Relatório, 1864. p. 21.
- 3 CHAVES. Relatório, 1865. p. 31.
- 4 Ofício nº 262, de 4 de julho de 1866, do Diretor da Colonia ao Presidente da Província, Dr. Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque Lacerda.
- 5 "Relatório de inscrição e exame da Colonia Nacional Angelina", 1876, 40 p., ms.
- 6 LACERDA. Relatório, 1867. p. 11.
- 7 LACERDA. Relatório, 1867. p. 13.
- 8 LACERDA. Relatório, 1867. Anexo B.
- 9 "Relatório de inspeção e exame da "Colonia Nacional Angelina", 1867, 40p., ms.
- 10 LACERDA. Relatórios, 1868. p. 20.
- 11 LACERDA. Relatórios, 1868. p. 21.
- 12 LACERDA. Relatórios, 1868. Anexo D.
- 13 ABREU. Relatório, 1869. p. 22.
- 14 GALVÃO. Relatório, 1870. Anexo.
- 15 Ofício s/nº, de 5 de março de 1870, do Diretor da Colonia , Joaquim José de Souza Corcoroca, ao Presidente da Província, Dr. André Cordeiro de Araújo Lima.
- 16 LIMA. Relatório, 1870. p. 17.
- 17 GOUVÊA. Relatório, 1871. p. 15.
- 18 "Relatório de inspeção e exame da Colonia Nacional Angelina", 1876, 40p., ms.
- 19 Relatório apresentado ao Excm. Sr. Vice- Presidente da Província de Santa Catarina o Dr. Guilherme Cordeiro Coelho Cin

- tra pelo Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca, 1871., em
15 de fevereiro de 1872.
- ²⁰ CINTRÁ, Relatório, 1872, p. 38.
- ²¹ CINTRÁ JUNIOR, Relatório, 1872, p. 19.
- ²² "Mapa Geral Estatístico" da população da Colônia Nacional An-
gelina no ano de 1872, datado de 8 de janeiro de 1873, pelo
Diretor Joaquim José de Souza Corcoroca.
- ²³ "Relatório de inspeção e exame da Colônia Nacional Angelina",
1876., 40p. ms.
- ²⁴ SILVA, Fala, 1874, Mapa Estatístico assinado pelo Diretor da
Colônia, Gaspar Xavier Neves.
- ²⁵ SILVA, Fala, 1875, p. 101.
- ²⁶ Ofício s/nº, de 13 de fevereiro de 1875, do Diretor da Colo-
nia, Gaspar Xavier Neves, ao Presidente, Dr. João Thomé da Sil-
va (Relatório de 1874)
- ²⁷ MELLO FILHO, Fala, 1876 a.p. 92-93.
- ²⁸ Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1876, do Diretor da Colônia,
Gaspar Xavier Neves, ao Presidente da Província, Dr. João Capis-
trano Bandeira de Mello Filho (11 fls. de relatório e 1 qua-
dro estatístico).
- ²⁹ ARAUJO, Fala, 1877, p. 17.
- ³⁰ Ofício s/nº, de 31 de janeiro de 1877, do Diretor da Colônia,
José Candido Duarte Silva, ao Presidente, Dr. José Bento de A-
raújo.
- ³¹ Ofício s/nº, de 23 de janeiro de 1876, idem, idem.

4.2.3 - LEVANTAMENTO DE FAMÍLIAS

Os dados constantes na "Relação dos habitantes da Colonia Nacional Angelina no fim do ano de 1864(4.1), apesar de bastante completo, nos dá uma visão parcial da estrutura social da Colonia.

Este documento, como se viu apresenta, além da nominata dos / membros das famílias e seus agregados, idades, naturalidade, religião, data de instalação na Colonia, situação dos seus lotes, culturas agrícolas que mantêm e atividades que exercem, bem como benefícios que receberam / ao se instalarem na Colonia, a opinião do "Encarregado da Direção da Colonia" sobre a operosidade do colono e "observações".

Com estas elementos elaborou-se tabelas quanto à composição / familiar, à naturalidade dos colonos, e aos grupos etários relacionados ao sexo.

Da análise sucinta destas tabelas tem-se algumas considerações quanto à população extremamente jovem que se fixa, inicialmente (/ 1864) na Colonia Nacional Angelina, e da preponderância das famílias que se iniciam no novel empreendimento colonizador, especialmente jovens que se preparam, fazendo a sua primeira lavoura, adquirindo seu lote, para / depois casar (18 estão nesta situação). Por outro lado, no que se refere à naturalidade a "Colonia Nacional Angelina" demonstra, desde logo, que / é uma área de expansão - "frente pioneira" - como a pretendeu o seu idealizador, para os excedentes das áreas de colonização açoriana de Santa / Catarina(São José, "Cambriú", Ilha de Santa Catarina, Enseada de Brito, Campo de Massiambu) e de áreas de sua expansão posterior(Sto. Anaro do Cubatão), ou, ainda, da área inicial da colonização alenã em Santa Catarina, já, então, com mais de 30 anos de fixação (São Pedro de Alcantara), e por isto mesmo, não ficando infensa à penetração, gradual e paulatina, do elemento alienígena.

Os quadros elaborados foram:

1 - População por idade e sexo

Fim de 1864

GRUPO DE IDADE	FREQUÊNCIA		TOTAL
	MASCULINO	FEMININO	
0 + 5	21	25	46
5 + 10	25	20	45
10 + 15	24	19	43
15 + 20	21	11	32
20 + 25	19	16	35
25 + 30	13	8	21
30 + 35	13	14	27
35 + 40	14	1	15
40 + 45	6	6	12
45 + 50	9	6	15
50 + 55	9	4	13
55 + 60	1	2	3
60 + 65	3	1	4
Idades não anotadas	2	2	4
TOTAL			315

Fonte: "Relação dos habitantes da Colonia", 1864.

2- COMPOSIÇÃO FAMILIAR - 1864

COMPOSIÇÃO	Nº DE FAMÍLIAS
De 1 pessoa	18
De 2 a 5 pessoas	27
De 5 pessoas	5
De 6 pessoas	6
De 7 "	5
De 7 a 10 pessoas	8
De 10 a 12 "	2
De 12 a 15 "	1

Fonte: "Relação dos habitantes da Colônia Nacional Angelina em fins do ano de 1864. "

Nota: Na composição não foram computados escravos e agregados.

3- NATURALIDADE DOS HABITANTES - 1864

NATURALIDADE	FREQUENCIA	
	ABSOLUTA	RELATIVA
BRASILEIROS		
Brasileiro adotivo	1	0,32
De Santa Catarina:		
"Distrito" da cidade de São José	116	36,83
São Pedro de Alcântara	72	22,86
Sto. Amaro do Cubatão	31	9,84
Colônia Nacional Angelina	23	7,30
"Cambriú" (Camboriú)	13	4,13
Cidade do Desterro	12	3,81
Campo de Massiambu	11	3,49
Ilha de Santa Catarina	8	2,54
N. Sra. da Lapa do Ribeirão	4	1,27
Enseada de "Brites" (Brito)	4	1,27
Laguna	2	0,63
Lages	2	0,63
DE OUTRAS PROVÍNCIAS:		
Sto. Antonio da Patrulha-R.G.Sul	1	0,32
Minas Gerais	1	0,32
OUTROS PAÍSES:		
Prússia	7	2,22
Alemanha	6	1,90
Portugal	1	0,32
TOTAL	315	100,00 %

FONTE: "Relatório dos habitantes da Colônia Nacional Angelina em fins / do ano de 1864".

424 - DISTRIBUIÇÃO E COMPOSIÇÃO POPULACIONAL DA COLÔNIA

A organização dos dados obtidos nos documentos oficiais - quer "Relatórios" dos Presidentes da Província de Santa Catarina, ou, ainda, em simples correspondência da Colônia, nos leva a realizar alguns / estudos relativos à distribuição e composição da sua estrutura populacional;

Assim, é possível apesar da falta de uniformidade de apresentação dos dados, nos vários tipos de documentos compulsados, apresentar estudos sobre a distribuição e a composição da população da Colônia Angelina, em boa parte da sua existência, como tal.

A falta de homogeneidade na coleta dos dados impede estudos de séries em sequência completa. Vamo-nos defrontar com lacunas bastante grandes em todos os itens, excetuando-se, tão somente, o relativo ao total populacional, no período 1861-1877 (Tabela 1)

1 - TOTAL POPULACIONAL

ANOS	POPULAÇÃO TOTAL
1861	107
1862	187
1863	218
1864	308
1865	506
1866	635
1867	784
1868	900
1869	744
1870	977
1871	1.100
1872	1.004
1873	835
1874	1.155
1875	1.391
1876	1.503
1877	1.475

Ao analisar-se a tabela 1 - Total populacional, sente-se, desde logo, que os procedimentos de coleta não foram uniformes, nem tão pouco rigorosos.

No ano de 1868 a computação de 900 habitantes, entre 784 do ano anterior a 744 do ano posterior demonstra que se está diante de uma estimativa, quando se tem exatamente um período de ingressos de colonos,

como o demonstra a documentação compulsada.

Por outro lado a disparidade já verificada entre as várias fontes, como se aferiu na comparação documental faz com que se os aceita com reservas.

2 - DISTRIBUIÇÃO POR SEXO

A N O	S E X O S	
	MASCULINO	FEMININO
1863	115	103
1864	176	132
1865	-	-
1866	-	-
1867	433	351
1868	-	-
1869	394	350
1870	517	460
1871	587	513
1872	533	471
1873	443	392
1874	624	531
1875	738	653
1876	795	708
1877	779	696

As falhas apontadas para a tabela 1 - Total populacional - acrescem no exame da tabela 2 - Distribuição, por sexo.

Aqui, já, há claros que prejudicam a análise da composição populacional.

Desde logo, porém, ressalta a maior predominância do elemento masculino sobre o feminino, em todos os anos computados.

3 - DISTRIBUIÇÃO POR ESTADO CIVIL

ANOS	ESTADO CIVIL		
	CASADOS	SOLTEIROS	VIÚVOS
1863	71	144	3
1864	109	194	5
1865	-	-	-
1866	179	311	6
1867	274	501	9
1868	-	-	-
1869	282	450	12
1870	394	570	13
1871	468	616	16
1872	316	672	16
1873	246	574	15
1874	368	764	23
1875	428	938	25
1876	456	1.023	24
1877	454	1.021	-

A distribuição da população por estado civil - Tabela 3 -, além de apontar a dominância dos solteiros, na sua composição, demonstra, mais uma vez, a falta de uniformidade na coleta dos dados, o que / ressurte a falta de sequência verificada nos anos de 1865 a 1868, além do englobamento efetuado em 1877 de "solteiros e viúvos", apresentando, então, um total de 1.021 pessoas!

4 - DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÃO ETÁRIA

ANOS	CONDIÇÃO ETÁRIA	
	MAIORES	MENORES
1863	122	96
1864	-	-
1865	-	-
1866	294	292
1867	190	311
1868	-	-
1869	428	316
1870	555	422
1871	631	469
1872	534	470
1873	449	386
1874	608	547
1875	693	698
1876	995	508
1877	-	-

Para analisar a tabela 4 - distribuição da população, por con

dição etária - tem-se, ao criticar os dados obtidos, apontar, além das falhas na coleta, onde se vê que, nos anos de 1864, 1865, 1868 e 1877 / não foram computados os dados necessários, tem-se, ainda, que defrontar com falta de uniformidade na determinação da idade limite entre "maiores" e "menores".

Ora, tal idade é fixada em 14 anos(1863, 1864, 1865, 1867), ora, simplesmente, refere-se a "adultos" e "menores"(1866), ou, então, não / definem idade limite(1870, 1871 e 1873), ou, ainda, fixam a idade limite em 10 anos(1876), ou, então, em 15 anos(1875).

Desta falta de inuniformidade resultam discrepâncias numéricas na tabela exposta como aquela preponderância de menores de 1867!!!

Uma conclusão se antepõe ao analista: há uma ponderável parcela da população em faixa etária correspondente à atividades produtivas!

5 - DISTRIBUIÇÃO POR NACIONALIDADE

ANOS	NACIONALIDADE				
	Nºs ABSOLUTOS			Nºs RELATIVOS (%)	
	TOTAL	BRASIL	ESTRANG.	BRASILEIROS	ESTRANGEIROS
1866	496	487	9	98,50	1,50
1867	-	-	-	-	-
1868	-	-	-	-	-
1869	744	711	33	95,50	4,50
1870	977	936	41	95,75	4,25
1871	1.100	1.042	58	94,75	5,25
1872	1.004	950	54	94,75	5,25
1873	835	808	27	96,75	3,25
1874	1.155	1.124	31	97,25	2,75
1875	1.381	1.282	109	92,20	7,80
1876	1.503	1.376	127	91,50	8,50
1877	1.476	1.330	145	90,20	9,80

Esta tabela 5 - Distribuição, por nacionalidade - é deveras importante, porquanto numa Colonia "Nacional", isto é, fundada e estruturada para receber elementos brasileiros, desde o primeiro momento, passa a ter estrangeiros, alterando, assim, o pensamento do seu idealizador!

E, vai ser importante ver a fixação e o incremento que o estrangeiro toma na estrutura populacional da Colonia, avançando expres-

sivo percentual.

Usa-se, neste quadro, a comparação, em números absolutos e em números relativos, exatamente para considerar melhor a contribuição de / ambos grupos, o nacional e o aliígena.

Infelizmente, não se pode por motivos que adiante serão refe- ridos, retratar-se a comparação dos descendentes de luso- brasileiros com os de estrangeiros e avaliar o processo de miscigenação ocorrido.

6 - ESTRUTURA SOCIAL

ANOS	ESTRUTURA SOCIAL	
	LIVRES	ESCRAVOS
1866	494	2
1867	-	-
1868	-	-
1869	742	2
1870	971	6
1871	1.093	7
1872	998	6
1873	830	5
1874	-	-
1875	1.372	19
1876	1.486	17
1877	1.462	13

A estrutura social, explicitada na tabela 6, é decorrência da situação social do país, no momento da implantação e do desenvolvimento / inicial da Colonia Nacional Angelina.

Assim, a escravidão negra existente no país, já em processo / gradual de abolição, apresenta-se, ora em crescendo, ora decrescente, mas sempre com pequeno índice.

Somente, em 1875, o número de escravos computados representa mais de 1% da população livre! Entretanto, não se relaciona com o índice existente, na época, na então, na então Província de Santa Catarina, que o era de, aproximadamente, 9%.¹

ANOS	NASCIMENTOS	ÓBITOS	SUPERAVIT
1862	9	2	+7
1863	9	3	+6
1864	13	3	+ 10
1865	18	8	+ 10
1866	19	9	+ 10
1867	42	12	+ 30
1868	-	-	-
1869	31	13	+ 18
1870	33	6	+ 27
1871	21	7	+ 14
1872	26	6	+ 20
1873	-	-	-
1874	28	15	+ 13
1875	74	24	+ 50
1876	53	15	+ 38
1877	63	10	+ 53

Entendê-se por incremento natural - Tabela 7 -, "excesso numérico dos nascimentos sobre as mortes numa população determinada durante um certo período de tempo".²

Entretanto, não se pode esquecer que, exatamente, este incremento natural está relacionada com a forte corrente migratória que se localizou na Colonia Nacional Angelina, no período de 1862 a 1877.

Infelizmente, os documentos computados não nos possibilitaram estender mais o período em análise.

¹ PIAZZA. O negro em Santa Catarina.

² FAIRCHILD, p. 151.

4.2.5. REGISTROS PAROQUIAIS

Atendendo-se que

"...a demografica historica trabalha especialmente com todo tipo de populações pré - malthusianas (aquelas que evidencialmente não praticavam nenhuma forma de controle direto/ da natalidade), da época pré - estatística (anteriores ao primeiro censo nacional realizado), mas podendo incluir / também em seu campo, o período que alguns denominam de " / transição demografica" que acompanha as primeiras etapas / do desenvolvimento economico",¹ tem-se, pois, no Brasil, que recorrer aos arquivos paroquiais, em especial, para realizar estudos analíticos populacionais, dentro das recomendações da moderna demografia historica.²

Com este desiderato procurou-se encontrar os livros de registros paroquiais da Freguesia de São Pedro de Alcantara, onde, pela documentação compilada, no decorrer do trabalho, sabia-se ter vivido e parouquiado o sacerdote que atendeu, nos primeiros tempos, a população da Colonia Nacional Angelina, o Padre Roberto Bucker.

No Arquivo Historico - Eclesiastico da Arquidiocese de Florianópolis encontrou-se os livros de batismos da Freguesia de São Pedro/ de Alcantara de 1850 - 1857 e 1854 - 1867, cobrindo, assim, 7(sete) anos da existencia da Colonia Nacional Angelina. Entretanto, como o objetivo/ básico e inicial foi o de conhecer o incremento natural dessa população, obviamente só interessam os números e estes estão nos documentos oficiais, transmitidos pela autoridade eclesiástica competente.

Por outro lado, acresce que a totalidade da população da Colonia não era católica, o que, de certo modo, invalida os elementos estatísticos que se apuram nos aludidos livros eclesiásticos, ou, ao menos, / os torna menos válidos!

Da mesma forma, no aludido Arquivo só se dispõem de livros/ de óbitos daquela Freguesia de 1850 - 1888 e de casamentos de 1850 - 1880 e 1867 - 1872.

Não resta dúvida que, para trabalho de maior minúcia, tem-se, aqui, valioso acervo que se poderá transformar em elemento útil à demografia histórica, procedidas as necessárias verificações.

Ajunte-se que, a partir de 1876, vão ser encontrados registros de batizados e de casamentos de moradores da Colonia Nacional Ange-

lina também nos livros do Curato de Teresópolis, ao qual ficou subordinada eclesiasticamente.

E os registros da parcialidade não católica onde se encontrariam?

Tem-se, assim, para uma história sequencial, deficiências de vários tipos, o que impediu a realização de uma história demográfica, em termos quantitativos, dentro dos procedimentos recomendados.

¹ MARCILIO. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil . p. 82

² HENRY. Anciennes familles genevoises.

GAUTIER & HENRY. La population de Crulai parvisse normande.

LACHIVER. La population de Meulan du XVII e. au XIX e. siècle (vers 1600- 1870); étude de démographie historique.

Nacional Angelina, face ao Censo de 1940, um total de 5.702 habitantes.

Vê-se, pois, que em vinte anos, de 1920 a 1940, não houve um crescimento populacional que possa efetivamente, demonstrar um razoável incremento natural.

Está, pois, desde então, senão for constatada uma causa de mortalidade aquela população sujeita a um forte índice de exodo para outras regiões.

No VI Recenseamento Geral do Brasil, efetuado em 1950, os distritos do município de São José, Angelina e Garcia, perfazem a área da Antiga Colonia Nacional.

Tem-se, nestes dois distritos uma população de 6.351 habitantes, assim divididos:

O distrito de Angelina apresenta 1.445 homens e 1.502 mulheres, sendo 75 homens e 82 mulheres, no quadro urbano, 19 homens e 97 mulheres, no quadro suburbano, e 1351 homens e 1323 mulheres no quadro geral, enquanto o distrito de Garcia apresenta-se com 1.713 homens e 1691 mulheres, sendo 50 homens e 50 mulheres no quadro urbano, 15 homens e 16 mulheres no quadro suburbano, e 1.648 homens e 1.625 mulheres no quadro rural.

Há, indiscutivelmente, uma fraca polarização, pelos centros/urbanos de ambos os distritos que compoem a área em estudo.

No Recenseamento de 1960 a situação se apresenta da seguinte forma:

A área da antiga Colonia Nacional Angelina continua abrangendo, então, dois distritos do município de São José, Angelina e Garcia / totalizando 7.474 habitantes.

O distrito de Angelina apresenta-se, na ocasião, com uma população total de 3.571 habitantes, dos quais 1.706 homens e 1.865 mulheres, estando 130 homens e 344 mulheres na área urbana e 1.576 homens e 1.521 mulheres na área rural. E, quanto à alfabetização em pessoas de 10 e mais anos, 78 homens e 279 mulheres sabiam ler e escrever e 16 homens e 21 mulheres não sabiam ler nem escrever, na área urbana.

No distrito de Garcia a situação era assim: para uma população total de 3.903 pessoas, dos quais 1.965 homens e 1.938 mulheres, situavam-se 96 homens e 92 mulheres na área urbana e 1.869 homens e 1.846 mulheres na área rural.

Quanto à alfabetização, na área urbana da vida de Garcia, a situação era esta, no tocante às pessoas de 10 anos e mais: 45 homens e /

49 mulheres que sabiam ler e escrever e 14 homens e 13 mulheres que não sabiam ler nem escrever.

No Recenseamento de 1970 a área da antiga Colonia Nacional / Angelina está, praticamente, incluída no município de Angelina.

Face ao Censo, então realizado, tem-se os seguintes resultados:

O total populacional é de 7.546 pessoas, dos quais 3.815 homens e 3.731 mulheres, estando, somente, 609 habitantes na área urbana e 6.937 na área rural.

Evidencia-se, pois, que se trata de população predominantemente presa às atividades agrícolas.

Apresenta-se, entretanto, face ao mesmo Recenseamento, com / uma densidade de 1207 habitantes por quilômetro quadrado, o que, indiscutivelmente, muito baixa para uma região agrícola, onde, notadamente, não / se tem mecanização.

5. CONCLUSÕES

5. CONCLUSÕES

Ao se concluir o presente estudo tem-se, necessariamente, uma análise do material existente, em três níveis: o local, o regional e o nacional.

No nível local ver-se-á toda a problemática que suscitou a criação, instalação e desenvolvimento da Colonia Nacional Angelina.

A partir da década de 1830 já se tem no cenário brasileiro atitudes de que a colonização agrícola é a salvação da patria!

Fôra este o pensamento do Senador Vergueiro, no Senado do Império, na sessão de 23 de maio de 1830.¹

Apesar de estar quase um século distante, situa-se em torno/ da escola fisiocratica e que vai, naquela e nas seguintes décadas, orientar a problemática economico- social brasileira.²

E, vejamos qual o pensamento dominante!

Um emigrante colonizador³ assim via o problema:

"Jusqu'a ce jour deux syste'mes de colonisation ont divisé / les êsprits au Brésil, le système de parceria, et celui de / la colonisation libre, c'est-à-dire, la fondation de centres coloniaux où les colons sont propriétaires sans autres obli- gations que celles imposées à tous les citoyens,"

E, acrescenta, referente à situação em Santa Catarina:

"Sous ce rapport la question est beaucoup plus simple à Sain- te - Cathérine, où il y a pen d'esclaves et pas des grands / propriétaires, et où par consequent le système de parceria / n'a pas de raison d'être".

Evidentemente o Autor não relacionou à então Província de San- ta Catarina a área pastoril existente no planalto, já então integrado, ad- ministrativamente, à Província!

Assim sendo nada mais certo que o procedimento usado para a então Província de Santa Catarina.

O processo colonizador e imigrotório é básico na análise da estrutura social brasileira.

Entretanto, alguns requisitos devem ser, inicialmente, enfoca- dos.

Neste ponto, ficamos com a expressão de eminente sociólogo / brasileiro:⁴

"Examinada a posição do problema(da imigração) e a sua impor-

tancia para o Brasil, faz-se mister analisá-lo. O primeiro fato que se destaca é o de sua complexidade."

E, a complexidade referida é, abordada, pelo mesmo autor, que, assim, se expressa:⁵

"Efetivamente, a imigração no seu conceito moderno, ou seja o de migração colonizadora, compreende um certo número de / fases, nitidamente diferenciadas em sua técnica, objetivos / e efeitos. O que se visa, realmente, na imigração colonizadora, não é apenas o transporte para o país de massas de imigrantes e o seu aproveitamento para o desenvolvimento econômico da nação, mas algo de muito mais amplo."

E, por isto mesmo desdobra-se em etapas, tais como: "seleção", "colocação", "fixação" e "assimilação".

Vejam, pois, como se tem, diante do estudo enfocado a apreciação destes itens.

E, aqui, se pergunta: houve uma seleção do próprio imigrante nacional ou mesmo do estrangeiro? A resposta é não!

Perguntava-se, talvez, se gostava ou não de trabalhar, se tinha ou não interesse em produzir, se queria ou não um pedaço maior de terra?

No que tange à "colocação" e à "fixação", tem-se, novamente, que emprestar uma crítica assaz contundente. Pouco ou nada se fez para a "colocação" do emigrante, fôsse nacional ou estrangeiro, e a própria "fixação" é junto do esforço individual.

O Governo Imperial ditou as leis, escolheu os lugares das colônias, através dos seus elementos, e, muitas vezes, escolheu mal, procurou ser paternalista e, pouco ou nada fez para que houvesse um desenvolvimento econômico-social razoável.

Neste sentido as colônias são, na maioria dos casos, resultante do esforço dos seus administradores e de algum líder natural, existente entre os seus habitantes!

Aspecto fundamental, neste trabalho, é a verificação do grau de "Xenofobia" na criação e instalação da Colônia Nacional Angelina.

A alegação de que o Rescrito Von der Heydt foi impeditivo ao incremento da imigração alemã para o Brasil merece uma análise mais completa.

Usando dados numéricos vai-se sentir que, na realidade, o Rescrito Von der Heydt, não proibiu, pura e taxativamente, a emigração prussiana para o Brasil.

O que, na realidade, houve foi uma suspensão de concessões de varios empresarios de emigração.

Os dados estatisticos falam, eloquentemente. Do Reino da Prussia, onde August Von der Heydt era Ministro do Comercio, Industria e Obras Públicas, emigraram para o Brasil, no período 1850 a 1859 - portanto, anterior ao Rescrito - 15.815 pessoas, e de 1860 a 1895 - após, portanto, ao Rescrito - 63.370 pessoas.

Se considerar-se que o Rescrito Von der Heydt foi aceito e posto em execução nos territorios de Baden e de Württemberg, vejamos, como se comportou a emigração alemã para o Brasil, no seu conjunto, antes e depois daquele ato.

De 1821 a 1860 entraram no Brasil 23.803 alemães e, depois do Rescrito, de 1861 a 1870, 12.772 pessoas, de 1871 a 1880, 17.006 pessoas e de 1881 a 1890, outras 21.628 pessoas.⁷

Isto demonstra, claramente, que o Rescrito não foi, efetivamente, impeditivo da emigração, quer prussiana, quer de outras regiões/germanicas, para o Brasil, e os dados utilizados significam que aumentou a emigração no período subsequente ao aludido diploma legal.

Este elemento é importante, no que diz respeito à análise Geral do problema imigratório brasileiro, e, de certa forma, modifica a perspectiva que se tinha de tal fator como impeditivo.

Assim sendo, resta saber, até que ponto, os empresarios prejudicados pelo Rescrito de Von der Heydt, influenciaram o Governo Imperial Brasileiro, a fim de criar um sentimento de reação e mesmo de "Xenofobia"?

A "xenofobia" está de certa forma, nas diretrizes reguladoras emanadas da Presidencia da Província de Santa Catarina, com as "Instruções" de 10 de dezembro de 1860, quando só permite o estabelecimento na área da colonia de "nacionais" e por outro lado, coloca-a, geograficamente, como uma cunha entre as diversas colonias de imigrantes alemães/ e nordicos, de lingua saxônica, da região, como São Pedro de Alcantara, Leopoldina e Teresópolis.

É, pois, um elemento aculturativo que se coloca, evidentemente, no complexo colonizador.

Aspecto de relevancia é a verificação, na problemática colonizadora, das condições de seleção, recepção, localização e aclimação dos imigrantes, sejam eles nacionais ou estrangeiros.

Estes pontos são da máxima importancia para o bom exito do/

empreendimento colonizador.⁸

Qualquer falha em um destes tópicos, quer nã caso p^resente, já referido em outra parte deste trabalho sobre a Colonia Nacional Angelina, quer em outras áreas nacionais com colonos estrangeiros, levou-os a se rebelarem⁹, alguns e retormaram aos seus países, criou atitudes hostis à Nação Brasileira por parte de países europeus.¹⁰

O ponto alto a ser discutido é o valor do povoamento e colonização com "nacionais".

Sabe-se,¹¹ que das experiencias tentadas com nacionais a unica que vicejou (ao menos até a época em que foi visitada) no dizer de um dos seus analistas, foi a Colonia Nacional Angelina. E, se maior desenvolvimento não obteve, deve-se à situação interna e à falta de estímulo a este tipo de colonização.

Outros homens públicos, entretanto, discordavam deste tipo de colonização e eram adeptos da supremacia das "raças ariana":¹²

"A grande e superior raça germanica, que possui a irresistivel força da tenacidade, soube crear nos nossos desertos centros de poderio, civilização e riqueza, hoje votados a um engrandecimento seguro, progressivo e indefinito.

"Alguns desses florescentes municípios tento-brasileiros são puramente agrícolas, outros também comerciaes e industriaes, accordes com a grande lei que regula a especialização das funções, segundo as condições favoraveis do meio".

E, adiante acrescenta:¹³

"Se fosse possível atrahir fortes correntes de inigrantes d' essa origen (italiana) para o nosso território, calculando que a nação italiana é consideravelmente mais populosa que a portuguesa, seria possível em um espaço de tempo conveniente attenuar, se não transformar o cunho originario da nossa população, no que haveria toda vantagem assignalada pela superioridade da raça italiana sobre a portuguesa.

"Admitida a concurrencia dos dois povos no nosso território, haveria ahi apenas um problema de biologia, e a raça superior suplantara a inferior.

"Atendendo às condições do clima, procedencia ethmica, força collectiva, aptidões, indoles, plasticidade social, e a necessidade que tem a nossa enorme população mestiça de restaurar-se e ascender a um typo superior, pela fusão com um/

ramo da raça aryana, considero que, mais do que qualquer outro povo, é o italiano o apropriado para a concorrência vital e social no nosso solo".

As considerações de ordem antropológica do expositor seriam / válidas no contexto cultural, em vista da facilidade de aculturação e as similação do inigrante, mas, rejeitáveis no que concerne à superioridade, quer biológica, quer social e cultural!

O problema de vias de comunicação, para escoamento da produção, notadamente dos centros agrícolas, sempre foi de suma importância, / no contexto colonizador.

Todos aqueles que, de alguma forma, se preocuparam com coloni zação sentiram e refletiram sobre o problema:

"Avant de faire venir les colons, il faudrait aussi choisir / avec soin la localité où ils doivent être établis en étudier la topographie, les ressources, les communications extérieures et intérieures, existantes ou possibles, en un mot, les relations du présent et de l'avenir".¹⁴

E complementa, assim, o seu pensamento, a propósito das vias de comunicação:

"Enfin, quelques sentiers dans l'intérieur, dans la direction des routes futures, devraient également être ouverts avant / la venue des colons, de manière que le lendemain du jour de leur arrivée, chacun pût déjà aller choisir le terrain de sa future propriété, et commencer immédiatement les travaux".¹⁵

São, pois, estas recomendações de capital importância para o bom êxito do empreendimento colonizador ou, então, levam tais realizações ao fracasso!

No que concerne ao tratamento dado à Colonia "Nacional" Angelina, face às demais áreas de colonização do sul do País, ressalta-se no quadro oficial que, a seguir, se expõe. ("MAPA DEMONSTRATIVO", GALVÃO).¹⁵

As coloniais "Cananéa", e na então Província de São Paulo, que não teve a pujança de Angelina, nem populacional, nem econômica,¹⁶ a de "Assunguy", na então Província do Paraná, e as demais então Província de Santa Catarina são o objeto da comparação.

Ao leitor, por menos preparado que seja, sabedor que todas as demais colonias foram instaladas, basicamente, com elementos étnicos não luso-brasileiros, ressalta, o tratamento prejudicial dado à Colonia "Nacional" Angelina, onde os dinheiros públicos foram empregados parcinonio

MAPPA DEMONSTRATIVO DAS DESPESAS COM AS SEQUINTES COLONIAS DESDE A SUA CREAÇÃO ATE O FIM DE 1866, REPARTIDAS POR VERBAS

VERBAS	CANANEA	ASSUNGUY	D. FRANCISCA	BLUMENAU	ITAJAHY	TERESOPOLIS	SANTA ISABEL	ANGELINA	OBSER
	1863/1866	1859/1866	1851/1866	1860/1866	1860/1866	1860/1866	1860/1866	1860/1866	
esas com a intro o dos colonos na il	?	?	127:000\$000	?	?	?	?	?	
ução dos colo e suas bagagens, camentos e agasa deles	240\$000	*10:000\$000	30:232\$192	29:203\$000	1:760\$000	12:378\$000	21:160\$480	949\$000	Só estão in ta verba ass a cargo da colônias
ias e outros au os	7:066\$920	*14:000\$000	*63:700\$000	*14:200\$000	33:637\$910	59:650\$800	36:511\$900	1.994\$460	
ção de prazos ..	* 700\$000	* 5:130\$000	35:089\$185	*28:132\$000	17:065\$868	8:482\$000	6:141\$580	*2:031\$000	
trução de edifi públicos, barra , etc.	*4:900\$000	*10:000\$000	71:901\$186	*12:000\$000	(aluguel) 3:844\$000	22:558\$000	14:069\$870	*1:666\$000	
de comunicação	*11.500\$000	54:269\$490	*381:000\$000	*153:350\$000	69:088\$000	83:772\$000	83:554\$860	9:945\$000	Nesta verba preendidos internos da os que a li portos de m cados próxi
cliente e eventu	*2:700\$000	*6:000\$000	18:622\$073	4:914\$470	6:828\$621	1:953\$000	1:736\$930	138\$500	
imentos dos em ados	10:800\$000	*55:000\$000	127:702\$736	48:412\$990	6:556\$666	18:610\$000	14:049\$960	7:450\$000	
za total	*37:906\$920	154:399\$490	*855:399\$490	290:212\$461	201:781\$065	207:403\$800	177:225\$380	24:173\$960	Nã colônia nã estão i despesas fe seu fundado em que pass nio do Esta

Os números assinalados em asteriscos foram atribuídos por cálculos aproximado, decompondo sommas que errrarravão diversas verbas englobadas, e c
outras por analogia.

samente, de forma a não alentar o seu desenvolvimento.

Veja-se, tão somente, os itens "construção de edifícios públicos, barracões, etc," e "vias de comunicação".

Viu-se, linhas atrás, que, sem boas vias de comunicação, ligando os centros produtores aos consumidores, não há alento à produtividade e valorização dos produtos agrícolas, e, pela análise do quadro enfocado, sente-se que a Colonia "Nacional" Angelina, neste tocante, ficou muito aquém daquelas suas contemporâneas, quer da Província de Santa Catarina, quer das Províncias vizinhas,

Quer nos parecer, pois, que, somente, tal tipo de observação é suficiente para esclarecer acerca do seu fraco desenvolvimento econômico

Analisando, por fim, as condições da própria Colonia Nacional Angelina, tem-se que estabelecer um esquema a propósito dos fatores motivadores ou impeditivos da sua dinâmica desenvolvimentista.

Em primeiro lugar tem-se-ia que estudar a natureza do solo e as condições bio-climáticas para a fixação do elemento humano, e, em se tratando de uma colonia "nacional", como se comporta, ali, o elemento luso-brasileiro.

No momento da instalação da colonia ali se teve, preponderantemente, elementos luso-brasileiros, oriundos, como se viu, na sua maioria, do próprio litoral da então Província de Santa Catarina.

Era, pois, o elemento ideal para colonizar uma área de floresta tropical, com mata latifoliada de encosta atlântica.

Entretanto, este fator(o da vegetação) vai demonstrar que as atividades da encosta, desde que despidas da sua cobertura florística, produz intensa erosão, face à tropicalidade, aliado aos altos índices de precipitação, existentes na área da Colonia.

Por outro lado, esta situação climática é importante, como se verá adiante, na avaliação do incremento agrícola que tomou.

Em segundo lugar, dadas as condições de dinamismo que se pode apreender nos indivíduos que a dirigiram, tem-se, face às atitudes / governamentais orientadoras da colonização, que avaliar este processo / administrativo.

Tem-se, em resumo, o seguinte quadro de duração das administrações da Colonia:

Diretor da Colonia	Período administração		Tempo que administrou
	Início	Final	
Carlos Othon Schlappal	10-12-1860	3-11-1868	7 anos 10m.24 dias
Manoel Antonio Marques de Faria	3-11-1868	9-6-1869	7 m. 3 dias
Joaquim José de Souza Corcoroca	19-6-1869	22-11-1873	3 anos 5 m. 3 dias
Firmino José Correa	22-11-1873	17-12-1873	24 dias
Gaspar Xavier Neves	17-12-1873	17-11-1876	3 anos
José Candido Duarte Silva	23-11-1876	-1879	2 anos (?)
Alberto d'Aquino Fonseca	1879	24-3-1882	2 anos (?)

Não se pode dizer que todos os Diretores trabalharam da mesma forma.

Tem-se, pois, o fator tempo, contribuindo para o desenvolvimento de uma administração. Além deste fator se acrescenta a afetividade. O primeiro diretor, que tomou as primeiras providências de instalação, que traçou os rumos iniciais, deve, efetivamente, agir com mais interesse pelo seu desenvolvimento que os demais.

E, ajunte-se aos fatores tempo e interesse a situação administrativa e financeira que foi encontrada pelos aludidos Diretores, notadamente, como se viu, foram poucos os recursos dispendidos para o seu desenvolvimento, diante da problemática da sua infra-estrutura social e econômica!

Em terceiro lugar a sua situação dentro da estrutura econômica da então Província de Santa Catarina.

A sua localização, na "antiga estrada de Lages" responderia a uma necessidade da economia regional ou seria, tão somente, um problema de geopolítica, com a ocupação de espaços vazios intermediários na então Província?

Analista desta situação, assim se expressa:¹⁷

"Dans l'intérêt de l'agriculture, il serait nécessaire d'ouvrir de nouveau la route qui du détroit se dirige vers Lages, dont l'utilité est si bieu reconnue, et l'exécution si désirée par tous les habitants de Saintée Cathérine".

E, adiante, acrescenta:¹⁸

"Au point de vue des travaux matériels, nous adopterions très volontiers, ce qui était proposé il y a cinquante ans, et ce qui n'a pas même en un commencement d'exécution; nous vou -

Ions parler d'une route de Sainte-Cathérine à Lages, où l'on pourrait former une sorte de district colonial vers lequel on divigerait la plus grande partie des colons qui se raient envoyés ou qui viendraient d'eux-mêmes à Sainte-Cathérine, et auxquels les travaux de cette route pourraient fournir une occupation avantageuse à eux-mêmes aussi bien qu'à la Province".

É, na verdade, uma medida de altos interesse economico, tivesse o litoral produção ativa que interessasse ao planalto e a via de comunicação apresentasse constantemente, boas condições de transito, o que daria, sem a menor dúvida, maior intercambio entre o litoral e o planalto catarinense.

A efetivação da referida estrada e as suas boas condições de tráfico foram, por isto mesmo, preocupação constantes dos Diretores da Colonia Nacional Angelina.

E, a conservação e permanente uso da chamada "estrada nova" vai, no momento mesmo da instalação da Colonia, mostrar que ela instalava fora de um eixo comercial.

Seria este, pois, um dos fatores impeditivos rurais ponderáveis ao seu desenvolvimento!

Em quarto lugar deve-se ter presente o seu complexo populacional, com as suas inumeras facetas, apresentadas na área da Colonia Nacional Angelina.

Inicialmente deve-se considerar dentro do problema geopolítico que a fundação da Colonia foi, na realidade, um atendimento à necessidade de novas áreas para os excessos populacionais da área luso-brasileira adjacente, processo que, assim, foi denominado "processo de enxame", face:

"...torna-se evidente que as novas colonias foram estabelecidas como rebento das antigas, processo que se assemelha ao enxame numa colmeia de abelhas".¹⁹

Um estudo mais acurado desta problemática, demonstra -o, claramente, da ocupação, do litoral catarinense, desde os idos de 1748- / 1756, pelos açorianos e madeirenses, seus descendentes, os vales adjacentes, até em 1860 chegar à encosta do planalto.

Outros aspectos que ressalta à necessidade de análise é o seu aumento populacional.

E, eminente sociólogo brasileiro, assim se expressou, refe -

rindo-se à dinâmica demografica: 20

"Da simples análise acima feita, depende-se que o povoamento de um país pode ser realizado de duas maneiras distintas que, aliás, na prática, andam sempre juntas, mas podem exercer influencia maior ou menor. A primeira é a do mero "crescimento natural ou vegetativo", isto é, do excedente do número de nascimentos sobre o de óbitos. A segunda é a do "crescimento migratório", correspondente ao excesso de imigrantes sobre os emigrantes. A politica do povoamento de um país será, pois, o conjunto de normas ou diretrizes aplicadas simultaneamente a ambos os fenomenos: é óbvio, porém, que os elementos componentes dessa política são diferentes em relação aos dois casos acima considerados. A política do povoamento pelo crescimento vegetativo é tanto em sua doutrina como em sua tecnica, absolutamente diversa da adotada para o crescimento migratório".

E, esclarece:

"No primeiro caso, o Govêrno facilita os casamentos, estimula a formação de grandes famílias, premiando economica ou socialmente os pais de muitos filhos, liberaliza a legislação quanto à ilegitimidade, proíbe ou dificulta o conhecimento e a utilização de contraceptivos, e se esforça por diminuir a mortalidade infantil".

E, a seguir, complementa:

"No segundo caso, protege ou fomenta a imigração, promulga leis menos severas sobre entrada de estrangeiros, custeia o transporte de imigrantes, auxiliando-os em sua localização, criando núcleos, aplicando o regime do homestead, oferecendo ao alienígena as mesmas vantagens dos nacionais, facilitando sua naturalização, etc,"

Ora, no estudo presente temos elementos de análise do "crescimento natural ou vegetativo", e temos condições, também, de ver como estimulou o Governo Brasileiro, notadamente através das Presidências da Província de Santa Catarina, estimulando a formação de Grandes famílias, ou, então, premiando, economica ou socialmente, os pais de muitos filhos.

É, da mais alta importancia o estudo demográfico numa análise histórica, face às suas implicações no processo de desenvolvimento, em qualquer momento.

A propósito desta temática tem-se esta observação:

"Do ponto de vista demografico, os países desenvolvidos a -
tuais representavam, em sua fase pré-industrial, pequenos/
agrupamentos de população. Ao contrario, os países subdesen-
volvidos atuais possuem grandes populações. O desenvolvimen-
to demografico dos países desenvolvidos foi uma consequen-
cia e não uma causa de seu desenvolvimento economico, ao in-
verso do que se passa nos países subdesenvolvidos.

"Do mesmo modo, a taxa de crescimento demografico foi muito/
elevada na fase pré-industrial dos países desenvolvidos, mas
então vastos de habitantes".

E, acrescenta:

"Ora os países atualmente subdesenvolvidos tem uma taxa de /
crescimento superior a 15% e mesmo, com frequencia, a 20% .
Taxa, portanto, muito mais elevada do que a dos países euro-
peus na época de sua fase pré-industrial. As diferenças e -
xistem tambem nas taxas de natalidade e de mortalidade. Na /
fase pré-industrial dos países desenvolvidos, a taxa bruta
de natalidade era de 30 a 35 %; nos atuais países subdesen-
volvidos é de 40 %. Diferença que reflete uma diferença in-
versa nos níveis economicos".²¹

Com esta premissa tem-se, pois, que analisar o contexto popu-
lacional da Colonia Nacional Angelina.

Inicia-se, pois, pelo "crescimento natural", que, no dizer /
de eminente sociólogo brasileiro:²²

"O indice de crescimento natural de um país mede-se pela con-
paração entre as taxas de natalidade e de mortalidade, in -
fluindo nele, tambem, a de fecundidade".

Ora, a Colonia Nacional Angelina, como se viu atrás, no capí-
tulo próprio da dinamica demográfica, apresentou elevado índice de cres-
cimento natural, durante os seus primeiros dezesseis anos de vida.

Acresce, porém, que, comparando-se os dados totais de sua e-
volução populacional, face aos Recenseamentos Gerais do país, tem-se es-
te quadro:

RECENSEAMENTOS	TOTAL POPULACIONAL	INDICES DE CRESCIMENTO
1872	1004	100
1920	5114	509
1940	5702	567
1950	6351	632
1960	7474	744
1970	7546	751

Este cotejo demonstra que o seu crescimento, a partir de 1872, tem sido meramente vegetativo.

O crescimento populacional fica condicionado às restrições / da sua atividade econômica, incapaz de absorver a mão-de-obra que resulta do incremento natural.

Há, conseqüentemente um êxodo para áreas agrícolas de melhor reutilizabilidade ou para áreas urbanas, onde há absorção de maiores contingentes de mão-de-obra especializada e não especializada.

Neste caso com relação à antiga Colonia Nacional Angelina situa-se a cidade de Florianópolis, como área catalizadora.

Dentro do exame do desenvolvimento populacional, na perspectiva dos nascimentos suplantarem, como efetivamente o foi, a mortalidade, qual a razão ou quais as razões de, após a emancipação, não apresentar / uma curva de crescimento demográfico ascendente?

A resposta estará, obviamente, nos condicionantes econômicos, onde uma população que não dispõe de produtos de alto interesse comercial e de exportação, e, tão somente, produtos de subsistência, vê-se reduzida a uma renda "per capita" mínima.

Isto se deduz dados as condições de sobrevivência acentuada / naqueles primeiros anos de existência, onde se constataran poucas epidemias e não foi elevado o índice de mortalidade, porquanto "os níveis de mortalidade e suas variações são, naturalmente, também termos importantes nas equações demográficas".²³

É de transcendental importância para compreensão da problemática colonizadora, avaliar o processo de herança cultural, para mensurar, de um lado, as suas: implantações no processo "modernizador", e de outro o da integração do imigrante na comunidade que o recebe.

No caso específico da Colonia Nacional Angelina sente-se que

Itajaí e não é possível distinguir a população escrava livre.

Tem-se, pois, que a colonização substituiu, plenamente, na / área de Santa Catarina o braço escravo na área agrícola escravizado, a / partir de 1850, era mais valorizado nas áreas monocultores do café e do açúcar, já porque o elemento colonizador ainda não possuía condições económicas para comprá-lo, aliado ao sistema de pequena propriedade que / era, facilmente, trabalhada pelas famílias de elevado número de membros.

Todos os elementos que se possuiu estabeleceu, em Santa Catarina, as concentrações de escravos nas áreas urbanas, da orla atlântica, principalmente, ou, ainda, na área de pastoreio, ou, então, ligadas, às atividades marítimas. Poucas foram as propriedades agrícolas que possuíram elevado número de escravos.²⁷

Por último são de grande valia as possíveis análises que se / fizer do desenvolvimento económico da Colonia Nacional Angelina.

Pode-se, neste ponto, usar como procedimento enfatizador para desenvolvimento do raciocínio esta frase lapidar:²⁸

"As tentativas visando à formulação de teorias de desenvolvimento económico tem atraído a atenção dos economistas para o campo da história, com o objetivo, principalmente, de procurar conhecer os estímulos e/ou os obstáculos que as diferentes sociedades tem encontrado em seu crescimento económico e estabelecer, desta maneira, o modelo adotado em cada / uma delas. Muitos tentam mesmo lições do passado, num esforço nem sempre muito fecundo, pois condições idênticas dificilmente se repetem, para evitar-se no presente os erros do pretérito",

Partindo, pois, desta liminar, vejamos quais os pontos-de- / vista que abarcam o estudo da "modernização" nos dias que correm, para, então, ver-se qual ou quais aspectos modernizadores encontrados na área estudada.

Por "Modernização" entende-se o processo de transformação ou substituição do antigo, antiquado, tradicional ou arcaico, cujos parâmetros estão nos tipos ideais contrapostos entre a sociedade tradicional e a sociedade industrial²⁹, e que, por definição, modernizar significa alterar o não moderno, o antigo, retirando-lhe inclusive, as bases de apoio e de valorização³⁰, e é assim, "como um processo histórico, tem / correspondência empírica, não passando os outros dois ("tradição" e "modernidade"), de elementos de um quadro de referência construído para /

permitir uma perspectiva para a análise do processo."³¹

Mas, a perspectiva da análise do processo no Velho Mundo³² / adquire feições diferentes do Novo Mundo, ou, pelo menos, aqui, se oferece uma tônica nova, a modificação da paisagem rural, pela "frente pioneira",³³ na substituição da Floresta pela agricultura de subsistência e, logo adiante, pela agricultura de exportação.

Partindo, pois, da aceitação que uma "Frente pioneira" é uma / forma de "modernização", poder-se-ia discutir, também, as implicações / existentes entre "ambiente" e "cultura".

Veja-se, como é colocada a situação:

"Cultura e ambiente "tem em antropologia pelo menos tres sig-
nificações diferentes: 1) a de que todas as culturas exis-
tem em um determinado meios ambiente; 2) a de que a cultura /
se adapta geralmente às características do ambiente; 3) a /
de que a cultura está conformada ou determinada pelas carac-
terísticas do ambiente. A primeira significação é de aceita-
ção universal; a segunda se aceita geralmente; mas a tercei-
ra ~~soe ser~~ rechaçada em nossos dias, apesar de que nos come-
ços da antropologia constituiu um dos seus principais postu-
lados teóricos. Seu repúdio começou ao demonstrar-se o exa-
gero de algumas das afirmações dos deterministas ambiental³⁴

Sabe-se que uma "frente pioneira" derruba a floresta para / exercitar a agricultura, mas, de acordo com a sua herança cultural pode / ou não modificar o ambiente.

É, neste ponto, que, se tem alguns problemas com a implanta-
ção e o desenvolvimento da Colonia Nacional Angelina.

Nos documentos compulsados há referencias a "aparelhos arato-
rios", e, no entanto, não se encontram referencias ao arado, mas, tão so-
mente, à enxadas, machados, pás.

Sabe-se, entretanto, que o arado é tão velho, na sua mais / simples concepção, quanto à "Idade do Bronze" no norte da Alemanha e na Ligúria (mais de 2.500 a.C).³⁵

Neste ponto, pois, não há indícios de sua aplicabilidade na Colonia Nacional Angelina.

Mas, tentativas de "modernização" foram feitas, como se viu, na agricultura.

E o que significa a agricultura na era industrial.

Da tua importância se disse:³⁶

MAPPA DO MOVIMENTO DA POPULAÇÃO, DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E DA DESPESA DESTA COLÔNIA DURANTE O

ÚLTIMO QUINGUENNIO

	1862	1863	1864	1865	1866	OBSERVAÇÕES
População, no principio do anno	107	186	218	308	506	No principio de 1867, a popu-
Colonos que entraram	95	76	81	195	186	lação era de 635 almas.
Ditos que sahiram	19	50	1	7	66	
Nascimentos	5	9	13	18	18	
Obitos	2	3	3	8	9	
Importação em Rs.	5:020\$620	5:247\$600	5:669\$000	6:908\$000	6:934\$400	
Exportação em Rs.	396\$000	856\$000	1:133\$800	2:133\$800	3:889\$740	
	61/62	62/63	63/64	64/65	65/66	
Despesas do anno financeiro	3:998\$360	3:598\$830	3:801\$685	3:900\$120	3:279\$360	

FONTE: GALVÃO. Relatório sobre as colônias.

Tabela VII.

COLÔNIA NACIONAL ANGELINA

PRODUÇÃO - 1862/1877

PRODUTOS	UNIDADE	PRODUÇÃO									
		1862	1863	1864	1865	1866	1867	1868	1869		
Milho (2)	mãos	2.406	5.604	1.935	11.288	23.690	36.005			3.840	
Feijão	alqueires	236	353	382 1/2	422 1/2	549 1/2	748 1/2			930	
Batatas	"	163	252	320	456 1/2	346	313 1/2			86	
Arroz	"	-	6	49	4	12 3/4	19 1/2			15	
Fumo em rolo	arroba	3	127 3/4	16	7	15 5/8	17			-	
Erva-mate	"	56	46	23 1/2	43	47	59			-	
Farinha de mandioca	alqueires	-	-	364	897 1/2	1.832 1/2	2.769 1/2			4.135	
Trigo	"	-	-	2 1/2	8 1/2	6	1 3/4			-	
Alho	résteas	-	-	18	22	72	81			-	
Amendoim	alqueires	-	-	5	-	6	8 1/2			-	
Algodão (1)	libras	-	-	12	1 1/2	6 1/16	6 1/2			-	
Cebolas	résteas	-	-	-	-	26	47			-	
Linho	arroba	-	-	-	1 1/4	5	10 1/2			-	
Azeite de mamona	medida	-	-	-	-	117	214			-	
Açúcar	arroba	-	-	-	-	-	-			182	
Aguardente	medidas	-	-	-	-	-	-			400	
Goma	alqueires	-	-	-	-	-	-			20	
Toucinho	arroba	-	-	-	-	-	-			24	
Banha	"	-	-	-	-	-	-			22	
Manteiga	libra	-	-	-	-	-	-			120	
Farinha de milho	alqueires	-	-	-	-	-	-			-	
Café	arroba	-	-	-	-	-	-			-	

(1) Em 1865, transformou-se a sua medida em "arrobas". (2) Em 1869, transformou-se a sua medida em "alqueires".

Fontes: Documentos oficiais da Direção da Colônia.

COLÔNIA NACIONAL ANGELINA

PRODUÇÃO - 1862/1877
(continuação)

PRODUTOS	UNIDADE	PRODUÇÃO									
		1870	1871	1872	1873 (3)	1874	1875	1876	1877		
Milho (2)	mãos		7.100		129.590,81	135.845	215.840	342.750	397.520		
Feijão	alqueires		2.040		23.677,5	34.762	67.680	82.735	87.840		
Batatas	"		220		6.999,01	8.437	9.280	27.896	88.120		
Arroz	"		60		3.808,35	5.619	8.980	13.748	12.320		
Fumo em rolo	arroba		-		-	-	360	580	495		
Erva-mate	"		200		-	-	-	-	-		
Farinha de mandioca	alqueires		6.200		218.932,92	287.962	291.760	428.734	551.320		
Trigo	"		-		-	-	-	-	-		
Alho	résteas		4.000		-	-	-	-	-		
Amendoim	alqueires		-		-	-	-	-	1.480		
Algodão (1)	libras		45		745,73	905	967	3.072	3.455		
Cebolas	résteas		700		-	-	-	-	-		
Linho	arroba		-		-	-	-	-	-		
Azeite de mamona	medida		-		-	-	-	-	-		
Açúcar	arrobas		1.380		14.587,77	24.002	31.125	44.377	32.505		
Aguardente	medidas		2.500		266,2	2.534	1.035	2.875	6.978		
Goma	alqueires		100		-	-	1.620	4.870	15.760		
Toucinho	arrobas		55		-	-	-	-	-		
Banha	arrobas		40		-	-	-	-	-		
Manteiga	libras		260		-	-	-	-	-		
Farinha de milho	alqueires		200		-	-	-	-	-		
Café	arrobas		80		-	-	45	87	470		

(1) Em 1865, transformou-se a sua medida em "arrobas". (2) Em 1869, transformou-se a sua medida em "alqueires". (3) Neste ano todos

os produtos são apresentados em "litros" e "quilos", da mesma forma, em 1874, 1875, 1876 e 1877.

COLÔNIA NACIONAL ANGELINA

EXPORTAÇÃO, 1864 - 1875

PRODUTOS	UNIDADE	EXPORTAÇÃO					
		1864	1865	1866	1867	1868	1869
Milho	alqueires	835 1/2	992	1.510	5.180		
Feijão	"	91 1/2	97 1/2	161	296		
Batatas	"	79	135	71 1/2	195		
Erva-mate	arrobas	6 1/2	18	39	54 1/2		
Fumo em rolo	"	2 1/2	-	-	2		
Manteiga (1)	libras	20	1 7/16	2 3/8	6 5/8		
Galinhas	peça	356	902	1.053	1.635		
Ovos	peça	5.500	2.790	8.162	11.360		
Arroz	alqueires	14	-	-	-		
Toucinho e graxa	arrobas	14	14 1/2	24	18 3/4		
Gamelas de cedro	peça	33	-	-	-		
Cordeas de embira	peça	156	-	-	-		
Farinha de mandioca	litros	-	-	-	-		
Aguardante	"	-	-	-	-		
Açúcar	"	-	-	-	-		
Suínos	peças	-	-	-	-		

(1) Em 1865 passa a ser "arrobas" a sua medida.

Fontes: Documentação oficial da Direção da Colônia.

COLÔNIA NACIONAL ANGELINA

EXPORTAÇÃO, 1864 - 1875
(continuação)

PRODUTOS	UNIDADE	EXPORTAÇÃO					
		1870	1871	1872	1873	1874 (2)	1875
Milho	alqueires					34.600	-
Feijão	"					7.254	-
Batatas	"					3.627	-
Erva-mate	arrobas					-	2.815
Fumo em rolo	"					-	360
Manteiga (1)	libras					279	357
Galinhas	peças					516	-
Ovos	peças					1.200	-
Arroz	alqueires					-	-
Toucinho e graxa	arrobas					403	557
Gamelas de cedro	peças					-	-
Dordas de embira	peças					-	-
Farinha de mandioca	litros					49.472	-
Aguardente	"					1.938	-
Agúcar	"					12.033	-
Suínos	peças					7	29

(1) Em 1865 passa a ser "arrobas" a sua medida.

(2) Em 1874 toda a exportação é apresentada em "litros" e "quilos", e, da mesma forma, em 1875.

Fontes: Documentos oficiais da Direção da Colônia.

"Em todas as sociedades agrícolas do passado verifica-se que, principalmente devido a limitações das fontes de energia, a grande massa populacional está impossibilitada de satisfazer más do que as necessidades elementares - comida, vestuário e habitação e mesmo estas em níveis insatisfatórios. Concomitantemente, a maior parte dos recursos disponíveis são aplicados na agricultura, na manufatura textil e na construção / civil.

"Destes três setores, a agricultura é sempre, e de longe, o / predominante. É ele que absorve a maior percentagem de capital e de trabalho disponíveis."

Com esta afirmativa vê-se quão condicionado fica o homem rural. Vejamos, pois, o problema dentro do contexto nacional:³⁷

"Com o desenvolvimento da revolução industrial, estabeleceu-se um sistema de divisão internacional de trabalho à base do mercado mundial. De início o centro propulsor estava na Inglaterra, graças ao avanço considerável deste país quanto ao processo tecnológico e de capitalização. Mais tarde o polo económico se ampliou com os progressos de industrialização, / principalmente na França e Alemanha. As novas dimensões que assumiu o processo de produção industrial, exigiam o consumo considerável de matérias-primas. Por outro lado a agricultura europeia perdeu a importancia que desfrutava no passado, e veio a ser suplementada pela importação de generos alimentícios. Criaram-se, deste modo, as condições para uma especialização no plano internacional, com base na interdependencia entre as economias de todas as partes do mundo. Aos países / não industrializados, mas com abundantes recursos do solo e do subsolo, coube a função de fornecedores de matérias primas e de generos alimentícios. Sob estes termos se colocou a economia brasileira no contexto mundial. Durante todo o período monarquico, as exportações brasileiras se concentraram quasi exclusivamente em oito produtos rurais".

E, assinala as grandes lavouras do Brasil: a da cana-de-açúcar, a do café, a do algodão, a do fumo, a do cacau.³⁸

E, dentro deste espírito, o Governo do país vai tomar algumas atitudes.

Tem-se, no tocante à economia nacional, este depoimento:³⁹

"O fato de maior relevancia na grande lavoura algodoeira no / período monarquico foi a disseminação em nosso país das variedades do herbáceo, ou seja, os algodões de cultivo anual, graças às sementes importadas da Inglaterra e dos Estados Unidos, durante os anos da Guerra civil americana. (1860-65).

E, assim, se completa:⁴⁰

"Desde 1861, sob o estímulo das autoridades, foram distribuidas pequenas porções de semente, e divulgaram-se algumas noções sobre o cultivo do algodoeiro obtidas em outros países. Graças à experiencia com o trabalho de campo, por parte da iniciativa particular, formou-se um núcleo de informações básicas sobre o comportamento da planta em nosso meio. Quase / tôdas as províncias do Império conheceram nos anos 60 a "febre do algodão", experimentada sua cultura em toda parte onde era possível a planta vegetar; foi abandonada depois em / muitos municípios, mas persistiu em várias zonas, depois que se normalizaram as atividades do mercado produtor norte-americano."

forma:⁴¹

E cuja repercussão na nossa economia se consubstancia desta /

"Na decada dos 50 os preços do algodão melhorara(média de / 399\$300 por t.). Nos anos 60, cotações expepcionalmente elevadas foram propiciadas pela guerra civil americana, com a / interrupção das exportações dessa área. Como já vimos, desenvolveram-se, então, no Brasil, as variedades de fibra curta, em resposta às condições extremamente favoráveis da demanda. O preço medio alcançado na decada dos 60(937\$500 por t.) correspondia às condições excepcionais do mercado internacional. Os mesmos fatores explicam por que os volumes alcançados pela exportação nos anos 60 e 70 são ps mais elevados do periodo monarquico. Contudo, ao se iniciar esta ultima decada, as colheitas de algodão já declinavam, mas as exportações continuaram ainda a registrar grandes quantidades, por cauda da / guerra franco-alemã de 1870, que determinava a retenção dos estoques."

Como se verá, adiante, a cultura do algodoeiro apresenta resultu

tados visíveis, na Colonia Nacional Angelina, a partir de 1864 e se estende até 1867.

Do mesmo sentido economico é a cultura fumageira.

Vejamos como é analisada no contexto econômico nacional:⁴²

"Apesar da introdução de novas variedades procedentes dos Estados Unidos, o processo de cultivo e de preparo do fumo estabilizou-se nas normas já praticadas no período colonial. A forma mais generalizada de sua produção é a do fumo em corda."

E, completa, adiante:

"Nos anos 60 a cultura do fumo adquiriu considerável impulso na Bahia, em razão da Guerra civil americana. Penetrou, então, em muitos municípios do litoral, disputando terras votadas aos canaviais. Ao raiar a década dos 70 tendia a exceder o açúcar em importancia."

E, a mesma Autora, complementa as suas observações:⁴³

"O comportamento das exportações de fumo revela que estas oscilaram em torno de baixas percentagens, durante todo o período monárquico. Alcançando 2,5% do valor global das exportações, na década dos 20, decaiu esta participação nas duas décadas seguintes (1,9% para 1831/40, e 1,8% para 1841/50), sendo que, esta última década apresenta a mais baixa dos anos estudados. Na segunda metade do século, melhorou a posição do fumo no conjunto do valor das exportações, tendo alcançado nos anos 60 e 70 as maiores percentagens do período com 3% e 3,4%, quando puderam se beneficiar das condições / criadas com a Guerra civil americana."

E acrescenta a informação:

"Com os anos 50 ampliaram-se as exportações para atender à demanda das manufaturas de fumo que se desenvolviam nos centros europeus".

Com relação ao fumo, tem-se, desde o primeiro momento, produção na Colonia Nacional Angelina, mas, parece que obedecendo as velhos / métodos coloniais portugueses, do fumo "em corda" ou "em rolo".

Apesar de experiências no período colonial, como as descritas:

"Apesar dos efeitos favoráveis da agricultura do trigo, da mandioca e da cana para a acumulação de riquezas no sul, a

precaridade da base técnicas e a estreiteza da base social da produção não permitiram a formação de uma economia com vitalidade suficiente para comportar os demandas da administração / colonial e as oxilações constantes do mercado interno. Com efeito, na economia colonial só era possível obter uma prosperidade relativamente contínua quando havia a seleção de um / produto colonial de exportação. Neste caso, embora a tecnologia continuasse rudimentar, aproveitava-se ao máximo a base / social da produção, isto é, a escravidão, e, enquanto havia o monopólio no mercado internacional da mercadoria colonial, era possível expandir a produção e obter resultados financeiros / satisfatórios. Ora, nem a mandioca, nem o trigo eram produtos coloniais típicos de exportação".⁴⁴

Na Colonia Nacional Angelina cultivou-se o trigo e o linho, ambos em curtos períodos.

E, nos processos de transformação dos produtos agrícolas como / a mandioca e o milho sente-se que houve uma "modernização"⁴⁵ com o emprego da "roda d'água", pois, os documentos falam de "motor a água" ao lado de "motor animal", na industrialização de produtos agrícolas.

Estes aspectos são, assim sintetizados:⁴⁶

"Os presidentes da Província de Santa Catarina não só encontraram menos resistências locais, como alguns deles - sobretudo / na segunda metade do século - conseguiram transformar a Administração em meio eficaz para tentar introduzir novas técnicas de plantio e produção. Coube, pois, nestas áreas, ao Poder / Central, o papel dinamizador da economia."

Mas, tal não se fez sem o trabalho fiscalizador e interessado / dos Diretores das Colonias, principalmente, que foram os laboratórios para estas atividades "modernizadoras" que, entretanto, não perduraram, como deviam!

Desde logo se levantam algumas questões:

- a) todas as medidas visando o seu desenvolvimento econômico foram bem sucedidas?
- b) houve, sempre, um acréscimo de produção?
- c) a relação produção-exportação acompanhou o aumento populacional?
- d) houve rentabilidade agrícola relacionada à área explorada?
- e) tem-se que tipos de produtos exportáveis e que poderiam in-

teressar a uma "economia de exportação"?

f) que fatores foram impeditivos do desenvolvimento econômico?

Para a grande análise do processo dinamizador da economia tem-se, desde logo, uma visão de conjunto⁴⁷:

"Colhida como o resto do mundo nas malhad da grande revolução dos tempos modernos, a America Latina foi menos agente do / que objeto de ação, suportou bem mais as ressacas da revolução industrial do que pode gerá-las."

E, por isto mesmo todas as medidas visando o desenvolvimento econômico de uma das suas parcelas, como a Colonia Nacional Angelina, vão esbarrar no complexo da economia brasileira.

Vê-se, logo, no "Mapa" , de Galvão, que, nos seus cinco primeiros anos de vida, a Colonia Nacional Angelina, teve um desenvolvimento econômico razoável, onde a importação se estabilizou, quando lá faltava tudo, e a exportação ascende em números positivos. Por outro lado, paralelamente, vê-se que as despesas de manutenção e expansão da Colonia / não ascendeu no ritmo do crescimento da sua área territorial e do seu / contingente populacional.

Fato bastante importante é a diversificação que se nota, de ano para ano, na produção agrícola da colonia.

Infelizmente as razões expostas - a falta de elementos estatísticos e a heterogeneidade das medidas usadas - são impeditivas de uma análise mais acuada.⁴⁸

Veja-se o que Ferreira ("Pequeno Dicionário", diversos verbetes), tem definido para as varias medidas que são utilizadas: "alqueire - antiga medida de capacidade para secos e liquidos, correspondente a 13,8 litros", "arratel - antiga unidade de peso equivalente a 429 gramas e / contendo 16 onças (pl.: arrateis)", "arroba - peso antigo de trinta e dois arrateis, hoje arredondado em quinze quilos", "libra - antiga medida de peso, equivalente a 459,5 g., também chamada arratel", e "mão - medida / empregada pelos sertanejos para venda de milho não debulhado(consta de 25 espigas em Alagoas; de 50 em Pernambuco, segundo Rodolfo Garcia; de 60 em São Paulo, de 64 no Rio Grande do Sul".

E, pode-se, entretanto, cotejar com outras informações, para avaliar a falta de uniformidade, especialmente com SIMONSEN("Historia e econômica do Brasil", v.2, p.345-346): alqueire, 36,27 litros; libra ou arratel, (libra de comercio), 0,46080 quilos; e arroba, 14,7456) quilos. Tem-se, conseqüentemente, dificuldade na conversão de pesos e medidas, para /

qualquer tipo de comparação que se pretenda.

A análise dos quadros que se seguem - "Mapa do movimento da população, da importação e exportação e da despesa desta Colonia" e Produção, 1862-1877" e "Exportação, 1864-1875" - é bastante definida.

No quadro de GALVÃO - "Mapa do movimento...", abarcando o período inicial da Colonia não se tem, ainda, numa clara demonstração da sua produtividade e do seu dinamismo economico.

Mas, desde logo, se evidencia que, enquanto os dados relativos à "importação" não crescem muitos os da "exportação" se elevam de maneira satisfatória. Par a par com estes elementos economicos se depa-
ra a falta de crescimento nas despesas com a instalação e complementação dos serviços publicos na Colonia. - Há mesmo um decréscimo em 1866 / em relação aos anos anteriores!

No que tange ao quadro em que se sintetiza a produção, no período de 1862 a 1877, tem-se, à primeira vista, algumas observações:

Crescem a produção, somente daqueles produtos de fácil comercialização.

A erva-mate, encontrada nativa, tem seu período de colheita / somente nos primeiros anos, o que poderia significar o desaparecimento / da árvore na região, face aos desmatamentos para a prática da agricultura, mas, também, a pequena incidência na pauta de exportações do porto / de Desterro (hoje Florianópolis), desse produto, no período.

Outros produtos que aparecem e desaparecem no rol das produções da Colonia - além do algodão, trigo e linho - são o alho, cebola e o azeite de mamona.

É bastante expressivo o quadro das exportações da Colonia Nacional Angelina.

As grandes lacunas existentes na sequencia impeden, obviamente, uma melhor análise.

Torna-se deveras lastimável que não se tenha obtido dados concernentes a seis anos (1868 a 1873), para melhor se aquilatar o crescimento economico, relacionado com o acréscimo das áreas cultivadas e aumento populacional havido.

Entretanto, é bastante interessante anotar que na pauta de suas exportações, além de produtos de subsistencia como milho, feijão, / arroz, farinha de mandioca, açúcar, se tenha produtos de comércio de exportação como a erva-mate, de consumo no mercado nacional e internacional.

Isto mostra que a Colônia não estava relacionada, objetivamente, a uma "economia de mercado".

Desta forma o desenvolvimento econômico, que se prende ao desenvolvimento social, na Colônia Nacional Angelina, ficou restrito e não pode tornar alento porquanto lhe faltaram as duas bases: a mudança tecnológica e a formação de capital.⁴⁹

Resumindo, poder-se-ia dizer que a Colônia Nacional Angelina, apesar dos esforços do seu idealizador, o Presidente Francisco Carlos de Araujo Brusque, e do seu implantador e 1º Diretor, Carlos Othon Schlappal, bem como dos demais diretores, não pode se desenvolver:

a) pela situação topográfica, em vale encaixado, sujeito ao desgaste das suas terras, pela erosão, com a falta de técnicas conservacionistas;

b) pela impropriedade de localização, situando-se às margens de uma estrada que não lhe dava, como deveria ter sido, um centro de comercialização entre o litoral e o planalto;

c) pela falta de melhor tratamento pelos poderes públicos, dando-lhe equidade com relação às demais colônias existentes no território da então Província;

d) basicamente, pela falta de uma "economia de mercado", para fortalecer-lhe as bases econômicas criando-lhe o necessário capital, aliada à uma tecnologia, agrícola ou industrial, que se desenvolvesse e criasse a motivação para o incremento social e econômico da área.

No nível regional a situação em razão da atitude administrativa da Província de Santa Catarina, face à legislação nacional e a provincial, bem como as atitudes oriundas de tal legislação. Concomitantemente à posição dos elementos analisados na própria colônia.

A legislação da então Província, citada no texto do presente estudo, deu ensejo a que se formasse ali, independente ou dependente do Governo Imperial, uma série de experimentos colonizadores, tornando-a / pois um "laboratório de colonização", quer para ensaios de colonização Governamental, quer particulares, de indivíduos ou de companhias.

Daí, por que, ser válida uma comparação com outras áreas do País ou mesmo da própria Província.

Desta análise comparativa tem-se alguns elementos:

A) a ação político-administrativa foi desigual no tratamento à colonização "nacional", com relação a colonização estrangeira;

b) à direção das colônias coube, em grande parte, o seu maior

ou menor desenvolvimento;

c) a produção de subsistência, visando a implantação de um esquema de sobrevivência básica, levou ao retardamento ou à falta de desenvolvimento econômico da maioria das colônias, restringindo-se a uma produção de gêneros alimentícios, sem tentar alcançar a exportação, ou, pelo menos, e faltando-lhes uma orientação neste sentido.

Em nível nacional tem-se, desde logo, que aduzir não ter o Governo Imperial, na realidade, traçado, ao longo da sua existência, uma política definidora de colonização, com o devido planejamento, a curto, a médio e a longo prazo.

Ficou este importante problema a critério dos gabinetes, nem sempre esclarecidos quanto à necessidade, não só quantitativa de imigrantes, mas, em especial, na introdução e localização adequada.

Daí por que o rendimento do processo colonizador não foi de acordo com as despesas efetuadas, no cômputo geral, e se tornou, na realidade, mais um trabalho individual, dos dirigentes e líderes das empresas colonizadoras do que orientação Governamental brasileira.

Cabe, neste ensejo, algumas observações, face ao explicitado por alguns analistas, do processo colonizador, como esta:

"Com a colonização em pequenas propriedades, durante a época imperial, disseminaram-se milhares e milhares de pequenos estabelecimentos agrícolas nas Províncias sulinas,"⁵⁰

Ora, esta atitude, com a criação de pequenos estabelecimentos agrícolas, definiu uma nova sociedade na agricultura brasileira, modificando, assim, aquele Brasil monocultor, produzindo, pois,

"...nessa cultura brasileira única, a existência de dois diferentes: um de natureza arcaica... outro de natureza moderna,"⁵¹

E, este Brasil de "natureza moderna", ao observador menos profundo, pode aparecer descrito assim:

"Já mencionamos o aperfeiçoamento da técnica agrícola introduzindo pelos colonos na agricultura brasileira, como também o grande alcance realtivo ao fortalecimento da economia nacional, pelo fato de o imigrante europeu se dedicar à policultura. Em toda parte os colonos transformaram-se em fornecedores de leite, manteiga, queijo, carne, banha, toucinho, linguiça, ovos, frangos, patos, mel, abóbora, hortaliças, frutas, melado misturado com frutas, tubérculos(mandio

ca, batata-doce, batata inglesa), cereais (milho, trigo, cen_{teio}, aveia, feijão, ervilha, lentilha, arroz) e outros comestíveis para as cidades então em franco desenvolvimento, / melhorando e diversificando a alimentação do nosso povo."⁵²

Este texto, entretanto, merece reparos, porquanto na Colonia Nacional Angelina, desde o seu início, tem-se todas ou quasi todas as / produções acima ennumeradas, sem se ter a contribuição ponderavel do imigrante europeu, o que demonstra, insofismavelmente, que o luso-brasileiro, desde que convenientemente assistido, técnicas ou financeiramente, poderia realizar uma obra colonizadora tão eloquente como a dos demais / colonos.

Esta foi, pois, uma grande oportunidade que se perdeu, no / Brasil, para demonstrar, cabalmente, o valor do luso-brasileiro, na tarefa não só de povoar, nas, especialmente, de criar as condições de desenvolvimento economico-social, através da rentabilidade da pequena propriedade agrícola, porquanto, aceitando que

"... o nível para o qual uma cultura pode se desenvolver depende sobretudo da potencialidade agrícola do ambiente que / ocupa."⁵³

E, na realidade, a primeira luta da pequena propriedade foi com a tropicalidade do ambiente, com os solos férteis nas primeiras colheitas, mas exaustos, paulatinamente, pela erosão, vivificando-se, somente, as várzeas com as inundações.

Ao lado, pois, da agricultura diversificada que seria e é a base de desenvolvimento econômico-social, aliada à melhoria técnica dos cultivos e das etapas de transformação industrial, criar-se-iam nos núcleos coloniais disseminados no Brasil melhores condições de bem-estar / social.

Esta a lição que se retira deste estudo !

¹ RODRIGUES et alii. O parlamento e a evolução nacional 2(2): 171 -175.

² HUGON. História das doutrinas economicas.p. 78

³ AUBÉ. La Province de Sainte - Cathérine.p. 131

⁴ NEIVA. A imigração na política brasileira de povoamento.p. 161.

⁵ NEIVA. cit.,p. 163.

⁶ FOUQUET. p, 75.

- 7 NASH. p. 204 - 205.
- 8 DENYS. Esboço de planejamento sobre a imigração.
- 9 PIAZZA. Nova Trento. p. 97.
- 10 AVILA. L'immigration au Brésil.
- 11 GALVÃO. Relatório sobre as colônias.
- 12 ROZA. Falla. p. 8
- 13 ROZA. Falla. p. 10
- 14 AUBÉ ; p. 139.
- 15 AUBÉ . id.
- 16 GOLDMAN. Os pioneiros americanos no Brasil.
- 17 AUBÉ . p. 92.
- 18 AUBÉ. p. 134.
- 19 SMITH. Brasil, povo e instituições. p. 454-455.
- 20 NEIVA; A imigração na política brasileira de povoamento. p. 151-152.
- 21 MAURO. Nova História e Novo Mundo. p. 38-39.
- 22 NEIVA. A imigração na política brasileira de povoamento. p. 158.
- 23 DURAND. The viewpoint of historical demography .p. 372.
- 24 NEIVA. A imigração na política brasileira de povoamento. p. 165-166.
- 25 AUBÉ. La province de Sainte - Cathérine. p. 56.
- 26 PIAZZA. O negro em Santa Catarina.
- 27 PIAZZA. O negro em Santa Catarina.
- 28 LUZ & PELÁEZ . Economia e história . p. 273
- 29 FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho. Sobre o conceito de tradição. p. 9.
- 30 MEDINA. Modernização e a marginalização das populações. p. 85.
- 31 MACHADO. Modernização: uma abordagem histórica. p. 94.
- 32 ROSTOW. Etapas do desenvolvimento econômico. p. 75.
- 33 MARTINS. Frente pioneira... p. 104.
- 34 MEGGERS. Ambiente y cultura... p. 71.
- 35 LA BL/CHÉ. Princípios de Geografia humana. p. 375.
- 36 CIPOLLA. Historia económica da população mundial. p. 68.
- 37 CANABRAVA. A grande lavoura... p. 85.
- 38 CANABRAVA. A grande lavoura. p. 86-87.
- 39 CANABRAVA. A grande lavoura. p. 110.
- 40 CANABRAVA. A grande lavoura. p. 111.

- ⁴¹CANABRAVA. A grande lavoura.p. 124.
- ⁴²CANABRAVA. A grande lavoura.p. 115.
- ⁴³CANABRAVA. A grande lavoura.p. 125.
- ⁴⁴CARDOSO. Rio Grande do Sul e Santa Catarina.p. 480-481.
- ⁴⁵DORNAS FILHO. Aspectos da economia colonial.p. 83 - 192.
- ⁴⁶CARDOSO. Rio Grande do Sul e Santa Catarina.p. 505.
- ⁴⁷CHAUNU. Historia da America Latina.p. 106.
- ⁴⁸FERREIRA. "Pequeno Dicionário", diversos verbetes.
- ⁴⁹WOLF JOR. As instituições e o desenvolvimento econômico.p. 51.
- ⁵⁰OBERACKER JOR. A colonização baseada... p. 239.
- ⁵¹LAMBERT. Os dois Brasís. p. 30.
- ⁵²OBERACKER JOR. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola.p. 239.
- ⁵³MEGGERS. Environmental limitation apud Dumond. A widden / agriculture . p. 332.

6. F O N T E S C O N S U L T A D A S

6.1. FONTES PRIMÁRIAS

- a. Arquivo da Direção da Colonia Nacional Angelina: Correspondencia e Relatórios dos Diretores da Colonia.

6.2; BIBLIOGRAFIA CONSULTADA:

1. AUBÉ, Léonce. La Province de Sainte - Cathérine et la colonisation au Brésil. Rio de Janeiro, Imprimerie Française, 1861. 162p.
2. AVILA. Fernando Bastos de...SJ. L'immigration au Brésil; / contribution à une théorie générale de l'immigration. Rio de Janeiro, AGIR, 1956. 223p.
3. AZAMBUJA; Conselheiro Bernardo Augusto Nascentes de (org). Descripção topographica do mappa da Província de Santa Catharina, organizada na Comissão do Registro Geral e Estatística das terras publicas e / possuidas.Rio de Janeiro, Tipo.Franco-Americana, 1873. 26p.(em português, francês e alemão), com / um mapa.
4. BALHANA, Altiya Pilatti, MACHADO, Brasil Pinheiro, e WEST-PHALEN, Cecilia Maria. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização; In:Anais do LV Simposio Nacional dos Professores Universitarios de Historia - Colonização e migração.(Porto Alegre). São Paulo, Revista de Historia, 1969. p. 345- 389.
5. BERNARDES, Nilo. A colonização europeia no sul do Brasil. Boletim Geografico, Conselho Nacional de Geografia, Rio de Janeiro. 10(106): 89-102, jan/fev. 1952.
6. BLACK, C.E. Dinamica da modernização. Rio de Janeiro,APEC, 1971. 201p.
7. BOITEUX, Henrique. O Falansterio do Saí. Revista do Instituto Historico e Geografico de Santa Catarina, Florianópolis, 12: 47-90, 1º semestre de 1944.
8. BOITEUX, José Artur. Dicionário Historico e Geografico de Santa Catarina. Rio de Janeiro - Florianópolis, Azevedo Irmãos e Imprensa Oficial do Estado,1915,

- 1916, 1940. 3v.
9. BOITEUX, Lucas Alexandre. Primeira página da colonização italiana em Santa Catarina. Florianópolis, Departamento de Estatística e Publicidade, 1939. 65p.
 10. BOITEUX, Lucas Alexandre. Açorianos e madeirenses em Santa Catarina. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, 219:122-169, abr./jun. 1953.
 11. BOITEUX, Lucas Alexandre. Dicionário Bio-Bibliográfico e Cartográfico Catarinense. (inédito).
 12. CAMARA, Lourival. Estrangeiros em Santa Catarina. Florianópolis, Departamento Estadual de Estatística, 1940 48p.
 13. CAMPOS, Pedro Moacyr. Imagens do Brasil no velho Mundo. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. t. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1965. 2(1): 40 - 63.
 14. CANABRAVA, Alice P. A Grande lavoura. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. Historia Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Europeia do livro, 1971. 2 (4): 85-157.
 15. CARDOSO, Fernando Henrique. Rio Grande do Sul e Santa Catarina. In: HOLANDA, Sergio Buarque de. Historia Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1972. 2(2): 473-505.
 16. CARNEIRO, J. Fernando. Interpretação da política imigratória brasileira. Digesto Economico, São Paulo 4, (44): 90-99, jul.1944.
 17. CAVALCANTI, Themistocles Brandão. Tratado de Direito Administrativo. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos, 1864, 5v.
 18. CHAUNU, Pierre. Historia da America Latina. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1964. 126p.
 19. CIPOLLA, Carlos M. Historia economica da população mundial. Lisboa, Editora Ulisseia, 1962. 140p.
 20. DENYS, Renato. Esboço de planejamento sobre a imigração. Boletim Geografico, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 8(94):1159-116k, jan.1951.

21. DORNAS FILHO, João. Aspectos da economia colonial. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1958. 279p.
22. DUMOND, D.E. Iwidden agriculture and the rise of maya civilization. In: VAYDA, Andrew P. (ed.) Environmental and cultural behavior; ecological studies in cultural anthropology. New York, The Natural History / Press, 1969. p. 332-346.
23. DURAND, John D. The viewpoint of historical demography. In: SPOONER, Bryan (ed.). Population Growth: anthropological implications. Chicago, MIT Press, 1972. p. / 372-274.
24. FAIRCHILD, Henry Pratt (ed.) Dicionário de Sociologia. Mexico, Fondo de Cultura Economica, 1949. 317p.
25. FERREIRA, Aurelio Buarque de Holanda, Pequeno Dicionário / Brasileiro da Língua Portuguesa. P. ed.. São Paulo, Edit. Civilização Brasileira, 1951. 1310p.
26. FICKER, Carlos. Historia de Joinville; cronica da Colonia Dona Francisca. Joinville, Impressora Ipiranga, / 1965. 447p.
27. FLEIUSS, Max, Historia administrativa do Brasil. São Paulo, Cia. Melhoramentos, s/d. 844 p.
28. FOUQUET, Karl. Der Von Der Heydt'sche Erlass Von Jahre / 1879 Staden-Jahrbuch, São Paulo, 14: 71-81. 1966 (tradução do alemão da Profa. Regina M. Erdmann)
29. FRANCO? Maria Sylvia de Carvalho. Sobre o conceito de tradição. Cadernos. São Paulo, Centro de Estudos Ru - rais e Urbanos, 1ª série, 5: 9-40, jun. 1972.
30. GALVÃO, Dr. Ignacio da Cunha. Relatorio sobre as colonias de São Paulo, Paraná e Santa Catarina. Rio de Ja - neiro, Tip. J.I. da Silva, 1867. 67p. + Tabelas e ma - pas.
31. GAUTIER, Etienne & HENRY, Louis. La population de Crulai, paroisse normande. Paris, Presses Universitaires / de France, 1958. 269p.
32. GEVAERD, Ayres. O pioneiro Engelbert Gevaert e seus des - cendentes. Blumenau em Cadernos, Blumenau, S.C, 14 (3): 53-56, mar./1973.
33. GOLDMAN, Frank P. Os pioneiros americanos no Brasil. São /

- Paulo, Pioneira, 1972. 180p.
34. HENRY, Louis. Anciennes familles genevoises; étude démographique: XVI-XX siècles. Paris, Presses Universitaires de France, 1956. 232p.
 35. HOLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão Europeia do Livro, 1969-1972. 8v.
 36. HUGON, Paul. Historia das doutrinas economicas. São Paulo, Editora Atlas, 1946. 365p.
 37. JAMES, Preston E. O problema da colonização permanente no sul do Brasil. Revista Brasileira de Geografia, 1(4): 70-84, out./1939.
 38. JAMUNDÁ, Theobaldo Costa. Um alemão brasileiroíssimo o dr. Blumenau. Blumenau, Imprensa Paranaense, 1966. 115p.
 39. LA BLACHE, Vidal de. Principios de Geografia humana. Lisboa, Edições Cosmos, 1946, 390p.
 40. LACHIVER, Marcel. La population de Meulan du XVII e au XIX e. siècle(vers 1600-1870)? étude de démographie historique. Paris, SEVPEN, 1969. 339p.
 41. LAMBERT, Jacques. Os dois Brasis. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1967. 277p.
 42. LEDE, Charles Van. De la colonisation au Brésil; mémoire / historique, descriptif, statistique et commercial sur la Province de Sainte-Catherine. Bruxelles, Librairie Potytechnique, 1845. 427p.
 43. LIMA, Heitor Ferreira. Historia politico-economica e industrial do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1970. 422p.
 44. LUZ, Aujor Avila da. São Francisco e Joinville vistos por um americano em 1955. Blumenau em Cadernos, 14(1):03-10. Blumenau, SC., jan. 1973.
 45. LUZ, Nícia Villela, e PELÁEZ, Carlos Manuel. Economia e história: o encontro entre os dois campos do conhecimento. Revista Brasileira de Economia. Rio de Janeiro, Fundação Getulio Vargas, 26(3):273-301.
 46. MACHADO, Brasil Pinheiro. Modernização: uma abordagem histórica. Cadernos. São Paulo, Centro de Estudos Ru -

- rais e Urbanos, 1ª série, 5:94-101. jun. 1972.
47. MARCILIO, Maria Luiza. Dos registros paroquiais à demografia histórica no Brasil. In: Anais de História. Assis, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, 2:81-100. 1970.
48. MARTINS, José de Souza. Frente pioneira: contribuição para uma caracterização sociológica. Cadernos. São Paulo; Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série - rie, 5: 102-112. jun. 1972.
49. MATTOS, Jacinto A. de. Colonização do Estado de Santa Catarina, dados históricos e estatísticos. 1640-1916. Florianópolis, Tip. de "O Dia", 1917. 214p.
50. MAURO, Frédéric. Nova História e Novo Mundo. São Paulo, Editora Perspectiva e Universidade de São Paulo, / 1969. 286p.
51. MEDINA, Carlos Alberto. Modernização e a marginalização das populações. Cadernos. São Paulo, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, 1ª série, 5:85-91, jun. 1972.
52. MEGGERS, Betty J. Ambiente y cultura en la Cuenca del Amazonas: revision de la teoria del determinismo ambiental. In: Estudios sobre ecologia humana - Washington, D.C., Union Panamericana, 1960. p. 71-89.
53. NASH, Roy. A conquista do Brasil. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1939. 501p.
54. PEIVA, Artur Hehl. A imigração na política brasileira de povoamento. Boletim Geografico, Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia, 8(86): 151-183, maio / 1950.
55. NOVAIS, Fernando A. Colonização e sistema colonial: discussão de conceitos e perspectiva histórica. In: Anais do IV Simposio Nacional dos Professores Universitários de História - Colonização e migração. (Porto Alegre). São Paulo, Revista de História, / 1969. p. 243-268.
56. OBERACKER Jor., Carlos H. A colonização baseada no regime da pequena propriedade agrícola. In: HOLLANDA, Sergio Buarque de. História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo, Difusão

são Europeia do Livro, 1969. 2(3):220-244.

- 57. PAULA, José Maria de. Memoria sobre os botucudos do Paraná e Santa Catarina organizada pelo Serviço de proteção aos selvicolas Bob a inspeção do....In:Anais de XX Congresso Internacional de Americanistas.v.1. Rio de Janeiro, 1924. pp. 117-130.
- 58. PIAZZA, Walter F. Nova Trento, edição comemorativa do 75º aniversário da colonização italiana, 1875-1950. / Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1950 . 186p.
- 59. O Presidente João José Coutinho. (estudo biográfico). Florianópolis, Comissão Nacional de Historia, 1956. 18p.
- 60. A vitoria da cultura popular açoriana em Santa Catarina. Angra do Heroismo (Açores), Tipografia Andrade, 1960, 13p.
- 61. Atlas historico de Santa Catarina. Florianópolis, Plano Nacional de Educação, 1971. 69p.
- 62. "Fourierismo" em Santa Catarina. Blumenau em CADERNOS, Blumenau, 13(4): 63-66, abril de 1972.
- 63. O negro em Santa Catarina (estudo histórico-antropológico)., inédito.
- 64. PRADO, Jr. F. de Almeida. D. João VI e o inicio da classe dirigente do Brasil. 1815-1889. São Paulo, Editora Nacional, 1968 (coleção "Brasiliana", v. 345). 326p.
- 65. RAU, Virginia. Sesmarias medievais portuguesas. Lisboa, / 1946.
- 66. RODRIGUES, José Honorio. O Parlamento e a evolução nacional - Introdução historica. 1826-1840. Brasilia, Senado Federal, 1972.v.I, 217p.
- 67. - e NOGUEIRA, Octaciano. O Parlamento e a evolução nacional. Brasilia, Senado Federal, 1972.v.2-5.
- 68. ROSTOW, Walt W. Etapas do desenvolvimento economico; um manifesto não-comunista. 2.ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1964. 191p.
- 69. SCHADEN, Francisco S;G. Notas sobre a localidade de São Bonifácio (Santa Catarina). Anais do IX Congresso

- Brasileiro de Geografia. Florianópolis, 1940. 40 p
70. SCHADEN, Francisco S.G. Notas para a historia da localidade de Löffelscheidt, São Bonifácio, s/ed., 1946. 32p.
71. SILVA, José Ferreira da. Historia de Blumenau. Florianópolis, EDEME, 1972, 381p.
72. SIMONSEN, Roberto C. Historia economica do Brasil, 1500-1820. São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1937. 2v. 374 + 371p.
73. SMITH, T. Lynn. Brasil, povo e instituições. Rio de Janeiro, Bloch Edit., 1967. 687p.
74. VAYDA, Andrew P. (ed). Environment and Cultural Behavior; ecological studies in cultural anthropology. New York, The Natural History Press, 1969. 485p.
75. VIANNA, Helio. As sesmarias no Brasil. In: II Simposio dos Professores Universitarios de Historia, Anais; Curitiba, Faculdade de Filosofia da Universidade do Paraná, 1962. p. 247-274.
76. VITERBO, Fr. Joaquim de Santa Rosa. Elucidario das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regurlamente se ignoram. Lisboa, s/ed., 1865 (dirigida por Inocencio Francisco da Silva).
77. WEISS, Kenneth M. Demographic models for anthropology. Memoirs of the Society for American Archaeology..; v. 27. Washington, D.C., American Antiquity, 1973. 186p.
78. WOLF JOR., Charles. As instituições e o desenvolvimento economico. In: Aspectos sociais do crescimento economico. Salvador, Universidade da Bahia, / 1958, 117p.
- 6.3. "FALAS" E "RELATÓRIOS" DA PRESIDENCIA DA PROVÍNCIA DE SANTA CATARINA.
1. ABREU, Carlos Augusto Ferraz de. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Santa Catarina pelo Presidente Dr.... no acto da abertura da sessão em 2 de abril de 1869. Desterro, Tip. de J.ã. Lopes, 1869. 33 p. + anexos.
2. ARAUJO, José Bento de. Fala com que o Exn.Sr.Dr.....abrio a 2ª

- sessão da 21ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial / de Santa Catarina em 6 de março de 1877. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1877. 32 p.
3. ARAÚJO, JOSÉ BENTO DE. Relatório com que ao Exmo. Sr. Dr. Joaquim da Silva Ramalho 1º Vice-Presidente passou a administração da Provincia de Santa Catarina o Exmo. Sr. Dr. ... em 14 de fevereiro de 1878. Desterro, Tip. Regeneração, 1878. 41 p.
 4. BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catarina... apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 1ª sessão da 10ª Legislatura. Rio de Janeiro, Tip. do Correio Mercantil, 1860, 72 p.
 5. BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catarina... apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 10ª legislatura. Rio de Janeiro, Tip. de Pinheiro & Comp., 1861. 32 p + anexos(citado 1861 a).
 6. BRUSQUE, Francisco Carlos de Araujo. Relatório apresentado ao Exmo. Vice-Presidente da Provincia de Santa Catarina o Doutor João José de Andrade Pinto pelo Presidente o Doutor... por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Provincia em 17 de abril de 1861. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1861. 12p.(citado / 1861 b).
 7. CHAVES, Alexandre Rodrigues da Silva. Relatório do Presidente da Provincia de Santa Catarina o Doutor... apresentado à Assembleia Legislativa Provincial na 2ª sessão da 12ª legislatura em 1º de março de 1865. Santa Catarina, Tip. Catarinense., 1865, 53p.
 8. CHAVES, João Rodrigues. Falla com que o Exmo. Snr. Doutor... abriu a segunda sessão da vigéssima segunda legislatura da Assembléia Provincial de Santa Catarina em 2 de fevereiro de 1881. Desterro, Tip. e Lit. de Alex. Margarida, 1881. 76p.
 9. CINTRA JUNIOR, Delfino Pinheiro de Ulhoa. Relatório com que o Exmo. Sr. Doutor... passou a administração da Provincia de Santa Catarina ao Exmo. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão, 2º Vice-Presidente da mesma em 23 de novembro de 1872, Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1872. 30p.
 10. CINTRA, Guilherme Cordeiro Coelho. Relatório de Vice-Presidente

- da Provincia de Santa Catarina Dr.... apresentado à Assembleia Legislativa Provincial em 25 de março de 1872. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1872. 40 p.
11. CORREA, Francisco Ferreira. Relatório apresentado pelo Presidente da Provincia de Santa Catarina o Exm. Sr. Dr.ao 1º Vice-Presidente o Exm. Sr. Dr. Manoel Vieira Costa e este ao Presidente o Exm. Sr. Dr. Joaquim Bandeira de Gouvêa no acto de passar-lhe a administração da mesma em 16 de janeiro de 1871. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1871, 19 p.
 12. COUTINHO, João Francisco de Souza. Relatório apresentado ao / Exm. Presidente da Provincia de Santa Catarina o Capitão Tenente Pedro Leitão da Cunha pelo Vice-Presidente o Comendador.... por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Provincia / em 26 de Dezembro de 1862. Desterro, Tip. Comercial, 1863, 26p.
 13. COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Provincia de Santa Catarina o Exm. Snr. Dr..... dirigido à Assembléa Legislativa da mesma Provincia, foi ocasião da abertura da sua sessão Ordinária em 1º de março de 1853. Desterro, Tip. do Conservador, 1853. 30 p.
 14. COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Provincia de Santa Catarina o Exm. Sr. Dr.... dirigio à Assembléa Legislativa da mesma Provincia, por ocasião da abertura da sua sessão ordinária em 19 de abril de 1854. Desterro, Tip. do Correio Catarinense, 1854. 43 p.
 15. COUTINHO, João José. Fala que o Exm. Sr. ... Presidente da Provincia de Santa Catarina dirigio à Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinária em 1º de / março de 1855. Desterro, Tip. do Correio Catarinense, 1855, 54p.
 16. COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Provincia de Santa Catarina Dr. dirigio à Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordinária em 1º de Março de 1856. Rio de Janeiro, Tip. Universal, 1856. 53 p.
 17. COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Provincia de Santa Catarina Dr...., dirigio à Assembléa Legislativa Provincial no acto d'abertura da sua sessão ordinária em o 1º de março de 1857. Rio de Janeiro. Tip. de J. Villeneuve & Cia., 1857. 70p.

18. COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr.... dirigio à Assembléia Legislativa Provincial no acto da abertura da sua sessão ordinária em o 1º de março/ de 1858. Santa Catarina, Tip. Catarinense, 1858. 27p.
19. COUTINHO, João José. Fala que o Presidente da Província de Santa Catarina Dr..., dirigio à Assembléia Legislativa Provincial no acto da abertura da sua sessão ordinária em o 1º de março de 1859. Santa Catarina, Tip. Catarinense, 1859. 28p.
20. COUTINHO, João José. Relatório apresentado ao Exmo. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Dr. Speridão Eloy de Barros Pimentel pelo Presidente o Dr.... por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 23 de setembro de 1859. Desterro, Tip. de J.J. Lopes. 1859. 23 p.
21. CUNHA, Pedro Leitão da. Relatório apresentado ao Exmo. 1º Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Comendador / Francisco José D'Oliveira pelo Exm. Presidente....por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 19 de Dezembro de 1863. Desterro, Tip. Comercial, 1863. 42 p.
22. FERREIRA, Pedro Affonso. Relatório com que o Exm. Snr. Dr.... passou a administração da Província de Santa Catarina ao 4ºVice-Presidente Exm. Snr. Tenente Coronel Luiz Ferreira do Nascimento e Mello nã dia 8 de Outubro de 1873. Desterro, Tip. de J. J. Lopes, 1874. 14 p.
23. GALVÃO, Ignacio da Cunha. Relatório apresentado ao Exm. Presidente da Província de Santa Catarina o Conselheiro Vicente Pires da Motta poe seu antecessor o Doutor.....por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província e, 17 de Novembro de 1861. Desterro, Tip. Desterrense, 1861, 8 p.
24. GALVÃO, Manoel do Nascimento da Fonseca. Relatório apresentado pelo 2º Vice-Presidente de Santa Catarina o Exm. Sr. Doutor.....ao Presidente o Exm. Sr. Doutor. André Cordeiro / de Araújo Lima por ocasião de passar-lhe a administração da / mesma em 3 de janeiro de 1870. Desterro, Tip. de J.J.Lopes, 1870. 20 p. (anexo 2 p. com "Informações sobre a Colonia Nacional Angelina", assinado por Joaquim José de Souza Corcoroca).
25. GCUVÊA, Joaquim Bandeira de. Relatório que o Exm. Sr. Presiden-

- te da Provincia de Santa Catarina Dr.....dirigio à Assem-
bléia Legislativa Provincial nã acto da abertura de sua sessão
ordinária em 26 de Março de 1871. Desterro, Tip. de Jornal "Pro-
vincia", 1871. 24 p.
26. LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. Relató -
rio apresentado à Assembléia Legislativa Provincial de Santa /
Catarina na sua sessão ordinária pelo Presidente.....no ano de
1867. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional, 1867, 26 p +anexos.
27. LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcanti de Albuquerque. Relató -
rios apresentados à Assembléia Legislativa Provincial de San -
ta Catarina na sua sessão ordinária e ao 1º Vice-Presidente /
Comendador Francisco José de Oliveira, por ocasião de passar -
lhe a administração o Presidente.... no an. 1868. Rio de Ja-
neiro, Tip. Nacional. 1868. 31 p. + anexos.
28. LIMA, André Cordeiro de Araujo. Relatorio que o Presidente da
Provincia de Santa Catarina Dr..... dirigio à Assembléia Le -
gislativa Provincial no acto d'abertura de sua sessão ordiná -
ria em 25 de março de 1870. Desterro. Tip. de J.J. Lopes, 1870.
25 p. + mapas.
29. MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. Fala com que o Exm.
Sr. Dr..... abriu a 1ª sessão legislatura da Assembléia Le -
gislativa da Provincia de Santa Catarina em 1º de Março de /
1876. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1876. 122p @ 31p. Anexos (ci-
tados : 1876 a).
30. MELLO FILHO, João Capistrano Bandeira de. Relatório com que ao
o EXm. Sr. Dr. Alfredo d'Escragnolle Taunay passou a adminis -
tração da Provincia de Santa Catarina o Exm. Sr. Dr....em 7 de
Julho de 1876. Rio de Janeiro, Tip. Cinco de Março, 1876. 48p .
(citado : 1876 b).
31. MELLO, Luiz Ferreira do Nascimento. Oficio com que ao Exm. Sr.
Tenente-Coronel Luiz Ferreira do Nascimento Mello passou à Ad-
ministração da Provincia de Santa Catarina o Doutor João Thomé
da Silva em 23 de Abril de 1875 e Relatório com que ao Exm. Sr.
Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho passou a admonis -
tração o Exm. Sr. Tenente - Coronel.....em 7 de Agosto de 1875.
Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1875. 16 p.

32. MOTA, Vicente Pires da. Relatório do Presidente da Província / de Santa Catarina o Conselheiro....apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 11ª legislatura. Desterro, Tip. Desterrense, 1862. 30 p.
33. NEVES, Joaquim Xavier. Relatório apresentado pelo 3º Vice-Presidente da Província de Santa Catarina o Exm. Sr. Coronel..... ao 2º Vice- Presidente o Exm. Sr. Doutor Manoel do Nascimento da Fonseca Galvão por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 22 de Novembro de 1869. Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1870, 14 p.
34. OLIVEIRA, Antonio de Almeida. Fala com que o Exm.Sr. Doutor... abriu a sessão extraordinária da Assembléa Provincial de Santa Catarina em 2 de janeiro de 1880.Desterro, Tip.e Litogr. de Alex. Margarida, 1880. 55 p.
35. OLIVEIRA, Francisco José d'. Relatorio do Vice-Presidente da / Província de Santa Catarina o Comendador.....apresentado à Assembléa Legislativa Provincial na 1ª sessão da 12ª legislatura. Santa Catarina, Tip. Catarinense, 1864. 47 p.
36. OLIVEIRA, Francisco José de. Relatorio apresentado ao Exm. Presidente da Província de Santa Catarina Dr. Adolpho de Barros / Cavalcanti de Albuquerque Lacerda pelo Vice-Presidente o Tenente-Coronel... no acto de passar-lhe a administração da mesma / província em 16 de agosto de 1865. Santa Catarina, Tip. Catharinense, 1865. 11 p.
37. OLIVEIRA, Francisco José de. Relatório apresentado ao Exmo.Sr. Vice-Presidente da Província de Santa Catarina Comendador João Francisco de Souza Coutinho pelo Vice-Presidente o Comendadorno acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 4 de Agosto de 1868. Desterro, Tip. de J.J.Lopes, 1869.12p.
38. PINTO, Carlos de Cerqueira. Relatório apresentado ao Ilm. e / Exm. Sr.Dr. Carlos Augusto Ferraz de Abreu Presidente da Província de Santa Catarina pelo 1º Vice-Presidente Dr.....no acto de passar-lhe a administração da mesma Província em 11 de / Janeiro de 1869. Desterro, Tip. de J.J.Lopes, 1869. 21 p.
39. PINTO, João José de Andrade. Relatório apresentado ao Exm.Pre- sidente da Província de Santa Catarina o Dr. Ignacio da Cunha

Galvão pelo Vice-Presidente o Doutor...por ocasião de passar-lhe a administração da mesma Província em 26 de abril de 1861. Desterro, Tip. Catarinense, 1861, 12p.

- 40. RAMALHO, Joaquim da Silva. Relatório com que ao Exm.Sr.Dr.Lourenço Cavalcanti de Albuquerque passou a administração da Província de Santa Catarina o Exm.Sr.Dr..... 1º Vice-Presidente em 7 de maio de 1878. Desterro, Tip. Regeneração,1878.41p.
- 41. ROCHA, Francisco José da. Relatório apresentado à Assembléa / Legislativa da Província de Santa Catarina na 1ª sessão de sua 26ª legislatura pelo Presidente Dr.....em 21 de julho de 1886. Desterro, Tip. do Conservador, 1886, 271p.
- 42. ROZA, Francisco Luiz da Gama. Falla com que o Exm.Sr.Dr.....abriu a primeira sessão da vigésima quinta legislatura da Assembléa Legislativa Provincial de Santa Catarina em 5 de fevereiro de 1884.Desterro, Tip. de J.J.Lopes,1884. 66 p.
- 43. SILVA, João Thomé da. Fala dirigida à Assembléa Legislativa / Provincial de Santa Catarina em 25 de março de 1874 pelo Exm. Sr.Presidente da Província Dr..... . Desterro.Tip. de J.J. Lopes, 1874. 81 p.
- 44. SILVA, João Thomé da. Fala dirigida à Assembléa Legislativa / Provincial de Santa Catarina em 21 de março de 1875, pelo Exm. Sr. Presidente da Província Dr..... . Desterro, Tip. de J.J. Lopes, 1875, 125 p.
- 45. TAUNAY, Alfredo D'Escragnolle. Relatório com que ao Exm.Sr.Dr. Herninio Francisco do Espirito Santo, 1º Vice-Presidente passou a administração da Província de Santa Catarina o Dr....em 2 de Janeiro de 1877. Desterro, Tip. de J.J.Lopes, 1877. 95 p.
- 46. TOSTA, Manoel Vieira. Relatório apresentado pelo 1º Vice-Presidente de Santa Catarina o Exm.Sr.Dr.....ao Presidente o Exm.Sr. Dr. Francisco Ferreira Corrêa por ocasião de passar-lhe a administração da mesma em 18 de Maio de 1870.Desterro,Tip.de J.J./ Lopes, 1870. 9 p.

6.4. LEGISLAÇÃO ORDEMADA

Coleção das Leis da Província de Santa Catarina formuladas na / sessão do ano de 1866. Desterro, Tip. de Joaquim Augusto do Li

vramento, 1866. 54 p.

Código Criminal do Império do Brasil, 2ª. ed. (ed. dirigida / por Araujo Filgueiras Junior). Rio de Janeiro, s/ed., 1876.

Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional. (varios volumes).

6.5. RECENSEAMENTOS

Recenseamento Geral do Brasil; realizado em 1º de setembro de / 1920. Rio de Janeiro, Tipografia da Estatística, 1929. v.4, 4ª p., p. 764-775.

Recenseamento Geral de 1940; Censo Demografico do Estado de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1940. p. 159-163.

VI Recenseamento Geral do Brasil; Censo Demografico(1º de julho de 1950). Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. p. 76-81.

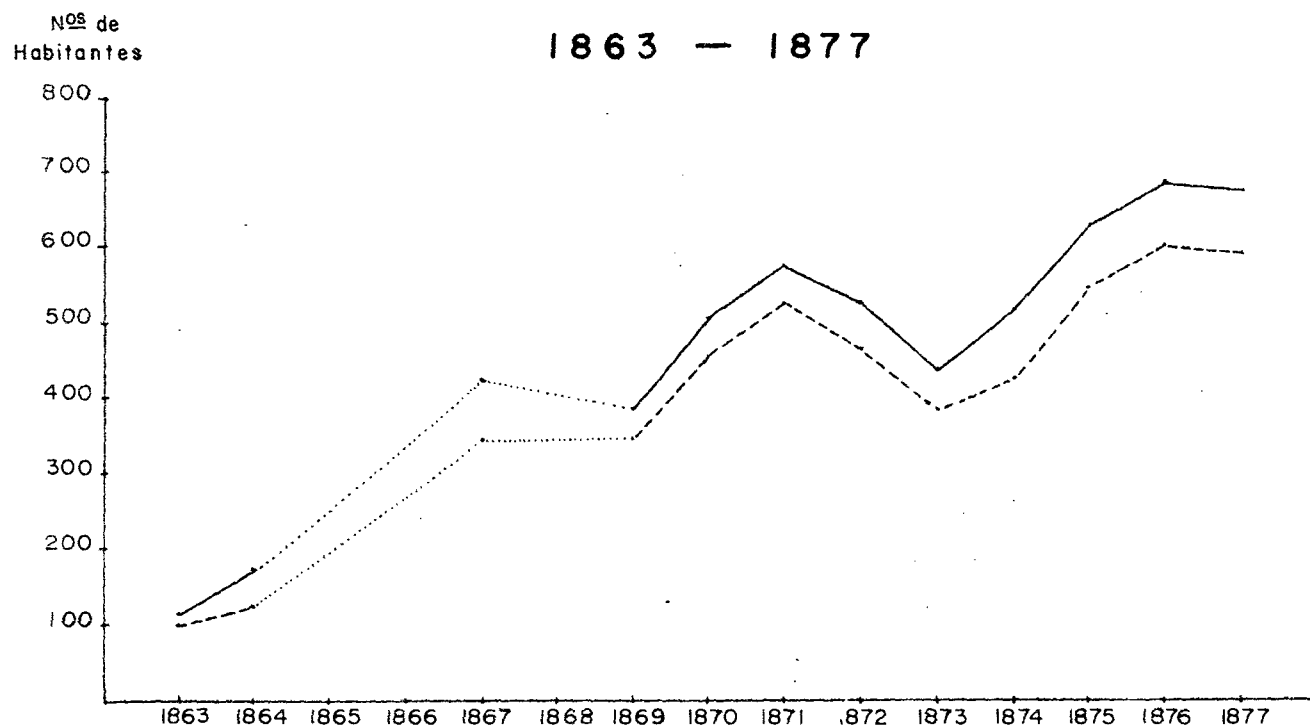
Censo demografico de 1960; Santa Catarina. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1968. 129 p.

Sinopse estatística de Santa Catarina. Rio de Janeiro, Fundação IBGE, 1971. p. 139.

COLONIA NACIONAL ANGELINA
 POPULAÇÃO TOTAL
 1861 - 1877



DISTRIBUIÇÃO POR SEXO
 1863 - 1877

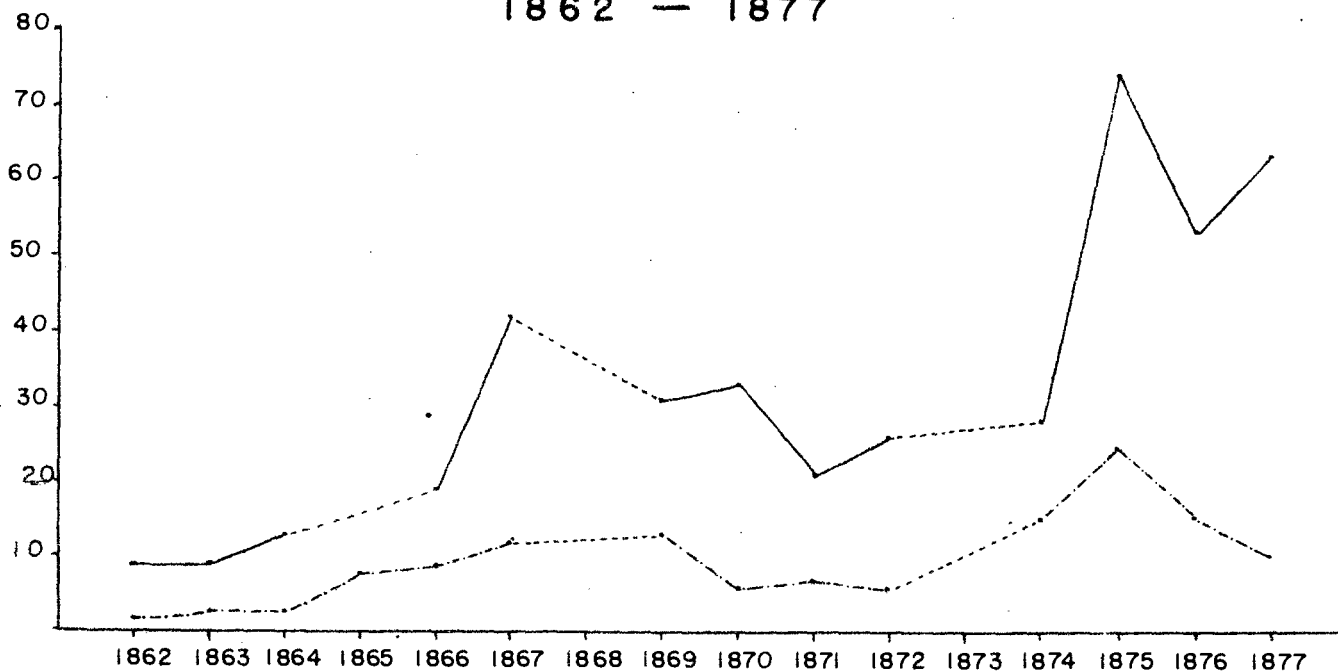


— MASCULINO
 - - - FEMININO
 DADOS NÃO OBTIDOS

COLONIA NACIONAL ANGELINA INCREMENTO NATURAL

1862 — 1877

Nº de
Habitantes

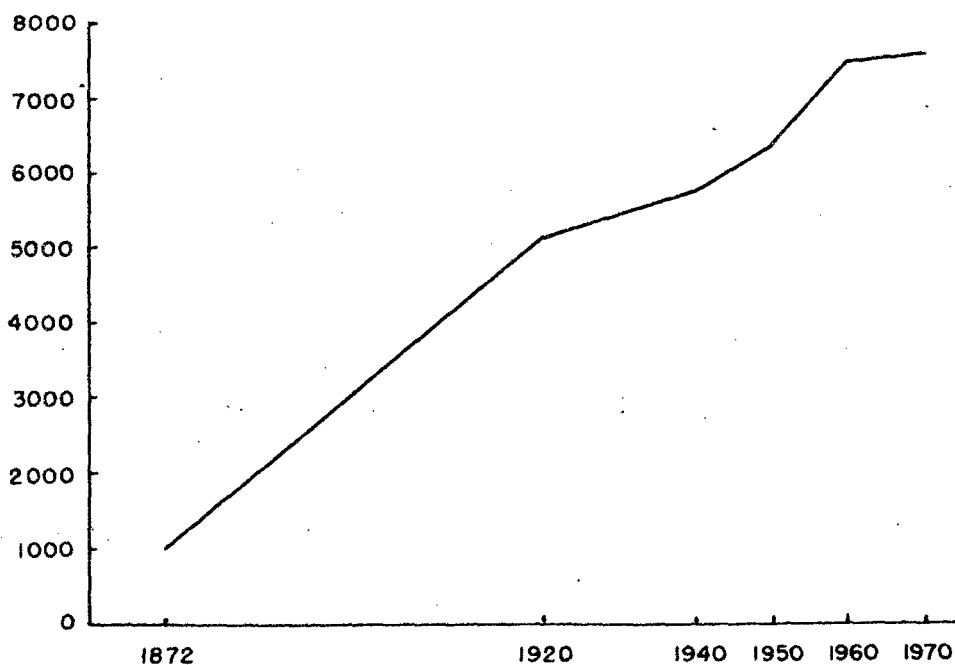


- NASCIMENTOS.
- - - - - OBITOS.
- DADOS NÃO OBTIDOS.

EVOLUÇÃO POPULACIONAL

1872 - 1970

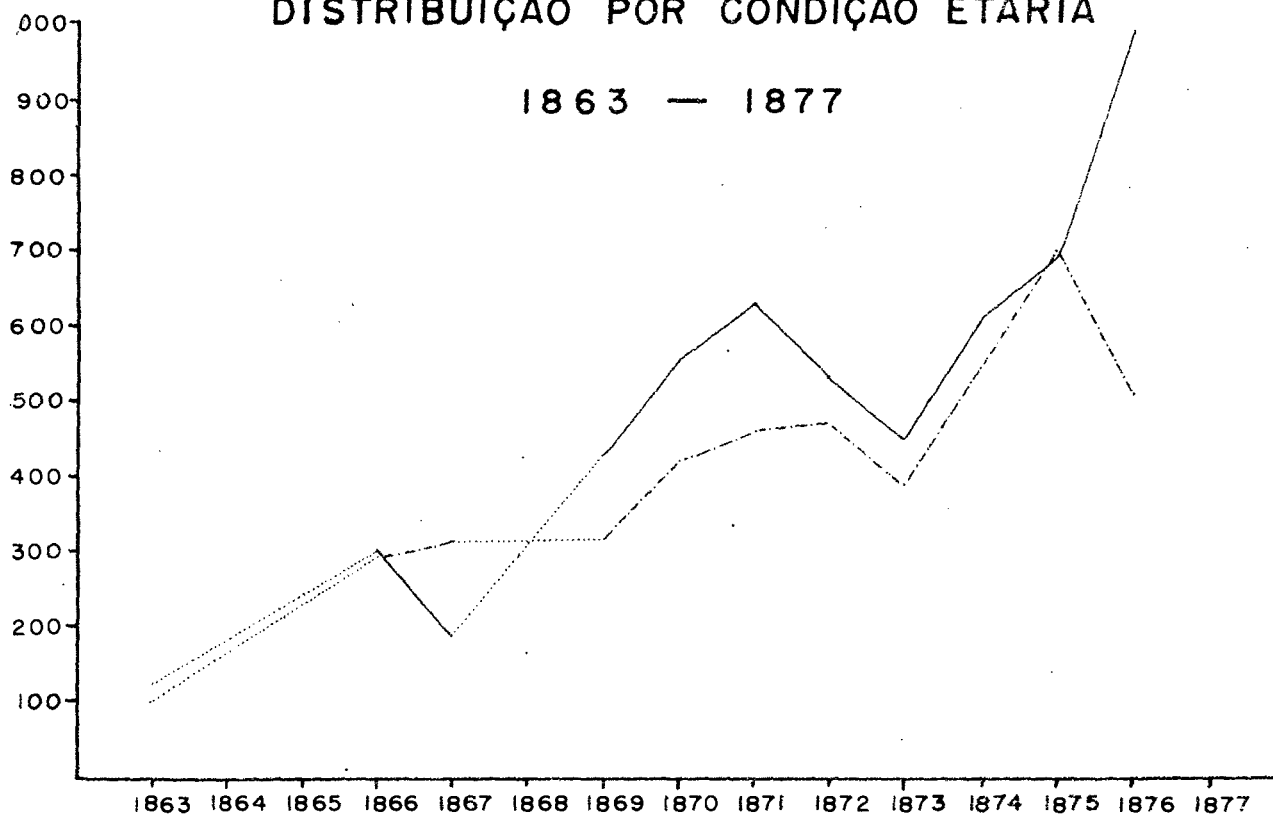
Nº de
habs.



Nºs de
Habitantes

COLONIA NACIONAL ANGELINA DISTRIBUIÇÃO POR CONDIÇÃO ETÁRIA

1863 — 1877

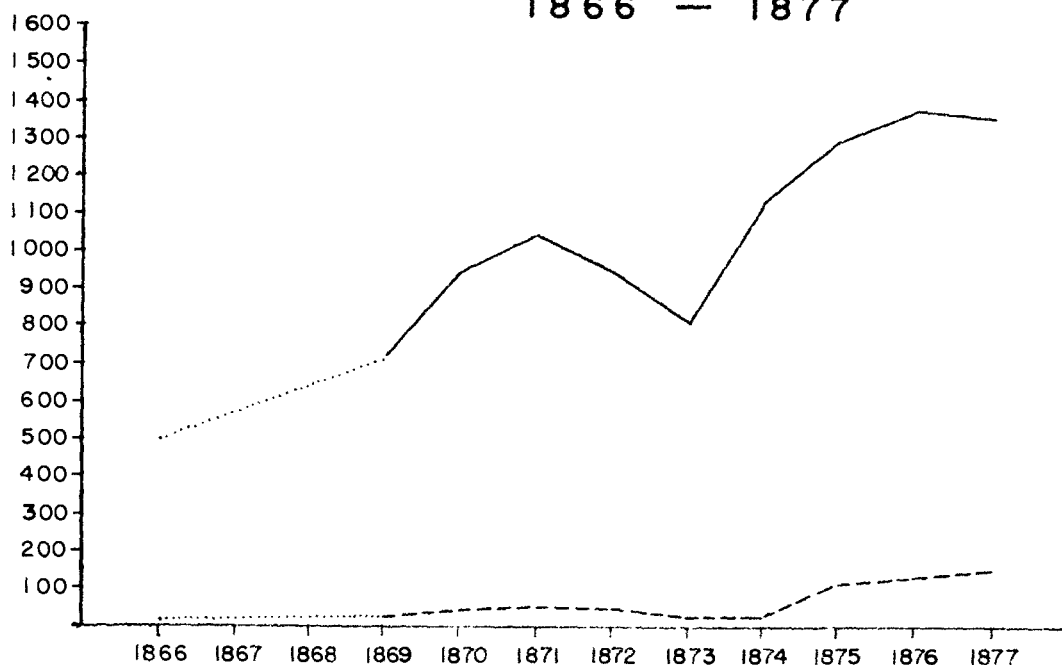


— MAIORES
- - - MENORES
..... DADOS NÃO OBTIDOS

DISTRIBUIÇÃO POR NACIONALIDADE

1866 — 1877

Nºs de
Habitantes



— BRASILEIROS
- - - ESTRANGEIROS

SUMARIO

	INTRODUÇÃO	2
1.	CONCEITOS DE POVOAMENTO E COLONIZAÇÃO	5
2.	COLONIZAÇÃO NO IMPERIO BRASILEIRO:	
	A SITUAÇÃO EM SANTA CATARINA ATÉ 1860	9
2.1.	Política colonial	10
2.2.	A política sob D. João VI	12
2.3.	A política regencial de D. Pedro	14
2.4.	A política no 1º Império	15
2.5.	A política nas Regencias	17
2.6.	A política sob D. Pedro II	18
2.7.	A situação em Santa Catarina	21
3.	AS COLONIAS "NACIONAIS": A COLONIA ANGELINA.	29
3.1.	A sua criação	30
3.2.	A sua instalação	37
3.3.	A sua área territorial	43
3.4.	As suas administrações	
3.4.1.	Os administradores	47
3.4.2.	Problemas das administrações	
3.4.2.a.	Instalação dos colonos e distribuição dos lotes	61
3.4.2.b.	Problemas burocráticos e financeiros	77
3.4.2.c.	Casa da Direção	85
3.4.2.d.	Problemas Médico-Sanitários	89
3.4.2.e.	Com vistas à produtividade e a Economia	98
3.4.2.f.	Estradas e Caminhos Vicinais	125
3.4.2.g.	Questões entre a Direção e os Colonos	144
3.4.2.h.	A sede da Colonia	147
3.4.2.i.	O Atendimento Espiritual	153
3.4.2.j.	A Escolarização	162
3.4.2.l.	Problemas Militares da Colonia	169
3.4.2.m.	Os indigenas e a Colonia	173
3.4.2.n.	Mão-de-obra e Tecnologia	176
3.5.	A sua emancipação e integração no contexto catarinense	180
4.	A PROBLEMÁTICA DEMOGRAFICA	183
4.1.	Os primeiros moradores	184
4.2.	A Dinamica demografica	202
4.2.1.	Fontes e sua critica	202
4.2.2.	Evolução geral da População da Colonia	202
4.2.3.	Levantamento de Famílias	215
4.2.4.	Distribuição e Composição Populacional da Colonia	218
4.2.5.	Registros Paroquiais	227
4.2.6.	O crescimento posterior à emancipação	229
5.	CONCLUSÕES.	232
6.	FONTES CONSULTADAS.	264
6.1.	Fontes primárias	265
6.2.	Bibliografia Consultada	265
6.3.	Falas e Relatórios da Presidencia da Província de Santa Catarina	271
6.4.	Legislação ordenada	277
6.5.	Recenseamentos	278